

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

José Tarcísio da Silva Oliveira Filho

QUALIDADE NO TELEJORNALISMO:
parâmetros para avaliação em emissoras públicas e comerciais

Juiz de Fora
Fevereiro de 2016

José Tarcísio da Silva Oliveira Filho

QUALIDADE NO TELEJORNALISMO:

parâmetros para avaliação em emissoras públicas e comerciais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, área de concentração Comunicação e Sociedade, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dra. Iluska Coutinho

Juiz de Fora
Fevereiro de 2016

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva Oliveira Filho, José Tarcísio.

Qualidade no Telejornalismo : parâmetros para avaliação em emissoras públicas e comerciais / José Tarcísio Silva Oliveira Filho. - 2016.

227 f.

Orientadora: Iluska Maria da Silva Coutinho

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós Graduação em Comunicação, 2016.

1. Qualidade. 2. Telejornalismo. 3. TV Pública. 4. TV Privada. 5. Avaliação. I. da Silva Coutinho, Iluska Maria, orient. II. Título.

José Tarcísio da Silva Oliveira Filho

Qualidade no Telejornalismo: parâmetros para avaliação em emissoras públicas e comerciais.

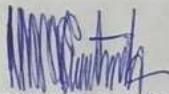
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Área de concentração: Comunicação e Sociedade.

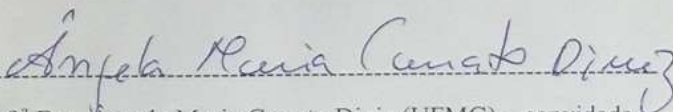
Linha de pesquisa: Cultura, Narrativas e Produção de Sentido.

Orientadora: Prof.^a Dra. Iluska Coutinho (UFJF)

Aprovada pela banca composta pelos seguintes membros:



Prof.^a Dra. Iluska Maria da Silva Coutinho (UFJF) – Orientadora



Prof.^a Dra. Angela Maria Carrato Diniz (UFMG) – convidada



Prof.^a Dra. Christina Ferraz Musse (UFJF) – convidada

Conceito obtido: -----

Juiz de Fora, 15 de fevereiro de 2016.

*À minha família: por ser meu porto seguro e
referência de condutas, atitudes e vida.*

AGRADECIMENTOS

O final de uma etapa é sempre difícil. Não somente pela dedicação em terminar com jus um trabalho realizado ao longo de dois anos. Mas, principalmente, por fechar um ciclo onde as principais contribuições estão nos contatos, apoios e amizades que surgiram nesses 24 meses.

Assim, agradeço primeiramente aos meus pais, Tarcísio e Marli, pelo apoio e por me incentivarem a aprofundar nos estudos. Orgulho-me de ter pais professores em todos os sentidos possíveis: que estão dentro de sala de aula, na orientação permanente dos (quatro) filhos, e na missão de mostrar àqueles mais próximos que a educação é essencial para uma vida melhor. Também estendo os agradecimentos às irmãs Daniela, Luciana e Renata e à avó Maria, sempre presentes no meu caminho.

Registro a gratidão por ter a companhia, amizade e orientação da professora Iluska Coutinho. Se a motivação em fazer o mestrado na UFJF foi oriunda de uma mesa de discussão em que era coordenadora, num congresso da Intercom em 2013, a maior recompensa foi ter sido seu orientando. Serei sempre grato pela forma como “abraça” seus orientandos (ou os “Iluskos” para os mais íntimos), pelo conhecimento repassado, pelas oportunidades concedidas e pelo “dom” de tornar um trajeto que poderia ser turbulento em momentos de afeto e aprendizado constante.

Aos meus amigos do grupo de pesquisa, Allana, Allan, Inés e Roberta, pelos encontros gastronômicos, conversas inteligentes e, principalmente, por serem pessoas que esse mundo tanto precisa. Tenho a certeza de que nos veremos em muitos congressos nas próximas décadas - seja no Brasil, no Uruguai (né, Inés?) ou no mundo. Às amigas Catarina e Mayra por tornarem minha vida em Juiz de Fora mais divertida. À Débora Antunes que, mesmo tão longe e de forma virtual, me ajudou com dicas preciosas para o mestrado e para o (em breve) doutorado.

Também ficam os agradecimentos ao PPGCOM/UFJF, em especial aos docentes da linha de Cultura, Narrativas e Produção de Sentido e ao coordenador do curso, Carlos Pernisa, pelo aprendizado, confiança e por tornar possível o mestrado. Aos colegas da TV Gazeta do Espírito Santo que, mesmo há dois anos sem muito contato, foram responsáveis por tornar minha base no telejornalismo mais sólida. Também reforço o “obrigado” ao curso de graduação em Jornalismo da UFV, principalmente às professoras Kátia e Soraya (hoje docente da UFJF), pelo legado do conhecimento que até hoje me acompanha no estudo da comunicação.

"De qualquer forma, sejam quais forem nossas concepções com relação à televisão, a discussão sobre a qualidade é sempre imprescindível. Fugir dessa discussão seria uma enorme irresponsabilidade. Nenhuma sociedade e nenhum setor da sociedade podem ser aperfeiçoados se não estiverem submetidos a julgamento e avaliação permanentes."

(Arlindo Machado)

RESUMO

A qualidade é considerada um referencial para a prática jornalística. Entretanto, o conceito ainda carece de estudos e métodos que possam oferecer ferramentas de análise que permitam ao público e aos profissionais de telejornalismo a sua verificação em noticiários como prática cotidiana, como o consumo de informações audiovisuais. A pesquisa se dedica, a partir de levantamento bibliográfico em livros, manuais de redação e artigos científicos, pesquisa de campo e da análise da materialidade audiovisual, compreender como uma emissora pública e outra de exploração privada exercitam a busca e a reflexão sobre a questão da qualidade em seus telejornais noturnos. Assim, pretende-se ainda revelar os distanciamentos e as aproximações entre as práticas e os conceitos de qualidade mobilizados por emissoras de naturezas diversas quanto ao financiamento, sistematizando, a partir desse tensionamento, novos operadores de análise e aferição da qualidade da informação televisiva voltados para o público e para profissionais do jornalismo. Para isso, toma-se, como objetos empíricos da pesquisa, o Jornal Nacional, produzido pela Rede Globo, emissora de exploração privada, e o Repórter Brasil Segunda Edição, da TV Brasil, emissora pública. São elaboradas duas matrizes de avaliação específicas para cada tipo de emissora, compostas por sete categorias que abrangem eixos como pluralidade, autonomia, contextualização, isenção e técnica. Com base nesse instrumento, são analisadas 165 peças audiovisuais informativas, entre notas cobertas, reportagens e vivos. As conclusões apontam que as emissoras possuem parâmetros qualitativos distintos, como o foco na audiência e no furo jornalístico, no caso das emissoras privadas, e na autonomia e participação cidadã, nas emissoras públicas. No entanto, outros preceitos, como independência, contextualização do acontecimento e pluralidade, fazem parte do discurso das duas emissoras. Em relação à construção das matrizes de avaliação, estas demonstram-se importantes e eficazes para oferecer ao cidadão instrumentos que possam ser úteis para avaliar a produção noticiosa. O trabalho também busca avançar em relação a outras pesquisas sobre a qualidade desenvolvidas no meio científico, principalmente, através da criação do Índice de Qualidade, um coeficiente que permite mensurar a qualidade de uma peça informativa televisiva.

Palavras-chave: Qualidade. Telejornalismo. TV Pública. TV Privada. Avaliação.

ABSTRACT

Quality is a reference for journalistic practice. However, the concept is still needs analytical tools to enable both the public and the journalists to evaluate the news. This research aims at understanding how public and private broadcasters deals with quality at prime time newscasts. The issue was studied through an extensive literature review, field work, and, subsequently, an analysis of audiovisual materiality. By doing this we intend to reveal the differences and the similarities between the practices and the quality concepts deployed by stations with different kinds of funding, systematizing, from that tension, new analytical operators and measurements of TV news quality facing the public and journalism professionals. For this, the following television newscasts were taken as empirical objects of research: the Jornal Nacional, produced by Rede Globo, a private broadcaster, and Repórter Brasil Segunda Edição, of the TV Brasil, a public broadcaster. Two matrix of specific assessment are developed for each type of station, consisting of seven categories covering axis such as plurality, autonomy, contextualization, impartiality and technicality. Based on this tool, 165 informative audiovisual items are analyzed, including reports, live and notes with images. The results show that broadcasters have distinct qualitative parameters such as the focus on audience and scoop in the case of private broadcasters, and autonomy and citizen participation for public broadcasters. However, other aspects such as independence, the event's context, and plurality are part of the discourse of both broadcasters analyzed. The arrays demonstrate to be important and effective to provide citizens with instruments that can be useful for assessing the news production. This work also seeks to advance other researches about quality, particularly through the creation of the Quality Index (Índice de Qualidade), a coefficient that can measure the quality of a television informative piece.

Keywords: Quality. Television journalism. Public TV. Private TV. Narratives.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01:	As aparições dos partidos em 2012 segundo o relatório de Pluralismo Político-Partidário da ERC.....	75
Figura 02:	As aparições dos partidos em 2013 segundo o relatório de Pluralismo Político-Partidário da ERC.....	75
Figura 03:	Jornal Nacional e o vínculo com a publicidade.....	91
Figura 04:	Youssef representado pelas imagens de arquivo do Jornal Nacional...	102

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01:	Tempo dedicado à cobertura no caso <i>Standart and Poors</i>	92
Gráfico 02:	Formato das inserções jornalísticas no caso Pasadena.....	96
Gráfico 03:	Fontes utilizadas na cobertura do Jornal Nacional no Caso Pasadena..	96
Gráfico 04:	Tempo dedicado à cobertura – Caso Pasadena.....	98
Gráfico 05:	Posicionamento das fontes no Jornal Nacional – Caso Petrolão.....	104
Gráfico 06:	Formatos da notícia – Caso Petrolão.....	105
Gráfico 07:	Tempo dedicado à cobertura no caso Petrolão.....	107
Gráfico 08:	IQ notas Cobertas x IQ das Edições.....	207
Gráfico 09:	Índice de Qualidade por Edição (média).....	208
Gráfico 10:	Balanço Jornal Nacional.....	209
Gráfico 11:	Balanço Repórter Brasil 2ª Edição.....	210
Gráfico 12:	Balanço da categoria Perfil da reportagem/Contextualização no Jornal Nacional.....	211
Gráfico 13:	Balanço da categoria Contextualização da informação no Repórter Brasil.....	212

LISTA DE TABELAS

Tabela 01:	A qualidade segundo o Código Brasileiro de Telecomunicações.....	23
Tabela 02:	A qualidade e seus significados: formas de abordagem.....	28
Tabela 03:	Categorias de análise e indicadores.....	45
Tabela 04:	A regulação e seus princípios.....	56
Tabela 05:	Lei da ERC – Síntese dos objetivos.....	59
Tabela 06:	A pluralidade na análise da materialidade audiovisual.....	77
Tabela 07:	Descrição das notas secas exibidas no Repórter Brasil (TV Brasil).	95
Tabela 08:	As notas secas veiculadas pelo Repórter Brasil.....	106
Tabela 09:	Princípios de qualidade do Manual de Jornalismo da EBC.....	112
Tabela 10:	Critérios de seleção da produção independente.....	116
Tabela 11:	Prioridades na cobertura esportiva pela EBC.....	123
Tabela 12:	A qualidade pela Revista do Conselho Curador.....	126
Tabela 13:	Matriz de verificadores da qualidade voltada para o cidadão (TV Pública).....	132
Tabela 14:	Quadro auxiliar para verificação da qualidade.....	134
Tabela 15:	Critérios de noticiabilidade do Jornal Nacional.....	142
Tabela 16:	Aspectos qualitativos evidenciados nos <i>tweets</i> de Flávio Fachel.....	146
Tabela 17:	A qualidade pelos discursos dos jornalistas da Rede Globo.....	151
Tabela 18:	Matriz de verificadores da qualidade voltada para o cidadão (TV Privada).....	153
Tabela 19:	Pontuações possíveis nas categorias das matrizes de avaliação.....	157

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. A QUALIDADE NA TEORIA: REVISÃO E NOVAS CONTRIBUIÇÕES.....	21
2.1 A QUALIDADE NA LEGISLAÇÃO.....	21
2.2 A QUALIDADE PELA ACADEMIA.....	27
2.3 CRUZAMENTOS E PROPOSTAS DOS INDICADORES QUALITATIVOS	41
2.4 AS CONTRIBUIÇÕES DA UNESCO E DA RENOI PARA A QUALIDADE JORNALÍSTICA: O SISTEMA ISO APLICADO À COMUNICAÇÃO.....	45
3. DESAFIOS PARA A QUALIDADE AUDIOVISUAL: CONTEXTO HISTÓRICO, REGULAÇÃO E A EXPERIÊNCIA PORTUGUESA.....	50
3.1 TV PÚBLICA E TV PRIVADA: CONCEITOS E DESAFIOS.....	50
3.2 ENTRAVES HISTÓRICOS DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL.....	53
3.3 REGULAÇÃO: PRINCÍPIOS, CONTRIBUIÇÕES E O CASO PORTUGUÊS.....	60
3.3.1 A ERC e a regulação na mídia portuguesa.....	63
3.3.2 Regulação, reflexões e a qualidade.....	65
4. A PLURALIDADE COMO EIXO CONDUTOR DA QUALIDADE...	67
4.1 O PLURALISMO E SUAS FACES.....	67
4.2 O RELATÓRIO DE PLURALISMO POLÍTICO: A EXPERIÊNCIA PORTUGUESA.....	71
4.3 O PLURALISMO NAS ANÁLISES ACADÊMICAS.....	76
4.4 A QUALIDADE NA PERSPECTIVA DO PLURALISMO: NOTAS SOBRE A DISCUSSÃO.....	80
5. ANÁLISES PRELIMINARES: UMA VERIFICAÇÃO DO PERFIL NOTICIOSO DA TV GLOBO E DA TV BRASIL.....	82
5.1 PRÉ-ANÁLISES: OBJETIVOS E METODOLOGIA EMPREGADA..	82
5.2 O CASO <i>STANDART AND POOR'S</i>	83
5.2.2 O grau de confiança.....	85
5.2.3 Análise e procedimentos metodológicos específicos.....	88
5.2.4 Considerações sobre o caso <i>Standart and Poor's</i>	92
5.3 O CASO PASADENA.....	93
5.3.1 Análise e procedimentos metodológicos específicos.....	94
5.3.2 Considerações sobre o caso Pasadena.....	99
5.4 O CASO PETROLÃO: CORRUPÇÃO E POLÊMICA EM ANO ELEITORAL.....	100
5.4.1 Análise e procedimentos metodológicos específicos.....	100
5.4.2 Considerações sobre o caso Petrolão.....	107
5.5 CONSIDERAÇÕES GERAIS E CONTRIBUIÇÕES PARA A QUALIDADE TELEVISIVA.....	109

6. TV PÚBLICA E MÉTODOS DE VERIFICAÇÃO DA QUALIDADE: MATRIZ DE AVALIAÇÃO E O ÍNDICE DE QUALIDADE.....	111
6.1 A QUALIDADE SEGUNDO O MANUAL DE JORNALISMO DA EBC.....	111
6.2 A QUALIDADE SEGUNDO A REVISTA DO CONSELHO CURADOR DA EBC.....	114
6.3 A QUALIDADE NA PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS DA TV BRASIL.....	127
6.4 MATRIZ DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE PARA EMISSORAS PÚBLICAS.....	132
6.4.1 Respondendo a Matriz e calculando o Índice de Qualidade (IQ).....	133
6.4.2 Exemplificando o cálculo do IQ.....	135
7. A QUALIDADE NO JORNAL NACIONAL: PRINCÍPIOS EDITORIAIS, MATRIZ E O CÁLCULO DO ÍNDICE DE QUALIDADE.....	136
7.1 A QUALIDADE NOS PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO.....	136
7.2 A QUALIDADE NOS DISCURSOS DOS PROFISSIONAIS DA REDE GLOBO.....	138
7.2.1 As dicas de #telejornalismo de Flávio Fachel.....	146
7.2.2 Regionalismo e aproximação com o público: o caso Caravana JN.....	148
7.3 CONSIDERAÇÕES PARA A FORMULAÇÃO DA MATRIZ.....	151
7.3.1 Calculando o Índice de Qualidade da reportagem.....	154
8. ANÁLISES E TESTES DAS MATRIZES DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E CÁLCULO DO ÍNDICE DE QUALIDADE (IQ).....	156
8.1 PROPOSTAS, METODOLOGIA E PARÂMETROS QUALITATIVOS.....	156
8.2 ANÁLISES.....	158
8.2.1 Análise das edições de 07/12/2015.....	158
8.2.2 Análise das edições de 08/12/2015.....	165
8.2.3 Análise das edições de 09/12/2015.....	173
8.2.4 Análise das edições de 10/12/2015.....	182
8.2.5 Análise das edições de 11/12/2015.....	190
8.2.6 Análise das edições de 12/12/2015.....	199
8.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE: CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS.....	206
9. CONSIDERAÇÕES (E PROPOSTAS) FINAIS.....	213
10. REFERÊNCIAS.....	219
11. APÊNDICES.....	226

1. INTRODUÇÃO

A qualidade é uma das palavras mais utilizadas quando se busca um ideal de serviço, trabalho, produto ou até de pesquisa. No meio científico, por exemplo, pesquisadores frequentemente se deparam com ferramentas que buscam atestar, e divulgar, o nível das produções, como o sistema *Qualis*, criado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para mensurar a qualidade dos periódicos. Na academia, avaliações criadas pelo Ministério da Educação (MEC), como o Enade, se propõem a mensurar a qualidade de determinado curso superior e das próprias faculdades, através de índices que utilizam como base parâmetros específicos.

Entretanto, a qualidade é um conceito que se potencializa em seus significados à medida que os estudos são aprofundados. Em uma discussão sobre a origem do conceito vinculado à vida das pessoas, Rodrigues (1999) e Vasconcelos (2001) recorrem à Antiguidade Clássica. O período, marcado até então por disputas de impérios e grandes batalhas entre os povos, como romanos, espartanos e atenienses, ganha uma nova perspectiva quando, através dos princípios da geometria de Euclides, por volta de 300 a.C., foram geradas melhorias do método de trabalho dos agricultores à margem do Nilo (VASCONCELOS, 2001, p.1). Na época, também foi criada a Lei das Alavancas de Arquimedes, em 287 a.C., que contribuiu para melhorar a qualidade do trabalho e da vida dos trabalhadores através de menor esforço físico para a realização do ofício (VASCONCELOS, 2001, p.1).

Com o passar dos anos, a qualidade se consolidou como referência para melhorar a vida das pessoas e passou a fazer parte dos princípios norteadores das organizações. Também foram criados métodos para verificar se determinado produto atende a requisitos mínimos de qualidade. Um exemplo é a norma internacional ISO 9000/9001, uma certificação que indica ao consumidor se determinado produto ou serviço possui qualidade.

Guerra (2010) argumenta que por meio de duas condições – “dispositivos de certificação e experiência do consumidor” ou por “pessoas do seu círculo de convivência” – a indicação da qualidade “representa uma segurança de que o produto oferecido contém efetivamente as características e a funcionalidade pretendidas pelo cliente” (GUERRA, 2010, p.2). Nesse sentido, podemos afirmar que a qualidade está no inconsciente das pessoas a partir do momento em que buscam atender determinada expectativa, seja através de um produto ou mesmo de áreas básicas, como saúde, educação e segurança. Portanto, podemos também considerar que a Comunicação de qualidade ocupa um espaço de discussão importante (ou ao menos deveria). A partir do momento em que é considerada um serviço de utilidade pública,

como descreve o Capítulo V da Constituição Federal brasileira, dedicado à Comunicação Social, através do combate aos monopólios, promoção da cultura, educação e regionalismos, entre outros deveres, a qualidade deve ocupar um espaço privilegiado para que a mídia possa atender às necessidades dos espectadores em termos informativos.

A qualidade tem diferentes representações de acordo com o contexto em que está inserida. É necessário definir a princípio uma base para que se possa estudar os aspectos qualitativos audiovisuais de um determinado país e, assim, desenvolver parâmetros secundários para analisar os produtos jornalísticos de veículos que possuem diferentes propostas, como plataformas utilizadas, públicos ou modelos de financiamentos distintos.

Diante da necessidade de se aprofundar a reflexão acerca das raízes da qualidade no telejornalismo brasileiro - para que se possa, posteriormente, compreender as origens dos critérios adotados pelos grupos de comunicação – compartilhamos da percepção de Borges (2014), que numa discussão que envolve diferentes teóricos¹, assume a complexidade da qualidade e afirma que

o discurso sobre a qualidade da organização do sistema televisivo está particularmente relacionado com o conjunto de leis, regulamentos, diretrizes, tipos de serviços oferecidos, práticas de programação e de produção, entre outros, de um determinado país (BORGES, 2014, p.26).

Neste trabalho, propomos uma discussão sobre a qualidade no telejornalismo em emissoras públicas e privadas. Para isso, utilizamos como objetos empíricos os telejornais Repórter Brasil Segunda Edição, produzido por uma TV Pública (TV Brasil), e o Jornal Nacional, exibido em uma TV Comercial (TV Globo). O intuito é identificar quais os critérios de qualidade adotados por cada noticiário.

A escolha pelo Jornal Nacional é feita por ser o noticiário televisivo mais visto no país, responsável pela produção de incontáveis sentidos. Também é o telejornal brasileiro mais longevo: no ar desde 1969, foi o primeiro programa veiculado em rede nacional terrestre. Seu caráter comercial é perceptível desde o nome – oriundo do Banco Nacional – até as dependências das verbas publicitárias para sustentar seu poderio estrutural e tecnológico, associado à TV Globo, emissora central no panorama audiovisual brasileiro, em que pesam os atuais registros de queda de audiência.

O Repórter Brasil – apesar de estar há apenas oito anos no ar – faz parte de um projeto que representa a promessa de um jornalismo democrático, independente e produtor de

¹ Entre os autores utilizados por Borges, está Eva Pujadas, com o trabalho “Televisión de calidad y pragmatismo”, publicado em 2002.

narrativas diferenciadas, associado a uma emissora pública nacional. Resultados de pesquisas, como desta proposta, podem contribuir para esse processo. A TV Brasil foi criada em 2 de dezembro de 2007 e surgiu como um anseio da sociedade brasileira – evidenciada especialmente no I Fórum Nacional da Televisão Pública, realizado no ano anterior. A emissora se define como independente e democrática, tendo como finalidade o complemento de “oferta de conteúdo, oferecendo uma programação de natureza informativa, cultural, artística, científica e formadora de cidadania”.²

A estrutura de rede dos telejornais considerados é semelhante. Apesar dos estúdios estarem localizados em regiões distintas – o Jornal Nacional no Rio de Janeiro e o Repórter Brasil em Brasília – os dois noticiários contam com uma rede de afiliadas pelo país. Apesar dessas aproximações, reconhecemos, porém, que há muitas disparidades, provenientes principalmente do aparato financeiro e tecnológico da emissora comercial. Esse cenário não atua como fator limitante para a comparação metodológica, já que partimos do pressuposto de que a representatividade do Jornal Nacional para as emissoras comerciais é equivalente à do Repórter Brasil para as públicas – não pela audiência, mas pela posição ocupada na esfera comunicativa brasileira.

Ao reconhecer a importância da qualidade no telejornalismo, propomos a elaboração de matrizes para que jornalistas e cidadãos possam avaliar se esses noticiários realmente cumprem as diretrizes qualitativas que estabelecem para o conteúdo e a técnica que são exibidos – além do que os teóricos e os profissionais consideram como pressupostos para uma televisão de qualidade. Essa alternativa para avaliar o telejornal é importante num país que carece de educação midiática e, no caso da TV Pública, seria uma forma dos cidadãos poderem monitorar a emissora que, constitucionalmente, pertence à sociedade brasileira. Também propomos a criação do Índice de Qualidade (IQ), capaz de mensurar, em termos numéricos, a qualidade de uma peça audiovisual informativa.

A organização dos temas foi conduzida de forma a criar um sentido linear na leitura. No segundo capítulo, seguinte a esta introdução, nos dedicamos a analisar a qualidade em três etapas – e com a permanente preocupação em diferenciar como o conceito é abordado em emissoras privadas e públicas. Como base nesta proposta, a primeira etapa se propõe a desvendar como a qualidade é representada pela legislação brasileira, através da Lei 4.117/1963 que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT). É preciso destacar que, apesar de esta ser a lei que regula as emissoras brasileiras, inclusive as concessões,

² As premissas institucionais da TV Brasil/EBC estão disponíveis no site da emissora: <<http://tvbrasil.ebc.com.br>>.

muitas alterações já foram realizadas através de decretos – que também serão considerados pelo levantamento. Em atenção à TV Pública, recorreremos à Lei 11.652/2008, que estabelece os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão a serem prestados pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), responsável pela TV Brasil.

Ainda neste capítulo são apresentados os resultados de uma revisão bibliográfica que busca aprofundar o que a academia tem produzido sobre o tema. Esse estudo traz um material rico em termos de ideias, análises e apontamentos em prol de uma qualidade que, muitas vezes, não é utilizada como referência pelas emissoras. Entre as pesquisas a serem consideradas, estão os indicadores de qualidade formulados por Bucci, Fiorini, e Chiaretti (2012), direcionados para a radiodifusão pública e que propõem uma forma fácil de verificar a qualidade em emissoras públicas; Becker (2005) que exemplifica procedimentos práticos que, ao serem adotados, contribuem com a qualidade em programas jornalísticos, como na edição e na definição das pautas que atendam ao interesse público; também consideramos o modo de endereçamento dos telejornais citado por Gomes (2006), que se refere ao modo como um determinado programa se relaciona com sua audiência a partir da construção de um estilo, que o identifica e que o diferencia dos demais. Outros autores que também abordam a qualidade e que serão considerados neste trabalho são Iluska Coutinho (2013), as contribuições de Vladimir Herzog, detalhadas na obra biográfica escrita por Paulo Markun (2005), e as contribuições da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para a verificação da qualidade nos países em desenvolvimento. Neste caso, utilizamos como referência o trabalho “Indicadores de desenvolvimento da mídia: marco para a avaliação do desenvolvimento dos meios de comunicação” (2010). São abordadas algumas matrizes de avaliação elaboradas através do estudo “Indicadores de qualidade da informação jornalística”³ – realizado por pesquisadores da Rede Nacional de Observatórios de Imprensa (RenoI) em conjunto com a UNESCO.

O terceiro capítulo trata dos desafios para a qualidade no Brasil, com ênfase na conceituação dos compromissos da TV Pública, utilizando-se de autores como Fernandez (2002), Mazziotti (2002) e Jambeiro (2008), na história da radiodifusão nacional, com base nos estudos de Carrato (2013), e na ausência de um sistema regulatório. Na busca por comparações externas, propomos um paralelo com Portugal onde há a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC).

³ O estudo é composto por quatro publicações e foi lançado em 2010. Fazem parte desta pesquisa os professores/pesquisadores Rogério Christofoletti, Danilo Rothberg, Josenildo Guerra e Luiz Egypto Cerqueira.

O quarto capítulo busca se aprofundar no conceito de pluralidade, a partir da percepção de Barbero (1994), e também discutir como ele é mensurado nos métodos de análise voltados para audiovisuais, com ênfase no desenvolvido por Coutinho e Gouvêa (2015), intitulado *Análise da Materialidade Audiovisual*.

O quinto capítulo traz análises preliminares de coberturas específicas dos noticiários com o objetivo de identificar deficiências na programação com referência aos aspectos qualitativos levantados por pesquisadores. Os dois capítulos seguintes abordam como a qualidade é definida e executada no Repórter Brasil e no Jornal Nacional. O primeiro levantamento é realizado com entrevistas e análises do manual interno e das revistas do Conselho Curador da EBC. Já no caso do telejornal da Rede Globo, diante da recusa do Programa Globo Universidade para concessão de entrevistas com profissionais do Jornal Nacional, recorre-se aos Princípios Editoriais do Grupo Globo e aos livros de repórteres e do editor-chefe, William Bonner. Ao final dos capítulos, propomos uma matriz de análise para a verificação da qualidade específica para cada veículo e o cálculo do Índice de Qualidade – criado para facilitar a mensuração do conceito.

No capítulo oito buscamos testar as matrizes elaboradas e, como objetivo secundário, verificar se os dois telejornais cumprem os indicadores estabelecidos. Também são calculados o Índice de Qualidade (IQ) de cada peça. Para tornar a leitura mais compreensiva, também propomos no início de cada capítulo um breve resumo com os principais objetivos e discussões que serão realizadas nas páginas seguintes.

Através desta pesquisa esperamos colaborar para difusão da qualidade no telejornalismo brasileiro. Ao longo de sua elaboração, entre os anos 2014 e 2015, o tema perpassou por debates em mesas de discussões e eventos nacionais e internacionais. Em muitos deles, além das contribuições de pesquisadores, foi comum a percepção de que ainda há resistência acerca de seu estudo, principalmente devido à relatividade do conceito. No entanto, consideramos importante reunir as principais pesquisas e se aprofundar na questão – principalmente diante da necessidade de uma visão diferenciada da qualidade para emissoras que possuem modelos de financiamentos distintos. A ausência de entidades reguladoras e de um projeto nacional de Literacia Mediática⁴, como ocorre em muitos países europeus, dificulta a difusão do assunto no Brasil. Mas, não invalida tópicos que futuramente poderão

⁴ Segundo o portal Literacia Mediática de Portugal, o termo “Literacia” voltado para a mídia se refere às atividades e aos projetos destinados a formar o cidadão para um uso crítico e esclarecido dos meios de comunicação. Disponível em: <<http://www.literaciamediatca.pt/pt>>.

estar mais presentes no dia a dia dos jornalistas e daqueles que assistem os noticiários, seja na tradicional “caixa de imagens e sons” ou nas plataformas digitais.

2. A QUALIDADE NA TEORIA: REVISÃO E NOVAS CONTRIBUIÇÕES

O CAPÍTULO: começamos a discussão sobre a qualidade através da análise do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT/1962) que registra as normas federais que conduzem as práticas das emissoras de TV e rádio de sinal aberto no Brasil. O capítulo também se dedica à revisão bibliográfica acerca da qualidade segundo a academia, evidenciando a importância de discutir diversidade, serviço público, ética e comprometimento com a audiência nas produções jornalísticas voltadas para a televisão. Ao final propomos a criação de indicadores complementares que não foram evidenciados nas pesquisas utilizadas como referenciais pelo trabalho.

2.1 A QUALIDADE NA LEGISLAÇÃO

Um dos principais desafios para a pesquisa da qualidade é definir o ponto de partida para o estudo. É preciso delimitar o contexto midiático para que se possa desenvolver parâmetros que sejam aplicáveis de forma eficiente e voltados para um meio específico. Para isso, consideramos, a princípio, recorrer à legislação que trata da Comunicação Social. São as leis que constituem a base dos preceitos estabelecidos pelos manuais de telejornalismo e princípios editoriais e que acabam por conduzir a prática jornalística.

No Brasil, além da Constituição Federal, a imprensa tem como principal referência a Lei de número 4.117, publicada em 1962, pelo então presidente João Goulart. Também conhecida como Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), ela surgiu num momento em que a televisão começava a se popularizar, principalmente nas mãos de Assis Chateaubriand, proprietário da TV Tupi⁵ – primeira emissora brasileira. É importante notar que naquela época não havia emissoras educativas e públicas. Essas somente seriam implantadas em 1968, através da TV Universitária de Pernambuco e, posteriormente, pela TV Cultura de São Paulo.

Por ter mais de meio século de vigência, a lei passou por várias alterações ao longo dos anos, sendo modificada por meio de decretos presidenciais. Apesar da clara necessidade de reformulação, por causa do tempo de vigência e questões relacionadas à democratização da comunicação e regulação da mídia, diversas partes dos textos originais ainda vigoram na radiodifusão brasileira. Para esta análise, utilizamos a versão consolidada do CBT, que exclui

⁵ A TV Tupi de São Paulo foi fundada pelo empresário Assis Chateaubriand em 1950. Além de ter sido a primeira emissora do Brasil, também demonstra a origem da atual configuração brasileira dos meios televisivos, dominada pelo modelo comercial de financiamento.

os artigos e parágrafos revogados, e serão consideradas as partes que possam fornecer indicadores qualitativos para emissoras abertas.

No artigo 34 do capítulo 5 (BRASIL, 1962), que trata sobre os serviços de telecomunicações, são enumerados alguns dos critérios adotados para a concessão dos serviços de radiodifusão. Entre as exigências para se obter uma emissora, por exemplo, estão a prova de idoneidade moral, demonstração dos recursos técnicos e financeiros que o solicitante dispõe para o empreendimento, indicação dos responsáveis pela orientação intelectual e administrativa da entidade e a preferência para a concessão às pessoas jurídicas de direito público interno, inclusive universidades.

Essas regras demonstram a preocupação pela questão ética na condução dos veículos de informação, justificada pela idoneidade moral daquele que estará à frente do negócio. Apesar de incluir as universidades como candidatas preferenciais às concessões – o que pode se relacionar com a preocupação pelo conteúdo educativo – percebe-se também como a questão financeira contribuirá para a configuração do oligopólio midiático nacional ao longo das décadas. Somente aqueles que detêm recursos técnicos e financeiros poderiam (podem) obter uma concessão. Esse tópico do 34º artigo pode ser considerado a origem da visão de empresas de comunicação como uma indústria de produtos midiáticos – voltadas para o lucro. Deduzimos que, diante do investimento, também é de se esperar o retorno financeiro. A preocupação em relação à qualidade é a de que esse objetivo se sobreponha ao interesse público, desencadeando o vale tudo pela audiência – e publicidade.

Segundo Bolaño (2003), esse método de outorga de canais contribuiu

[...] para a consolidação, no país, diferentemente do que ocorrera em larga escala na Europa, por exemplo, de um sistema comercial privado de rádio e televisão, com base num modelo de concessões públicas – para 10 e 15 anos respectivamente, renováveis por períodos idênticos e sucessivos -, ainda que preservando o direito da União de executar serviço idêntico, dando preferência, no processo de outorgas, às pessoas jurídicas de direito público, inclusive Universidades (BOLAÑO, 2003, p.33).

Entre as cláusulas que deverão ser consideradas para a concessão, também destaca-se a exigência de que “os administradores ou gerentes que detenham poder de gestão e de representação civil e judicial sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos” (LEI 4.117, 1962, art. 38). Esta necessidade sinaliza que os meios de comunicação devam atender aos interesses nacionais, e não estrangeiros.

Quanto ao conteúdo, é visível a forma como o CBT elenca alguns preceitos que podem ser tomados como indicadores de uma programação de qualidade. A valorização da informação é um deles. “As emissoras de radiodifusão, inclusive televisão, deverão cumprir sua finalidade informativa, destinando um mínimo de 5% (cinco por cento) de seu tempo para transmissão de serviço noticioso” (BRASIL, 1962, art. 38). O mesmo artigo ainda concede ênfase ao papel da educação e da cultura na radiodifusão ao afirmar que “os serviços de informação, divertimento, propaganda e publicidade das empresas de radiodifusão estão subordinadas às finalidades educativas e culturais inerentes à radiodifusão, visando aos superiores interesses do país” (BRASIL, 1962, art. 38). É preciso considerar que essas duas finalidades deveriam estar presentes em todos os programas televisivos, tornando-se eixos condutores da qualidade.

Outro aspecto que consta na Lei 4.117/1962 é o que tem relação com a independência política dos meios de comunicação vinculados a órgãos públicos. O artigo 47 descreve que nenhuma estação de radiodifusão de propriedade da União, Estados e Municípios poderá ser utilizada para fazer propaganda política ou difundir opiniões favoráveis ou contrárias a qualquer partido político. Nota-se, assim, um estreito relacionamento do conteúdo deste trecho com as atividades das emissoras públicas, educativas e universitárias.

O capítulo VII do Código Brasileiro de Telecomunicações, que trata sobre as infrações e penalidades, nos permite um exercício de contraposição⁶ que pode gerar deduções do que é qualidade e não qualidade em relação ao conteúdo das emissoras abertas. Para isso, utilizamos o artigo 53, adicionado através do decreto-lei 236, em 1968, que trata do que seriam os abusos ocasionados pela liberdade da radiodifusão. São 11 cláusulas, cujo descumprimento é tratado como crime perante a lei federal. Abaixo apresentamos uma tabela com o resultado das inferências propostas.

Tabela1: A qualidade segundo o Código Brasileiro de Telecomunicações

O que diz a Lei 4.117/1962 em relação aos abusos da liberdade de radiodifusão	Contraponto: o que seria qualidade?
a) incitar a desobediência às leis ou decisões judiciárias.	Respeito à constituição.
b) divulgar segredos de Estado ou assuntos que prejudiquem a defesa nacional.	Responsabilidade no trato da informação.

⁶ Neste exercício de contraposição, buscamos identificar como os trechos do Código Brasileiro de Telecomunicações correspondem a indicadores de qualidade. A análise, interpretativa, tem o objetivo de sintetizar os objetivos da legislação brasileira no meio comunicacional.

c) ultrajar a honra nacional.	Promover a ordem.
d) fazer propaganda de guerra ou de processos de subversão da ordem política e social.	Responsabilidade política.
e) promover campanha discriminatória de classe, cor, raça ou religião.	Respeito à diversidade.
f) insuflar a rebeldia ou a indisciplina nas forças armadas ou nas organizações de segurança pública.	Isenção.
g) comprometer as relações internacionais do País.	(*)
h) ofender a moral familiar, pública, ou os bons costumes.	Compromisso e respeito com as questões sociais.
i) caluniar, injuriar ou difamar os Poderes Legislativos, Executivo ou Judiciário ou os respectivos membros.	Respeito aos órgãos governamentais.
j) veicular notícias falsas, com perigo para a ordem pública, econômica e social.	Busca pela verdade.
l) colaborar na prática de rebeldia desordens ou manifestações proibidas.	Isenção.

Fonte: Código Brasileiro de Telecomunicações, Lei 4.117/1962.

Sobre o critério que trata do comprometimento das relações internacionais do país, não foi possível chegar numa conclusão sobre o que seria considerado o seu contraponto no sentido da qualidade. A justificativa deve-se ao fato de que a publicação de informações via jornalismo investigativo, como denúncias e irregulares, que é dever da imprensa, poderia, como um processo natural, interferir nas relações internacionais do país. Outros tópicos podem se adequar a esse raciocínio, visto que a época da redação do texto condiz com o período inicial do regime militar brasileiro, onde a censura germinava. Porém, nossa leitura aqui exposta parte de um olhar voltado para a comunicação contemporânea, desconsiderando que haja objetivos coadjuvantes por parte de um Estado democrático.

A liberdade de expressão, através da livre manifestação do pensamento e de informação, também faz parte de uma programação de qualidade. A limitação desse direito, e dever, também está sujeita à infração, conforme a Lei de número 5.250/1967, também incorporada ao CBT.

A livre manifestação de pensamento⁷ também é reforçada na Constituição de 88 (BRASIL, 1988, art. 220), com clara vedação à censura de natureza política, ideológica e artística. No capítulo cinco, que trata da Comunicação Social, também há ênfase de aspectos que contribuem para a visão de qualidade, como a preferência por finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; a valorização da cultura nacional e regional; e estímulo à produção independente, respeito à ética (BRASIL, 1988).

Devido ao contexto histórico em que foram elaborados, tanto o Código Brasileiro de Telecomunicações como a Constituição de 88 não realizam distinção entre emissoras públicas e comerciais.⁸ Um dos marcos para o preenchimento desta lacuna foi a criação da Empresa Brasil de Comunicação, a EBC, em dezembro de 2007. Em 7 de abril de 2008 foi publicada a Lei de número 11.652/2008 que instituiu os objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo e seus outorgados. O segundo artigo da lei detalha, de forma clara, o que deve reger os veículos que fazem parte da EBC.

I - complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal; II - promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo; III - produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas; IV - promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente; V - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família; VI - não discriminação religiosa, político-partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual; VII - observância de preceitos éticos no exercício das atividades de radiodifusão; VIII - autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão; IX - participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira. (BRASIL, 2008, art. 2).

A complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal se refere à produção de conteúdo que não é veiculado em emissoras comerciais, através de novas angulações, sentidos e técnicas. Percebe-se também a presença de alguns pontos que não constam no Código Brasileiro de Telecomunicações, como a não discriminação filosófica de gênero ou opção sexual. Entre as aproximações, está a ênfase na programação informativa e educativa, além da ética.

⁷ No sentido de assegurar a liberdade de pensamento, o segundo artigo do capítulo V da Constituição de 88 diz que “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio” (BRASIL, 1988, art.2).

⁸ Utilizamos como referência de emissora pública a definição que considera seu custeio ou financiamento pela união, oriundo dos impostos pagos pelos cidadãos. Assim, estes seriam os responsáveis pela sua manutenção e, dessa maneira, deveria prevalecer o interesse público na programação. Emissoras comerciais/privadas são as custeadas pelas verbas publicitárias.

O terceiro artigo, que se refere aos objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo poder Executivo, traz nove tópicos que também podem ser entendidos como aspectos qualitativos da legislação federal. O debate público torna-se uma meta em temas de relevância nacional e internacional. Ele determina ainda que programação deve desenvolver a consciência crítica do cidadão, através de programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora da cidadania. Outros objetivos são:

III - fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação, à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação; IV - cooperar com os processos educacionais e de formação do cidadão; V - apoiar processos de inclusão social e socialização da produção de conhecimento garantindo espaços para exibição de produções regionais e independentes; VI - buscar excelência em conteúdos e linguagens e desenvolver formatos criativos e inovadores, constituindo-se em centro de inovação e formação de talentos; VII - direcionar sua produção e programação pelas finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas, científicas e promotoras da cidadania, sem com isso retirar seu caráter competitivo na busca do interesse do maior número de ouvintes ou telespectadores; VIII - promover parcerias e fomentar produção audiovisual nacional, contribuindo para a expansão de sua produção e difusão; IX - estimular a produção e garantir a veiculação, inclusive na rede mundial de computadores, de conteúdos interativos, especialmente aqueles voltados para a universalização da prestação de serviços públicos. (BRASIL, 2008, art. 3).

Entendemos que todos esses tópicos podem ser considerados indicadores de qualidade, já que são responsáveis por conduzir a programação das emissoras públicas subordinadas à EBC, entre elas, a TV Brasil. A Lei 11.652/2008 também proíbe qualquer forma de proselitismo⁹ na programação. Há um destaque para o conteúdo regional, que deve compor no mínimo 10% da programação, já a produção independente deve representar 5% da grade – sendo que ambos não podem ser veiculados no horário compreendido entre 24 e 6 horas.¹⁰

O regionalismo acompanha o que muitos autores já determinam como sendo aspectos de qualidade para emissoras públicas. A própria constituição (Art. 221), como destaca Aguiar (2012), faz defesa à diversidade cultural e social do país, tendo como um dos objetivos das emissoras de rádio e televisão a regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais definidos por lei.

⁹ Proselitismo refere-se à tentativa de usar técnicas de persuasão antiéticas, um conceito contrário à isenção.

¹⁰ No Brasil, o intervalo que compreende o horário entre 24 e 6 horas possui baixo índice de audiência. Algumas emissoras privadas brasileiras chegam a vender esse espaço para instituições, como as igrejas.

Vale ainda destacar, no que se refere ao marco legal da EBC, a implementação de um Conselho Curador¹¹ para fiscalizar a programação e auxiliar na condução de temas e propostas que possam melhorar a qualidade dos veículos da empresa. Atualmente, o Conselho, que tem natureza consultiva e deliberativa, é integrado por 22 membros, todos brasileiros, sendo 4 ministros de Estado, 1 representante do Senado e outro da Câmara dos Deputados, 1 representante dos funcionários da EBC e 15 da sociedade civil. A legislação inclui a presença de um ouvidor, que deve exercer de forma independente a crítica interna da produção e também:

[...] conduzir, sob sua inteira responsabilidade editorial, no mínimo 15 (quinze) minutos de programação semanal, a ser veiculada pela EBC no horário compreendido entre 6 (seis) e 24 (vinte e quatro) horas, voltada à divulgação pública de análises sobre a programação da EBC (BRASIL, 2008, art. 20).

A presença de um conselho ou mecanismo que possa acompanhar as atividades desenvolvidas pelos órgãos de comunicação está presente nas políticas editoriais dos manuais de emissoras públicas e privadas – que também constituem nossos objetos de estudo sobre a qualidade.

2.2 A QUALIDADE PELA ACADEMIA

A qualidade no telejornalismo é objeto de estudo há décadas. Uma das primeiras manifestações de preocupação com esse aspecto no Brasil pode ser vista nas propostas de Vladimir Herzog¹² para o departamento de jornalismo da TV Cultura na década de 1970. As pesquisadoras Oliveira (2014) e Jesus e Bara (2012) analisaram as contribuições e a atuação do jornalista.

Na ditadura militar, o telejornal Hora da Notícia exibiu um jornalismo diferenciado para os padrões da época, na qual a imprensa era fortemente supervisionada pelo governo

¹¹ O Conselho Curador da EBC tem o objetivo de acompanhar as atividades da EBC e servir como ponte entre a sociedade e os veículos do órgão. Entre os trabalhos desenvolvidos estão as audiências públicas e a Revista do Conselho Curador, que traz críticas, reflexões e sugestões acerca da programação desenvolvida nos canais de comunicação da EBC.

¹² Vladimir Herzog (Vlado Herzog) se destacou pela atuação em favor da redemocratização do Brasil durante o regime militar. Formado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), também foi dramaturgo e professor de Jornalismo da Escola de Comunicação e Artes (USP). Herzog foi encontrado morto, com uma corda no pescoço, em uma cela, em 25 de junho de 1975. Na época, o governo militar considerou suicídio. Em setembro de 2012, o registro de óbito foi retificado, atendendo à solicitação da Comissão Nacional da Verdade – que buscava apurar crimes praticados na época da ditadura. Assim, consta que a "morte decorreu de lesões e maus-tratos sofridos em dependência do II Exército – SP (Doi-Codi)".

militar e seus atos inconstitucionais. Líder de audiência na TV Cultura, o noticiário abordava assuntos de ligação direta com o telespectador. O homem da rua, por exemplo, era convidado a expor os seus problemas antes das autoridades (JESUS; BARA, 2012, p.7). As contribuições de Herzog para a qualidade do telejornalismo incluem outros temas:

Jornalismo em rádio e TV deve ser encarado como instrumento de diálogo, e não como um monólogo paternalista. Para isso, é preciso que espelhe os problemas, esperanças, tristezas, e angústias das pessoas as quais se dirige; um telejornal de emissora do governo também pode ser um bom jornal e, para isso, não é preciso “esquecer” que se trata de emissora do governo. Basta não adotar uma atitude servil (HERZOG, 1975, *apud* JESUS; BARA, 2012, p.8).

A citação se encaixa na proposta de qualidade do telejornalismo público, este, que, muitas vezes, é confundido popularmente como subordinado aos interesses estatais – uma perspectiva criticada por Herzog. A referida interpretação é discutida por pesquisas recentes sobre a relação público x estatal. Na necessidade de uma diferenciação clara, Aguiar (2013) utiliza-se do estudo do pesquisador em direito da Universidade de São Paulo, Ericson Meister Scorsim, para afirmar que “um critério essencial para a caracterização da televisão pública é a independência diante do poder público, assegurada mediante a participação e o controle social” (AGUIAR, 2013, p.181). Portanto, reforçamos que a TV Pública deve se distanciar dos interesses Estatais.¹³

Herzog (1975) também deixou como legado a defesa da dotação financeira e técnica das emissoras para que se cumpram os trabalhos jornalísticos em diferentes programas. Desde tais preceitos, vários pesquisadores se dedicaram a aprimorar a questão da qualidade no telejornalismo. Isso pode ser explicado, sobretudo, pela centralidade do telejornalismo em uma sociedade como a brasileira.

Machado (2005) considera que “a discussão sobre a qualidade em televisão está longe de ser uma matéria de consenso” (MACHADO, 2005, p.23). Entretanto, ele utiliza o trabalho de Geoff Mulgan (1990) para elencar sete formas em que a qualidade é abordada no meio da televisão. São elas:

Tabela 02: A qualidade e seus significados: formas de abordagem

1. Um conceito puramente técnico, a capacidade de usar bem os recursos expressivos

¹³ Atualmente, o governo brasileiro possui meios de comunicação exclusivos para divulgar as ações governamentais, como a NBR – intitulada como “A TV do Governo Federal”. O conteúdo é disponibilizado on-line via link: <http://conteudo.ebcservicos.com.br/streaming/nbr>.

do meio: a boa fotografia, o roteiro coerente, a boa interpretação dos atores, a indumentária da época convincente.

2. A capacidade de detectar demandas da audiência (análise de recepção) ou demandas da sociedade (análise de conjuntura) e transformá-las em produtor, abordagem predileta dos comunicólogos e também dos estrategistas de marketing.

3. Uma particular competência para explorar os recursos de linguagem numa direção inovadora, como o requer a abordagem estética.

4. Os aspectos pedagógicos, os valores morais, os modelos edificantes e construtivos de conduta que a televisão está potencialmente apta a promover.

5. No poder de gerar mobilização, participação, comoção nacional em torno de grandes temas de interesse coletivo, abordagem melhor identificada com o ponto de vista dos políticos, sejam eles de esquerda ou de direita.

6. Programas e fluxos televisuais que valorizem as diferenças, individualidades, as minorias, os excluídos, em vez de a integração nacional e o estímulo ao consumo.

7. Na diversidade, o que significa dizer que a melhor televisão seria aquela que abrisse oportunidades para o mais amplo leque de experiências diferenciadas.

Fonte: (MULGAN, 1990 *apud* MACHADO, 2005, p.24-25)

Nota-se que muitos preceitos são divergentes se vistos de forma isolada. Porém, analisados como um conjunto trazem contribuições que já fazem parte dos discursos editoriais das empresas jornalísticas, como considerar as demandas da sociedade, abordar o assunto de forma que possa gerar mobilização social, inclusão da minoria e respeito às diferenças, foco na diversidade e preocupação com a técnica.

Machado (2005), ainda com referência em Mulgan (1990), é enfático quanto à complexidade da qualidade. No entanto, considera este aspecto como algo positivo:

Numa sociedade heterogênea e complexa, em que não existe – felizmente – nenhum consenso sobre a natureza do meio, sobre seu papel na sociedade e sobre o modo como devem interagir produtores e receptores, uma televisão de qualidade deve ser capaz de equacionar uma variedade muito grande de valores e oferecer propostas que sintetizem o maior número possível de “qualidades” (MACHADO, 2005, p.25).

O autor, assim, afirma que a discussão sobre o que é ou não qualidade deve ser levada adiante – e não servir de pretexto para “fugir do debate sobre o significado dos produtos e processos audiovisuais” (MACHADO, 2005, p.26).

O interesse acadêmico pelo tema tem mobilizado outros autores como Itânia Gomes (2006) e Beatriz Becker (2005). São trabalhos que dialogam com a percepção de Machado (2005), principalmente por abordarem métodos de avaliação do audiovisual com ênfase em aspectos qualitativos. Gomes (2006), em “Telejornalismo de qualidade – pressupostos teórico-metodológicos para análise”, levanta critérios para avaliação da qualidade no

telejornalismo em consideração aos aspectos sociais, ideológicos e culturais. A pesquisadora faz um panorama acerca dos estudos sobre o conceito no Brasil, afirmando que quatro pilares fazem parte deste processo: a “desregulamentação e concentração da propriedade dos canais de TV por fortes grupos político/econômicos e/ou familiares; a função social do jornalismo; a popularização da audiência; e a qualidade técnica, em especial qualidade de imagem e som” (GOMES, 2006, p.3).

Ainda na formulação de parâmetros para a criação dos pressupostos de avaliação da qualidade, Gomes (2006) articula três macro-categorias: o jornalismo, a televisão e a recepção televisiva. Na perspectiva dos *cultural studies*, define o telejornalismo como uma construção social. Assim, seu desenvolvimento acontece “numa formação econômica, social, cultural particular e cumpre funções fundamentais nessa formação” (GOMES, 2006, p.4). Neste contexto, considera-se que o jornalismo televisivo brasileiro é oriundo do modelo ocidental, com influência no modelo de jornalismo independente norte-americano. E pensá-lo como instituição social representa:

[...] trazer em causa a relação entre jornalismo e a noção habermasiana de esfera pública, com suas implicações sobre a noção de debate público e vigilância pública; a perspectiva liberal sobre o papel democrático da mídia; a noção de quarto poder, em que está implícita a autonomia da imprensa em relação ao governo, o direito à liberdade de expressão e o compromisso com o interesse público; o caráter público ou privado da empresa jornalística; e se relaciona com um dos eixos de discussão sobre qualidade no telejornalismo inicialmente indicado, a questão da desregulamentação e concentração da propriedade dos canais de TV (GOMES, 2006, p.5).

Entretanto, ressalta-se que essas considerações devem ser analisadas de acordo com o “contexto profissional e cultural em que a prática jornalística acontece” (GOMES, 2006, p.5). Apesar dessa cautela, podemos considerar que vários tópicos abordados por Gomes (2006) fazem parte do debate atual sobre a qualidade do telejornalismo brasileiro. A questão da regulação midiática, que se tornou uma das principais propostas da esquerda política e do Governo Federal durante as eleições de 2014, o discurso sobre a liberdade de expressão, frequentemente utilizado pela grande mídia privada, e a permanente reflexão acerca do caráter público e privado, principalmente em relação s atividades dos veículos da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que ainda vive um processo de legitimação de seu modelo público.

Nesta perspectiva, também se formam conceitos largamente utilizados pela prática jornalística e presentes como orientadores dos profissionais nos manuais e princípios editoriais de grandes empresas jornalísticas, como é o caso da imparcialidade e objetividade (GOMES, 2006, p.5). A autora deixa claro que sua concepção sobre a notícia é contrária a que

descreve a teoria do espelho – na clássica definição de espelho fiel dos fatos –, assim, defende a perspectiva de construção.

Numa discussão sobre o fazer jornalístico, utilizando como parâmetro os trabalhos desenvolvidos pelo professor da Universidade Federal do Sergipe, Josenildo Guerra (2003), Gomes (2006), demonstra-se, através da análise dos conceitos de circunstâncias do fazer¹⁴ e de como fazer¹⁵, que o fazer possível do jornalismo “é o modo como o jornalismo se configura como instituição social de certo tipo, numa dada sociedade, que regula o julgamento sobre a sua qualidade” (GOMES, 2006, p.6). Demonstra-se também que as técnicas cognitivas do jornalista também fazem parte de seu relacionamento com o conhecimento que será utilizado para compor a notícia. Portanto, conceituam-se os valores-notícia como a expectativa da sociedade e a responsabilidade social do jornalismo.

Entre os primeiros conceitos de qualidade citados, ainda orientados pelo estudo de Guerra (2003), Gomes (2006) cita as noções de verdade e relevância. O primeiro se refere à correspondência da informação com a realidade, e o segundo, à sua importância na editoria coberta. A ligação destes dois conceitos ao de qualidade é justificada pela sustentação da confiança da sociedade com o jornalismo – e que será discutido posteriormente pela autora através de outro conceito, chamado de “modo de endereçamento”.

A linha construtivista também é utilizada na discussão sobre os valores-notícia, considerados “socialmente construídos e devem ser analisados em referência à específica formação econômica, social, cultural em que ocorrem” (GOMES, 2006, p.8). Através de um relacionamento com as propostas de Raymond Williams (1997), numa concepção da notícia como gênero discursivo, mostra-se que os apresentadores, a organização das editorias/notícias (geralmente linear nos veículos norte-americanos e até mesmo nos que derivam deste modelo, como os brasileiros) e a imagem são características importantes da apresentação das notícias na TV.

Em relação à forma de análise da estrutura da notícia, uma das grandes problemáticas em relação à análise da qualidade, recorre-se aos estudos de Klaus Bruhn Jensen (1986), que considera que ela deve ser feita em três níveis: a sequência total dos textos (no telejornal, no nosso caso), no texto individual (como exemplo, a configuração clássica do lead e da pirâmide invertida) e nos elementos subtextuais (como a objetividade, imparcialidade e clareza). Cada um desses níveis caracterizaria como sendo o gênero.

¹⁴ Circunstâncias do fazer é um conceito entendido como as “condições empíricas nas quais o jornalismo se realiza e diz respeito aos constrangimentos econômicos, políticos, técnicos, sociais” (GOMES, 2006, p.22).

¹⁵ Como fazer é um conceito relacionado à apuração, a todo o processo para que a notícia seja produzida.

Ainda neste contexto, outra contribuição de Gomes (2006) é acerca da concepção de gênero televisivo ou midiático, focado numa estratégia de interação. O principal objetivo da autora é ir além da dicotomia entre análise do produto de TV e dos contextos sociais de sua produção/recepção (GOMES, 2006, p.14).

Colocar a atenção nos gêneros televisivos implica reconhecer que o repórter orienta sua interação com o programa e com o meio de comunicação de acordo com as expectativas geradas pelo próprio reconhecimento do gênero [...] Os gêneros são formas reconhecidas socialmente a partir das quais se classifica um produto midiático. Em geral, os programas individualmente pertencem a um gênero particular, como a ficção seriada ou o programa jornalístico, na TV, e é a partir desse gênero que ele é socialmente reconhecido (GOMES, 2006, p.14-15).

Nesta conceituação, os telejornais são considerados subgêneros do gênero programa jornalístico televisivo, e sua abordagem deve considerar a forma como constrói e representa a cultura. Assim, insere-se o conceito de modo de endereçamento¹⁶, como sendo a forma “como um determinado programa se relaciona com sua audiência a partir da construção de um estilo, que o identifica e que o diferencia dos demais” (GOMES, 2006, p.16). Alguns autores citam que essa construção levaria em conta aspectos sociais, ideológicos e textuais.

Aqui, portanto, adotamos o conceito de modo de endereçamento naquilo que ele nos diz, duplamente, da orientação de um programa para o seu receptor e de um modo de dizer específico; da relação de interdependência entre emissores e receptores na construção do sentido de um produto televisivo e do seu estilo. Nessa perspectiva, o conceito de modo de endereçamento se refere ao modo como um determinado programa se relaciona com sua audiência a partir da construção de um estilo, que o identifica e que o diferencia dos demais (GOMES, 2006, p.17).

Portanto, como parte da discussão, exemplifica-se que a produção da notícia não deve considerar apenas o acontecimento, mas também o público para quem se constrói a notícia. A autora conclui que, para avaliar a qualidade no telejornalismo, o modo de endereçamento deve ser explorado através de “como o endereçamento de um determinado programa é construído, a partir de quais elementos, de quais estratégias” (GOMES, 2006, p.18). A articulação deste conceito com o de gênero televisivo seria uma das formas de analisar a qualidade de programas jornalísticos de TV, já que permite a aproximação texto/contexto, contribuindo, assim, para vincular os programas ao contexto social. Esta perspectiva, que possui uma justificava semelhante à de outros autores que trabalham com a qualidade, evita o julgamento

¹⁶ A conceituação de Modo de Endereçamento utilizada por Gomes (2006) é realizada por David Morley (1978, 1999), John Hartley (1997, 2000, 2001) e Daniel Chandler (2003).

do gosto popular sem que se considere “as estruturas dos sistemas econômicos e culturais e sem considerar as consequências das desigualdades históricas, econômicas e culturais de cada sociedade” (GOMES, 2006, p.19).

Apesar de a relação entre gênero e modo de endereçamento ser apontada como principal ferramenta de análise da qualidade, também há operadores desenvolvidos no âmbito do Grupo de Pesquisa de Análise de Telejornalismo (UFBA) que podem auxiliar na avaliação de telejornais. Entre eles, destacamos o pacto sobre o papel do jornalismo, contexto comunicativo, mediadores, recursos da linguagem televisiva, formatos de apresentação da notícia, texto verbal e recursos técnicos a serviço do jornalismo.

Um ano após a publicação desta proposta onde a qualidade poderia ser abordada na relação gênero e modo de endereçamento, Gomes (2007) ainda buscou incluir o conceito de estrutura de sentimento. Com base na teoria de Raymond Williams, e na ótica do jornalismo como instituição social, o referido conceito “permite olhar para o que é socialmente instituído como normas, valores, convenções do campo e o que é vivido, o que é prática cotidiana e o que ela contém de características e qualidades que ainda não se cristalizaram em ideologias e convenções” (GOMES, 2007, p. 15-16).

Raymond Williams (1979) discute o conceito numa abordagem sociocultural, de forma que considera que a estrutura de sentimento é absorvida socialmente, registrando os aspectos de determinada sociedade - em termos temporais e espaciais. A discussão pode ser vista também como uma contribuição teórico-metodológica. “O que era então uma estrutura vivida é agora uma estrutura registrada, que pode ser examinada, identificada e até generalizada” (WILLIAMS, 1979, p. 18). Gomes (2007) acredita que ao aplicar a estrutura de sentimento de jornalismo nos permite visualizar que “existirão tantos jornalismo quantas são as culturas, as sociedades e os tempos históricos em que ele é praticado e o trabalho do analista é encontrar as marcas da sua heterogeneidade constitutiva [...]” (GOMES, 2007, p. 17).

Nota-se uma relação estreita entre a estrutura de sentimento com o modo de endereçamento, que aliado a questão de gênero, se tornará a base de quatro operadores de análise elaborados por Gomes (2007). Considerando os dispositivos semióticos televisivos e os recursos de linguagem e verbais, busca-se descobrir as estratégias de endereçamento como lugares “onde o analista deve olhar, não o fim do último esforço analítico” (GOMES, 2007, p.31). Portanto, não devem ser vistos como categorias de análise.

O primeiro operador é a mediação, representada pelo comportamento daqueles que estão à frente das câmeras (apresentadores, jornalistas, comentaristas, repórteres) e que fazem a ligação com o telespectador. Entre os elementos à serem atentados, estão a construção da

credibilidade e os papéis que assumem com o programa. Nesta parte, ainda há em discussão a noção de performance que são desempenhados pelos atores da mediação. Apesar do foco direcionado à questões feministas e de gênero, podemos embasar o conceito na perspectiva de Butler (1999) para performatividade, desenvolvida no clássico estudo *Gender Trouble*. A autora a considera como sendo os gestos, signos e outras características que constituem a identidade de gênero de um indivíduo. Relacionar esta concepção ao modo de endereçamento, permite demonstrar como os mediadores, como os apresentadores, constroem sua identidade perante o público através de ações paralelas às desenvolvidas por Butler (1999). Tais recursos serão importantes para analisar as estratégias narrativas construídas e os recursos retóricos de persuasão (GOMES, 2007, p. 31).

O segundo operador é o contexto comunicativo que se refere a relação emissor-receptor imersa numa circunstância temporal-espacial em que acontece o ato comunicativo. Este aspecto também pode ser incrementado com a noção de textualidade, como um espaço de práticas sociodiscursivas e processos de significação (ABRIL, 2007; DOLEZEL, 2010) – e portanto, essencial para sua emergência textual a consideração do contexto comunicativo. O operador “pacto sobre o papel do jornalismo” aborda a manutenção dos elementos que compõe o pacto entre o jornalismo, como instituição social, e o telespectador. Entre eles, estão a objetividade, imparcialidade, interesse público e noção de quarto poder (GOMES, 2007, p. 26). Também devem ser considerados os formatos empregados (nota, reportagem, enquetes) e o lugar de fala das fontes para que se identifique o objetivo do programa com suas escolhas editoriais. O último operador se refere a organização temática quanto a “aposta em certos interesses e competências do telespectador” (GOMES, 2007, p. 27).

Em sua abordagem sobre a qualidade, Beatriz Becker (2005) apresenta pontos convergentes ao trabalho de Gomes (2006). O estudo apresentado em “Telejornalismo de qualidade: um conceito em construção” foi realizado a partir das mudanças editoriais no Jornal Nacional e se utiliza de trabalhos elaborados por outros autores, como Traquina (2003) e Machado (1988, 2003). Uma primeira discussão é realizada através do valor das informações jornalísticas televisuais. Mudanças históricas, relacionadas à política e tecnologia, são evidenciadas como responsáveis pela mudança também na forma de fazer a comunicação. Ressaltamos ainda que esses critérios foram intensificados desde a publicação do artigo, em 2005, até os dias atuais. Becker (2005) diz que nem sempre a velocidade de desenvolvimento da tecnologia está em sincronia com os avanços dos valores institucionais e dos sistemas políticos e econômicos. Entretanto, a implantação de políticas de proteção de dados ocasionaria limites à diversidade da informação televisiva audiovisual. Assim, “os

discursos são redundantes e previsíveis; os repertórios de imagens e textos eletrônicos os quais temos acesso são bastante homogêneos, em função do controle de distribuição de mensagens e produtos audiovisuais, do poder das agências de notícias [...]” (BECKER, 2005, p.52). Entre outros entraves, cita-se que o aumento da quantidade de canais e da veiculação de notícias não garante, necessariamente, conteúdos de maior qualidade e que o compromisso ético dos profissionais envolvidos na produção de informação esbarra nos interesses dos empresários da mídia. Para a autora, “nos discursos midiáticos e também na programação das redes, os telejornais vendem credibilidade e atraem investimentos” (BECKER, 2005, p.54), afirmando ainda que:

Os serviços da indústria da comunicação, a regulação da mídia e as novas tecnologias de informação, deveriam atender prioritariamente ao interesse público, privilegiando o conhecimento e não apenas o mercado. Se os cidadãos não têm acesso à diversidade de opiniões e interpretações, o dilema da democracia não tem solução (BECKER, 2005, p.54).

Apesar de citar o interesse público, a autora não explica qual a sua definição sobre o conceito – que é abrangente e possui múltiplas interpretações de acordo com diversas correntes teóricas. Entretanto, percebe-se o desvínculo dele com os interesses mercadológicos e a aproximação com a diversidade de opiniões e interpretações.

É notável que a linha de condução de Becker (2005) é paralela à de Gomes (2006) no sentido de que ambas consideram o modelo de telejornalismo de uma emissora/país como uma construção social. Becker (2005) afirma que cada edição é uma versão da realidade social cotidiana e que não deveríamos acreditar em tudo que os noticiários nos contam, até porque criam um mundo, e não o mundo.

Por isso é interessante, neste campo de investigação, perceber como estes discursos se constroem, se estruturam, produzem significações, até mesmo para denunciar ou relativizar seus poderes; e não exatamente discutir se são verdadeiros ou falsos (BECKER, 2005, p.55).

Através dos estudos de Omar Rincón (2004), ressalta-se que “a televisão de qualidade é aquela que se torna parte da conversação pública cotidiana” (BECKER, 2005, p.56). Portanto, para atingir esse compromisso de interligar as pessoas, a televisão deveria estar contextualizada na vida cotidiana e produzir programas inovadores, universais e ousados¹⁷. A

¹⁷ A defesa pela inovação na programação televisiva também é citada por Arlindo Machado (2003), autor utilizado na pesquisa de Becker (2006).

diversidade é colocada como parte de um eixo importante para a promoção da qualidade, sendo que

[...] uma produção televisiva de qualidade quebra determinadas regras discursivas e temáticas, transformando e misturando gêneros, inserindo novos pontos de vista nos fatos noticiados e ampliando a quantidade de e os diferentes tipos de personagens na construção de um drama ou de uma série (BECKER, 2005, p.57).

A polifonia de vozes é enfatizada, e reafirmada, também em outros estudos da autora. Becker (2009) afirma que a “qualidade de relatos jornalísticos audiovisuais pressupõe diversidade de temas e de atores sociais, pluralidade de interpretações, inovações estéticas e contextualização dos acontecimentos” (BECKER, 2009, p. 102). Assim, a pluralidade ocupa um papel central. Becker (2012) considera que estudar a linguagem televisiva significa analisar o modo como a televisão produz sentidos combinando imagens, palavras e outros elementos da narrativa audiovisual.

Diante da necessidade de definir formas de avaliar a produção jornalística, que atendam os parâmetros elencados, Becker (2005) formula dez categorias¹⁸ para análise. Para aperfeiçoar a verificação, a autora acrescenta alguns recortes para aplicar a metodologia. O primeiro é a definição de um tema que permita a construção discursiva sobre a realidade; o segundo é representado pelo material bibliográfico e audiovisual a ser trabalhado. Esses dois procedimentos, aliados à categorização citada anteriormente, forneceria uma orientação para a análise do conteúdo jornalístico audiovisual, permitindo identificar a diversidade e a qualidade das notícias transmitidas.

Em suas conclusões, Becker (2005) traz algumas lições que foram extraídas através da análise do Jornal Nacional, da TV Globo, e que contribuiriam para a formulação do conceito de telejornalismo de qualidade. Elas consideram que, na pauta, deve-se priorizar o interesse público em relação à agenda oficial, evitando a dependência política e multiplicando as fontes. A reinvenção da forma de contar os fatos faz parte das mudanças propostas para a apuração e a construção das notícias. A polifonia de vozes é enfatizada e há também a presença da necessidade de imagens diferenciadas através de “movimentos de câmera e planos singulares e inusitados, na captação de imagens” (BECKER, 2005, p.63). É interessante notar que, apesar de citar este último critério, tanto Gomes (2006) quanto Becker (2006) não concedem grande ênfase em seus estudos sobre a questão técnica no fazer

¹⁸ As categorias são: 1) A estrutura; 2) Os blocos: construção e distribuição; 3) O ritmo; 4) Os apresentadores; 5) Os repórteres; 6) As matérias; 7) As entrevistas e os depoimentos; 8) Campos temáticos: as editorias; 9) A credibilidade; 10) Recursos gráficos e cenários.

jornalístico. Na edição, Becker (2005) cita a necessidade de explorar melhor a relação texto-imagem, de forma que produza olhares diferenciados sobre a realidade social. “A imagem nos telejornais tem maior poder de descrição dos acontecimentos, mas a qualificação sempre cabe ao texto verbal” (BECKER, 2005, p.63). Assim, a edição deveria também ousar, através da criatividade e do experimentalismo, de forma que gere produções criativas.

Outras reflexões acadêmicas somam-se às dos autores até aqui destacados, tendo como contexto o panorama audiovisual brasileiro. As discussões sobre a qualidade nas emissoras públicas ganharam força com a criação da TV Brasil em 2007, considerada um passo importante para a consolidação de uma TV Pública nacional. Assim, intensificaram os estudos voltados para este modelo de radiodifusão. Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012), como parte da série Debates CI da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), promovem uma discussão acerca dos critérios de qualidade para emissoras públicas e na proposta de 188 indicadores para a verificação do conceito em três áreas: gestão, conteúdo e técnica.

Portanto, numa perspectiva além das discutidas por Gomes (2006) e Becker (2005), os autores estendem a análise da qualidade a partir da gestão. A justificativa é dada pela necessidade de prestar à sociedade a clareza de missão pública e “para que essa missão seja realmente clara, e realmente pública, ela deve ser gerida por meio de procedimentos legítimos, legais e transparentes para que possam ser fiscalizados pela cidadania” (BUCCI; CHIARETTI; FIORINI, 2012, p.20). A justificativa utilizada é a de que a qualidade de conteúdo provém da qualidade de gestão e da garantia de independência.

Uma aproximação com o trabalho de Gomes (2006) acontece quando se considera as relações existentes além da emissora, incluindo, portanto, a configuração social. Dessa maneira, coloca-se como condição para aqueles que se debruçam no estudo da qualidade incluir as especificidades locais, históricas, momentâneas ou permanentes, conjunturais ou estruturais (BUCCI; CHIARETTI; FIORINI, 2012). A citação é vista como uma ressalva acerca de que não existem critérios universais de qualidades e a formulação de qualquer indicador deve ser adaptada para as particularidades sociais e empresariais.

A independência é discutida em diversas formas. Afirma-se que “quanto mais independente uma emissora, mais preparada para a qualidade ela está” (BUCCI; CHIARETTI; FIORINI, 2012, p.13). Dois fatores são citados como essenciais: a independência em relação ao governo, que não deve interferir no conteúdo da emissora, e os princípios mercadológicos, cuja dependência do mercado poderia comprometer o papel de mediar os debates entre os cidadãos – de onde, segundo os autores, poderiam surgir soluções

democráticas. Neste aspecto, emerge a importância da criação de órgãos reguladores para evitar a presença excessiva da comunicação vinculada unicamente ao lucro. “A radiodifusão deve levar informação e cultura à sociedade, ajudando-a no acesso à informação independente, no livre trânsito de ideias e na formação crítica dos cidadãos” (BUCCI; CHIARETTI; FIORINI, 2012, p.13).

A discussão sobre a conceituação da qualidade é realizada a partir da visão de que a “emissora pública existe para garantir um direito que tem a sociedade à informação, à cultura, à expressão de suas diferenças, à tematização de suas carências e potencialidades e à livre comunicação das ideias” (BUCCI; CHIARETTI; FIORINI, 2012, p.13). Percebe-se, portanto, uma forte ligação acerca da qualidade com o cumprimento de premissas democráticas e a TV Pública. Esta, por ser diretamente custeada pelos próprios cidadãos, deveria atuar de forma estratégica para a promoção deste ideal. Assim, caracteriza-se o conceito de emissora pública através de três requisitos.

O primeiro se refere à natureza pública da propriedade da emissora, que não pode ser propriedade direta de grupos privados (BUCCI; CHIARETTI; FIORINI, 2012, p.14). O segundo é a criação de regras que garanta o financiamento da emissora, sem que haja dependência do governo. Por fim, os autores repetem como questão a independência do mercado, através da afirmação de que “qualquer meio ou produto de radiodifusão que precise se adequar a determinações mercadológicas acaba carregando consigo necessidades e estilos que são próprios dessas determinações e que, afinal, impõe cortes, escolhas que vêm de fora da emissora” (BUCCI; CHIARETTI; FIORINI, 2012, p.14). Também há referência acerca do distanciamento do que é produzido por emissoras comerciais. Os pesquisadores afirmam que “a emissora pública é aquela que estimula inovações de linguagens em relação às linguagens empregadas pela comunicação comercial” (BUCCI; CHIARETTI; FIORINI, 2012, p.15).

A conceituação de interesse público é realizada através do referencial adotado por agências reguladoras europeias e norte-americanas. Assim, a independência, a garantia de financiamento e a transparência seriam condições obrigatórias para a promoção do interesse público. A percepção é complementada através dos estudos do professor inglês Eric Barandt no livro *Broadcasting Law: a comparative study* (1995) que aponta seis características que deveriam compor a base de emissoras públicas: abrangência geográfica (acesso universal ao conteúdo); preocupação com a identidade e cultura nacional (e conseqüente geração do sentimento de pertencimento por parte da população); a independência do Estado e de interesses comerciais; a imparcialidade na programação; a diversidade de programação; e o

financiamento substancial proveniente de uma taxa paga pelos usuários (BUCCI; CHIARETTI; FIORINI, 2012, p.16).

Em relação à última característica, em alguns países, como na Inglaterra e Portugal, os moradores pagam uma taxa periódica para custear a TV Pública nacional. Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012) destacam a dificuldade de instaurar essa cobrança em países onde não há esta prática, como é o caso do Brasil¹⁹. Entretanto, entre as formas disponíveis sugeridas para o repasse contínuo, está a criação de projetos que contemplem a regularidade da transferência dos recursos em longo prazo por parte do Estado, de forma que eles não sejam alterados por questões políticas.

Na elaboração do roteiro para a criação dos indicadores, foram definidos 188 deles, que são representados por perguntas que permitem “medir” se uma emissora se adequa ou não aos indicadores de qualidade elencados. As questões atendem a dez eixos²⁰ e se agrupam em dois tipos: os que podem ser respondidos de forma objetiva e os que só podem ser mensurados com precisão através de uma análise de especialistas e críticos independentes. Diante dessas condições, podemos afirmar que o modelo elaborado por Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012) é quali-quantitativo, já que os autores sugerem que nas questões enquadradas numa tipologia objetiva, a avaliação seja feita concedendo uma nota de 1 a 5 de acordo com o cumprimento da premissa em questão.

De forma a exemplificar os indicadores, expomos alguns que constam da lista:

- Há missões específicas por programa?
 - Os salários dos quadros de dirigentes são de conhecimento público?
 - A grade reflete a diversidade de identidades – étnicas, religiosas, populares, etárias, de orientação sexual, de preferências estéticas, etc. – que estão presentes na sociedade?
 - A emissora tem independência na produção de seus programas?
 - A linguagem dos programas é original ou repete padrões conhecidos?
- (BUCCI; CHIARETTI; FIORINI, 2012, p.26-32).

Ainda no contexto da televisão pública, também se destacam as contribuições de Coutinho (2013) para a qualidade, através da análise de diversos programas jornalísticos da

¹⁹ Na década de 1990, durante o Governo Mario Covas, o Estado de São Paulo, em conjunto com a Fundação Padre Anchieta, tentaram implantar a cobrança de uma taxa simbólica para ser destinada à TV Cultura. Entretanto, a proposta não foi sancionada por Covas.

²⁰ Os dez eixos apresentados são: transparência na gestão; diversidade cultural; cobertura geográfica e oferta de plataformas; padrão público do jornalismo; independência; pressupostos de independência; a independência na operação da linha da emissora; interação com o público; caráter público do financiamento; grau de satisfação da audiência; experimentação e inovação de linguagem; e padrões técnicos.

TV Brasil, realizada no âmbito do grupo de pesquisa Jornalismo, Imagem e Representação²¹ entre 2010 e 2011. A discussão faz um resgate das medidas políticas que conceituaram a TV Pública e seus objetivos. Muitas delas vão de encontro com as propostas de Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012), como a transcrição dos princípios citados pelo então ministro das Comunicações, Franklin Martins, que disse que o modelo deveria ter uma “gestão descentralizada, garantindo a autonomia em relação ao Palácio do Planalto; pelo financiamento que deveria garantir a independência da emissora, com a possibilidade de prestação de serviços, patrocínios e doações” (COUTINHO, 2013, p.24). O direito à comunicação é abordado utilizando como referência a definição do coletivo Intervezes, de forma que os cidadãos consigam expressar suas vozes na mídia. Neste preceito, também se inclui acesso aos meios de produção e veiculação de informações.

Portanto, um conceito defendido pela professora da Universidade Federal de Juiz de Fora é o da polifonia, que se entrelaça com a diversidade citada por Becker (2005).

[...] a TV Brasil, como emissora de televisão pública deveria possibilitar a difusão de diferentes vozes, imagens e sons, produzidos segundo uma diversidade de princípios editoriais de tal modo que a pluralidade de opiniões e perspectivas fosse construída a partir da experimentação do direito de comunicar em um canal público (COUTINHO, 2013, p.27).

O direito à comunicação em conjunto com o interesse público é considerado por Coutinho (2013) uma importante diretriz para avaliação da qualidade – e utilizado como parâmetro durante pesquisa coordenada pela autora nos programas da TV Brasil. Considera-se que os telejornais devem ter como proposta a promoção de uma melhor compreensão da realidade e contribuir com oferta de conhecimento cotidiano para que incentive a autonomia dos espectadores (COUTINHO, 2013, p.28).

Assim, o Telejornalismo Público também deverá possibilitar o exercício do direito à comunicação pelos espectadores e/ou grupos sociais aos quais estes se vinculam. Isso envolveria a necessidade de maior pluralidade na seleção das fontes, no tempo de fala/argumentação dedicado a elas nas edições dos programas, e ainda em uma maior abertura quanto à forma de sua inserção na narrativa audiovisual (COUTINHO, 2013, p.32).

²¹ O grupo de pesquisa Jornalismo, Imagem e Representação, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, foi transformado no Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais, que além da atividade de pesquisa, também desenvolve projetos de extensão. A pesquisa de análise da programação da TV Brasil foi realizada através do projeto “Avaliação do telejornalismo na TV Brasil”, desenvolvido, inicialmente, a partir de um demanda do Conselho Curador da EBC.

Também há a defesa de que o telejornalismo público ofereça conteúdo aprofundado, busque o contraditório na construção das narrativas, valorize a pluralidade de vozes e incentive a participação do espectador. A incorporação de temáticas e agendas que não se encontram na mídia comercial deve ser uma norteadora nas definições das pautas da emissora pública em conjunto com a presença do debate público nos noticiários. Outro aspecto evidenciado pela pesquisadora é a necessidade de

preservação da identidade, o cuidado/atenção na representação das diferenças, a recusa à perpetuação de estereótipos, o respeito ao cidadão e à dignidade do ser humanos em diferentes gêneros, sotaques, graus de escolaridade, nível socioeconômico e/ou orientação sexual (COUTINHO, 2013, p.32).

A representação do brasileiro também é considerada para que se garanta a visibilidade das diversas identidades presentes no país – com atenção às minorias, que devem ser incluídas nas coberturas cotidianas. Assim, percebe-se que na mesma vertente de Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012), Coutinho (2013) também adota uma linha voltada para os valores democráticos, com ênfase na promoção da pluralidade, de falantes, mas também de formatos narrativos e linguagens.

2.3 CRUZAMENTOS E PROPOSTAS DOS INDICADORES QUALITATIVOS

Diante das percepções discutidas neste levantamento, percebe-se que o conceito de qualidade pode ser interpretado de várias formas que, juntas, contribuem para um jornalismo mais democrático e dentro do que os autores consideram como de interesse público.

Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012) e Gomes (2006) citam a necessidade de meios reguladores que possam descentralizar a propriedade dos canais de TV por grupos privados e políticos. Esta percepção, também defendida por parte da sociedade, como o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), já faz parte das políticas de comunicação de vários países e, inclusive, da América Latina. Entretanto, é perceptível que na sociedade brasileira ainda há resistência para a implementação da regulação, vista por muitos jornalistas e empresários da comunicação comercial como sendo um “atentado” à liberdade de expressão. Esse assunto será tratado com maior profundidade em capítulos posteriores.

Uma convergência entre todos os autores pesquisados se refere à necessidade da televisão de qualidade promover a diversidade, através da representação das identidades, regionalismos, concessão de voz a grupos sociais e ouvir todos os lados envolvidos numa cobertura. Essa defesa pode ser vista como uma forma da radiodifusão brasileira não excluir

uma parcela dos cidadãos por se tratar de minorias e que poderia não contribuir para resultados aceitáveis de audiência.

Também é visível que muitos dos conceitos apresentados estão relacionados com práticas básicas do jornalismo, que fazem parte do conteúdo das faculdades de comunicação e dos manuais de jornalismo das empresas, como a necessidade de uma apuração aprofundada – o que contribuiria para a busca da verdade. É importante destacar que todos os autores citados neste trabalho consideram que a formulação de critérios e indicadores para a avaliação da qualidade de uma emissora depende do contexto cultural em que ela está inserida e também de seu modelo de atuação. As particularidades sociais e econômicas do país, por exemplo, devem ser consideradas.

Em relação à TV Pública, Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012) afirmam que a emissora deve exercer o papel previsto em lei, de complementaridade aos demais sistemas comunicacionais instalados no país, como o comercial. Essa declaração pode ser contestada a partir da percepção de que a TV Pública não deveria atuar como um complemento do que já é desenvolvido por outras emissoras, mas sim criar seu próprio espaço no meio comunicacional do país numa posição de referência – como destacou o professor da Universidade de Brasília, Murilo Ramos, em palestra realizada durante a segunda escola de verão da Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação (ALAIIC), em março de 2015 na UnB.

Entretanto, os indicadores de Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012), que levam em conta a questão financeira, são importantes por também visarem à criação de sentimento de pertencimento da TV Pública em relação aos cidadãos. Esta proposta, que é reforçada por Coutinho (2013), é significativa pelo desconhecimento da sociedade brasileira dos objetivos de uma TV Pública. A conceituação de que se trata de uma emissora ligada aos interesses do governo ainda é comum – e pesquisas que serão apresentadas em capítulos posteriores dessa dissertação comprovam que ainda há certa dependência do conteúdo da TV Pública em relação ao Governo Federal ou, pelo menos, omissão em relação aos assuntos negativos da gestão governamental.

A partir do momento em que os cidadãos mudarem a forma de ver a TV Pública, como sendo representante de seus interesses, também poderão cobrar por uma programação mais independente e que corresponda ao interesse público. E, para atingir esse objetivo, é necessário que os critérios de qualidade formulados por estudiosos da televisão sejam considerados para que mostrem que a TV pode oferecer um conteúdo além do que é veiculado no cotidiano dos telejornais líderes em audiência, seja pelas narrativas diferenciadas, pluralidade, interação social e outros conceitos citados nesta ampla discussão.

O debate também demanda de atualização acerca de medidas recentes que influenciam a prática jornalística. A principal delas é em relação à Lei de Acesso à Informação que entrou em vigor em maio de 2012²². A lei garante o acesso a qualquer tipo de informação pela população – inclusive jornalistas – dos órgãos públicos, como lista de cargos, salários, transações financeiras, despesas, projetos, benefícios de servidores, contratos etc.

A vigência da lei pode ser vista como um novo instrumento para a promoção de um jornalismo crítico, com maior ênfase em dados e de maior qualidade – já que, muitas informações, que antes eram de difícil acesso, agora têm a divulgação assegurada por lei. O prazo para obter retorno após o pedido é de 20 dias, podendo ser prorrogado por mais dez dias.

Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida (LEI 12.527, 2011, art.10).

Algumas associações de jornalistas promoveram cursos para capacitar os profissionais a utilizarem esse recurso com maior competência, como a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), em 2012 e 2015. Já o Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas mantém um site onde disponibiliza informações e cartilhas com as orientações para os usuários. Considerando a importância desta lei como precursora de novas possibilidades para a produção jornalística, propomos a inclusão de seis novos indicadores para a análise da qualidade no telejornalismo em emissoras públicas e comerciais.

- O programa faz uso da Lei de Acesso à Informação?
- Se sim, é frequente?
- Os telespectadores são informados periodicamente sobre a lei e como usá-la?
- As informações provenientes dos portais da transparência são acessadas e os dados analisados?
- As pautas são criadas a partir dos dados levantados pelos portais da transparência?
- Nas reportagens, são citadas que as informações foram obtidas através do portal da transparência/Lei de Acesso à Informação?

Fonte: do autor, 2016.

²² Apesar de ser publicada em novembro de 2011, a Lei 12.527, referente à Lei de Acesso à Informação, entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012.

Além da questão da transparência, também propomos como critério de qualidade no telejornalismo o diálogo entre as emissoras e a academia. Entre os enunciados de Bucci, Fiorini e Chiaretti (2012) apenas um trata do tema²³ – e, mesmo assim, com maior valor à parte da qualidade estética da programação.

Atualmente, muitos projetos de pesquisa se dedicam a analisar o telejornalismo comercial e público em termos de conteúdo. Entretanto, ainda não é frequente a interferência dos pesquisadores no ambiente da produção jornalística – principalmente a comercial. O Jornal Nacional, por exemplo, através do Globo Universidade, não concede garantia plena de apoio à pesquisa através de entrevistas ou visitas à empresa, que são condicionadas à aprovação prévia do setor. Para este trabalho, como será discutido adiante, a solicitação foi negada.

Mas, um exemplo positivo foi a parceria entre a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), responsável pela gestão da TV Brasil, e pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora.²⁴ Como citado anteriormente, através do grupo de pesquisa Jornalismo, Imagem e Representação foram realizadas avaliações dos telejornais exibidos pela emissora durante nove meses, entre 2010 e 2011. Os resultados foram encaminhados para o Conselho Curador da instituição e publicados no livro **A Informação na TV Pública** (2013). Assim, acreditamos que a iniciativa, aplicada também em outras emissoras, pode contribuir para a verificação dos acertos e erros e a consequente adequação da programação a questões de qualidade.

Portanto, defendemos que entre os indicadores também esteja a parceria com a academia, atuando como instância de investigação e aferição do conteúdo produzido e fortalecendo o tópico sobre o nível de diálogo com a sociedade. O quadro à seguir apresenta nossa proposta.

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">- O programa/emissora possui parceria com algum centro de pesquisa ou universidade?- Se sim, são gerados relatórios ou retornos periódicos?- Como os resultados gerados pela análise acadêmica são utilizados na produção de conteúdo? |
|--|

²³ O referido enunciado elaborado por Bucci, Fiorini e Chiaretti (2012) diz: - Há grupos de críticos (organizado por pesquisadores) que sirvam de termômetro periódico para a avaliação da qualidade estética da programação?

²⁴ Também foram realizados termos de cooperação entre a EBC e três outras universidades públicas - UFC, UFSC e UnB - para a avaliação da Programação Infantil, da Agência Brasil e das emissoras de rádio, respectivamente.

- A emissora viabiliza de forma ágil o acesso de pesquisadores às demandas solicitadas?

Fonte: do autor, 2016

A discussão sobre a qualidade é extensa. Há inúmeros estudos, além de bons exemplos práticos, como as produções de emissoras referenciais que são reconhecidas pela promoção da qualidade no telejornalismo público, como a britânica BBC, a americana PBS e a japonesa NKS. Mas, a partir deste momento, consideramos também importante investigar outros métodos criados por pesquisadores brasileiros para avaliar os produtos jornalísticos..

2.4 AS CONTRIBUIÇÕES DA UNESCO E DA RENOI PARA A QUALIDADE JORNALÍSTICA: O SISTEMA ISO APLICADO À COMUNICAÇÃO

Uma referência que também pode atuar como ponto de partida para o estudo da qualidade é o relatório “Indicadores de desenvolvimento da mídia: marco para avaliação do desenvolvimento dos meios de comunicação”. Formulado pela UNESCO, este relatório traz indicadores e discussões para avaliar o nível de desenvolvimento da mídia no país, como parte do Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (IPDC).

O relatório traz como principal objetivo o incentivo ao livre fluxo de informações para que permita a difusão ampla e equilibrada do conhecimento. Há uma forte defesa à liberdade de expressão e ao fortalecimento dos recursos de comunicação dos países em desenvolvimento. O documento traz cinco categorias de indicadores que servem como um termômetro para analisar o desenvolvimento da mídia. O quadro a seguir demonstra uma síntese das propostas:

Tabela 03: Categorias de análise e indicadores

Categorias	Indicadores gerais
Um sistema regulatório favorável à liberdade de expressão, ao pluralismo e à diversidade da mídia.	Trata de questões relacionadas à legislação, como garantia da liberdade de expressão, políticas públicas, funcionamento do sistema regulatório e combate à censura.
Pluralidade e diversidade da mídia, igualdade de condições no plano econômico e transparência da propriedade.	Aborda questões relativas à atitude do Estado para a pluralidade midiática, a independência dos órgãos regulatórios, o estímulo ao desenvolvimento da mídia de forma não discriminatória e a regulamentação da publicidade.
A mídia como uma plataforma para	São abordados indicadores relacionados à

o discurso democrático.	diversidade dos meios de comunicação, inclusive nas práticas empregatícias; a garantia, por parte da lei, dos objetivos do serviço público de radiodifusão; questões relacionadas à justiça e imparcialidade presentes no Código de Radiodifusão; a confiança da população na mídia e a atitude da mídia perante a opinião dos cidadãos.
Capacitação profissional e instituições de apoio à liberdade de expressão, ao pluralismo e à diversidade.	Tópicos ligados à capacitação dos profissionais de mídia de acordo com suas necessidades – inclusive gestores; inclusão de aspectos democráticos em cursos acadêmicos; fiscalização da mídia de forma sistemática por parte de organizações da sociedade civil.
A capacidade infraestrutural é suficiente para sustentar uma mídia independente e pluralista.	Indicadores relacionadas ao acesso, por parte dos órgãos da mídia, a recursos técnicos modernos para apuração, produção e distribuição da notícia. Também há ênfase na disponibilidade de formas de comunicação para que sejam utilizadas por grupos marginalizados.

Fonte: Indicadores de Desenvolvimento da Mídia, UNESCO, 2010.

As categorias funcionam como grandes eixos temáticos que irão conduzir os indicadores específicos. O fato de determinado país atender aos preceitos elencados é um sinal positivo para uma comunicação de qualidade – já que o desenvolvimento midiático também reflete nas possibilidades de determinada emissora ter os requisitos mínimos para a promoção de uma programação de qualidade. O relatório também fornece meios de verificação para se ter acesso às informações que possam servir de base para responder aos indicadores. Entretanto, muitos destes dados só podem ser acessados através de outras fontes, como pesquisas de opinião e relatórios elaborados por empresas externas. Portanto, deve-se considerar que não há como garantir que a informação necessária para “testar” determinado indicador estará disponível para o jornalista – ou ainda ao cidadão.

Utilizando como base os indicadores da organização, pesquisadores da Rede Nacional de Observatórios de Imprensa (Renoi) produziram a série “Indicadores de qualidade da informação jornalística”, também em parceria com a UNESCO. Os pesquisadores e professores Christofletti (2010), Guerra (2010), Cerqueira (2010) e Rothberg (2010) direcionaram os estudos para a gestão da qualidade, utilizando como principal referência o sistema de gestão.²⁵

²⁵ Apenas a publicação de Rothberg (2010) não abordou diretamente a gestão da qualidade através do sistema ISO. O professor da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp) no trabalho “Jornalistas e suas visões sobre qualidade: teoria e pesquisa no contexto dos ‘Indicadores de Desenvolvimento da Mídia’ da UNESCO” se dedicou a analisar a qualidade na perspectiva dos profissionais do jornalismo.

A certificação ISO 9000 é uma garantia, fornecida por órgão credenciado, de que a empresa possui um sistema de qualidade que assegura atingir nos produtos ou serviços os requisitos especificados pela norma (ROESCH, 1994, p.08). Existem algumas variações da certificação, entretanto, todas se complementam. Carvalho (1996) ressalta que a ISO 9000 fornece as diretrizes para implementar as normas ISO 9001 – que contém detalhes e procedimentos sobre o que a empresa deve fazer para garantir a qualidade nos mais variados setores de produção e gestão, como a criação de programas de treinamento dos colaboradores, ações para monitoramento do ambiente de trabalho, canais para verificar a satisfação dos clientes e funcionários, entre outros. No Brasil, a responsável por representar a ISO no processo de certificação é a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Por isso, os estudos que se propõem a realizar um canal entre a norma e a área da comunicação utilizam os conceitos divulgados por esta associação para embasar as propostas.

Para Christofolletti (2010) a qualidade pode ser avaliada em duas instâncias: a interna e a externa. A primeira compreende a criação de cargos, como ombudsman, ouvidor e gerente de controle de qualidade, e ações, tais como a criação de manuais de redação, profissionalização da gestão, adoção de processos de normatização e gerenciamento, entre outras. Já as instâncias externas, são representadas por organizações que contribuem com as empresas através de análises críticas e sugestões. São os casos dos observatórios de imprensa, regulações estatais do mercado, ensinamentos de graduação e de pós-graduação e eventos de discussões sobre as rotinas produtivas.

Esta proposta demonstra que as empresas de comunicação precisam se alinhar às decisões internas, ao ambiente e ao público para quem se destina o produto midiático. A concepção se entrelaça com a visão do jornalismo como construção social defendida por Becker (2005) e Gomes (2006). Por isso, seguir normas que possam alinhar o processo produtivo da notícia aos preceitos de qualidade é uma maneira eficaz de monitorar se determinada emissora está empenhada em satisfazer às necessidades do seu público.

Através de entrevistas realizadas com os editores e diretores de redações do Brasil e utilizando como referência as normas da ABNT NBR ISO 9000 e ISO 9001, além de outros documentos referenciais de aferição da qualidade, Cerqueira (2010) elabora uma matriz de indicadores. O modelo é semelhante ao publicado por Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012) dois anos depois. Consistem em perguntas que envolvem desde aspectos administrativos, como a divulgação da missão, visão e valores empresariais, passando por preceitos ligados à responsabilidade social, transparência, estratégias de promoção da qualidade, estrutura

jornalística, práticas editoriais, presença de manual da qualidade, capacitação, recursos humanos, ações de incentivo à participação social dos cidadãos, inovação, entre outros.

Apesar dos pressupostos, um dos grandes desafios é identificar como (e se) a imprensa brasileira põe em prática tais princípios. Em uma pesquisa envolvendo 22 empresas, Christofolletti (2010) analisou a presença e a execução de mecanismos de controle e verificação da qualidade.²⁶ A conclusão é a de que “há uma dispersão conceitual que se traduz concretamente na ausência ou pouca nitidez das ações e estratégias para a busca de excelência técnica” (CHRISTOFOLLETTI, 2010, p.41).

É importante considerar que apesar do estudo ter sido realizado com foco principal em jornais impressos, muitas das constatações também podem ser estendidas para o campo do telejornalismo público. Em entrevistas²⁷ realizadas com quatro profissionais da TV Brasil, em março de 2015, pertencentes aos setores estratégicos – Direção de Jornalismo da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Ouvidoria e Conselho Curador – notou-se que dentro da própria EBC não há um consenso sobre o que é qualidade. Essa ausência de sintonia pode dificultar a criação de parâmetros qualitativos e sistemas de gestão da qualidade. A segmentação de opiniões pode se tornar, inclusive, um entrave para a implantação das normas estabelecidas pela certificação ISO 9000/9001.

Na proposta de diretrizes para gestão da qualidade aplicada ao jornalismo, Guerra (2010) afirma que as matrizes elaboradas pelos pesquisadores da Renoi devem ser discutidas e aprimoradas por empresários, funcionários e membros das organizações jornalísticas – daí a importância de um trabalho em sintonia. Em sua pesquisa, recupera a necessidade de se adequar a dualidade: as expectativas dos consumidores²⁸ e a percepção deles sobre o produto ou serviço²⁹. Portanto, na composição da matriz, a relação entre as organizações jornalísticas e a audiência é analisada como um serviço público – sendo o interesse público um valor-notícia universal. Utilizando a norma da ABNT NBR ISO 9001:2008 e o documento da Fundação Nacional da Qualidade, Guerra (2010) conclui que:

²⁶ Entre os pontos analisados por Christofolletti (2010) estão a avaliação de processos produtivos, reuniões internas de avaliação, presença de manual de redação, código de ética, pesquisas de satisfação, serviço de atendimento ao leitor, presença de ombudsman ou ouvidor etc.

²⁷ As entrevistas serão discutidas com maior profundidade no capítulo seis, dedicado à qualidade nas emissoras públicas.

²⁸ Em relação à expectativa dos consumidores, Guerra (2010) ainda descreve uma dupla dimensão. “A privada, relativa a gostos, preferências, potencialidades próprias de cada indivíduo ou grupo de indivíduos. E a pública, relativa à condição cidadã que estes mesmos indivíduos e grupos desfrutam no âmbito das sociedades democráticas” (GUERRA, 2010, p. 45).

²⁹ A afirmação de Guerra (2010) é embasada no livro **Administração Pública** de Nigel Slack, Stuart Chambers e Robert Johnson, publicado em 2007, com tradução de Maria Teresa Corrêa de Oliveira e Fábio Alher pela editora Atlas (SP).

Qualidade é o grau de conformidade entre notícias publicadas e as expectativas da audiência, consideradas as expectativas da audiência em duas dimensões: a) dimensão privada, relativas a seus gostos, preferências e interesses pessoais; e b) dimensão pública, relativas ao interesse público como Valor Notícia de Referência Universal (GUERRA, 2010, p.46).

Na matriz proposta, oito pontos são considerados: requisitos gerais; responsabilidades da direção e liderança organizacional; estratégia e planos; audiência e sociedade; informações e conhecimento; gestão de recursos; realização do produto e dos processos; e medição, análise e melhoria/resultados. Guerra (2010) considera ainda que os documentos voltados para a qualidade, como os “Indicadores de desenvolvimento de mídia: análise ambiental” devem ser utilizados como referenciais pelos profissionais e pesquisadores que se preocupam com o estudo e a prática do tema.

A aplicação das matrizes citadas não só é respaldada por questões ligadas às normas técnicas, mas também pela incorporação dos conceitos teóricos defendidos por autores que estudam o jornalismo de qualidade, como a diversidade, pluralidade, polifonia de vozes e construção de um estilo que possa se identificar com os espectadores. Portanto, são uma ferramenta que viabiliza a concretização do interesse público perante uma atividade consolidada como serviço público.

Como evidenciado pelos autores, os modelos ainda carecem de testes e são um ponto de partida para serem aprimorados – o que buscamos também neste trabalho. A própria prática pode contribuir para a criação de matrizes mais eficientes e comprometidas com o conceito de qualidade. Porém, para que isso seja possível é necessário criar uma cultura organizacional³⁰ capaz de unir jornalistas, direção e cargos estratégicos ao compromisso de uma TV de qualidade.

³⁰ Por cultura organizacional entende-se a criação de práticas que sejam difundidas no ambiente empresarial e que possam ser utilizadas por diferentes profissionais em atendimento aos valores e à missão da empresa/veículo de comunicação.

3. DESAFIOS PARA A QUALIDADE AUDIOVISUAL: CONTEXTO HISTÓRICO, REGULAÇÃO E A EXPERIÊNCIA PORTUGUESA

O CAPÍTULO: este capítulo aborda os desafios para a qualidade televisiva a partir de um levantamento histórico-crítico da televisão brasileira, com ênfase nas contribuições de Roquette-Pinto para a radiodifusão brasileira. Para isso, ainda conceitua-se TV Pública e TV Privada, interesse público e espaço público e privado. Também são descritas as lacunas do sistema de comunicação desenvolvido no Brasil, como a ausência de órgãos de regulação para rádio e TV. Para efeito de compreender a importância desse mecanismo, recorre-se aos trabalhos desenvolvidos pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social de Portugal (ERC).

3.1 TV PÚBLICA E TV PRIVADA: CONCEITOS E DESAFIOS

No Brasil, existem três tipos de exploração do serviço de televisão que variam de acordo com a forma de financiamento e as propostas constitucionais. Jambeiro (2008) elenca o estatal, o comercial e o *public service*. O estatal é definido com base em três variantes: o comunista, o cultural-educativo e o político-partidário. O primeiro, mais específico do partido comunista, visava contribuir para os objetivos coletivos. O segundo teria o objetivo de auxiliar a promoção da cultura e educação, como é o caso das TVs Educativas no Brasil. Já o político-partidário permitiria que o governo mantivesse influência social e política (JAMBEIRO, 2008, p.85-86). Nestas três vertentes, o Estado é o principal responsável pelo suporte financeiro.

Já o sistema *public service*, mais presente na Europa Ocidental, tem o objetivo de “dar ao público não o que ele quer, mas o que necessita, como concebido no interior do próprio aparato do sistema” (JAMBEIRO, 2008, p.86). Geralmente, o mote é “educar, entreter, informar”. O financiamento pode ser feito por contribuição direta da população, através do pagamento de taxas periódicas como acontece na Inglaterra e em Portugal, repasse direto do governo ou até mesmo, em alguns casos, via publicidade. No Brasil, esse modelo foi potencializado com a chegada da TV Brasil em 2007. A TV Cultura, gerida pela Fundação Padre Anchieta de São Paulo, também é um exemplo brasileiro de TV Pública.

Tendo como base as experiências latino-americanas, Barbero (2002) afirma que “a televisão pública acaba sendo, hoje, um decisivo lugar de inscrição de novas cidadanias, onde a emancipação social e cultural adquire uma face contemporânea” (BARBERO, 2002, p.57).

Pode-se afirmar que é um espaço para se trabalhar a memória, as tradições regionais e refletir sobre as práticas sociais. Como definição básica, a televisão pública deveria ser entendida como um meio onde as diferentes camadas sociais podem ser representadas. Nesta perspectiva, Musse e Pernisa ressaltam que o papel da TV Pública em todo o mundo “tem como proposta trabalhar melhor a diversidade, assegurando mais espaço para aqueles que não têm como se mostrar nas grandes redes sociais” (MUSSE; PERNISA, 2010, p.8). Já Beth Carmona (2006) afirma que “a rede pública que faz sentido se dará pela possibilidade de diversificar as opiniões, de abrir os conteúdos, de tratar de todos os temas e abordar todas as localidades. Essa será sua marca e sua qualidade” (CARMONA, 2006, p.2). Esta é uma prática também descrita no conceito de pluralidade. Além disso, ressalta-se também a necessidade de produzir modelos e formatos diferenciados.

Pela TV Pública ser mantida com o dinheiro do contribuinte, ela não deveria se submeter às pressões e exigências mercadológicas. O interesse do público deve ser a referência de produção, assim, há necessidade de promover informação que represente as pluralidades e que atenda aos anseios da sociedade. Nesse sentido, a questão da liderança de audiência, o grande objetivo das TVs comerciais, fica em segundo plano. Tendo como objeto de reflexão a TV Cultura, Teresa Otondo defende que

A televisão pública é diferente, porque identifica carências, setores, necessidades, particularidades, e procura satisfazê-los [...] A televisão pública procura satisfazer segmentos de público, e não o mercado. Por isso, não pauta sua programação por índices de audiência (OTONDO, 2002, p.285).

Considerando esses preceitos, Leal Filho (2008) elenca três razões para justificar a televisão pública no Brasil: a socialização da produção de bens simbólicos produzidos no país, a abrangência nacional e sua necessidade social. “A primeira diz respeito à hegemonia do modelo comercial, rígido por índices de audiência (mera sanção do mercado, no dizer do sociólogo francês Pierre Bourdieu), que impede o acesso à televisão de bens culturais não transformados em mercadorias” (LEAL FILHO, 2008, p.56). Tal fenômeno atuaria como inibidor ao surgimento de manifestações culturais e artísticas, devido ao não reconhecimento do público.

Já a abrangência nacional diz respeito à necessidade de uma rede de emissoras públicas que possa chegar a todos os domicílios e atender a todos os públicos – nesta questão também podemos incluir o reconhecimento do regionalismo. Por fim, a necessidade social é explicada pela demanda social por novas ideologias e formas de pensamento.

Fernández (2002) também elabora algumas premissas que poderiam fortalecer o conteúdo da TV Pública na América Latina. Entre elas estão o reconhecimento de nichos diferenciais, com programação específica para diferentes regiões, a promoção da educação aliada ao entretenimento e a melhoria da programação nos canais regionais e locais – o que seria possível através do conhecimento da audiência, valorizando o público.

Essas constatações ajudariam a aumentar a visibilidade das TVs públicas. “O caráter público não existe pela simples emissão de um programa ou de uma obra, mas requer como complemento uma efetiva audiência pública ampla, ou seja, não elitista ou marginalizada” (FERNÁNDEZ, 2002, p.191).

Em uma discussão sobre os gêneros televisivos, Mazziotti (2002) aponta que a televisão pública tem uma estrutura diferenciada. A pesquisadora levanta quatro grandes gêneros – informação, esportes, entretenimento e variedades – e 25 subgêneros, que estão ligados aos principais. No de informação, por exemplo, constam os noticiários, entrevistas, análises e comentários, educativo e religioso. Já no gênero de variedades, há jogos, reality shows, documentário, entre outros.

Apesar da ampla diversificação de conteúdo que a televisão pode oferecer, Mazziotti (2002) considera que na TV Pública nem todos os gêneros devem estar presentes, já que eles precisam ser inseridos na proposta do veículo. Para isso, são elaborados pela autora três postulados dirigidos à construção de uma TV voltada para a cidadania: o alicerce com uma programação de qualidade; a diversidade cultural, a tolerância e a abertura para outros sujeitos culturais; e assumir o que a televisão educativa comercial deixa vago, sem pensar os gêneros como uma intencionalidade educativa ou conscientizadora.

Este último tópico vai ao encontro das premissas da Constituição Federal de 1988. O artigo 223 determina que a radiodifusão observará a “complementaridade dos sistemas público, estatal e privado” (BRASIL, 1988, art.223) – apesar de alguns questionamentos sobre essa afirmação, como apontados no primeiro capítulo. A referência está relacionada com o objetivo da TV Pública em produzir e oferecer conteúdos inovadores, não vinculados a interesses mercadológicos. Nota-se também, uma discussão frequente entre os pesquisadores no que se refere à diferenciação da comunicação pública e estatal.

A própria TV Brasil já abordou este assunto em programas como o produzido pela Ouvidoria da EBC, “O Público na TV”, em edição exibida em 17 de maio de 2012. Nele, a então ouvidora, Regina Lima explica que a emissora deve atender aos interesses da sociedade, enquanto as estatais, como a NBR, são voltadas para a divulgação das ações do Governo Federal. Entretanto, como ambas são financiadas pelo dinheiro público, existe a abordagem

polêmica sobre um possível vínculo da TV Pública com os interesses da união. Nesse sentido, um dos pontos-chave na avaliação de seu telejornalismo é a independência ou a posição quanto ao Governo Federal na cobertura, objeto de acompanhamento realizado no âmbito do então grupo de pesquisa Jornalismo, Imagem e Representação da UFJF (COUTINHO, 2013, p.23).

Em relação ao interesse público, como mencionado anteriormente, sua discussão é central nas emissoras, sejam públicas ou privadas. Entretanto, seu significado é pautado por diversos discursos. É comum em entrevistas com profissionais ligados à área jornalística e nas políticas editoriais a menção do termo como um dos norteadores do fazer jornalístico. Em levantamento realizado em seis edições dos anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Intercom (2009-2014), com o objetivo de identificar o que os pesquisadores consideram como sendo o interesse público, Oliveira Filho, Meirelles e Coutinho (2015) chegaram à conclusão de que o conceito se relaciona com a autonomia do cidadão e o debate público.

Embora haja essa variedade, um ponto comum entre os trabalhos pode ser observado no que se refere à priorização do bem coletivo e do cidadão. Assim, a comunicação que tem como princípio o “interesse público” é apresentada como aquela capaz de promover debates que visam à melhoria social e, portanto, sendo aquela que se distancia de interesses particulares e comerciais (OLIVEIRA FILHO, MEIRELLES, COUTINHO, 2015, p.10).

Numa perspectiva relacionada, também é possível afirmar que nos dias atuais os limites entre o que é considerado “público” e o que é “privado” estão cada vez mais invisíveis. A transformação de questões particulares em tema de discussão pública assim como a privatização dos debates públicos são fenômenos que envolvem tanto a comunicação de massa como as novas tecnologias.

Oliveira Filho, Meirelles e Coutinho (2015) apontam que uma das obras mais citadas, quando se discute o conceito de “público”, é a Mudança Estrutural da Esfera Pública de Jürgen Habermas, que aborda a constituição da “esfera pública” e os limites entre ela e o privado. No livro, Habermas admite como caracterização inicial desta esfera o fato de ela ser um espaço de discussão de temas que interferem na vida dos cidadãos e onde é possível se chegar a consensos capazes de promover ações sociais, a partir de debates racionais. Assim, em algum momento de sua história, a imprensa burguesa teria exercido o papel de “esfera pública”, assim como os meios de comunicação de massa poderiam ampliar o acesso a este espaço. Porém, a transição da imprensa para sua fase industrial e a privatização dos veículos

de comunicação de massa impossibilitaram a constituição do ideal de esfera pública, exercendo, assim, muitas vezes, uma simulação desta esfera (OLIVEIRA FILHO; MEIRELLES; COUTINHO, 2015, p.3).

Esta discussão se aproxima da realidade brasileira no que consiste à configuração do sistema de comunicação. No país, a concepção neoliberal, com apoio às privatizações, se sobrepôs à constituição de espaços públicos. Assim, historicamente, o Brasil é marcado por um sistema dominado pela exploração comercial dos canais – sendo estes concentrados nas mãos de poucas famílias e empresários.

É importante, nesta perspectiva, também caracterizar o sistema comercial de comunicação. Segundo Jambeiro (2008), este modelo:

[...] procura dar ao público o que ele quer, segundo se conclua de pesquisas de preferência, mercado e audiência. Ou de acordo com gostos e vontades construídos por meio de manipulações sistemáticas dos telespectadores, para atender interesses econômicos, políticos e ideológicos de anunciantes e dos estratos dominantes da sociedade (JAMBEIRO, 2008, p.87).

O financiamento é realizado através da venda de espaço para publicidade de anunciantes. Em alguns programas, a propaganda de produtos e serviços podem ser feitas no decorrer dos blocos, dentro do próprio programa ou no intervalo. Entretanto, no jornalismo, os comerciais são restritos aos intervalos como forma de vender o discurso da isenção. Apesar de Jambeiro (2008) afirmar que “este sistema busca incessantemente delinear, seduzir e aprisionar audiências, cujo poder aquisitivo possa ser ‘vendido’ a anunciantes de produtos, serviços e ideias” (JAMBEIRO, 2008, p.87), acreditamos que as emissoras privadas, por se tratarem de concessões públicas, também são consideradas um serviço público. Portanto, elas não devem se nortear apenas pelos interesses publicitários, mas também pelos interesses do telespectador, numa concepção plural, com formação crítica e geração de autonomia. Apesar de muitos programas veiculados por emissoras privadas possuírem boas produções e qualidade considerável, também é preciso reconhecer que o domínio das grandes emissoras nas mãos de poucas pessoas é um risco para um país democrático. Essa concepção pode ser melhor compreendida através de uma análise histórica da televisão no Brasil.

3.2 ENTRAVES HISTÓRICOS DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL

O modelo comercial de exploração da radiodifusão no Brasil, marcado pela atuação de empresas privadas e pela concentração de alguns grupos familiares, determinou não só a

configuração midiática atual da televisão brasileira, mas também aspectos históricos sobre o desenvolvimento da plataforma audiovisual no país. Muitos autores, como Mattos (1990), consideram como ponto de partida a criação da TV Tupi de São Paulo, em 18 de setembro de 1950, pelo jornalista-magnata Assis Chateaubriand, integrando o conglomerado ou condomínio do grupo Diários Associados.³¹

Esse marco na história da comunicação brasileira pertenceria ao que o autor chama de Fase Elitista, na qual se relaciona o ato de assistir televisão à elite – já que poucas pessoas³² tinham acesso aos televisores que chegavam a custar pouco menos do valor de um carro popular. Foi também naquela época que as televisões se firmaram na publicidade e nos patrocínios de empresas privadas para sustentar o “negócio” que havia se tornado a televisão nacional. O primeiro jornal brasileiro “Repórter Esso”, veiculado de 1952 até 1970, demonstrava essa perspectiva.

Ainda segundo Mattos (1990), “nesta primeira fase a televisão caracteriza-se, principalmente, pela formação do oligopólio dos Diários Associados” (MATTOS, 1990, p.12). Atualmente, a Fundação Assis Chateaubriand, em sua página na internet, relata a perspectiva dos Diários Associados a respeito de sua contribuição e de seu protagonismo para o desenvolvimento da imprensa brasileira. A Fundação cita que Assis Chateaubriand e os Diários Associados contribuíram para “o desenvolvimento de uma imprensa livre, moderna, ousada e de qualidade no Brasil – além de outras importantes inserções socioculturais”.

Também é importante destacar, além do vínculo com as publicidades, a dependência com o estrangeirismo. Na história da mídia privada, essa relação ficou mais evidente após a parceria da Globo com a Time/Life, demonstrando a criação de um modelo brasileiro de desenvolvimento apoiado no capital estrangeiro, aliado a grupos nacionais (MATTOS, 1990, p.13). O grupo americano Time/Life foi responsável, inicialmente, pelo respaldo financeiro e técnico para a criação da Globo, em 1965.

Um dos motivos do sucesso da TV Globo é apontado pelo autor como sendo o reconhecimento de seu mercado. Percebe-se que, neste momento, a audiência já era tratada como fator estratégico para o negócio. Assim, “se a classe C constitui a base da audiência,

³¹ Apesar de muitas obras considerarem o pioneirismo da TV Tupi de São Paulo nos anos 50, alguns autores, como Ricardo Beghini (2013), apontam que a primeira transmissão de TV aberta no Brasil aconteceu em 1948, pelo técnico em eletrônica Olavo Bastos Freire, em Juiz de Fora. Entretanto, não havia se constituído ainda uma emissora. A transmissão teria sido pontual com presença de público e autoridades.

³² Em 1950, de acordo com dados da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE), haviam 200 televisores no país. No final da década de 1960, 598 mil. Segundo dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, 95,1% das residências brasileiras possuíam ao menos uma televisão. Segundo Mattos (1990), o censo de 1980 considerava a presença da televisão em 55% dos lares.

nela se dá a decisão majoritária; também em sua função devem ser montados os padrões de produção e mercadológicos” (MATTOS, 1990, p.14).

A TV Globo também teve um papel importante para a definição do que é até hoje um dos principais aspectos de qualidade da televisão nacional: a questão técnica. Esse amadurecimento tecnológico, que teve como principal marco as imagens coloridas, aconteceu na fase chamada por Mattos (1990) de Fase do Desenvolvimento Tecnológico (1975-1985). Entretanto, o aspecto qualitativo era ofuscado pela parceria emissora-governo militar – onde os telejornais acabavam se tornando porta-vozes daquilo que os militares julgavam ser de interesse público. Essa constatação permaneceria inclusive na implantação do novo governo, nos moldes democráticos, no final da década de 1980.

Como no regime militar, o governo da Nova República também se utilizou da mídia eletrônica para obter respaldo popular. A Rede Globo, por exemplo, continuou a servir ao novo governo da mesma forma que ao regime militar (MATTOS, 1990, p.18).

A dependência das emissoras de TV brasileiras do governo esteve presente ao longo da história. Primeiramente, pelo poder do executivo no poder de concessão dos canais. O próprio Código Nacional de Telecomunicações (CNT/1962) demonstra pontos centralizadores, como o dever do ministro de Comunicações de averiguar se o solicitante tem ou não condições de operar uma emissora. “Historicamente, fosse o presidente civil ou militar, ele tem sido absoluto no exercício desse poder, na maioria das vezes, guiado exclusivamente por razões de natureza político-partidárias” (JAMBEIRO, 2008, p.90).

Ao acatar esse vínculo, entre outros fatores, autores contemporâneos questionam o modelo-padrão adotado pela Rede Globo como referência de qualidade. Para Cannito (2010), o padrão de qualidade da emissora seria apoiado no bom gosto e no apuro técnico. O primeiro se refere a uma estética da classe média. O Programa do Chacrinha é utilizado como exemplo, já que não seria considerado como um programa de qualidade por conter atrações popularescas – apesar de hoje ser reconhecido como um clássico com reconhecida qualidade artística (CANNITO, 2010, p.32). Ainda segundo o autor, “também a música ‘brega’ de compositores populares foi praticamente proibida na emissora, e a trilha das novelas só tocava música considerada de bom gosto, da MPB Clássica” (CANNITO, 2010, p.32). Apesar dos valores elencados, Cannito (2010) considera que com a entrada da emissora no que denomina de “era Big Brother”, a qualidade atribuída à TV Globo estaria restrita ao padrão e apuro técnicos.

É interessante notar que neste breve histórico sobre a televisão brasileira, perpassando por alguns indícios, ainda que superficiais, da discussão de qualidade, não há menção sobre o surgimento da TV Pública. Apesar de utilizar como referencial a obra de Mattos (1990), que se propôs a traçar um perfil dos primeiros quarenta anos de história da TV brasileira (1950-1990), a discussão sobre TVs educativas criadas na década de 1960 não é aprofundada. Entretanto, nota-se, que no capítulo dedicado ao levantamento das principais pesquisas sobre a televisão brasileira até aquela data, as TVs educativas já se tornavam objeto de estudo de algumas dissertações e teses.

Nesta perspectiva, alguns estudos buscaram demonstrar a importância de personagens que contribuíram para a história da comunicação no Brasil, já que muitos apontavam Chateaubriand como o principal protagonista da implantação e do desenvolvimento da televisão no Brasil. Um deles é Roquette-Pinto, considerado por muitos pesquisadores como o “pai da radiodifusão” no Brasil.

Médico, antropólogo, jornalista, escritor, Roquette-Pinto é apontado como um dos pioneiros na implantação do rádio no Brasil. Entretanto, Carrato (2013) demonstra seu pioneirismo também na difusão da televisão e de seu caráter educativo, numa época onde a taxa de analfabetismo superava 50% no país. Deve-se considerar também que Roquette-Pinto legalizou, na década de 1920, a primeira rádio dedicada a veicular conteúdos educativos, a Radio Sociedade do Rio de Janeiro – que, em 1936, foi entregue ao Ministério da Educação para que não se tornasse uma emissora comercial como as que se popularizavam na época (CARRATO, 2013, p.129).

A experiência no rádio e o anseio em levar a educação para as novas tecnologias que surgiam fez com que Roquette-Pinto, utilizando-se de métodos primitivos, realizasse a primeira transmissão de imagens com montagem de equipamentos feita no Brasil. Ele instalou o aparelho de emissão na sede da Rádio Sociedade e um receptor na residência de um amigo. “No futuro, o cronista Antônio Maria destacaria esse fato, lembrando que graças a Roquette-Pinto, as primeiras imagens mostradas pela TV brasileira não foram as de um anúncio comercial e nem o retrato do presidente” (CARRATO, 2013, p.103).

Deve-se considerar que as primeiras visualizações da televisão no país, porém com tecnologia estrangeira, ocorreram em 1939, na Feira de Amostras do Rio de Janeiro. “Durante quinze dias a TV, que já era operada regularmente nos Estados Unidos, na Alemanha, na União Soviética, na Inglaterra e na França, pôde ser vista pelo público carioca” (BARBOSA, 2013, p.258).

Apesar do crescimento do número de canais e da exploração de emissoras de TVs privadas na década de 1950, houve tentativas para fundar TVs públicas voltadas para o

interesse público. Um dos projetos era o de conseguir um canal de TV para a Rádio Nacional. Pleiteada pela diretoria da rádio, a implantação do canal televisivo deveria ser concluída em 1957. Mas, devido à pressão de Chateaubriand, já que a Rádio Tupi possuía audiência menor do que a da Rádio Nacional, o governo Kubitschek não concedeu o sinal, como Ângela Carrato narra em sua tese de doutorado:

Ao tomar conhecimento do projeto preparado pela direção da Rádio Nacional, Chateaubriand ficou possesso. Se como rádio, a Nacional já lhe tirava o sono, não era difícil imaginar o estrago que uma televisão do mesmo grupo poderia causar aos seus empreendimentos. Como a Rádio Nacional era muito querida e ele não pretendia se indispor com os ouvintes, passou a agir diretamente sobre Juscelino para que a televisão não saísse do papel. Enquanto a Rádio Nacional fazia o que podia para obter a almejada concessão, Chateaubriand atuava em sentido contrário (CARRATO, 2013, p.141).

O canal 4, que era pleiteado pela Rádio Nacional, acabou sendo destinado, por Juscelino, para Roberto Marinho/Rádio Globo (CARRATO, 2013, p.141). Iniciava então a configuração oligopolista da mídia brasileira que perdura até os dias atuais. Esse contexto histórico demonstra também como a TV Pública e, futuramente, a educativa seria tratada pelos governantes e pelo empresariado do ramo da comunicação ao longo dos anos. Até mesmo a criação das TVs educativas na década de 1960 seria alvo de sufocamento pelos grandes grupos de comunicação, a começar pela legislação que limitava o financiamento, gerando dependência do Governo Federal. O Código Brasileiro de Telecomunicações também restringia a posse dessas emissoras a quatro categorias, que seriam a União; os estados, territórios e municípios, as universidades; e as fundações brasileiras

Apesar de serem disponibilizados 98 canais para as emissoras educativas, o desenvolvimento das emissoras de TV do campo público foi lento.³³ A primeira, TV Universitária de Pernambuco, surgiu em 1967. A TV Cultura, em 1969. Até 1977, apenas nove haviam sido criadas. Neste cenário, algumas emissoras comerciais tinham interesse em ocupar esse espaço que deveria caber às emissoras educativas (CARRATO, 2013, p.219). No início da década de 1980, por exemplo, a Rede Globo começava a veicular o Telecurso Primeiro Grau – financiado pelo MEC. “A liberalidade do governo para com a Rede Globo contrastava com a rigidez em se tratando de recursos para as TVs Educativas” (CARRATO, 2013, p.166).

³³ A lentidão no desenvolvimento das emissoras de TV do campo público se deve a diversos fatores. Um deles é a questão do financiamento. A legislação proibia a captação de recursos via publicidade. Também não havia meios de repasse mais efetivos. A dependência do governo e a recusa de projetos de desenvolvimento contribuíram para o atraso destas em relação às emissoras privadas.

Enquanto recursos eram negados para a modernização das TVs Educativas, empréstimos eram viabilizados para projetos elaborados pela Rede Globo para a área da educação, como é o caso do “Projeto Global de Teleducção”, da Fundação Roberto Marinho e da Universidade de Brasília (UnB) (CARRATO, 2013, p.176). A própria criação da TV Futura pelo grupo Globo pode ser vista como uma tentativa de tomar o espaço das emissoras educativas. Criado em 1997, o canal se destina a divulgar programação educativa. Entretanto, Carrato (2013) afirma que um dos objetivos seria o de mais uma vez tentar obter benefícios financeiros de projetos voltados para a educação.

Exemplo disso foi a solicitação feita pela Fundação Roberto Marinho ao Governo Federal, em 2005, com o objetivo de manter o certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas), que lhe garantia isenção de impostos e demais benefícios previstos em lei, mediante a comprovação de que presta auxílio a pessoas e instituições carentes (CARRATO, 2013, p.177).

Em contraponto a este contexto, TVs públicas e educativas sofrem com questões financeiras e estruturais até os dias atuais. A TV Cultura de São Paulo começou os anos 2000 com uma grave crise econômica. Atualmente, há também o questionamento de seu caráter público por veicular propaganda de empresas privadas. Há ainda a dependência do Governo Estadual no repasse dos recursos.

Numa tentativa de fortalecer a televisão pública nacional, em 2006, foi realizado pelo Ministério da Cultura o I Fórum Nacional da Televisão Pública com presença de movimentos sociais, da sociedade civil, de representantes dos meios de comunicação e de autoridades. Uma das consequências foi a elaboração da Carta de Brasília, com uma série de demandas para fortalecer a comunicação pública no país. Muitos dos tópicos foram elaborados considerando a criação da TV Brasil, pelo Governo Federal, em dezembro de 2007. A nova TV Pública brasileira nasceu pautada pelas discussões do Fórum e se define como independente e democrática, tendo como finalidade o complemento de “oferta de conteúdo, oferecendo uma programação de natureza informativa, cultural, artística, científica e formadora de cidadania” (TV BRASIL, 2015).

Atualmente, a diretoria é composta por 19 membros, incluindo superintendentes regionais que representam as cinco regiões do país. Em sua estrutura há três conselhos: administrativo, fiscal e curador. Este último, majoritariamente composto por representantes da sociedade civil, tem a missão de acompanhar o trabalho desenvolvido e estabelecer uma visão crítica sobre o que é veiculado.

Com o objetivo de gerir a TV Brasil, simultaneamente à criação da emissora, foi instituída a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) – que também é responsável por outros veículos públicos como a Agência Brasil, a Radioagência Nacional, o sistema público de Rádio e a TV Brasil Internacional. A EBC se considera “uma instituição da democracia brasileira: pública, inclusiva e cidadã”³⁴. Em sua página na internet, a empresa pública destaca que os veículos que fazem parte dela, devido à independência editorial, distinguem-se dos canais estatais ou governamentais, com conteúdos diferenciados e complementares aos privados. Portanto, eles têm autonomia de produção e distribuição de conteúdo. No Manual de Jornalismo da EBC, intitulado **Somente a Verdade**, são destacados como princípios o compromisso social e a valorização da comunicação democrática, através da diversidade de opiniões.

Apesar da proposta, a emissora ainda carece de adesão social. Atualmente, a audiência média mensal é menor do que a de todas as emissoras comerciais de veiculação nacional. Estudos realizados pelo então grupo de pesquisa Jornalismo, Imagem e Representação da Universidade Federal de Juiz de Fora, entre 2010 e 2011, mostraram a dependência da agenda oficial e a necessidade de maior diálogo com a sociedade civil, principalmente no telejornal Repórter Brasil. Coutinho (2013) destacou que “é preciso instigar debates, seja na TV ou pelas redes sociais, com a participação dos cidadãos e incentivá-los a contribuir na produção e reflexão dos conteúdos, transformando-os em agentes ativos de fato” (COUTINHO, 2013, p.71).

3.3 REGULAÇÃO: PRINCÍPIOS, CONTRIBUIÇÕES E O CASO PORTUGUÊS

A regulação do audiovisual é uma demanda cada vez mais debatida, principalmente nos países em desenvolvimento, entre os quais se localiza o Brasil. A necessidade de quebrar monopólios midiáticos, garantir a produção nacional e independente, além do interesse do cidadão, são algumas das contribuições deste sistema que atua através de órgãos reguladores.

Em comum, os marcos regulatórios apoiam-se na defesa do pluralismo em várias instâncias – como no conteúdo e na configuração das empresas de comunicação. Nos países onde não há o marco regulatório, o audiovisual tem como referência de atuação apenas a constituição ou leis específicas – muitas delas antigas e desatualizadas, como é o caso do Brasil através do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) de 1962, discutido nessa dissertação, no capítulo dois.

³⁴ Descrição disponível no site da Empresa Brasil de Comunicação, através do endereço eletrônico: <http://agenciabrasil.etc.com.br/sobre-etc>

Além de não acompanharem as transformações do campo da comunicação, as leis demonstram-se frágeis em termos de ausência de método de fiscalizações e também de acompanhamento efetivo do que é veiculado pelas emissoras. Outro problema devido à ausência da regulação é a forte concentração da mídia nas mãos de grandes grupos privados, “o que se traduz na permanência de forte censura privada, por parte dos concessionários de radiodifusão, que decidem o que será ou não veiculado e de que forma, de acordo com seus interesses políticos e empresariais” (BOLAÑO, 2010, p.96).

Essa censura privada, conseqüentemente, também afeta a qualidade da programação. Em uma análise das leis e estatutos das agências reguladoras voltadas para TV e outras mídias, percebe-se o comprometimento com questões éticas e que possam gerar conteúdo pautado pela diversidade, luta contra preconceitos, representação das minorias, entre outros aspectos. Alguns exemplos são evidenciados a seguir:

Tabela 04: A regulação e seus princípios

País (ano do marco)	Agência reguladora	Princípios qualitativos
França (1989)	Conselho Superior do Audiovisual (CSA)	Tem a função de garantir a pluralidade de opiniões, organizar diretrizes para as campanhas eleitorais de rádio e televisão, tratar sobre a produção de notícias com rigor, distribuir frequências aos operadores e garantir a dignidade humana e proteção aos consumidores.
Reino Unido (2003)	Ofcom	Em seus princípios, a agência reguladora do Reino Unido se pauta pela promoção de igualdade e oportunidade para todos. A diversidade é regulada pelo Conselho de Administração e pela Comissão Executiva da Ofcom.
Estados Unidos (1934)	Comissão Federal de Comunicações – FCC	É responsável pelo cumprimento da lei e outorga de concessões. Apesar de não interferir no conteúdo, obriga a exibição de determinados tipos de programa, como os infantis. Também há políticas para a promoção da competição, inovação e investimento na área da radiodifusão.
México (2013)	Instituto Federal	Entre os objetivos estão: contribuir

	de Telecomunicações	para a liberdade de expressão e acesso universal à informação, promover a pluralidade e a diversidade dos serviços de telecomunicações e radiodifusão. Também incentiva a livre concorrência e assume o papel de supervisionar os meios de comunicação.
Portugal (2006)	Entidade Reguladora para a Comunicação Social - ERC	Tem a missão de garantir o respeito pelos direitos e deveres constitucionais, como a liberdade de imprensa, o direito à informação, a independência face aos poderes político e econômico e o confronto das diversas correntes de opinião.

Fonte: sítio eletrônico e estatutos das agências reguladoras.

As agências regulatórias funcionam de forma distinta em cada país. Nos Estados Unidos, nação que possui tradição liberal, apesar do compromisso em gerar um ambiente competitivo, não há interferência no conteúdo. Segundo a comissão, o próprio mercado e a opinião pública são responsáveis por este papel. Já na França e em Portugal, as entidades têm entre seus objetivos o acompanhamento da programação, através da geração de relatórios periódicos com análises sobre questões ligadas ao pluralismo, por exemplo.

Outros países que aprovaram a regulamentação recentemente, e que ainda caminham para a efetivação e consolidação das propostas das Leis de Meios, são a Argentina (2009), o Equador (2013) e o Uruguai (2014).³⁵ Eles buscam equilibrar a distribuição de concessões na tentativa de gerar uma mídia democrática. A Lei Argentina, por exemplo, limita 33% das concessões para setor privado sem lucro, como emissoras comunitárias e universitárias. Já do Equador determina 34% para o setor comunitário, 33% para o público e 33% para o privado (BIANCO *et al.*, 2014, p.8).

Diante deste cenário, nos dedicamos a demonstrar como a regulação contribui para a promoção da qualidade. Para isso, realiza-se uma análise da legislação de Portugal, que possui a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC).

³⁵ No caso do Uruguai, a “Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual” foi aprovada em 2014 pelo Senado, mas precisou voltar à Câmara dos Deputados por causa de alterações. No momento, aguarda a sanção (Bianco *et al.*, 2014).

3.3.1 A ERC e a atuação na mídia portuguesa

Diferentemente do Brasil, onde as empresas de comunicação praticamente se autorregulam através de manuais e princípios editoriais – que, apesar de seguirem a legislação, apresentam também códigos de condutas próprios –, as bases legais da comunicação em Portugal são a constituição³⁶, as leis específicas para imprensa, o rádio e televisão, o contrato de concessão da emissora de serviço público (RTP) e a entidade reguladora. A participação do país no bloco europeu implica a adesão a diretrizes, sobretudo no campo do audiovisual, que se constituem como marco comum aos reguladores da Comunidade Europeia.

No país, a ANACOM (Autoridade Nacional de Comunicações) e a ERC (Entidade Reguladora para a Comunicação Social) são consideradas os órgãos reguladores, embora ainda haja outros atores, especialmente no serviço público. A ERC é responsável pela avaliação dos cumprimentos dos preceitos legais, em avaliações sistemáticas regulares, e pelo acolhimento de demandas eventuais da sociedade. Em 2014, segundo a entidade, foram realizadas 180 deliberações, e 826 processos foram abertos. Entre os princípios que constam na Lei 53 de 2005, responsável pela criação da ERC, estão:

Tabela 05: Lei da ERC – Síntese dos objetivos

Art. 7	a) Promover e assegurar o pluralismo e diversidade de expressão.
Objetivos da regulação	b) Assegurar a livre difusão e acesso de conteúdo.
	c) Assegurar a proteção dos públicos mais sensíveis, como menores.
	d) Assegurar o fornecimento de informação com rigor jornalístico.
	e) Assegurar a proteção dos destinatários dos serviços de comunicação.
	f) Assegurar a proteção dos direitos de personalidade individuais.

Fonte: Lei de Criação da ERC, número 53/2005.

³⁶ Um dos tópicos da Constituição Portuguesa que trata da qualidade é o número 6, artigo 38º, que determina que seja assegurada a “possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião”.

Através da análise dos objetivos, pode-se concluir o papel de fiscalização e monitoramento que a ERC exerce. A regulação envolve a avaliação rotineira, realizada por amostragem, com a análise de material audiovisual de cunho jornalístico a partir de um instrumento particular de codificação. A avaliação dos canais vinculados a operadores privados (SIC, TVI) e dos canais de serviço público (RTP1, RTP2, RTP Informação) tem como resultado o Relatório de Pluralismo Político-Partidário³⁷ e pareceres diversos.

De acordo com o relatório, que também pode ser considerado fonte de indicadores de qualidade, o pluralismo político é resultado da “identificação da presença das formações e/ou dos atores políticos enquanto representantes das diferentes correntes de expressão e opinião. Além dos representantes dos Governos (nacional e regionais) e dos partidos políticos (nacionais e regionais)” (ERC, 2014, p.6). A análise também considera como elemento do pluralismo a presença de diferentes atores e forças sociais.

Já o Relatório de Regulação³⁸ utiliza como critério de pluralidade e diversidade dos programas televisivos os conceitos de gênero televisivo e de função da programação. Em suma, o primeiro compreende os diferentes tipos de programas que estão na grade de programação. São sete categorias, também conhecidas como macrogêneros: informativo, desportivo, ficção, infantil/juvenil, entretenimento, cultural/conhecimento e institucional/religioso. A função da programação refere-se a traduzir a “intencionalidade preponderante de um conteúdo televisivo e aferir a finalidade prosseguida pelo programador com a inclusão e o posicionamento de um dado programa nas grelhas de emissão” (RELATÓRIO DE REGULAÇÃO, 2014, p.265). Os relatórios de Pluralismo Político e de Regulação podem receber ajustes após o pronunciamento dos operadores do serviço de televisão, público e privado, sendo depois votados na Assembleia da República.

Os cidadãos portugueses também se constituem em atores importantes no processo de acompanhamento da qualidade dos serviços noticiosos, através do encaminhamento de queixas e demandas por meio de formulário on-line. Em 2014, registraram-se 8.285³⁹ entradas. De forma individual ou articulada, envolvendo entidades e grupos sociais de pressão, as reclamações são avaliadas pelo setor responsável e resultam em pareceres da ERC.

³⁷ O Relatório de Pluralismo Político-Partidário será descrito com maior profundidade no capítulo seguinte, com ênfase na promoção do pluralismo como parâmetro qualitativo.

³⁸ Em 2014, foram elaborados três relatórios pela ERC. No caso do Relatório de Regulação, o objetivo é fazer a divulgação pública da situação das atividades de comunicação social e da atividade de regulação e supervisão e proceder à sua divulgação pública.

³⁹ Dados divulgados pela ERC através do Relatório de Regulação 2014, na página 6.

Votados pela diretoria da entidade reguladora, esses pareceres podem envolver orientações, com acolhimento ou não da queixa, e multas, financeiras ou morais.

A RTP, concessionária do serviço público de rádio e televisão, ainda é avaliada internamente por dois conselhos: Conselho de Opinião e o Conselho Geral Independente (CGI). Enquanto ao primeiro cabe avaliar a qualidade do conteúdo produzido e emitido, com emissão de pareceres quanto ao cumprimento das missões e obrigações de serviço público, o último seria responsável pela avaliação da gestão da empresa e pela aprovação do plano de trabalho e diretrizes encaminhadas pela diretoria.⁴⁰

3.3.2 Regulação, reflexões e qualidade

As lacunas ainda existentes na legislação brasileira quanto à regulação da mídia, em que pesa o histórico de discussões e de mobilizações sociais em seu favor e a atuação da ERC, no escrutínio público das atividades televisivas em Portugal, demonstra diferenças na forma como princípios básicos da qualidade são tratados em cada país. A ausência de uma agência reguladora para o meio audiovisual no Brasil impossibilita a eficiência do monitoramento do conteúdo que é exibido pelas emissoras – que são concessões públicas e, por isso, devem cumprir preceitos que estão na Constituição e, outros, que poderiam ser incrementados a partir da criação de uma Lei de Meios, assim como aconteceu na Argentina e no Equador.

O caso português, em que a produção e a disponibilização de relatórios possibilitam o acompanhamento sistemático da programação das emissoras públicas e privadas, ganha importância adicional por permitir ao cidadão, e seus representantes, acompanhar como os canais estão explorando a frequência que é destinada a eles, tornando os media efetivamente públicos. A presença da ERC também facilita a ponte do telespectador com o Estado em relação à cobrança de uma programação de maior qualidade. Ao invés de um simples preenchimento de um formulário eletrônico, como acontece em Portugal, no Brasil, as reclamações devem ser direcionadas a órgãos jurídicos – cuja solução ainda deverá aguardar o tempo de julgamento, muitas vezes longo, a considerar o sistema legal brasileiro.

Portanto, constata-se que apesar de ambos os países terem princípios de qualidade semelhantes na legislação – seja do órgão regulador português, do CBT ou das constituições –

⁴⁰ A recusa por duas vezes consecutivas do projeto estratégico encaminhado pelo Conselho de Administração da RTP motivou, em dezembro de 2014, sua solicitação de destituição pelo CGI. A renúncia de Alberto da Ponte, formalizada em janeiro de 2015, encerrou os tensionamentos entre aquela administração e o Conselho Geral Independente, que incluíram parecer da ERC quanto à suposta ingerência editorial deste, refutada pelos conselheiros.

como a defesa pela diversidade, pluralidade, garantia de liberdade de expressão, recusa aos estereótipos e de luta contra preconceitos, há uma nítida diferença no que tange à eficácia da fiscalização do cumprimento dessas premissas.

Apesar de presentes na Constituição brasileira, muitos tópicos relativos à comunicação não foram implementados por falta de regulamentação posterior. Entre eles, destacam-se a:

[...] proibição do monopólio e do oligopólio nos meios de comunicação (artigo 220, parágrafo 5); preservação das finalidades educativas, culturais e informativas; proteção à cultura regional através da garantia de regionalização da produção; estímulo à produção independente (artigo 221). (BOLAÑO, 2010, p.96).

No Brasil, a discussão sobre a necessidade de regulação se torna cada vez mais intensa, principalmente por grupos ligados à esquerda. Entretanto, devido à ausência da cultura regulatória no país, ainda há a percepção de que a regulação está ligada à censura. Algumas organizações, como o Fórum Nacional da Mídia Democrática (FNDC) tenta encaminhar ao congresso nacional o Projeto de Lei da Mídia Democrática⁴¹, de iniciativa popular – que será discutida com maior profundidade no próximo capítulo.

Entretanto, assim como aconteceu nos últimos seis anos em países da América Latina, é importante o Estado brasileiro assumir, de forma ampla, a necessidade de pautar a regulação na agenda pública. Essa postura poderia contribuir para o fomento de debates e ações que possam compensar a ausência de produção de qualidade por fatores ligados à exploração dos meios de comunicação por grandes oligopólios.

⁴¹ O projeto de lei é voltado para as atividades de telecomunicações ou de radiodifusão que possibilitam a entrega de programação audiovisual ou de rádio em qualquer plataforma. Ele busca regulamentar os artigos 5, 21, 220, 221, 222 e 223 da Constituição Federal, que trata de assuntos ligados à comunicação. Entre as propostas estão porcentagens mínimas de exibição de conteúdo cultural, artística e jornalística, aumento da presença de grupos sociais na grade de programação e valorização do conteúdo nacional. O projeto de lei formulado pelo FNDC será discutido com maior profundidade no capítulo seguinte.

4. A PLURALIDADE COMO EIXO CONDUTOR DA QUALIDADE

O CAPÍTULO: no campo da comunicação, a pluralidade ocupa um espaço importante em pesquisas, metodologias de análises jornalísticas e relatórios que se dedicam aos princípios da comunicação democrática e pela qualidade no telejornalismo. Barbero (1994) considera que entre os meios para a promoção da pluralidade nos veículos de mídia estão a produção independente, o acesso aos meios e a procura em levar a heterogeneidade como valor para a construção da coletividade. Em Portugal, o Relatório do Pluralismo Político-Partidário, elaborado pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social, traz modelos simples e ponderados para verificar a presença e a representação política nos serviços de comunicação do país europeu. No Brasil, metodologias de análise acadêmicas abordam a pluralidade no sentido próximo ao conceito da polifonia, sustentada por diferentes opiniões, sotaques e grupos sociais.

4.1 O PLURALISMO E SUAS FACES

A palavra pluralismo deriva de plural, o oposto de singular. Tratada no meio da comunicação como a representação de diversos lados políticos, étnicos, raciais, sexuais e religiosos, esta palavra vem sendo amplamente utilizada para sustentar a defesa e a significação de uma comunicação democrática e pautada pela qualidade.

Em uma discussão que busca se aprofundar sobre a origem do termo pluralismo, principalmente em países latino-americanos com foco nas mudanças ocorridas nas décadas de 1970 e 1980⁴², Barbero (1994) realiza uma conexão entre o reconhecimento dos povos, etnias, raças e sexos e da desigualdade do acesso aos meios envolvendo as maiorias e minorias, numa percepção de que rádio, televisão e jornais tornaram-se importantes formadores de visões de mundo. Diversas problematizações são colocadas pelo autor como sendo as questões do pluralismo, entre elas estão se sua prática consiste apenas em dedicar um pouco mais de espaço na imprensa para minorias ou radicais; se aspectos ligados à estrutura social da democracia tornaram-se anacrônicos para o novo público que tem como característica o ato de duvidar; ou mesmo a consideração de perspectivas filosóficas ou políticas que possuem pouca expressão (BARBERO, 1994, p.3).

⁴² O foco de Barbero (1994) nas décadas de 70 e 80 evidencia o avanço e importância do pluralismo na América Latina, principalmente devido ao cenário político da região, com o fim de regimes autoritários e a transição para o sistema democrático.

Ao citar o caso da América Latina, Barbero (1994) afirma que a partir do momento em que as sociedades latino-americanas passaram a permitir o acesso a outras visões do mundo e de costumes, tem-se contribuído para esfriar dogmas políticos e religiosos, minimizando ações repressivas e tendências autoritárias. Barbero também relaciona o pluralismo com a influência ocidental, marcada pela globalização e a inserção de novas culturas. Assim, destaca a importância da criação de meios para se preservar os costumes regionais.

Em se tratando dos meios de comunicação, o autor ressalta a necessidade de saber analisar a forma como a diversidade se concretiza. Ele diz que nem sempre este conceito na televisão equivale ao número de canais disponível, já que a quantidade pode não se refletir na qualidade e no pluralismo em si (BARBERO, 1994, p.5). Em uma perspectiva com ênfase política, principalmente em relação à transição dos regimes autoritários para democráticos nos países da América Latina nos anos de 1980, Barbero (1994) afirma, utilizando da constatação teórica de Elizabeth Fox (1989), que, apesar das diferenças filosóficas e políticas que motivaram as reformas, foram criadas políticas para a preservação das tradições culturais e criativas e que beneficiassem setores desfavorecidos da sociedade. Na televisão, passos importantes da pluralidade surgiram com os canais regionais: vistos à princípio com desconfiança pelos poderes centrais, representaram a descentralização e a dispersão do poder. Seria uma forma do povo das regiões ver suas cores, paisagens e personagens e também de lutar contra estereótipos, preservar a memória e repensar a cultura (BARBERO, 1994, p.6).

Barbero (1994) defende que a difusão do conteúdo independente também é uma via de fortalecimento do pluralismo na América Latina. Na época de publicação do texto, em meados da década de 1990, mais de 500 grupos de produção alternativa e popular formavam intercâmbios e assumiam o papel de “fazer chegar ao mundo cultural uma heterogeneidade inesperada de atores sociais e riqueza de temas e narrativas através do qual eles emergem e expressam mudanças profundas na cultura política do setores mais jovens”⁴³ (BARBERO, 1994, p.6). Assim, o autor afirma que a comunicação plural significa o desafio de levar a heterogeneidade como um valor para a construção de um tecido coletivo. Por fim, ele diz que é preciso recriar formas de convivência sem assumir a moralização de princípios ideológicos absolutistas. Neste aspecto, a comunicação assume um papel importante.

Na academia, o pluralismo vem sendo estudado e aplicado em diversas temáticas do campo da comunicação. Peruzzo (2005), por exemplo, aborda a pluralidade de formas que

⁴³ Tradução nossa. Trecho original da citação em espanhol: “[...] el video independiente está haciendo llegar al mundo cultural una heterogeneidad insospechada de actores sociales y un riqueza de temas y narrativas a través de las que emergen y se expresan cambios de fondo en la cultura política de los sectores más jóvenes (BARBERO, 1994, p.6).

vem transformando a comunicação comunitária. Mauro Porto (2002) por sua vez traça a relação da pluralidade na violência, devido a seus diversos tipos e relações com a cultura – e a representatividade nos meios de comunicação. Já Ramos (2005) utiliza o conceito para tratar da democratização da comunicação, principalmente no que se refere à inclusão de setores discriminados e mais fracos no processo de comunicação. Para o autor, este ideal será alcançado através de “informação mais abundante, procedente de uma pluralidade de fontes” (RAMOS, 2005, p.249) Entretanto, afirma que “se não houver possibilidades de reciprocidade, a comunicação não será realmente democrática” (RAMOS, 2005, p.249).

A importância de tratar do pluralismo na comunicação se refere principalmente ao papel do comunicador em sua função de enunciatário. Baccega (2005), ao propor essa relação, considera que:

O campo da comunicação constitui-se a partir de uma multiplicidade de discursos que originam e configuram a unicidade do discurso da comunicação. O comunicador é o indivíduo/sujeito que o assume. Enunciador/enunciatário de todos os discursos em constante embate na sociedade, ele é o mediador da informação coletiva. Se, por um lado, o comunicador tem a condição de enunciatário de um discurso específico, ao produzi-lo ele estará, na verdade, reelaborando a pluralidade de discursos que recebe: ou seja, estará na condição de enunciatário. Ele é, portanto, enunciatário/enunciador (BACCEGA, 2005, p.383).

Nesta perspectiva, a costura dos diferentes discursos – representados pelas falas das fontes – em um só discurso (a reportagem final), deve implicar na dialogicidade, característica da polifonia. Baccega (2005) argumenta que o eu plural tem o compromisso de “fazer aflorar a importância dos indivíduos/sujeitos de ambos os polos, na configuração das verdades, dos valores que permeiam o imaginário, dos comportamentos que estão presentes no cotidiano das pessoas, dos grupos, das classes sociais” (BACCEGA, 2005, p.384).

Um ponto-chave é que Baccega (2005) coloca a polifonia como um dos componentes da pluralidade – e, assim, a demanda de se aprofundar neste conceito. Leal e Carvalho (2014), ao tratar da polifonia numa corrente bakhtiniana⁴⁴, afirmam que esta não pode ser representada pela quantidade de fontes ouvidas na elaboração de um texto, já que pode resultar na “convocação de variadas vozes concordantes, situando-se aquém de quaisquer possibilidades de diferenciação social, de visões sociais de mundo conflitantes e/ou capazes de matizar contradições sociais” (LEAL; CARVALHO, 2014, p.4). Em suma, consideram que as fontes e os personagens poderiam ser usados para confirmar o enquadramento proposto

⁴⁴ A pressuposição bakhtiniana, citada por Leal e Carvalho (2014), considera que a polifonia aborda vozes sociais que, por lógica, não são compatíveis e, portanto, não se misturam.

pelo veículo de comunicação. Portanto, esclarecem que a principal característica do pluralismo é a “evocação de diferentes vozes sociais” (LEAL; CARVALHO, 2014, p.4).

No Brasil, processos implantados na última década, como a criação da EBC e da TV Brasil, viabilizaram, ainda que potencialmente, meios de propagar o pluralismo na sociedade brasileira. Constitucionalmente⁴⁵, há a defesa e a garantia de veiculação de conteúdo regional, independente e plural. No Manual de Jornalismo da EBC: Somente a Verdade, que norteia as práticas da elaboração informativa dos veículos da EBC, o pluralismo aparece como um ideal desde a formulação do material, que é considerado “um empenho coletivo, aberto, plural e democrático” (EBC, 2013, p.11). É notório a relação entre pluralismo e sistema democrático, com ênfase na participação de diferentes vozes sociais e na diversidade. Esta associação pode ser fundamentada pela própria Constituição Federal de 1988, cujo preâmbulo situa a sociedade pluralista como uma necessidade a ser assegurada.

O documento também insere o pluralismo entre os principais objetivos da EBC, considerando que:

[...] o interesse da sociedade brasileira é o foco essencial do jornalismo da EBC, que deve se colocar a serviço do direito dos cidadãos à informação correta e qualificada, à comunicação plural e diversificada e à liberdade de pensamento, opinião e consciência (EBC, 2013, p.22).

Na seção dedicada aos “Valores, Objetivos e Diretrizes” do órgão, o pluralismo aparece ao lado de compromissos como imparcialidade, discernimento e regionalismo e é caracterizado como a promoção do “acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo” (EBC, 2013, p.23). Já na parte onde são elencados os princípios, a pluralidade de ideias e de percepções da realidade é ressaltada como necessária nas coberturas do jornalismo da EBC – e, ao longo do documento, também é enfatizada essa necessidade na elaboração das pautas.

Já nos Princípios Editoriais do Grupo Globo, publicados em 2011, e que têm o objetivo de nortear a produção informativa dos veículos da Globo, o pluralismo de opiniões aparece no tópico dedicado aos atributos da informação de qualidade. Afirma-se que “os veículos do Grupo Globo buscarão ter um corpo de comentaristas, cronistas, colaboradores, fixos ou eventuais, que seja plural, representando o arco mais amplo de tendências legítimas em uma sociedade democrática” (GLOBO, 2011, p.5).

⁴⁵ A Lei de número 11.652, de 7 de abril de 2008, que institui os princípios e objetivos de radiodifusão pública a serem constituídos pela EBC, traz no segundo artigo que a “promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição de conteúdo” deve ser observada como um dos princípios do órgão.

Um fato interessante na carta é que há a afirmação de que as redações do Grupo Globo são totalmente independentes e, por isso, competem por furos e reportagens exclusivas. Segundo os Princípios Editoriais do Grupo Globo, essa configuração estimularia a pluralidade de abordagens. Tal descrição pode ser problematizada diante de um cenário de convergência midiática e de fusões de redações, com o objetivo de cortes de gastos. Também poderia levar à percepção de que um cenário de convergência poderia comprometer – até certo ponto – uma comunicação plural envolvendo diferentes veículos de uma empresa, já que é comum o compartilhamento de informações entre as redações.

Ainda é possível articular que conceitos defendidos pelas políticas editoriais, como a independência, o apartidarismo e a questão laica, estão relacionados ao que o Grupo Globo considera como sendo o espírito isento e pluralista, de forma que possibilite o acolhimento do contraditório e que forneça elementos para que o público possa se posicionar.

Apesar dos compromissos firmados pelas empresas jornalísticas e até da legislação em prol do pluralismo, a ausência de mecanismos de regulação voltados para a mídia dificulta o acompanhamento deste conceito na produção noticiosa no Brasil. A partir deste momento, portanto, consideramos necessário discutir como a presença de um órgão regulador pode contribuir para a promoção do pluralismo na comunicação de um país.

4.2 O RELATÓRIO DE PLURALISMO POLÍTICO: A EXPERIÊNCIA PORTUGUESA

Com o intuito de melhor compreender as formas de tornar a pluralidade presente no dia a dia das emissoras, recorreremos a analisar como a presença de um órgão regulador pode ser importante para atingir este objetivo. No Brasil, ao contrário de alguns países latinos e europeus, a regulação do audiovisual ainda não existe – apesar das discussões recentes, ainda tímidas, do Governo Federal. O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) vem discutindo a importância deste mecanismo e propondo leis que possam promover uma comunicação democrática. O Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica, também chamado de Lei da Mídia Democrática⁴⁶, por exemplo, está em fase de recolhimento de assinaturas para apresentação no Congresso Nacional. Além da garantia da diversidade regional, étnico-racial, de gênero, classe social,

⁴⁶ A Lei da Mídia Democrática é resultado da campanha “Para Expressar a Liberdade - Uma nova lei para um novo tempo”. A origem dela está ligada à mobilização de entidades do movimento social brasileiro durante o Seminário Desafios da Liberdade de Expressão, realizado em São Paulo, no ano de 2012. Entretanto, desde 2009, durante a realização da I Conferência Nacional de Comunicação, propostas para o setor de rádio e TV já eram levantadas com o intuito de construção de políticas públicas para a comunicação do país (Fonte: <<http://www.paraexpressaraliberdade.org.br>>.).

religiosa, o Capítulo 2 dessa proposta de lei aponta que a comunicação social eletrônica deve-se reger pela “promoção da pluralidade de ideias e opiniões” (FNDC, 2012, art.4).

O artigo 30, que trata dos responsáveis pela regulação nos meios eletrônicos, não cita a criação de um órgão exclusivo voltado para rádio e TV. Diz que a regulação deveria ser realizada em conjunto com várias instâncias, como o Poder Executivo, a Anatel, a Ancine e o Congresso Nacional. Entretanto, nota-se que a competência de fiscalizar as obrigações relativas à programação caberia à Ancine, enquanto a Anatel estaria com a responsabilidade de regular as questões técnicas. Ainda é possível identificar o que o documento considera como sendo os papéis dos responsáveis pela regulação:

A regulamentação estabelecerá limites de tempo e demais regras para veiculação de programas visando propaganda de partido político ou propagação de fé religiosa, respeitando os princípios de pluralidade, diversidade e direitos humanos, e a proibição a qualquer tipo de manifestação de intolerância, nos termos da Constituição, desta lei e outras leis relacionadas (FNDC, 2013, art.22).

Enquanto a regulação no Brasil ainda engatinha, países como Argentina⁴⁷, Uruguai e Equador já possuem legislações voltadas para este fim. Apesar da necessidade de consolidação, já são considerados passos importantes para uma comunicação mais igualitária e plural. Na Europa, esses instrumentos já estão mais consolidados e fornecem recursos que permitem incluir o cidadão no acompanhamento do pluralismo.

Um exemplo é o Relatório de Pluralismo Político-Partidário, divulgado anualmente pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social, a ERC, de Portugal, desde 2007. O documento se dedica a analisar os programas televisivos do serviço público de televisão (RTP1 e RTP2) e de emissoras privadas (SIC e TVI). Segundo informações contidas no último relatório, publicado em 2015, o plano de avaliação do pluralismo político-partidário foi apresentado em 2007 aos partidos políticos e rediscutido em 2013 com os partidos e emissoras televisivas. A iniciativa é classificada como uma ferramenta para dar “resposta consistente e fundamentada a queixas oriundas de partidos políticos e cidadãos sobre alegadas quebras do pluralismo no tratamento informativo dado às atividades partidárias e

⁴⁷ Deve-se ressaltar que apesar dos avanços, acontecimentos recentes na Argentina, após a posse do novo presidente Mauricio Macri, designaram novos rumos para a regulação no país. Em dezembro de 2015, o presidente alterou a Lei da Mídia criada pela sua antecessora, Cristina Kirchner. Assim, o órgão que regulava os meios de comunicação audiovisuais foi extinto - que tinha o principal objetivo de acabar com o monopólio das empresas de comunicação. No lugar foi implantada a Autoridade Nacional de Comunicações que aguarda uma nova Lei de Mídia, que deve ser proposta pelo atual presidente, para definir as normas de atuação. A aprovação ainda não é certa, já que aliados de Kirchner ainda é maioria no Congresso e no Senado argentino. (Fonte: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,macri-altera-lei-de-midia-e-elimina-orgao-regulador-dos-meios-de-comunicacao,1816697>>.)

governamentais” (ERC, 2015, p.5). Assim, o plano foi elaborado para que se permitisse uma avaliação sistemática e, em longo prazo, fornecendo maior precisão de dados e não apenas análises isoladas, realizadas caso a caso.

Portanto, o principal objetivo é constatar se as emissoras estão alinhadas ao princípio do pluralismo, descrito na Lei da Televisão portuguesa e, portanto, considerado uma obrigação legal.⁴⁸ Segundo o próprio relatório, a lei determina que a atividade de televisão deve “promover a cidadania e a participação democrática e respeitar o pluralismo político, social e cultural” (ERC, 2015, p.4). A mesma lei ainda descreve que é preciso assegurar o respeito ao pluralismo, ao rigor e à isenção. O relatório também é embasado pela Constituição da República Portuguesa, cujo artigo 38, número 6, cita que é necessário assegurar a “possibilidade de expressão e confronto de diversas correntes de opinião” (ERC, 2015, p.4).

O relatório também esclarece que não se deve confundir o pluralismo político com o pluralismo político-partidário. Para o Conselho Regulador da Entidade de Regulação da Comunicação em Portugal, a primeira expressão também abrange outros aspectos, como fatores econômicos, sociais e culturais. A avaliação é realizada através de metodologias quantitativas e qualitativas aplicadas na programação informativa diária (neste caso, os programas veiculados no horário nobre) e não diária. No que se refere às categorias de análise, o relatório considera a identificação dos atores políticos em relação à sua representatividade de opinião e corrente de expressão; a presença de representantes do governo e dos partidos políticos; e a presença das forças e atores sociais que aparecem representados no noticiário de forma a interagir com atores da esfera político-partidária (ERC, 2015, p.3-4).

A análise busca ir além da “simples contagem do número de peças em que um determinado conjunto de organismos, instituições ou pessoas (nesta análise genericamente designadas formações), independentemente da sua natureza política ou social, está presente” (ERC, 2015, p.9), mas também verificar como as formações surgem midiaticizadas. Assim, o levantamento utiliza-se de modelos matemáticos simples⁴⁹ e ponderado.⁵⁰ Este último modelo, segundo o relatório, “tem a capacidade de traduzir em números uma análise que, na sua base, é essencialmente qualitativa” (ERC, 2015, p.9).

⁴⁸ O pluralismo é apresentado na lei como a defesa da cobertura plural face ao poder político e econômico, sendo que o fim da atividade da televisão deve respeitar o pluralismo político, social e cultural (LEI DA TELEVISÃO PORTUGUESA, 2007, art.9/art.15). Disponível em: <<http://dre.pt/pdf1sdip/2007/07/14500/0484704865.pdf>>.

⁴⁹ O modelo simples considera apenas a presença das formações políticas nas peças.

⁵⁰ O modelo ponderado, além de considerar a presença das formações políticas nas peças levantada no modelo simples, também faz a ponderação com outras duas variáveis: a valência/tom das formações e audiência média da peça. Tal modelo permite uma maior contextualização das variáveis na peça jornalística.

Imaginemos que uma formação é referida em 20 peças dos noticiários analisados, enquanto outra o é somente em 10. Se a análise do pluralismo político se limitar à comparação desses dois números, será simples concluir que a formação que foi referida em 20 peças teve maior visibilidade. Mas isso será suficiente para afirmar que há assimetrias ou até mesmo falta de pluralismo político nessas peças? Possivelmente não. Retomando o mesmo exemplo, imagine-se que, se além de sabermos o número referências, soubermos ainda que a formação que foi referida em 20 peças, em 18 foi mencionada como mero elemento de contextualização, sem nunca ter sido consultada como fonte de informação, ao passo que a que foi referida em 10 peças teve destaque nas aberturas dos noticiários e surgiu sempre representada por alguém cujas declarações foram exibidas. Conhecendo esses dados, a conclusão é possivelmente bastante diferente (ERC, 2015, p.9-10).

Em 2012 e 2013, período de análise do último relatório divulgado⁵¹, foram observadas 3081 peças. Os noticiários diários analisados foram: Telejornal (RTP1); Hoje/24: Sumário (RTP2); Jornal da Noite (SIC); e Jornal das 8 (TVI). Entre as conclusões apontadas no ano de 2012, foi constatado que os partidos com representação parlamentar tiveram maior espaço de cobertura, seguidos do Governo e o PSD/CDS-PP⁵², e com escassa representação, os partidos extraparlamentares (ERC, 2015, p.65).

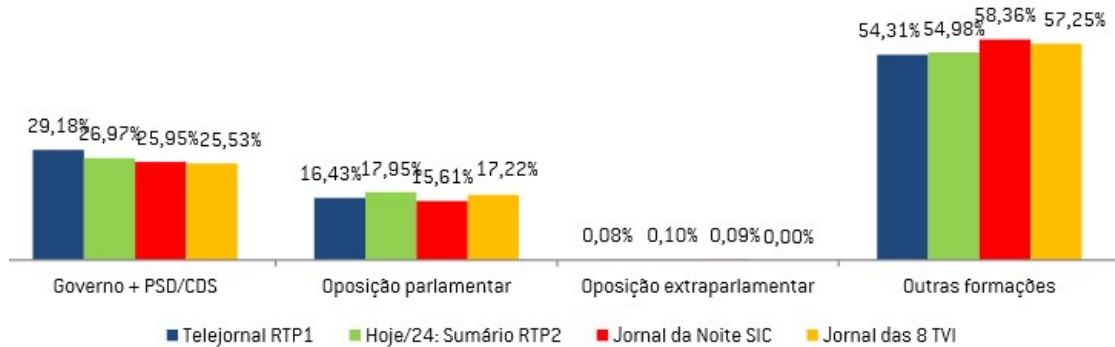
De acordo com a análise ponderada, nos quatro programas diários analisados, as presenças do Governo e do PSD/CDS-PP apresentaram um índice entre 25% e 29% das aparições, sendo muitas vezes representados num contexto pouco favorável a eles mesmos.. No caso dos partidos com representação parlamentar, notou-se que a presença é mais focada na divulgação das suas atividades e posições, demonstrando uma construção midiática positiva para estes. A figura abaixo, retirada do relatório, demonstra as aparições em termos percentuais no ano de 2012.

⁵¹ Apesar de ser referente aos anos de 2012 e 2013, o relatório foi publicado no site da ERC em 2015. Nota-se que há um distanciamento entre o período de análise e a data de publicação desde o início do plano de avaliação.

⁵² PSD é a sigla do Partido Social Democrata; CDS-PP refere-se ao Partido Popular, ambos de Portugal.

Figura 01: As aparições dos partidos em 2012 segundo o relatório de Pluralismo Político-Partidário da ERC

Fig. 7 PRESENÇAS CONJUNTAS DO GOVERNO, PARTIDOS E OUTRAS FORMAÇÕES POR BLOCO INFORMATIVO: MODELO PONDERADO – RTP1, RTP2, SIC E TVI - 2012

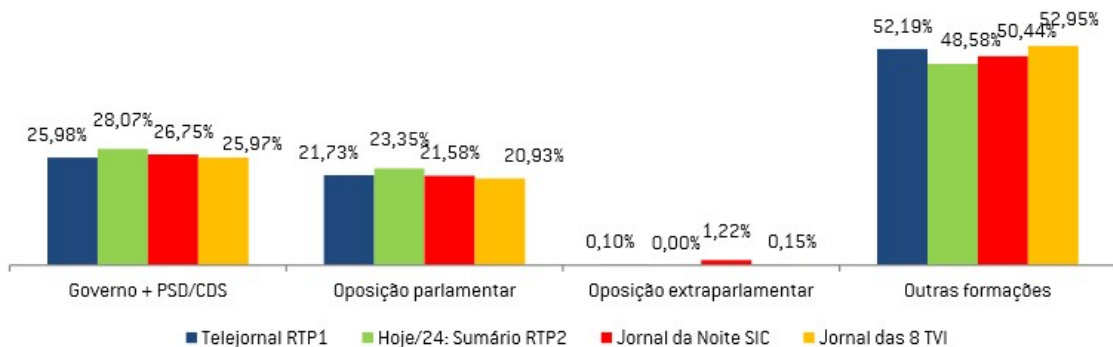


Fonte: Relatório de Pluralismo Político-Partidário, 2015, p.65.

O relatório conclui que não há grandes diferenças entre os telejornais analisados. Percebe-se que a variação nas quatro categorias analisadas não chega a 4% entre os noticiários. Em relação ao ano de 2013, o mais recente analisado, os dados permanecem semelhantes como demonstra a figura abaixo.

Figura 02: As aparições dos partidos em 2013 segundo o relatório de Pluralismo Político-Partidário da ERC

Fig. 8 PRESENÇAS CONJUNTAS DO GOVERNO, PARTIDOS E OUTRAS FORMAÇÕES POR BLOCO INFORMATIVO: MODELO PONDERADO – RTP1, RTP2, SIC E TVI – 2013



Fonte: Relatório de Pluralismo Político-Partidário, 2015, p.65.

O relatório, que possui 214 páginas, também discute os resultados específicos de cada programa, sem preocupação comparativa. São descritas a presença por partido, setores do governo, movimentos organizados da sociedade civil, autarquias nacionais, governos regionais, órgãos da União Europeia, entre tantos outros. Outro fator que merece atenção é que os resultados também são contextualizados com os acontecimentos do período, de forma que expliquem o porquê de algum órgão ter sido tão presente numa determinada fase da análise – e com específica angulação. Assim, a presença do governo, apresentada de forma negativa por alguns dos noticiários, é justificada, por exemplo, pela divulgação em janeiro de 2012 dos déficits nas contas do Estado, recessão econômica e aumento das dívidas.

4.3 O PLURALISMO NAS ANÁLISES ACADÊMICAS

Num país onde há carências de geração de relatórios que podem fornecer indicadores sobre a pluralidade, como acontece em Portugal, uma via para suprir essa deficiência são as análises desenvolvidas no âmbito da academia. Geralmente, os grupos de pesquisas que trabalham com a questão audiovisual desenvolvem metodologias próprias que são adaptadas para atender os objetivos dos projetos – e que, muitas vezes, também são úteis para membros externos em pesquisas independentes. Percebe-se que, geralmente, eles utilizam como base a análise do discurso e de conteúdo, o que permite obter resultados qualitativos e quantitativos. Assim, consideramos importante expor algumas dessas metodologias e identificar como a questão do pluralismo é evidenciada.

Coutinho e Gouvêa (2015) recorrem à análise da materialidade audiovisual em pesquisas do Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais da UFJF. Voltada para a verificação das premissas do jornalismo público, entretanto também aplicável em outras análises audiovisuais, essa metodologia é composta por quatro eixos de observação: **pluralidade; diversidade; cidadania/autonomia; e narrativa audiovisual**. Segundo os autores, os eixos permitem “articular na observação dos conteúdos telejornalísticos as diferentes instâncias implicadas na realização audiovisual, em sua relação com as promessas diferenciais do telejornalismo em emissoras públicas” (COUTINHO; GOUVÊA, 2015, p.4).

A referida análise inicia-se com a identificação da temática e o tempo da peça. Assim, parte-se para o eixo que nos interessa com maior profundidade: o pluralismo. Ele consiste nas seguintes questões:

Tabela 06: A pluralidade na análise da materialidade audiovisual**Setores sociais que estão representados na narrativa.⁵³****As abordagens ou enquadramentos temáticos utilizados.**

A presença de partidos políticos e do governo, considerando também a representação partidária.

Presença dos sotaques.

Registros realizados fora dos centros hegemônicos na cobertura telejornalística (Rio, São Paulo e Brasília).

Fonte: COUTINHO; GOUVÊA, 2015, p.5.

O eixo diversidade se relaciona com o direito à comunicação. Coutinho e Gouvêa (2015) trazem como elementos de análise a identificação das fontes que constituem a narrativa, como “governo, legislativo, iniciativa privada, sociedade civil organizada, judiciário, especialistas, polícia, autoridades políticas, celebridades, esportistas, populares” (COUTINHO;GOUVÊA, 2015, p.5). A última categoria de fontes deve ser analisada sob a ótica de seu protagonismo na narrativa, e não apenas para confirmar percepções de repórteres e especialistas. Assim, a necessidade de observar como o cidadão é abordado na peça e o papel desempenhado (COUTINHO; GOUVÊA, 2015, p.5). Apesar de o eixo diversidade estar separado do pluralismo, podemos afirmar que os eixos se relacionam, já que a pluralidade perpassa também pela diversidade de fontes e representatividade social, como evidenciado no Relatório de Pluralismo Político-Partidário português.

O eixo cidadania/autonomia, com ênfase no jornalismo público, é retratado como a contribuição de uma informação para um “saber fazer, um estar e atuar no mundo” (COUTINHO; GOUVÊA, 2015, p.6). Este preceito foca na questão educacional, estímulos à ação do telespectador e a inclusão do cidadão na trama. Por fim, o eixo Narrativa Audiovisual corresponde à estrutura narrativa elaborada, com referência à linguagem audiovisual e à dramaturgia do telejornalismo (COUTINHO, 2012, p.6). Além da identificação dos recursos e formatos utilizados (como offs, sonoras, artes e passagens), também há a demanda de compreender os papéis designados pelas fontes e pelo repórter, como vilão, mocinho, vítima, arauto, expert (COUTINHO, GOUVÊA, 2015, p.6).

⁵³ Em relação aos setores sociais, Coutinho e Gouvêa (2015) afirmam que envolve “não apenas a identificação de determinado ator social, mas também a forma como ele aparece naquela materialidade audiovisual, se tem direito à voz ou é apenas enunciado em textos e imagens que constituem aquela edição” (COUTINHO; GOUVÊA, 2015, p.5).

Outra metodologia voltada para o audiovisual é a análise televisual, elaborada por Beatriz Becker (2012).⁵⁴ A autora considera que estudar a linguagem televisiva significa analisar o modo como a televisão produz sentidos, combinando imagens, palavras e outros elementos da narrativa audiovisual. Assim, a metodologia criada considera a possibilidade de “conhecer, compreender e interpretar os sentidos das obras audiovisuais elaborados pela produção, os quais circulam” (BECKER, 2012, p.240).

Nesta perspectiva, são consideradas seis categorias de análise: 1. **estrutura do texto**⁵⁵, que se caracteriza pelo modo como o produto audiovisual se apresenta, considerando também o estilo de narração, formatos, duração, entre outros elementos; 2. **temática**, direcionada a revelar conteúdos e campos temáticos privilegiados do material; 3. **enunciadores**, representados pelos atores sociais que participam das narrativas, observando também os diálogos, depoimentos e as diferentes vozes presentes; 4. **visualidade**, tem o intuito de identificar a instância cênico-visual e recursos gráficos e multimídia; 5. **som**, refere-se aos elementos sonoros, ruídos, trilha sonora que se relacionam com as imagens e, assim, participam da construção da narrativa e dos sentidos do texto; 6. **edição**, para desvendar os processos da montagem da obra e compreender as características das narrativas jornalísticas audiovisuais.

Após a identificação dos elementos de cada categoria, devem ser considerados ainda os três princípios de enunciação: fragmentação; dramatização; e definição de identidades e valores (BECKER, 2012, p.243). O primeiro representa o caráter enxuto caracterizado pela programação televisiva brasileira, como a estruturação de blocos. O conceito permite a percepção da dificuldade da compreensão das unidades informativas; a “dramatização” se relaciona à natureza ficcional da narrativa, também semelhante ao que Coutinho (2012) aborda em dramaturgia no telejornalismo; a “definição de identidades e valores” é uma via para conhecer as marcas enunciativas da narrativa referentes aos valores atribuídos aos problemas (BECKER, 2012, p.244).

A análise de Becker também pode ser uma ferramenta útil para analisar a presença do pluralismo. As temáticas permitem observar se os assuntos atendem também às minorias. A

⁵⁴ A metodologia de Becker (2012) considera elementos da análise de conteúdo e do discurso (FAIRCLOUGH, 2001; PINTO, 1995); da Literacia Midiática (FERRÉS, 1994; FONTCUBERTA, 2008; POTTER, 2011; GONNET, 2007); Análise Televisual (CASETTI; CHIO, 1999; VILCHES, 1984, 1995; MACHADO, 2001, 2003); dos Estudos Culturais (MARTIN-BARBERO, 2001; KELLNER, 2001) e do campo do jornalismo (SALAVERRIA, 2005; MEDITSCH, 2007, 2010).

⁵⁵ Deve-se ressaltar que em “estrutura do texto” será identificado o formato jornalístico empregado, como reportagem, nota seca, nota coberta ou vivo. Siqueira e Vizeu (2014) afirmam que, ao escolherem o formato, os jornalistas “determinam quais assuntos terão um aprofundamento maior e quais serão abordados de forma mais abrangente” (SIQUEIRA; VIZEU, 2014, p.57-58).

identificação dos enunciadores é uma via para verificar a diversidade de fontes e opiniões. A visualidade auxilia na identificação dos regionalismos. A estrutura do texto é importante para verificar a hierarquia dos assuntos abordados em termos de tempo e formatos empregados, recursos utilizados e o texto elaborado pelo repórter. Os aspectos dos princípios de enunciação são necessários para fornecer elementos qualitativos, principalmente em relação aos papéis empenhados pelas fontes (dramatização), e a definição de identidades e valores permite observar a perspectiva do telejornal sobre determinado tema.

Itânia Gomes (2012) traz uma abordagem que considera a análise televisual a partir da relação de **gênero**. Para ela, esta é uma possibilidade de compreender o programa jornalístico “como uma forma cultural específica de lidar com a notícia na TV” (GOMES, 2012, p.39). A metodologia, elaborada com base nos estudos culturais do jornalismo, articula elementos da comunicação, cultura, política e sociedade através do gênero televisivo como categoria social. A perspectiva considera que o “gênero permite a construção, também, de um protocolo analítico para análise de televisão que permita uma visão global e complexa do processo comunicativo” (GOMES, 2012, p.42). Com base em estudos de Martín Barbero e Jason Mittell, cuja abordagem de gênero televisivo “examina os gêneros como agrupamentos discursivos que atravessam os textos, as indústrias, as audiências através de práticas culturais específicas” (GOMES, 2012, p.43), a autora faz uma análise histórica das estratégias de relacionamento do Jornal Nacional com a audiência. Seguindo a conceituação teórica de Mittell, considera este telejornal como uma categoria além de gênero, chamada de programas jornalísticos televisivos.

Assim, na análise do Jornal Nacional, Gomes (2012) conclui que a construção da credibilidade do JN ocorre no discurso “dois lados”. “O JN procura mostrar, nas matérias e reportagens, o lado de quem exerce a ação e de quem a sofre” (GOMES, 2012, p.50). Este ponto de vista, como destacam alguns autores, como Nelson Traquina (2012), pode ser contestado, já que nem sempre uma notícia possui apenas dois lados. Nesta perspectiva, é comum que minorias sejam esquecidas e tenham suas vozes suprimidas. A prestação de serviços também é elencada por Gomes (2012) como uma estratégia para criar maiores vínculos com a sociedade – numa abordagem que pode, até certo ponto, se aproximar à questão da autonomia do cidadão.

Em suas conclusões, Gomes (2012) afirma que o Jornal Nacional, historicamente,

[...] vem transformando suas políticas editoriais, seu visual, sua linguagem, seus conteúdos, sua maneira de se relacionar com os telespectadores de

modo a responder às transformações da sociedade brasileira, a se adequar a novas configurações do mercado televisivo e midiático, a permanecer em dia com as transformações tecnológicas (GOMES, 2012, p.55).

O propósito de abordar a metodologia de Gomes (2012), embasada no conceito de gênero e no modo de endereçamento, foi o de demonstrar que nem todas as metodologias voltadas para o audiovisual e para o jornalismo televisivo abordam, necessariamente, a questão da pluralidade entre seus principais objetivos. Compartilhamos a percepção de Mendonça (2012) ao afirmar que “sabemos, inclusive, que cada objeto de pesquisa irá demandar mecanismos de análise que possam dar conta da complexidade envolvida nas questões a serem investigadas a cada momento” (MENDONÇA, 2012, p.263). Nesta perspectiva, a metodologia desenvolvida por Gomes (2012) é eficiente para se identificar as estratégicas enunciativas dos telejornais. Entretanto, para abordar a questão do pluralismo de fontes ou o pluralismo político, por exemplo, esta metodologia pode se mostrar ineficiente. Já Coutinho (2015) e Becker (2012), que permitem meios de maior visibilidade de aspectos do pluralismo, poderiam ter um resultado indesejado na análise voltada para identificar os estilos criados pelos noticiários para se relacionar com a audiência – o que seria mais fácil de ser desvendado pela proposta de Gomes (2012).

Nosso objetivo com essa discussão foi o de demonstrar que a pluralidade pode ser identificada e medida sob diversas perspectivas. Entretanto, para isso, é necessário buscar (ou adaptar) metodologias que possibilitem analisar categorias que fazem parte de uma comunicação plural, como enunciadores, dramaturgia, diversidade e representatividade.

4.4 A QUALIDADE NA PERSPECTIVA DO PLURALISMO: NOTAS SOBRE A DISCUSSÃO

A discussão sobre a pluralidade se mostra importante principalmente devido ao seu vínculo com outros estudos do campo da comunicação, como a qualidade televisiva, a comunicação democrática, o interesse público e o jornalismo público. Nota-se que uma unanimidade entre os autores abordados é a de que o pluralismo não deve ser visto apenas como a presença de diferentes grupos, partidos ou pessoas na mídia, mas, principalmente, como a posição enunciativa de cada um desses sujeitos e suas contribuições para a geração do contraditório e para a polifonia de vozes.

A importância de um órgão regulador também deve ser mencionada. No Brasil, as empresas de comunicação se autorregulam e, assim, acabam por adotar critérios próprios de

qualidade e, conseqüentemente, do que consideram como sendo pluralismo – como foram observados nas análises do Manual de Jornalismo da EBC: Somente a Verdade e dos Princípios Editoriais do Grupo Globo. A presença de uma agência de regulação, como ocorre em Portugal com a ERC, além de facilitar e agilizar as demandas dos cidadãos, também é útil para gerar relatórios que avaliam o pluralismo dos noticiários. Apesar de estar presente na Constituição brasileira, não há hoje meios oficiais no Brasil que acompanham se o pluralismo realmente faz parte da programação das emissoras.

Como afirma Barbero (1994) ser plural é levar a heterogeneidade como um valor para a construção da coletividade, de forma que não se assumam a moralização de princípios ideológicos absolutistas. É uma via para que minorias e setores que foram historicamente excluídos da sociedade ganhem vozes e sejam representados nos meios de comunicação. Estes, como formadores do imaginário social, podem contribuir para a redução da exclusão social, atendendo aos valores da comunicação democrática que tanto se discute nos países latino-americanos.

As metodologias apresentadas, em especial as de Coutinho e Gouvêa (2015), Coutinho (2012) e Becker (2012), ao considerarem aspectos dos estudos culturais e do campo do jornalismo, contribuem para analisar se os veículos de comunicação no Brasil têm, de fato, um telejornalismo plural. Entretanto, mais uma vez, deve-se enfatizar que as análises voltadas para a verificação do pluralismo, devem ser realizadas com métodos específicos e que sejam capazes de identificar posicionamentos, contradições, papéis empenhados nas narrativas e aspectos da dramaturgia no jornalismo (COUTINHO, 2012).

5. ANÁLISES PRELIMINARES: UMA VERIFICAÇÃO DO PERFIL NOTICIOSO DA TV GLOBO E DA TV BRASIL

O CAPÍTULO: este capítulo expõe algumas análises realizadas no âmbito desta pesquisa entre os anos de 2014 e 2015. O objetivo é identificar falhas e acertos das emissoras na condução de coberturas delicadas e que geraram repercussão social – e, assim, visualizar como é possível pensar em coberturas de referência dos noticiários. Foram escolhidas três dessas coberturas de casos particulares de relevância social: o rebaixamento da nota de crédito do Brasil pela agência de crédito *Standart and Poor's*, em março de 2014; a polêmica envolvendo a compra da refinaria de Pasadena (EUA) pela Petrobrás por um preço acima do valor de mercado; e a repercussão do caso Petrolão, envolvendo a corrupção na Petrobrás em ano eleitoral. Os objetos de estudos empíricos, como já mencionados, são os telejornais Repórter Brasil Segunda Edição (TV Brasil) e Jornal Nacional (TV Globo).

5.1 PRÉ-ANÁLISES: OBJETIVOS E METODOLOGIA EMPREGADA

Os telejornais ocupam um lugar importante no processo de formação do imaginário da sociedade. Apesar das promessas de isenção, tão discutidas e reafirmadas pelos manuais de jornalismo e políticas editoriais das emissoras, e que serão discutidas com maior profundidade ao longo deste trabalho, é preciso criar meios para averiguar se realmente os princípios qualitativos são cumpridos. Assim, buscamos analisar a cobertura de três acontecimentos que tomaram grande repercussão durante os anos de 2014 e 2015, pelo Jornal Nacional (TV Globo) e Repórter Brasil (TV Brasil).

As análises foram realizadas considerando a base teórica mencionada ao longo dos capítulos anteriores, de forma que fossem evidenciados o pluralismo, a presença do contraditório e a isenção política e econômica. Os materiais foram coletados através dos sites dos noticiários, que são atualizados diariamente com as notícias exibidas na TV aberta. A metodologia utilizada, de análise de conteúdo audiovisual, considerou os seguintes aspectos:

- 1) **Formato:** no que se refere à classificação da estrutura da reportagem, como por exemplo, nota seca, nota coberta, reportagem completa⁵⁶, stand-up ou vivo.

⁵⁶ Ao afirmar “reportagem completa” utilizamos como referência o modelo comumente veiculado nos telejornais brasileiros, composto por off, sonora e passagem do repórter.

- 2) **Sonoras:** além da quantidade, também buscamos identificar o posicionamento político de cada pessoa entrevistada e perceber aspectos relativos à isenção e pluralidade.
- 3) **Tempo:** em cada inserção foi medido o tempo de duração. O tempo dedicado ao assunto é um dado que permite visualizar situações de omissão ou excessos na cobertura. Na análise, consideramos no tempo total, que considera além do VT, a cabeça e a nota pé.
- 4) **Recursos:** este tópico se refere aos recursos utilizados pela equipe de reportagem e pela edição para tornar o formato utilizado mais rico, seja em forma de artes, narrativas diferenciadas ou uso de arquivos.

Por meio destes operadores de análise da materialidade audiovisual, buscou-se levantar dados qualitativos e quantitativos capazes de indicar caminhos interpretativos que permitem visualizar as características de cada cobertura, os pontos fortes e fracos e as contribuições para um telejornalismo de qualidade. Estes aspectos serão considerados para a formulação da matriz de avaliação proposta apresentada posteriormente neste trabalho.

O primeiro caso de cobertura analisado é o rebaixamento da nota de crédito soberano no Brasil pela agência norte-americana *Standart and Poor's*, em março de 2014. O segundo levantamento, também de uma cobertura realizada em março de 2014, se refere ao caso Pasadena, envolvendo a compra, por parte da Petrobrás, de uma refinaria no estado do Texas, nos Estados Unidos. A transação foi considerada um negócio que gerou prejuízos milionários para a estatal de capital misto brasileira. A última análise se refere à cobertura do caso Petrolão, também envolvendo a corrupção na Petrobrás, no período eleitoral brasileiro do ano de 2015.

5.2 O CASO *STANDART AND POOR'S*

Na cultura ocidental, orientada pelos princípios do capitalismo, qualquer notícia que possa afetar o cenário econômico é recebida com atenção. Foi assim com a divulgação do relatório elaborado pela *Standard and Poor's* (S&P) no dia 24 de março de 2014. Nela, a agência de análise do risco de crédito (*rating*) norte-americana rebaixou a nota do Brasil de BBB para BBB-.

A redução, de acordo com a agência, evidencia que o país regrediu economicamente. E, portanto, apresenta maior dificuldade para honrar os compromissos se comparado com o

período que se iniciou em 2011, quando o Brasil havia alcançado a nota BBB. Além do rebaixamento da nota soberana do Brasil, a S&P também diminuiu o índice da Petrobrás, Eletrobrás e de 13 instituições financeiras do país, incluindo o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o BNDES.

A queda foi vista como um sinal amarelo para a economia brasileira. Três horas depois de o relatório ser publicado, o Ministério da Fazenda emitiu um comunicado oficial no qual contestou os resultados apresentados pela agência. Afirmou que a avaliação era inconsistente com as condições da economia e contraditória com a solidez e os fundamentos do Brasil.

A notícia foi veiculada de forma intensa pela mídia brasileira. O relatório⁵⁷ da S&P é dividido em três partes. A primeira é a “ação de *rating*”, onde anuncia a redução da nota de crédito soberano do Brasil de BBB- para BBB. Também cita outras alterações, consideradas mais pontuais.

A segunda parte, e mais extensa, é a fundamentação. São oito parágrafos que explicam os motivos do rebaixamento. Já na primeira linha, o documento descreve que o rebaixamento reflete a combinação de “derrapagem orçamental”, a perspectiva de fraca execução fiscal frente ao crescimento moderado nos próximos anos, a capacidade limitada de transformações na política, devido às eleições de outubro, e alguns enfraquecimentos nas contas externas.

O relatório também cita a taxa baixa do PIB dedicada aos investimentos de 18% em 2013, a dificuldade do governo em cumprir as obrigações financeiras, as incertezas políticas ocasionadas pelo aumento da taxa de energia elétrica em ano eleitoral explicado pela pouca chuva e dependência das termoeletricas, o que deve contribuir para o aumento da dívida pública. Outro fator preponderante é o baixo crescimento do Brasil. Os PIBs previstos pela agência para 2014 e 2015 são de 1,8% e 2%, respectivamente.

Apesar da predominância das críticas, há alguns elogios, como o aumento da política de concessão, uma provável redução do déficit após o ano de 2015 e a baixa necessidade de financiamento externo, por causa do alto nível das reservas internacionais (STANDART AND POOR'S, 2014).

A última parte da análise elaborada pela S&P trata das perspectivas. São três parágrafos que refletem a visão da agência acerca do futuro do Brasil. Apesar da redução da nota, destaca-se para o país uma perspectiva de estabilidade e capacidade para resistir a

⁵⁷ O relatório está disponível on-line no site da *Standard and Poor's*. Para acessá-lo, é preciso fazer um cadastro gratuito. [Link para acesso:](http://www.standardandpoors.com/prot/ratings/articles/en/us/?articleType=HTML&assetID=1245365832227) <<http://www.standardandpoors.com/prot/ratings/articles/en/us/?articleType=HTML&assetID=1245365832227>>.

choques externos, mesmo com um baixo grau de investimento. Por fim, a análise elenca dois cenários possíveis, onde as futuras notas poderão ser melhores ou piores.

Para o caso positivo, a agência elenca que serão necessárias iniciativas políticas mais consistentes para que se fortaleçam as contas fiscais e reformas que possibilitam um crescimento maior do país em médio prazo. São condições para gerar maior confiança do setor privado e aumento do investimento. Por outro lado, a S&P relata que o caminho inverso não é descartado.

We could lower the ratings following a sharp deterioration in Brazil's external and fiscal indicators that is coupled with an unraveling of Brazil's past commitment to pragmatic policy. Notwithstanding the downgrade, we see Brazil's broad macroeconomic policy framework as supportive of its investment-grade ratings (STANDARD AND POOR'S, 2014).⁵⁸

Como enunciado no trecho final, apesar do rebaixamento, a política macroeconômica do Brasil é vista, ainda, como favorável à classificação como grau de investimento.

A decisão em analisar este assunto se deve ao momento político-econômico então vivido pelo país. Desde o início da crise mundial de 2008, ele tem seus índices de crescimento reduzidos anualmente. Depois de promover um crescimento na economia durante o Governo Lula (2003-2011), o Partido dos Trabalhadores (PT) enfrenta um momento complicado ao lidar em um mesmo ano com as dificuldades econômicas, evidenciadas pelo rebaixamento do risco de crédito, e com as eleições presidenciais – em que a presidente disputou a reeleição. O título de boa gestora, cultivado ao longo de anos na imagem da Presidente Dilma Rousseff, foi então posto em xeque pela oposição e por parte da mídia, mesmo que de forma implícita.

5.2.2 O grau de confiança

O grau de confiança de um país utiliza-se de vários parâmetros econômicos e é usado como um termômetro para o investidor no momento da escolha do local para aplicar o capital. Uma boa nota é sinônimo de maior segurança e também uma referência de que a política econômica do país está indo bem. Um dos conceitos mais utilizados é o de risco de crédito.

O crédito geralmente envolve a expectativa do recebimento de um valor em um certo período de tempo. Nesse sentido, Caouette *et al.* (1999, p.1)

⁵⁸ Nós poderemos rebaixar as notas em caso de uma acentuada deterioração dos indicadores externos e fiscais do Brasil, que estão relacionados com o desenrolar da política pragmática brasileira. Apesar do rebaixamento, vemos que a política macroeconômica do país suporta sua avaliação em nível de grau de investimento (Tradução nossa).

afirmam que o risco de crédito é a chance de que essa expectativa não se cumpra. De forma mais específica, o risco de crédito pode ser entendido como a possibilidade de o credor incorrer em perdas, em razão de as obrigações assumidas pelo tomador não serem liquidadas nas condições pactuadas (BRITO; ASSAF NETO, 2008, p.19).

Entre os índices que compõem essa referência estão a dívida pública, o desempenho da bolsa de valores, a capacidade do governo em honrar os compromissos firmados com os credores e a taxa de crescimento – calculada através do Produto Interno Bruto (PIB). São esferas econômicas decisivas para o retorno do investidor, que incluem também fatores políticos.

Risco de crédito pode ser dividido em três grupos: a) Risco do país, como no caso das moratórias de países latino-americanos. b) Risco político, quando existem restrições ao fluxo livre de capitais entre países, estados, municípios, etc. Este pode ser originário de golpes militares, novas políticas econômicas, resultados de novas eleições, etc. c) Risco da falta de pagamento, quando uma das partes em um contrato não pode mais honrar seus compromissos assumidos (DUARTE JÚNIOR, 2001, p.4).

Algumas agências são especializadas em realizar tais levantamentos e calcular a taxa de risco de uma nação de acordo com parâmetros definidos por elas mesmas. Entre as líderes mundiais estão a *Fitch Ratings*, *Moody* e a *Standard and Poor's*.

A *Standard and Poor's* (S&P), que rebaixou a nota de crédito soberano do Brasil em março de 2014, possui 25 escritórios espalhados pelo mundo – inclusive no Brasil – e se considera prestadora de serviços que envolvem “inteligência de mercado de alta qualidade na forma de *ratings*⁵⁹ de crédito e pesquisas”. No Brasil, as qualificações começaram a ser realizadas em 1992 através do escritório em Nova York. Em 1998, foi aberta uma filial em São Paulo. Atualmente, ela é responsável por elaborar 238 avaliações de crédito, que incluem corporações privadas e governamentais.

A escala global de notas da agência é composta de letras e sinais que representam o risco de crédito da organização. A nota mínima é a D, que significa altíssimo risco de investimento, já comprovado através do não pagamento de obrigações no prazo de vencimentos e alta probabilidade de falência. A nota C representa vulnerabilidade econômica, com grande possibilidade de não cumprimento com as obrigações financeiras. Já a nota B é concedida ao órgão que tem capacidade de honrar os pagamentos programados, porém,

⁵⁹ *Rating* se refere à nota dada ao risco; corresponde à classificação da qualidade do crédito de uma empresa, país ou título.

condições adversas podem reverter este quadro com facilidade. Os pertencentes à escala A são considerados extremamente fortes para honrar os compromissos financeiros.

É importante ressaltar que em cada letra há diversas variações. Assim, os órgãos que estão no topo do ranking poderão ser classificados como AAA, AA ou A. No caso do Brasil, em 2011, o país foi classificado como BBB. Em março de 2014 passou para BBB-. Caso haja mais uma queda, passará a BB+. O problema é que abaixo de BBB-, as organizações são consideradas de investimento especulativo, o que significa risco maior. Portanto, a nação está no limite do considerado “grau de investimento”, que representa as que possuem boa capacidade para honrar os compromissos e promover retornos aos investidores.

Com a nova nota, o Brasil perdeu destaque na América Latina. Alguns países, como Chile (AA-), Colômbia (BBB) e Peru (BBB+) continuaram na dianteira no ranking elaborado pela S&P. Mas o país brasileiro ainda segue na frente de alguns vizinhos, como Bolívia (BB-) e Argentina (CCC+).

Apesar do alarde dado pela mídia, as agências já cometeram erros históricos em episódios que ficaram marcados no mundo financeiro. Em 15 de setembro de 2008, dia em que o banco norte-americano *Lehman Brothers* quebrou desencadeando a crise econômica global, a instituição financeira amanheceu avaliada com a nota A (grau de investimento seguro) pela *Standard and Poor's*.

De acordo com uma publicação no site do Jornal O Globo de 25 de março 2014, uma pesquisa realizada por um instituto, composto por cem mil analistas de finanças em todo o mundo, mostrou que apenas 32% consideram que as grandes agências de classificação de risco (*S&P, Moody's e Fitch Ratings*) estão procedendo de forma apropriada. 20% dizem que elas não agem de maneira adequada em relação a todos e 29% disseram que as agências favorecem o governo do EUA.

É válido registrar que, logo após a S&P reduzir a nota de crédito soberano dos EUA de AAA para AA+, em 2011, o próprio presidente Barack Obama questionou o trabalho das agências. “Não importa o que uma agência pode dizer, nós sempre fomos e sempre seremos uma nação AAA”, disse o presidente num pronunciamento na Casa Branca. Cena semelhante aconteceu com a Islândia, país europeu, cujos bancos chegaram a receber o triplo A pouco antes de a nação entrar numa profunda crise econômica em 2009 – ocasionada pela falência múltipla dos próprios bancos. A situação, inesperada, foi relatada por vários veículos de imprensa, como a revista *Piauí*.⁶⁰

⁶⁰ Matéria “A Grande Ilusão” de João Moreira Salles. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/materia/a-grande-ilusao/>>.

5.2.3 Análise e procedimentos metodológicos específicos

A análise começou no dia 24 de março de 2014 – quando foi anunciado o rebaixamento da nota soberana do Brasil pela S&P – e se estendeu por três dias para acompanhar a repercussão dos assuntos pelos telejornais (27/03/2014). Os dois telejornais apresentaram abordagens quantitativas e de conteúdo distintas. O relatório de rebaixamento da nota soberana do Brasil, pela *Standard and Poor's*, foi divulgado no final da tarde, exatamente às 17h21m do dia 24 de março 2014. Como os telejornais entrariam no ar poucas horas depois, não foi vista uma cobertura completa. O Jornal Nacional se limitou a uma nota seca de 30 segundos, na qual repassou as informações contidas no relatório. Com o auxílio de uma pequena arte, a apresentadora Patrícia Poeta chegou a afirmar que “a S&P está menos confiante na capacidade do país honrar seus compromissos”. Apesar disso, chegou a destacar no final que o país ainda possui o grau de investimento, “que recomenda o país como destino de aplicações”.

No mesmo dia, no Repórter Brasil, não houve veiculação de qualquer tipo de notícia relacionada ao assunto. Em 25 de março, o Jornal Nacional exibiu uma reportagem sobre o rebaixamento com o tempo de 3m43s – incluindo a cabeça do apresentador e notas pé. Na cabeça, William Bonner anunciou que a notícia era ruim e que, segundo dados da agência, “as coisas por aqui não estão tão bem como antes”.

A matéria começou com os bons índices da bolsa de valores no dia em questão, porém, logo depois, num efeito de contraste, é dada a informação de que no ano há queda acumulada de 6,46% no valor das ações – o que seria motivo de preocupação por parte dos investidores em relação às contas do governo. A reportagem utiliza-se de artes para explicar o que representam as notas de risco, como elas estão elencadas e para apresentar as quedas sequenciais da balança comercial (em abril de 2008, quando houve o aumento da nota do Brasil para grau de investimento, a balança comercial era de US\$ 31,6 bilhões e em março de 2014, US\$ 1,7 bilhões), do aumento da dívida pública (abril/2008 - 57,9% do PIB e em março/2014 – 58,5% do PIB) e da perspectiva de crescimento, de apenas 1,7% para 2014.

Trechos do relatório da S&P são transcritos e traduzidos no off. Na passagem, o repórter diz que a situação não é tão grave, mas é considerada um sinal amarelo, que representa a necessidade de mudanças. Em seguida, é encaixada a sonora de Gustavo Loyola, um economista que também foi ex-presidente do Banco Central durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Itamar Franco. É previsível que o tom seria de crítica ao governo, devido ao passado político da fonte, vinculada ao partido de oposição PSDB na

época de FHC. Na entrevista, o especialista ouvido diz que o governo (deduz-se do PT) não fez as economias e tentou mascarar e esconder o crescimento dos gastos. E essa falta de clareza seria o que mais afasta o credor.

Um especialista da Fundação Getúlio Vargas ressalta que o governo tem que parar de falar e começar a agir, já que mais uma futura queda do índice será preocupante. Em nota, os apresentadores leram a posição do Banco Central que ressaltou as atitudes que serão tomadas na economia. O lado do Ministério da Fazenda também foi transmitido através de nota, contestando as posições da agência S&P.

Neste mesmo dia, o Repórter Brasil exibiu uma nota seca seguida de um comentário realizado por Luís Nassif. Na nota, os apresentadores destacaram a versão do governo, com os seguintes dizeres: “o Banco Central informou hoje que o Brasil tem respondido aos desafios do cenário internacional de forma clássica e robusta”. Como o noticiário não havia exibido nada sobre o assunto no dia anterior, também foi explicado o que motivou o rebaixamento de BBB para BBB-.

Logo depois, os apresentadores ainda leram a nota emitida pelo Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Luciano Coutinho, afirmando que a melhor resposta foi dada pelo mercado financeiro. Então, informaram que, no dia, o dólar caiu e a bolsa de valores teve a sétima alta seguida. Percebe-se que essa atitude foi uma forma de tirar o crédito do resultado apresentado pela agência, já que os números que indicam a saúde econômica de alguns indicadores financeiros do país reagiram de forma contrária ao que descrevia o relatório. O telejornal chega a citar que a Bovespa teve alta, mas ignorou a queda acumulada no ano, que foi destacada na reportagem do Jornal Nacional.

Ao terminar a exibição da matéria, é anunciado o comentário de Luís Nassif com a seguinte pergunta por parte do apresentador: “essa agência *Standard and Poor's* foi uma daquelas que não conseguiram prever a aproximação da grande crise econômica de 2008. Dá para confiar nestas instituições, Nassif?” O questionamento mostra um lado que não foi abordado na TV Comercial e que seria de interesse maior do governo.

O comentarista elenca outros momentos nos quais a avaliação da agência de classificação de risco também estava incorreta, como na crise argentina. Também citou cenários de manipulação das agências para atender aos interesses dos clientes. Sobre a questão específica do Brasil, ressaltou que o país continua com grau de investimento e que as agências de risco possuem menos influências do que antes. Citou que a nação tem boa relação taxa de juros/risco, o que é uma vantagem entre as economias globais. E finalizou afirmando que “o país está muito melhor do que as manchetes diziam”.

O comentário evidencia uma postura contrária da que foi exibida pelo Jornal Nacional. Mostra uma aproximação com a versão governamental, porém, em determinados momentos, Nassif chega a criticar alguns pontos negativos do país, como a deterioração das contas externas e do nível de atividade. O comentário, aliado à informação da nota seca, pode ser visto como a possibilidade de mostrar uma visão diferente daquela veiculada nos veículos comerciais – mesmo que neste caso tenha sido feito de forma parcial e com favorecimento maior da versão do governo.

Esse contraponto às versões amplamente difundidas pela mídia também é defendido como um diferencial da TV Pública por Coutinho, que acredita que o “tensionamento das categorias público x privado no telejornalismo público deveria observar a necessidade imperativa de inclusão do contraditório, como parte fundamental das reportagens vinculadas em lugar de configurar-se somente enquanto normativa técnica” (COUTINHO, 2013, p.32).

Apesar da abordagem, o Repórter Brasil não voltou a citar o assunto nos dias analisados. O Jornal Nacional só se pronunciou novamente no dia 27 de março, quando a S&P anunciou o rebaixamento das notas específicas de 13 instituições financeiras de BBB para BBB-. Este caso é peculiar, pois não foi dada nenhuma repercussão aprofundada. A notícia foi lida em apenas 13 segundos pelo apresentador. Não foi feita reportagem e nem listado o nome das instituições – sendo que algumas são estatais e grandes como a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o BNDES. A explicação para repassar a notícia de forma tão “pelada”, como é caracterizada esse tipo de nota, pode estar no patrocinador do telejornal, que também teve o índice reduzido, o Banco Bradesco.

Figura 03: Jornal Nacional e o vínculo com a publicidade

The image shows a screenshot of the Jornal Nacional website. At the top, there is a navigation bar with the logo 'JN Jornal Nacional', a search bar with the text 'oferecimento' and 'buscar', and a menu with options like 'Redação', 'História', 'Fale Conosco', 'JN no Ar', 'Vídeos', and 'Princípios editoriais'. Below the navigation bar, the main headline reads 'Agência rebaixa nota de 13 instituições financeiras brasileiras'. To the right of the headline is a red advertisement banner for Bradesco with the text 'Publicidade: Bradesco Saiba mais'. Below the headline, there are social media sharing buttons for Google+ and Facebook. The main content area features a video player showing a news anchor at a desk. A green graphic overlay on the video reads 'CLASSIFICAÇÃO DE RISCO 13 instituições financeiras brasileiras rebaixadas de BBB para BBB-'. The source of the video is cited as 'Fonte: Standard and Poor's'.

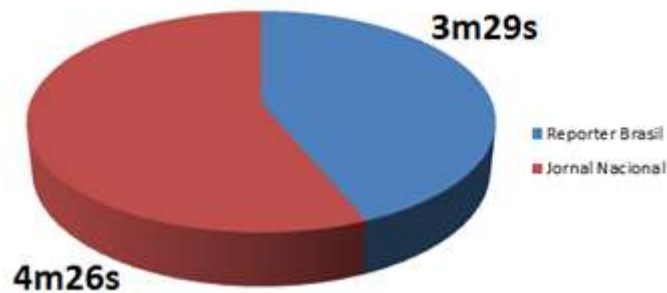
Vídeo do anúncio das instituições financeiras que foram rebaixadas pela S&P. O banner do patrocinador, Banco Bradesco, aparece na página oficial do Jornal Nacional na internet. O banco teve a nota de classificação de risco reduzida, mas o nome não foi citado na breve nota seca de 13 segundos.

Fonte: Rede Globo, 2014

A decisão em não entrar nos detalhes do segundo relatório e nem divulgar a informação de forma completa, como foi feito dias antes com o rebaixamento da nota do Brasil, pode ser explicada pela própria estrutura do telejornal, fortemente ligada ao mercado publicitário. Scorsim (2007) explica que a finalidade básica de uma televisão comercial, como é o caso da TV Globo que produz o Jornal Nacional, é o desempenho de uma atividade econômica, com o intuito de lucro, o qual é buscado mediante receitas do mercado publicitário.

O tempo dedicado à cobertura entre os telejornais no período analisado apresentou diferenças, embora não tão significativas.

Gráfico 01: Tempo dedicado à cobertura no caso *Standart and Poor's*



Fonte: Repórter Brasil/Jornal Nacional, 2014

A diferença foi de 57 segundos a mais de cobertura para o Jornal Nacional. O noticiário comercial também apresentou maior variedade de formatos. O tema apareceu em três edições com notas secas e reportagem. No Repórter Brasil, apenas uma vez.

5.2.4 Considerações sobre o caso *Standart and Poor's*

Através dos dados levantados, percebe-se que houve diferença na abordagem pelos telejornais. Enquanto o comercial atuou numa posição mais crítica, com tônica oposicionista, o público se mostrou mais próximo das políticas econômicas do governo. Ambos sinalizaram que se trata de um sinal amarelo. Mas enquanto o JN deixou claro que isso evidencia necessidade de mudanças, o Repórter Brasil mostrou que ainda não há motivos para se preocupar.

A cobertura do JN apresentou melhor aparato técnico e de recursos, com a utilização de artes, algo mais difícil de ser feito na TV Pública, que não conta com os recursos orçamentários provenientes das publicidades. A escolha da fonte por parte do JN também despertou atenção. Ao se optar por um economista ligado a governos de oposição (PSDB), como foi o caso do ex-diretor do Banco Central, cria-se um cenário tendencioso, principalmente por mostrar o lado do atual governo apenas em nota pé, sem qualquer menção a um pedido de entrevista – que gera maior representatividade em termos de linguagem audiovisual.

Apesar de mostrar uma visão diferente da grande mídia comercial, o Repórter Brasil também não foi plural. Não houve contraposição plena de pontos de vista, prevaleceu um comentário – que por definição é opinativo – que buscou amenizar o efeito do rebaixamento

do Brasil pela *Standard and Poor's*, inclusive questionando o trabalho realizado por ela – algo até justificável, considerando avaliações anteriores realizadas pela agência. Para um jornalismo democrático, ficaram ausentes pontos de vista diferenciados que poderiam contribuir com a formação crítica do cidadão – uma das premissas do jornalismo público.

O assunto poderia ser explorado com maior profundidade, visto que em nenhum momento houve detalhamento do conteúdo do relatório da S&P. Entretanto, se o telejornal público se mostrou “simpático” com as políticas econômicas do atual governo ao não criticá-las de forma rigorosa, o Jornal Nacional também se apresentou limitado quando deixou evidente a dependência do modelo comercial ao não citar o nome do patrocinador, Banco Bradesco, entre as instituições que tiveram a nota de crédito reduzida.

5.3 O CASO PASADENA

No mês de março de 2014, um fato, em caráter de denúncia, ganhou centralidade na mídia brasileira e se impôs como pauta para a reflexão sobre o telejornalismo em emissoras de naturezas distintas quanto a financiamento. Trata-se do caso Pasadena, que será apresentado brevemente para efeito de contextualização.

A Petrobrás é uma empresa de capital aberto na qual o governo brasileiro é considerado o sócio majoritário. A instituição é líder do setor petrolífero no Brasil e está presente em 25 países, de acordo com informações divulgadas por ela mesma. A polêmica, intensificada em março de 2014, envolve a compra em 2006 de 50% da refinaria de Pasadena, localizada no estado do Texas, nos Estados Unidos. A transação é analisada pela imprensa do Brasil e por políticos da oposição como um dos piores negócios da história da estatal.

De acordo com informações veiculadas no dia 27 de março de 2014, pelo Jornal Nacional, em 2005, a empresa belga Astra Oil comprou a refinaria de Pasadena por US\$ 126 milhões, entre valor de aquisição e investimentos. No ano seguinte, a Astra Oil vendeu metade da empresa para a Petrobrás, que desembolsou de imediato US\$ 416 milhões. Assim, inicialmente, a conta superava em mais de três vezes o que a Astra Oil gastou comprando 100% da refinaria em 2005.

Mas os gastos da estatal de economia mista ficaram maiores. Em 2008, a empresa belga entrou em confronto com a Petrobrás, obrigando-a a comprar a parte dela da refinaria. O procedimento estava previsto em uma cláusula contratual que dizia que, em caso de desacordo, uma parte deveria comprar a da outra. Depois de acionar a justiça, a empresa brasileira perdeu e foi condenada a pagar US\$ 820 milhões. Portanto, no final das contas, a

Petrobrás gastou US\$ 1.236 bilhão de dólares em Pasadena desde o momento da aquisição, valor considerado muito alto pelos especialistas ouvidos.

A presidente Dilma Rousseff, que na época da compra era presidente do conselho administrativo da estatal e ministra da Casa Civil, autorizou a transação. Em comunicado oficial em março de 2014, ela disse desconhecer a cláusula *put option*, que obriga a compra de parte de uma empresa pela outra em caso de desacordos. Em vários telejornais comerciais, o pronunciamento foi criticado por especialistas, políticos e até pelo ex-presidente da Petrobrás, Sérgio Gabrielli, que julgaram a cláusula como comum neste tipo de contrato, contestando o desconhecimento de Dilma. O pedido da abertura de uma Comissão Parlamentar de Investigação (CPI) foi protocolado. A investigação é feita pelo Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal e Polícia Federal.

O caso mereceu ser estudado pela repercussão alcançada na mídia, no congresso nacional e também por envolver nomes importantes, como o da presidente Dilma Rousseff e o da Petrobrás, em um momento considerado estratégico, próximo às eleições presidenciais de 2014.

5.3.1 Análise e procedimentos metodológicos específicos

A pesquisa considerou as edições veiculadas no período de 19 a 28 de março de 2014. A delimitação foi feita devido ao dia 19 de março ter sido marcado como o reinício da polêmica envolvendo a Petrobrás. Neste dia, a presidente Dilma Rousseff emitiu um comunicado oficial no qual afirmava desconhecer cláusulas importantes do contrato na época em que aprovou a compra de parte da belga *Astra Oil* pela estatal brasileira. A partir deste momento, o assunto ganhou destaque em vários veículos de comunicação com desdobramentos e repercussões. A análise se encerra com a edição do dia 28 de março de 2014, um dia após o pedido de abertura da CPI ser protocolado pelos parlamentares no congresso. Esta data marca o fim de um período de discussão entre oposição e a base governamental, onde mesmo depois de esforços do governo, a Comissão Parlamentar de Inquérito é criada para investigar as denúncias veiculadas pela imprensa e apontada pelos órgãos fiscalizadores.

Os dois telejornais assumiram posturas distintas na forma e no tempo dedicado ao tema em suas edições diárias, durante o período em análise. Se no caso da cobertura global o espaço se aproxima quase de uma superexposição, na emissora pública há o que poderia ser caracterizado como silenciamento diante do tema.

A cobertura do Repórter Brasil nos assuntos envolvendo a Petrobrás foi tímida. Durante os nove dias de análise, não foi exibida nenhuma reportagem nos padrões convencionais do telejornalismo. Das sete inserções no período, cinco foram notas secas – as quais o apresentador apenas lê a informação sem qualquer interação com imagens, artes ou depoimentos.

Tabela 07: Descrição das notas secas exibidas no Repórter Brasil (TV Brasil)

Data	Título	Características	Tempo
19/03	Refinaria foi comprada com valor acima do real pela Petrobrás.	Repassa o comunicado da presidente Dilma Rousseff, que disse que as cláusulas não foram repassadas a ela na época que aprovou a compra da refinaria de Pasadena.	30s
20/03	Polícia Federal prende ex-diretor de refino da Petrobrás.	Notícia a prisão do ex-diretor de refino e abastecimento da Petrobrás, Paulo Roberto Costa pela Polícia Federal. Suspeito com organização de lavagem de dinheiro. Não há menção de ligação com a compra da refinaria de Pasadena.	38s
25/03	Presidenta da Petrobrás deve ir ao Senado para falar sobre compra de refinaria no Texas.	Presidenta da Petrobrás, Graça Foster, e o Ministro da Energia, Edson Lobão, devem ir ao Senado para falar da compra da refinaria de Pasadena. Também diz que um grupo de parlamentares protocolou uma representação contra Dilma Rousseff na controladoria geral da república, argumentando negligência por parte da presidente na negociação.	35s
26/03	Ministro da Fazenda é convidado para falar sobre a Petrobrás.	Informa que o Ministro da Fazenda Guido Mantega foi convidado pela Câmara para falar sobre a Petrobrás. Ele é o atual presidente do conselho da estatal. Também falou que a Petrobrás investiga a compra da refinaria de Pasadena.	29s
27/03	Oposição protocola requerimento de criação de CPI para investigar Petrobrás.	Fala que senadores protocolaram o documento para requerer uma CPI para investigar a polêmica envolvendo a Petrobrás na compra da Astra Oil.	24s

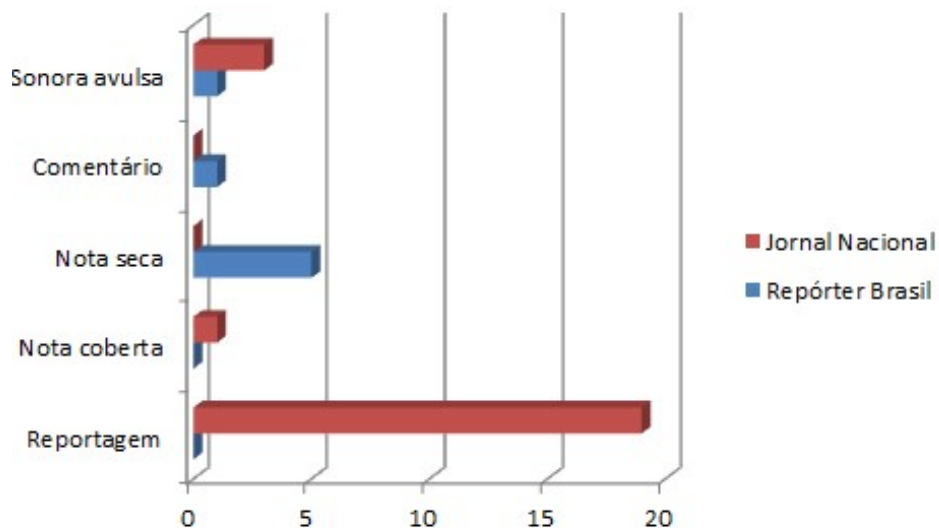
Fonte: autores via análise da TV Brasil. Disponível em: <<http://tvbrasil.etc.com.br/>>.

No dia 25 de março, a nota seca é seguida por uma sonora avulsa, de um membro a favor do governo da presidente Dilma Rousseff, o ministro de justiça José Eduardo Cardoso (PT). Ele ressalta que a atitude da oposição é eleitoreira. A outra veiculação foi um comentário do jornalista Luís Nassif sobre a prisão do ex-diretor da Petrobrás, Paulo Roberto Costa, pela Polícia Federal. Porém, o vídeo não foi publicado na página do Repórter Brasil na internet.

O Jornal Nacional adotou uma conduta diferente do Repórter Brasil. Foram 23 inserções ao longo do período analisado. A forma de abordar a notícia foi feita, na maioria das

vezes, através de reportagens completas e artes para auxiliar o telespectador nas contas, que eram extensas.

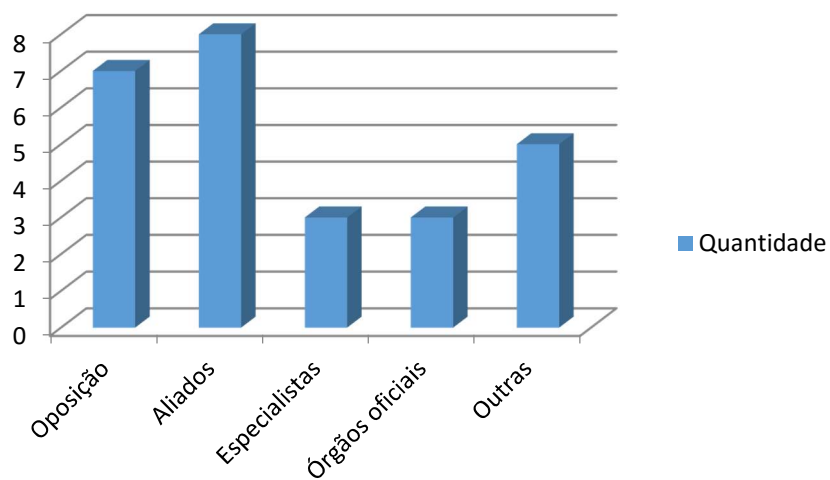
Gráfico 02: Formato das inserções jornalísticas no caso Pasadena



Fonte: do autor, 2015.

As reportagens também buscaram equilibrar a quantidade de sonoras provenientes da oposição e dos aliados do governo.

Gráfico 03: Fontes utilizadas na cobertura do Jornal Nacional no Caso Pasadena



Fonte: do autor, 2015

Os órgãos oficiais, representados no gráfico, são referentes aos de fiscalização e investigação, como o Tribunal de Contas da União, a Polícia Federal e o Ministério Público. Percebe-se que houve uma sonora a mais de aliados do governo em comparação com a oposição. A constatação pode ser explicada pelo caráter das reportagens – em tons críticos e utilizando de relatórios para apontar possíveis erros governamentais. Assim, ao dar espaço para o outro lado⁶¹, esta seria uma forma de o jornal se comportar perante os telespectadores como “isento” do assunto.

Também se nota o uso de especialistas e da imprensa internacional para comentar os assuntos. Eles atuam como uma forma de levar o telespectador à conclusão de que a condução feita pela Petrobrás foi um mau negócio. Isso se torna evidente no dia 25 de março, quando o JN recorre às informações do *L'Echo*, um jornal de economia e política da Bélgica, que destacou que a “Petrobrás fez um péssimo negócio em comprar a refinaria em duas partes” considerando a transação como “calamitosa”.

Porém, ao considerar o tempo de cada inserção, percebe-se que em muitas sonoras, a oposição teve tempo maior do que os representantes da base do governo. No dia 19 de março, por exemplo, logo após a notícia que mostrou o desconhecimento de Dilma Rousseff sobre as cláusulas polêmicas, o apresentador William Bonner chamou um depoimento de 23 segundos do senador da oposição Aécio Neves (PSDB) – que também era pré-candidato à presidência para as eleições de 2014 –, no qual são feitas críticas à Dilma, então Ministra da Casa Civil na época do negócio. Logo depois, com 7 segundos a menos, o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB), fez uma declaração defendendo as condutas da atual chefe do executivo.

É aparente que ambos os telejornais tiveram dificuldades para conseguir imagens e depoimentos importantes. Como já dito, o Repórter Brasil optou pelo caminho mais neutro com as notas secas. Nem o movimento do congresso – onde aconteciam discussões calorosas sobre a criação da CPI – o telejornal mostrou. Vale ressaltar que parte do jornal é produzida em Brasília, perto de onde aconteciam as decisões políticas.

O Jornal Nacional divulgou imagens das assinaturas coletadas por políticos no congresso para a abertura da CPI. Para contornar a ausência de imagens, foram utilizados arquivos de apoio dos principais envolvidos na polêmica, imagens dos jornais impressos onde

⁶¹ Alguns autores criticam a metodologia do “outro lado”. Traquina (2005) considera que a “tribo jornalística” privilegia uma visão bipolar, onde o mundo é “estruturado em polos opostos: o bem e o mal, o pró e o contra, etc.” (TRAQUINA, 2005, p.47). Esta doutrina é definida como uma forma de simplificar o acontecimento, em detrimento de abordagens diferenciadas e da promoção de pluralismos.

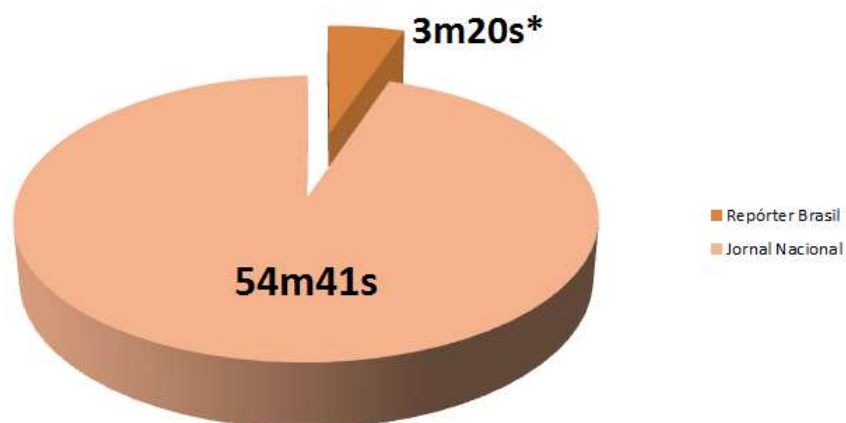
eram publicadas as últimas informações sobre o caso e artes – como forma de promover maior didatismo ao assunto e também contornar a ausência de imagens para cobrir o off do repórter.

É interessante notar que as primeiras imagens da refinaria de Pasadena só foram exibidas no dia 23 de março de 2014, no terceiro dia após o início da polêmica. Por ficar em uma região distante da base da Rede Globo em Nova York, haveria possivelmente dificuldades para chegar ao sul dos EUA para captar as imagens no estado do Texas. Depois da primeira inserção, todas as demais eram acompanhadas por um símbolo colorido da Globo no canto da tela, em referência à exclusividade.

Essa capacidade da Rede Globo, em conseguir mais recursos para compor as reportagens, pode ser explicada pelo poder da emissora comercial, tanto financeiro quanto técnico. Repórteres correspondentes também auxiliaram na cobertura internacional.

Mesmo com a evidente cobrança por parte da sociedade e políticos da oposição contra o chamado jornalismo “chapa branca”, postura governista em geral associada a emissoras financiadas pelo executivo, a TV Brasil não deu destaque ao assunto. A constatação é feita quando se analisa o tempo total dedicado ao caso Petrobrás nos nove dias referentes à pesquisa.

Gráfico 04: Tempo dedicado à cobertura – Caso Pasadena



* O tempo de um comentário realizado no dia 21 de março 2014 não foi contabilizado pelo motivo do vídeo não ter sido inserido no site da TV Brasil, o que impossibilitou o cálculo da duração.

Fonte: do autor, 2015

Portanto, a cobertura realizada pelo Jornal Nacional foi 18 vezes mais extensa do que a feita pelo Repórter Brasil, considerando o tempo dedicado ao assunto. No viés de conteúdo, também se considera que houve maior quantidade e variedade de sonoras, VTs, repercussões e recursos informativos no telejornal veiculado pela emissora comercial.

5.3.2 Considerações sobre o caso Pasadena

Por meio da análise dos dados obtidos, a partir da investigação do conteúdo dos telejornais, é possível afirmar que o Repórter Brasil evitou se aprofundar na polêmica envolvendo a estatal, Petrobrás. Por outro lado, o Jornal Nacional exibiu ao menos uma matéria diariamente durante o período analisado, incluindo repercussões indiretas, como a queda no valor das ações da petroleira e o atraso das obras na refinaria de Pernambuco e no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. O noticiário público se limitou – na maior parte das vezes – a divulgar informações curtas através de notas secas.

É evidente que a TV Brasil não possui tantos recursos quanto à estrutura comercial para enviar um correspondente ou cinegrafista para Pasadena, como fez o Jornal Nacional. Porém, as discussões realizadas no Congresso eram cobertura de fácil acesso para a emissora pública, na medida em que ocorriam na mesma cidade onde o telejornal é ancorado – Brasília. É importante destacar também que alguma das notas, como a exibida no dia 19 de março 2013, quando começou a série de reportagens pelo JN, foram dedicadas exclusivamente para dar voz à defesa do Governo Federal.

Nenhum depoimento de parlamentares da oposição, que protocolaram o pedido da CPI, foi inserido. Já o ministro da justiça, durante 44 segundos, encontrou espaço para criticar a conduta de deputados e senadores do congresso que fizeram o pedido à comissão parlamentar. Atitudes como essa, mostram o aparente “medo” de uma emissora – que tem a maior parte das verbas oriundas do governo – em dar destaque a assuntos polêmicos, que envolvem a presidência.

Os indícios de má gestão, evidenciados pela mídia estrangeira e pelas perdas milionárias, podem ser considerados de interesse público – uma das premissas na promoção do telejornalismo público. Já que a Petrobrás é uma empresa na qual a maioria das ações pertence ao Estado, e conseqüentemente à sociedade brasileira, o noticiário se impunha como necessário.

Porém, ao invés de uma cobertura diferenciada, plural, com novas formas de abordagens e pontos de vista, dentro dos conceitos que definem o jornalismo público, o que se viu – e ouviu – foi um silêncio, com pequenos ruídos, em sentido metafórico, representados pelas enxutas notas secas. A promoção do jornalismo cidadão, como forma de prover o telespectador de informações para a análise crítica, não foi evidenciada.

As conseqüências deste contexto podem ser vistas também como uma frustração do telespectador que acredita no potencial do telejornalismo público. Ao buscar informações

sobre o assunto na mídia, ele não encontrará outra opção a não ser a versão exibida no noticiário comercial.

5.4 O CASO PETROLÃO: CORRUPÇÃO E POLÊMICA EM ANO ELEITORAL

O ano de 2014 foi marcado por grandes polêmicas sobre corrupção, como mencionado no caso Pasadena. Com a proximidade das eleições presidenciais no segundo semestre, também se tornaram evidentes novas denúncias – que demonstrou a necessidade de avaliar como a mídia iria conduzir os novos acontecimentos diante do embate entre as candidaturas da oposição e do governo que tentava a reeleição. Um agravante foi a divulgação do depoimento do ex-diretor de abastecimento da Petrobrás, Paulo Roberto Costa, e do doleiro, Alberto Youssef, pela Justiça do Estado do Paraná, em pleno segundo turno eleitoral. Os réus revelaram com detalhes como funcionavam os esquemas de corrupção envolvendo a Petrobrás.

Toda a investigação pertence à Operação Lava Jato, da Polícia Federal Brasileira, que identificou dirigentes da petrolífera envolvidos com o pagamento de propina a políticos e grandes empreiteiras. As propinas eram cobradas através do recolhimento de 3% no valor dos contratos da estatal. Dezenas de pessoas, entre políticos e empresários, estariam envolvidas, consolidando todo o esquema como “petrolão” pela mídia comercial brasileira – em referência ao mensalão⁶², outro escândalo de corrupção envolvendo o PT e o Governo Federal. Considerando a repercussão e o momento político daquela ocasião, foi realizada uma nova pesquisa para visualizar como os telejornais conduziram essa turbulência na política brasileira. Porém, antes, consideramos importante caracterizar as diferenças entre as origens e propostas entre os dois telejornais considerados objetos de estudo deste trabalho.

5.4.1 Análise e procedimentos metodológicos específicos

A divulgação por parte da imprensa do depoimento de Paulo Roberto Costa, ex-diretor de abastecimento da Petrobrás, e do doleiro, Alberto Youssef, é considerada o ponto de partida da análise. A primeira matéria a respeito do assunto foi veiculada no dia 9 de outubro de 2014 pelo Jornal Nacional e um dia depois pelo Repórter Brasil. Entretanto, para a definição das edições de análise, foi preciso considerar dois fatores. Primeiramente, o período

⁶² Mensalão se refere a um escândalo político que aconteceu entre 2005 e 2006 durante a gestão do Governo Lula (PT). O esquema se caracterizou pela compra de votos de parlamentares do Congresso Nacional do Brasil para viabilizar a aprovação dos projetos encaminhados pelo Governo Federal. A investigação foi realizada pelo Ministério Público e o julgamento realizado pelo Supremo Tribunal Federal em 2014.

de repercussão – já que era de se esperar que ambos os telejornais, de acordo com o que preveem o próprio manual de jornalismo e os princípios editoriais, iriam acompanhar o desenvolvimento do caso, e o período que compreendeu o segundo turno das eleições para presidente, que se estendeu dos dias 6 de outubro até 26 do mesmo mês.

Diante das variáveis, a análise foi realizada entre os dias 9 de outubro, data da divulgação dos depoimentos, até 25 de outubro, quando foram veiculadas as últimas edições do Jornal Nacional e Repórter Brasil antes das votações do segundo turno das eleições presidenciais de 2014.

No total, foram 15 edições analisadas do Jornal Nacional e 14 do Repórter Brasil. A diferença quantitativa se refere à ausência da edição do dia 9 de outubro por parte do Repórter Brasil. Um e-mail chegou a ser enviado para a diretoria de jornalismo da EBC que confirmou que os vídeos não foram carregados para a página virtual. Entretanto, por dedução, consideramos que provavelmente a primeira inserção sobre o assunto foi divulgada apenas no dia 10, já que nesta data o título do vídeo foi definido como “Justiça Federal divulga depoimento do ex-diretor de abastecimento da Petrobrás”; entendeu-se, portanto, que foi a partir deste momento que o Repórter Brasil iniciou a cobertura referente aos depoimentos de Paulo Roberto Costa – o que não prejudicaria este estudo.

A primeira divulgação dos depoimentos de Costa e Youssef pelo Jornal Nacional foi realizada no dia 9 de outubro – um dia antes do Repórter Brasil. A reportagem teve duração extensa para o padrão do telejornal cujas matérias raramente passam dos 3 minutos. Com 7m48s, mais 1m39s de nota pé, a reportagem intitulada “Ex-diretor da Petrobrás e doleiro Alberto Youssef delatam a corrupção da Petrobrás” divulgou vários trechos dos depoimentos dos réus do caso Petrolão. Neles, foi explicado como eram realizados os desvios, os beneficiados e a porcentagem de recursos destinada aos corruptores.

A matéria utiliza imagens do local onde aconteceram os depoimentos, fachadas de prédios, como do Supremo Tribunal Federal, imagens de arquivo para mostrar os dois envolvidos (enquanto cita em off partes dos depoimentos), arte para explicar como funcionava o esquema que envolvia três partidos (PP, PMDB e PT) e para detalhar o áudio dos depoimentos. Em síntese, explica que a propina era viabilizada através do desvio de um percentual dos contratos realizados com as empreiteiras que era repassado a membros internos da Petrobrás e encaminhado também a políticos.

Deve-se notar que, apesar de a reportagem ser longa, não houve nenhuma entrevista. Em uma inserção com mais de 10 minutos, incluindo cabeças e notas pé, a ausência de entrevistas também pode ser interpretada como uma estrutura incapaz de gerar contrapontos,

já que a única versão apresentada é relativa à organização da matéria – realizada pelos próprios editores. Especialistas políticos, os próprios envolvidos e representantes dos partidos não foram ouvidos. O espaço foi concedido apenas em nota pé, lidas, como de prática, pelos próprios editores-apresentadores do Jornal Nacional.

Também é questionável o critério escolhido para o uso das imagens de arquivo dos personagens para cobrir o off da repórter que detalha os depoimentos. Em uma delas, visivelmente antiga e aparentemente incompatível com o “padrão Globo de qualidade”, aparece Youssef (aparentemente mais novo que atualmente) em uma mesa piscando um dos olhos – numa simbologia que remete à esperteza ou atos dignos de entrelinhas. A escolha da imagem pode ter sido estratégica pelos editores do telejornal para “encaixar” o personagem à imagem de corrupto.

Figura 04: Youssef representado pelas imagens de arquivo do Jornal Nacional



As imagens capturadas na página do Jornal Nacional na internet mostram sequência de frames do arquivo veiculado pelo telejornal para cobrir o off da repórter quando se cita o doleiro Alberto Youssef.

Fonte: G1.com, Jornal Nacional, 09 out. 2014.

Nos dois dias seguintes, o telejornal exibiu matérias que repercutiram o caso. Duas delas, inclusive, apresentaram conteúdos semelhantes. Através do próprio título, é possível visualizar essa aproximação de propostas. No dia 10 de outubro de 2014, foi veiculada a matéria “Ex-diretor da Petrobrás e doleiro dão detalhes sobre cartel e corrupção e contratos”. Já a reportagem do dia 11 de outubro de 2014 trazia como título “Paulo Roberto Costa revela detalhes de como os operadores atuavam para garantir propinas”. A impressão ao se realizar a análise de conteúdo é a de que o telejornal buscou divulgar as informações dos depoimentos em pequenos pacotes, de forma que tivesse conteúdo “inédito” por vários dias. A inovação também não aparece na estrutura das duas reportagens, que assim como a veiculada no dia 9

de outubro, não fazem uso de sonoras e se utilizam dos depoimentos divulgados pela justiça através de artes.

Nestes três dias, a única reportagem que se distanciou deste padrão foi a exibida no dia 10 de outubro de 2014 que mostrou como os depoimentos de Costa e Youssef estavam se refletindo nas campanhas eleitorais. O candidato à presidência Aécio Neves (PSDB), da oposição, afirmou em sonora de 39 segundos que a corrupção se institucionalizou no que chama de “seio da nossa maior empresa”, e cobra maior investigação, prometendo, caso fosse eleito, que iria aprofundá-las. Já a candidata à reeleição do PT, Dilma Rousseff, disse em sonora cinco segundos maior, estranhar a divulgação dos áudios em meio a campanha eleitoral e defendeu a apuração do caso. Na própria reportagem e na nota pé, o telejornal rebateu, de forma discreta, a fala da presidente, ressaltando que os depoimentos não eram sigilosos.

Ainda neste contexto, percebe-se que o Jornal Nacional buscou resguardar sua credibilidade acerca da acusação de Dilma Rousseff a respeito da divulgação dos depoimentos em pleno segundo turno eleitoral. No dia 14 de outubro de 2014, a matéria “Juízes federais apoiam colega responsável pela apuração do escândalo da Petrobras” mostra que a Associação dos Juízes Federais do Brasil, a oposição e o Ministério Público do Paraná defenderam a atuação do Juiz Sérgio Moro, que autorizou a divulgação do conteúdo do depoimento de Costa e Youssef. Em sonora, o vice-presidente da associação dos juízes explica que a investigação é pública e, por isso, não houve irregularidade. Entretanto nota-se a ausência do principal personagem de toda a reportagem. O Juiz Sérgio Moro, mote da matéria, não foi ouvido e os apresentadores e o repórter também não falaram se tentaram entrar em contato com ele. Questiona-se, neste caso, o motivo dessa opção. Várias perguntas, que deveriam ser feitas ao juiz, ficaram sem respostas – entre elas, o porquê de não ser sigiloso. Os depoimentos, que não foram comprovados ainda e estão em investigação, não poderiam beneficiar determinado candidato em pleno segundo turno eleitoral?

Em 15 de outubro de 2014, o Jornal Nacional repercutiu o assunto dizendo que outra obra da Petrobrás estava sendo investigada. Em nenhum momento é dito se as denúncias foram ou não confirmadas – situação que ganha peso considerando o período eleitoral. Na única sonora da reportagem de 2m11s, um relator do Tribunal de Contas da União (TCU) diz que a denúncia é grave, mas que precisa ser investigada. Apesar de citado como um dos comandantes do esquema, Costa não foi ouvido.

Em meio às polêmicas, direcionadas principalmente a aliados do governo, na edição de 17 de outubro de 2014, o Jornal Nacional exibiu uma reportagem de 4m29s dizendo que

Costa citou um membro da oposição (PSDB) como um dos políticos que recebeu propina. O telejornal utiliza de imagens dos jornais impressos Folha de São Paulo e Estado de São Paulo para desenvolver o assunto. Considerando o tempo midiático de cada veículo, questiona-se o fato do telejornal, que deveria ter mais agilidade para informar, ter sido pautado pelos impressos. A matéria diz que cerca de R\$10 milhões teriam sido desviados para abastecer a campanha do PSDB – partido de Aécio Neves – em 2010. Apontado como possível operador, o senador Álvaro Dias (PSDB), foi ouvido em sonora e negou a participação. No mesmo VT é dito que um órgão americano que cuida do mercado de ações também investiga a Petrobrás. São utilizadas imagens de relatórios e da fachada do Departamento de Justiça dos Estados Unidos.

Durante o período analisado, o Jornal Nacional fez uso de nove sonoras. A distribuição dos posicionamentos políticos ficou configurada da seguinte forma, segundo a análise:

Gráfico 05: Posicionamento das fontes no Jornal Nacional – Caso Petrolão



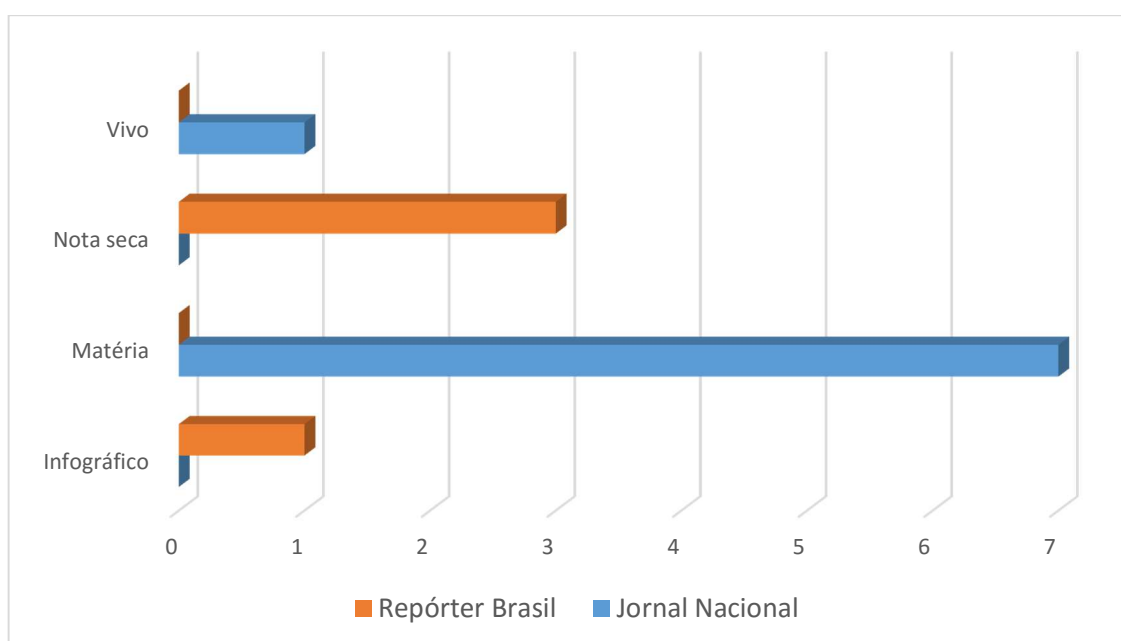
Fontes: Jornal Nacional e Repórter Brasil 2ª Edição.

Entre os que foram enquadrados como oposição, estão o líder do PSDB, que cobrou investigação; o senador Álvaro Dias (PSDB), que se defendeu da acusação de ser considerado um dos operadores do esquema; e o candidato à presidência Aécio Neves. Visualizados como membros da situação, estão a então candidata à reeleição Dilma Rousseff e o relator da CPMI, Marcos Maia (PT), que concedeu uma entrevista dizendo que não poderia levar as denúncias para o lado eleitoral. Foram classificados como especialistas o membro da Associação dos Juízes Federais do Brasil, que defendeu a atuação do juiz Sérgio Moro em relação à divulgação dos depoimentos, e o relator do TCU, ministro José Jorge, ao falar da apuração de mais uma obra vista como superfaturada por funcionários da Petrobrás. Incluído na categoria

de sonora neutra, o presidente da CPMI, Vital do Rêgo (PMDB), é ouvido na condição de presidente da comissão de investigação – apesar de pertencer a um partido da base aliada do governo.

Já o Repórter Brasil apresentou uma cobertura bastante distinta da realizada pelo Jornal Nacional. Nos 15 dias dedicados à análise, em apenas quatro, o tema esteve presente no script do noticiário – mesmo assim, na maioria das vezes, em formato de nota seca. Apenas no primeiro dia foi inserida uma arte com um trecho do depoimento do ex-diretor de abastecimento da Petrobrás, Paulo Roberto Costa. Portanto, a configuração do formato da notícia se distanciou do que se viu na emissora comercial.

Gráfico 06: Formatos da notícia – Caso Petrolão



Fontes: Jornal Nacional e Repórter Brasil 2ª Edição.

A opção pelo uso predominante de notas secas limita as possibilidades de fomentar o debate público e o contraponto de ideias, já que não há sonoras, imagens e informações/recursos que uma reportagem audiovisual com vídeo poderia oferecer ao telespectador.

Com 2m27s, a inserção do dia 10 de outubro de 2014 foi a maior, considerando o período analisado. Com o título “Justiça Federal divulga depoimento do ex-diretor de abastecimento da Petrobras”, os apresentadores destacaram na cabeça o histórico de Paulo Roberto Costa na Petrobrás, sendo funcionário de carreira por décadas – o que não foi dito no Jornal Nacional. A matéria cita que ele foi indicado por um ex-deputado do PP à diretoria de

abastecimento em 2004. Em nenhum momento é mencionada a palavra Lula ou Dilma, ao contrário do que aconteceu no telejornal da TV Globo. Os apresentadores também dizem que o Ministério Público ainda investigará as informações divulgadas por Costa. Depois da cabeça de 1 m24s, é inserido o áudio de Costa detalhando como acontecia o esquema. O outro lado é dado através de nota pé. As outras três inserções sobre o assunto foram feitas através de notas secas, como demonstra a tabela:

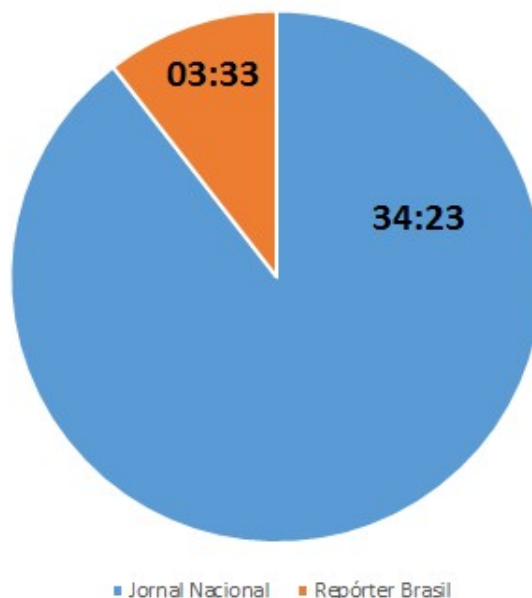
Tabela 08: As notas secas veiculadas pelo Repórter Brasil

Data	Título	Tempo	Conteúdo da Nota Seca
15/10	Presidente da CPI Mista da Petrobrás entra com mandato de segurança.	0:21	Notícia que o senador Vital do Rego, presidente da CPMI da Petrobrás, pediu no Supremo Tribunal Federal o depoimento de Costa prestado em regime de delação premiada. No Jornal Nacional, a informação foi dada na passagem da repórter em um VT que mostra possíveis irregularidades em uma obra da Petrobrás, no Rio de Janeiro.
21/10	Justiça Federal do Paraná absolve doleiro Alberto Youssef.	0:24	Fala da absolvição de Youssef da acusação de lavagem de dinheiro do tráfico de drogas. Também é citado que ele é investigado na Operação Lava Jato.
22/10	Justiça Federal de Curitiba condena doleira Nelma Kodama a 18 anos de prisão.	0:31	Trata da condenação da doleira Nelma Kodama, que teria atuado junto com Youssef na lavagem de dinheiro. A ação faz parte da Operação Lava Jato. O Repórter Brasil explica como a doleira atuava: por meio de empresas fantasmas para abastecer os negócios de Youssef.

Fonte: Repórter Brasil 2ª Edição.

Ao traçar um paralelo com o Jornal Nacional, notam-se algumas diferenças no tratamento da informação. Na nota seca, divulgada no dia 21 de outubro de 2014, sobre a absolvição de Youssef, por exemplo, a apresentadora do Repórter Brasil explica a justificativa dada pelo juiz, de que o doleiro emprestou o escritório sem saber que o local seria usado para tratar de assuntos relacionados ao tráfico. No Jornal Nacional, é dito somente o motivo de ele ser acusado, em relação ao envolvimento com traficantes colombianos. Percebe-se um lado mais acusador, pouco preocupado com as justificativas da absolvição ou com o lado de quem o telejornal considera como sendo o “mal”. Já no dia seguinte, diante da condenação de Nelma Kodama, o Repórter Brasil já utiliza um tom mais próximo do Jornal Nacional ao explicar a ação da doleira.

Diante das coberturas analisadas, nota-se um grande distanciamento em relação ao tempo gasto por cada telejornal.

Gráfico 07: Tempo dedicado à cobertura no caso Petrolão

Fontes: Jornal Nacional e Repórter Brasil 2ª Edição.

O Repórter Brasil gastou apenas 10% do tempo dedicado pelo Jornal Nacional aos assuntos relacionados à divulgação dos depoimentos de Costa e Youssef. Além de o tema aparecer menos ao longo das edições, as notas secas foram lidas de forma breve, com média de 21 a 31 segundos cada. Já o Jornal Nacional dedicou mais tempo com matérias longas, que também incluíram o uso de artes e imagens gravadas no exterior.

5.4.2 Considerações sobre o caso Petrolão

É dedutível que o tempo reduzido dedicado pelo Repórter Brasil ao tema é passível de questionamentos, principalmente quanto ao questionamento se o assunto deveria ou não ser tratado como pertencente ao interesse público. A Petrobrás é uma empresa brasileira, cuja maioria das ações pertence ao Estado. Portanto, a população saber o que acontece dentro dela pode ser considerado de interesse público – já que a mídia também deve exercer um papel fiscalizador. Entretanto, há um agravante que é o segundo turno da eleição para presidente, caracterizado por uma disputa acirrada, onde em várias pesquisas o atual governo, candidato à reeleição, aparecia atrás do candidato da oposição por poucos pontos percentuais. Se por um lado o governo demonstra a necessidade de tratar o tema com cautela e responsabilidade

jornalística, também é um motivo para que ele tente conter qualquer divulgação que possa se refletir na votação.

Considerando este cenário e os dados apresentados, conclui-se, ao relacionar os resultados desta pesquisa com os obtidos pela análise do caso Pasadena, que a conduta de “retração” está incorporada à linha editorial da emissora pública (TV Brasil). Na análise realizada em março, o Repórter Brasil dedicou 3m20s, enquanto o Jornal Nacional gastou 54m41s nos mesmos dias analisados. Percebe-se que, aparentemente, o Repórter Brasil insere o assunto na grade do telejornal apenas por uma obrigação como veículo informativo – já que não há aprofundamentos, e a ausência total do assunto poderia evidenciar ainda mais sua dependência do Governo Federal.

O Repórter Brasil é gravado em Brasília, na mesma cidade onde acontecia a CPMI que investiga o caso. Em nenhum momento, uma equipe de reportagem foi ao local para mostrar a movimentação do Congresso Nacional e ouvir os partidos e políticos envolvidos na comissão. Portanto, não se pode justificar a ausência do assunto às questões de falta de infraestrutura. Por outro lado, percebe-se o empenho e o poderio do noticiário da TV Comercial que, com maiores recursos financeiros e tecnológicos, conseguiu mostrar a repercussão da crise da Petrobrás no exterior, com imagens gravadas nos Estados Unidos.

Devido a fatores, como os provenientes de posicionamentos políticos e da própria complexidade no tratamento da informação, é difícil compreender a linha que separa a omissão, que poderia ser atribuída ao Repórter Brasil, do exagero, que muitos poderiam vincular ao Jornal Nacional. A cobertura do caso e esses questionamentos devem ser vistos não apenas como críticas a cada um dos noticiários, mas também como a necessidade de discutir como cenários semelhantes devem ser tratados pela mídia que prima pela qualidade.

Acreditamos que a notícia, quando é fruto de um processo que ainda está em investigação, não deve ser tratada como uma verdade. Apesar de o Jornal Nacional repetir em todas as matérias a expressão “segundo o depoimento”, a massificação do tema durante as edições ao longo do segundo turno pode levar o telespectador/eleitor a processar a denúncia como sendo uma verdade. Foram 34m23s de informações que ainda não foram confirmadas – e que estão sendo investigadas.

Portanto, os depoimentos que estão em fase de investigação em nenhum momento ganharam repercussão aprofundada de que poderiam ser considerados falsos. Esta perspectiva só era apresentada pelas notas pé, em poucos segundos, no breve direito de defesa de alguma pessoa ou algum órgão citado pelos réus. Podemos utilizar, numa perspectiva de ilustração, para melhor compreensão, uma conduta frequente de alguns telejornais. Em coberturas de

homicídios, tráfico e roubos, muitas vezes, evita-se veicular a sonora do acusado – a justificativa nas redações é feita através de uma velha pergunta: por que dar voz a bandido? Diante deste raciocínio, questiona-se então o fato das pessoas que assumiram atos de corrupção, como Costa e Youssef, ganharem tanta voz – e conseqüentemente uma aparente credibilidade – na grande mídia comercial.

5.5 CONSIDERAÇÕES GERAIS E CONTRIBUIÇÕES PARA A QUALIDADE TELEVISIVA

As análises preliminares demonstraram que os dois telejornais apresentam deficiências quando vistos sob a ótica do telejornalismo de qualidade. A principal falha é a ausência do pluralismo, da contextualização e da isenção. No Jornal Nacional, essa visão foi mais clara quando o telejornal não noticiou o rebaixamento da nota de crédito do Bradesco – principal anunciante do programa na época do acontecimento. Já o tempo dedicado à cobertura pelo Repórter Brasil no caso Pasadena demonstra o forte vínculo com o governo.

O Jornal Nacional também evidenciou como a questão técnica faz parte dos princípios qualitativos do noticiário, com várias reportagens produzidas “in loco” nos Estados Unidos – e com a logo da emissora em destaque colorido no canto da tela. Já o Repórter Brasil, apesar de não ter poderio econômico e a estrutura do telejornal da emissora privada, deveria buscar formas diferenciadas de abordar o assunto – o que não foi visto nas três análises realizadas. Mesmo demonstrando uma posição de conteúdo diferente da do Jornal Nacional, mais próxima ao governo, o Repórter Brasil não conseguiu explorar o assunto com maior profundidade, como, por exemplo, com ênfase no contraditório.

Em contraponto, acreditamos que uma forma alternativa de tratar o assunto, numa perspectiva diferenciada e com atendimento aos preceitos qualitativos discutidos até então, é através de profissionais especializados em política ou economia, como cientistas políticos, que poderiam abordar o tema de uma maneira mais profissional. Ausentes em ambos os telejornais, estes profissionais seriam uma via para contextualizar os fatos com melhor didatismo aos telespectadores. No caso Petrolão, por exemplo, faltou esclarecer o que representam os depoimentos, quem são os envolvidos, como a divulgação de dados judiciais interfere nas eleições, entre outras perspectivas.

A escolha dos formatos empregados também é reflexo da preocupação no aprofundamento do assunto. No Repórter Brasil, as peças analisadas eram na maioria notas secas ou cobertas – que, como já mencionado, possuem tempo mais enxuto e não trazem

sonoras, o que dificulta o contraponto de ideias. No Jornal Nacional, o maior emprego foi o de reportagens.

A emissora pública, que possui, ou deveria possuir em tese, um compromisso com o cidadão que custeia sua programação, e a emissora comercial, cujo compromisso não é menor, por se tratar de uma concessão pública, deveriam seguir com maior fidelidade os princípios que descrevem de forma louvável em seus manuais e diretrizes editoriais – mas que, muitas vezes, não são vistos na tela da TV. Promoção do debate de ideias, pluralidade, incentivo à reflexão e novas formas de abordar a notícia deveriam ser vistos em qualquer tipo de cobertura, independentemente da temática.

Apesar dos resultados, ressaltamos que a TV Pública representa um passo importante para a democratização da mídia no país. Mas considerando exemplos, como os dos países europeus, onde essa plataforma se apresenta com maior independência e aproximação do cidadão, no Brasil, ainda é preciso mudanças e evolução. Alguns recursos, como a ouvidoria e a presença do Conselho Curador representado – em sua maioria – pela sociedade civil podem ser grandes aliados nesse processo, assim como a pesquisa sistemática de sua cobertura poderia oferecer instrumentos para uma cobrança mais cidadã quanto à programação da emissora. A presença (e divulgação) de canais de interação com os telespectadores, capazes de acolher as críticas, é uma via para auxiliar a contornar as lacunas identificadas nas análises.

6. TV PÚBLICA E MÉTODOS DE VERIFICAÇÃO DA QUALIDADE: MATRIZ DE AVALIAÇÃO E O ÍNDICE DE QUALIDADE

O CAPÍTULO: a identificação dos parâmetros de qualidade adotados pelas emissoras públicas pode ser realizada de diversas maneiras. Neste capítulo, utilizamos, além das conclusões das pré-análises, as quatro edições da Revista do Conselho Curador, entrevistas com quatro profissionais que ocupam cargos estratégicos na Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e no jornalismo da TV Brasil e o Manual de Jornalismo da EBC: Somente a Verdade. Ao final, propomos a composição de uma matriz capaz de permitir a cidadãos e profissionais verificar se as reportagens veiculadas pelo telejornal Repórter Brasil realmente cumprem os princípios qualitativos defendidos nos documentos institucionais e presentes nos discursos de profissionais da EBC. Também é desenvolvida a proposta de um Índice de Qualidade (IQ), um indicador de fácil cálculo para mensurar a qualidade do produto audiovisual.

6.1 A QUALIDADE SEGUNDO O MANUAL DE JORNALISMO DA EBC

Além das legislações que regulam a atividade da imprensa e expõem preceitos que devem servir de guia para o conteúdo televisivo, como evidenciado no segundo capítulo, as emissoras também possuem seus manuais que – subordinados à legislação – apresentam critérios de conduta para profissionais e programas. Dedicamo-nos, assim, à análise do Manual de Jornalismo da EBC, intitulado Somente a Verdade, que será realizada neste capítulo, enquanto os princípios editoriais do Grupo Globo, utilizado pela Rede Globo, serão detalhados no capítulo seguinte. Alguns estudos comparativos sobre esses dois textos já foram realizados no meio acadêmico, como o de Coutinho e Queiroz (2013). Os autores consideraram os manuais como uma resposta à sociedade acerca de apontamentos comuns. No caso da Rede Globo, o objetivo seria reafirmar sua independência e rebater as críticas sobre uma possível conduta antigovernista. Já o manual que se dedica a definir parâmetros para os veículos da EBC adotaria um caminho inverso.

O ‘Manual de Jornalismo da EBC’ decorre de um outro fluxo de críticas, semelhantes em sua essência, na medida em que acusa-se a empresa pública de Comunicação por algum grau de partidarismo, governismo ou falta de crítica às ações do governo. Em 2013 se lança este manual justamente na intenção de marcar uma diferenciação do tipo de jornalismo produzido na medida em que se trabalha detalhadamente os aspectos da produção sob um

viés de serviço público estatal e não governamental (COUTINHO e QUEIROZ, 2013, p.12).

Na análise proposta, partimos da pressuposição de que parte considerável do manual da EBC e dos princípios editoriais da Rede Globo se dedica a deixar claros quais são os critérios de qualidade que deverão ser seguidos pelos veículos articulados aos grupos.

O manual de jornalismo da EBC, *Somente a Verdade*, foi publicado em 2013 e reuniu durante sua elaboração cerca de 30 colaboradores, entre membros da EBC, representantes de associações de emissoras públicas e especialistas. Uma percepção clara é a visão do jornalismo como um serviço público. A busca pela verdade se torna o principal objetivo da discussão acerca da qualidade proposta para a mídia pública, concedendo foco à fidelidade, precisão e honestidade dos fatos e acontecimentos de interesse público. A independência também é destacada como uma missão necessária para se atingir o objetivo. No capítulo dedicado aos princípios, valores, objetivos e diretrizes, o manual considera que as informações “devem ser mediadas por um processo ético, rigoroso, criterioso, isento, imparcial, sem preconceito e independente – na sua apuração, organização, hierarquização, aferição e difusão dos acontecimentos” (EBC, 2013, p.21).

Outros princípios que também podem ser visualizados como indicadores de qualidade são: comunicação plural, diversificada e programas que permitem a liberdade de pensamento, opinião e consciência (EBC, 2013, p.22). Entre outros critérios elencados, selecionamos os que se relacionam de forma direta com o que entendemos como qualidade:

Tabela 09: Princípios de qualidade do Manual de Jornalismo da EBC

Princípio	Caracterização
Pluralidade	Promover o acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo.
Imparcialidade	Os jornalistas, comunicadores e todos aqueles que atuam no processamento da informação que a EBC oferece ao público tem o dever de evitar o partidarismo, a pregação religiosa, o tom promocional e qualquer finalidade propagandística. A informação deve refletir a verdade dos fatos.
Discernimento	Contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica do cidadão, por meio da oferta de informação qualificada e contextualizada.
Regionalismo	O regionalismo das pautas, dos sotaques e do idioma é essencial ao jornalismo da EBC. Está nos fundamentos de seus veículos pelo seu caráter público e pelo acolhimento à diversidade cultural do país.
Educação	Por meio da informação, o jornalismo deve cooperar com os

	processos educacionais e de formação do cidadão.
Debate Público	Fornecer espaços e meios para o debate público acerca de temas de relevância local, regional, nacional e internacional, assegurada a expressão de ideias, opiniões e pontos de vista divergentes.
Inclusão	Apoiar processos de inclusão social e socialização da produção de conhecimento, garantindo espaços para exibição de produções regionais e independentes.
Inovação	Buscar excelência em conteúdos e linguagens e desenvolver formatos criativos e inovadores, constituindo-se em centro de inovação e formação de talentos.
Ética	Observância da Declaração Universal dos Direitos Humanos, dos princípios fundamentais da Constituição Federal, da Declaração da Unesco sobre as Mídias e do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

Fonte: Manual de Jornalismo da EBC, 2013, p.23-24.

No capítulo “Práticas Jornalísticas – Referências e Procedimentos”, o Manual de Jornalismo da EBC dedica um item à temática desta dissertação, em seção denominada “Compromisso com a qualidade”. Nela, o Manual vincula a qualidade com o exercício de respeito ao cidadão, através da obtenção, processamento e veiculação da informação exata, clara e contextualizada. São descritos cinco fatores que devem compor a qualidade dos veículos.

a. construir a excelência jornalística e de programação com base na ética, na qualidade editorial dos produtos e na qualidade e integridade dos profissionais que os produzem; b. oferecer produções sob rigor técnico, na qualidade de imagens, textos, áudios e ilustrações. [...]; c. desenvolver a linguagem e a estética do jornalismo da EBC baseadas na substância jornalística, factual, apartidária, impessoal, não autoral e plural; d. praticar a experimentação e a ousadia, a partir da criatividade de seus profissionais, da Rede Nacional Pública (veículos públicos articulados com a EBC) e de outras fontes, especialmente da academia; e. buscar a objetividade em todos os conteúdos jornalísticos. Entende-se como objetividade o relato determinado pelos limites do fato em si. Opõe-se, portanto, à subjetividade. As análises e opiniões devem ser seccionadas e identificadas como tal. (EBC, 2013, p.29-30).

O manual também concede importância a conceitos considerados básicos para um jornalismo de qualidade, como a participação dos espectadores e da sociedade e a necessidade de uma boa apuração⁶³, principalmente em relação à veracidade de denúncias.

⁶³ A apuração refere-se ao cuidado do jornalista em busca da informação verídica, através da checagem das fontes, conferência dos dados e correção das falhas. É considerada um dos principais pilares da notícia de qualidade.

6.2 A QUALIDADE SEGUNDO A REVISTA DO CONSELHO CURADOR DA EBC

A Revista do Conselho Curador⁶⁴ da EBC é uma publicação semestral que teve início em julho de 2013, lançada durante a 45ª reunião do conselho. Geralmente os assuntos estão alinhados com as discussões do colegiado e, por isso, refletem também as políticas e orientações adotadas pela EBC para seus veículos. Nas matérias são frequentes a divulgação das atividades do conselho e artigos de conselheiros, pesquisadores e funcionários da EBC. Nesta fase da pesquisa, consideramos para análise as manchetes das quatro primeiras edições e as reportagens que abordam a TV Brasil em conjunto com a discussão de temáticas que contribuem para identificar o que é a qualidade para a TV Pública brasileira.

A primeira edição, publicada em 2013, trouxe como manchete “Produção Independente e Comunicação Pública no Brasil”. Apesar do foco no título em relação à produção independente, também houve ênfase no regionalismo. A reportagem correspondente “Caminhos da Produção Independente” busca definir o conceito que leva o nome da matéria, já que, segundo a revista, este possui diferentes percepções entre a academia e a prática profissional. Por isso, segundo a então presidente do Conselho Curador, Ana Fleck (Senado Federal), a discussão é importante para se verificar como a EBC aborda o assunto e se a empresa cumpre os princípios previstos na lei de sua criação (CONSELHO CURADOR DA EBCa, 2013, p.11).

Nota-se que a revista defende que a produção independente é uma forma de promover a cultura nacional e estimular a produção regional. A própria lei de criação da EBC, como citado no subitem sobre a legislação da EBC, define que na programação da TV Brasil deve haver pelo menos 10% de conteúdo regional e 5% de conteúdo independente nos meios da EBC nos horários compreendidos entre 6h e 24h. Como definição de conteúdo independente, a revista recorre à própria lei de criação da EBC (11.652/08):

[...] conteúdo independente é todo aquele cuja empresa produtora, detentora majoritária dos direitos patrimoniais sobre a obra, não tenha qualquer associação ou vínculo, direto ou indireto, com empresas de serviço de radiodifusão de sons e imagens ou prestadoras de serviço de veiculação de conteúdo eletrônico (CONSELHO CURADOR DA EBCa, 2013, p.12).

⁶⁴ O Conselho Curador conta com 22 membros, sendo que 15 são representantes da sociedade civil, eleitor através de um processo de indicação por parte de entidades civis. As demais cadeiras são ocupadas por membros do governo e funcionários da EBC. O principal objetivo do conselho é fiscalizar as atividades da EBC e criar um canal representativo com a sociedade brasileira.

A revista discute as problemáticas acerca do que é considerado produção independente na prática, já que muitos programas têm contratos que repassam os direitos majoritários de veiculação para a EBC – o que descumpriria o que diz a própria legislação. Entretanto, ao ser ouvido, Marcos Altberg, presidente da Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão (ABPITV), diz que a prática de terceirização da produção está se popularizando e que, apesar do produto, segundo a lei, deixar de ser independente, o produtor continua sendo independente.

Outro problema levantando em relação à produção independente é quanto ao fomento. Segundo especialistas ouvidos pelo periódico, há certa dependência dos produtores com a política, já que a maior parte do financiamento é proveniente do Governo Federal. O ideal, como é feito em alguns países, é que o próprio produtor financiasse o trabalho e depois captasse recursos com a comercialização do audiovisual. Um dado exemplificado é que 95% das obras independentes produzidas no país tem recursos captados pela Agência Nacional de Cinema (Ancine).

Essas informações são importantes para se pensar a qualidade. Dizer que um programa jornalístico se utiliza de material independente não pode se sustentar como sinônimo de qualidade de programação. Deve-se verificar, portanto, a origem do material que é utilizado, a fim de identificar se não há vínculos políticos explícitos no conteúdo.

Uma unanimidade evidenciada pelos especialistas ouvidos pela revista é a dificuldade de distribuir a produção independente. Para a professora da UnB e cineasta Dácia Ibiapino é preciso “abrir a janela de exibição” (CONSELHO CURADOR DA EBCa, 2013, p.14). Também na matéria, a presidente do Conselho Curador, Ana Fleck, complementa que “a TV Brasil é hoje a principal janela na televisão aberta para a produção independente”. O diretor da produtora “Tudo ao Mesmo Tempo Agora”, Renato Marques, afirma na reportagem que a TV aberta precisa de uma lei semelhante à 12.485/11, que instituiu uma parcela mínima de horas de produção nacional e independente nas TVs pagas.

Essa afirmação pode fortalecer a vinculação da qualidade televisiva com o conteúdo independente, já que a veiculação do material desse tipo irá contribuir para uma mídia mais democrática, concedendo visibilidade a audiovisuais que, muitas vezes, viram arquivo sem ao menos serem exibidos para um público expressivo. Também se deve considerar que, como a maior parte desse tipo de produção é custeada pela união, também é necessário que haja o retorno para os cidadãos – que, mesmo indiretamente, são os verdadeiros financiadores desses produtos.

Diante da discussão, é divulgado um dado que reflete uma barreira da produção independente em relação à regionalização. Segundo dados da Ancine, em 2012, 79% dos filmes brasileiros lançados foram produzidos em São Paulo ou no Rio de Janeiro. Eles foram exibidos em 2.515 salas de cinema, sendo que 1.436 foram exibidos somente na região sudeste (CONSELHO CURADOR DA EBCa, 2013, p.16). Entre as justificativas para esse cenário, de acordo com os entrevistados da revista, estão o domínio tecnológico da produção audiovisual no eixo Rio-São Paulo, os incentivos financeiros e o histórico da configuração midiática brasileira.

A contextualização serve de base para se pensar como os telejornais da TV Brasil podem contemplar a regionalização em seus scripts. A revista diz, utilizando o referencial prescrito na lei, que “conteúdo regional é todo aquele produzido num determinado Estado, com equipe técnica e artística composta majoritariamente por residentes locais” (CONSELHO CURADOR DA EBCa, 2013, p.17). A estrutura de parceiras (na emissora pública, não existe um contrato de afiliação nos moldes das redes comerciais de TV) deveria ser uma aliada para conseguir promover a regionalização. A TV Brasil tem 55 geradoras e 728 retransmissoras. Entretanto, segundo a então diretora de Jornalismo da EBC, Nereide Beirão, somente a Rede Minas possuía capacidade para gerar material de qualidade de forma contínua. Assim, segundo o Plano de Trabalho 2013 da EBC, as emissoras parceiras produziram 10% da grade da TV Brasil. No caso do Repórter Brasil, em 2013, até o fim de abril, de todas as matérias veiculadas, apenas 5% vieram de veículos parceiros. A necessidade de capacitação das equipes locais é o grande entrave para aumentar este número (CONSELHO CURADOR DA EBCa, 2013, p.17-18). A diretora complementa que a regionalização efetiva é aquela em que regiões não tradicionais são representadas.

Para selecionar a produção independente/regional que será veiculada na EBC, a revista aborda os critérios que são utilizados. Abaixo, selecionamos os que contribuem de forma mais efetiva para a visualização da qualidade segundo as fontes ouvidas pela reportagem.

Tabela 10: Critérios de seleção da produção independente

Ineditismo na grade dos veículos da EBC e de outros veículos em geral
Inovação
Qualidade técnica

Currículo da proponente

Fonte: CONSELHO CURADOR DA EBCa, 2013, p.21.

Constata-se, portanto, que o ineditismo, a inovação (não se especifica em relação a que, mas deduzimos que seja em relação ao conteúdo e construção da narrativa), a qualidade técnica (em termos de audiovisual, relaciona-se à imagem e ao áudio) e o currículo do proponente são fatores que a EBC considera como importantes para avaliar a qualidade de uma produção individual. Esses são critérios que devem ser preenchidos para que esta seja veiculada na TV Brasil ou em outro veículo de comunicação do órgão.

Apesar de a reportagem evidenciar a programação independente como sendo veiculada de forma isolada e não como parte de um programa, consideramos que inseri-la em um telejornal, como, por exemplo, no Repórter Brasil, poderia gerar um formato interessante. Hoje, o quadro “Outro Olhar”⁶⁵ já permite esse cenário. Essa mescla de conteúdo poderia preencher a lacuna da inovação proposta por muitos teóricos e pelo próprio manual de jornalismo da EBC – e que análises, como demonstradas no livro *A Informação na TV Pública*⁶⁶, evidenciam uma deficiência aparente.

Ainda na primeira edição da Revista do Conselho Curador da EBC, outras duas reportagens trouxeram temas que podem contribuir para a formulação de indicadores de qualidade. A “Mídia pública precisa dar espaço à polêmica e ao contraditório”, publicada na coluna “Programação em Debate” e assinada pelo conselheiro Mario Augusto Jakobskind, critica a “mesmice” adotada pela linha editorial do telejornalismo brasileiro – através da veiculação do que chama de pensamento único. Jakobskind diz que a queda da audiência das emissoras comerciais é uma consequência, já que o telespectador não aceita mais as verdades absolutas veiculadas pelos noticiários. Portanto, ele diz que a TV Brasil, como emissora pública, precisa “superar os esquemas tradicionais vigentes concedendo oportunidades que consigam transpor o tão em voga pensamento único” (JAKOBSKIND, 2013, p.23).

Assim, o conselheiro defende a ousadia editorial como uma forma de superar esse desafio. Um pensamento de Jakobskind chama a atenção para o estudo da qualidade no telejornalismo público. Ele diz que “é de fundamental importância a criação de cadeiras nas faculdades para a formação de quadros que vão ocupar a mídia pública” (JAKOBSKIND,

⁶⁵ O quadro “Outro Olhar” do Repórter Brasil é um espaço dedicado para veicular material audiovisual produzido por cidadãos. O conteúdo é enviado pelo site da TV Brasil. Ainda neste capítulo trataremos com maior detalhes do quadro, inclusive descrevendo problemas em sua operacionalização.

⁶⁶ O livro foi publicado em 2013 e incluiu pesquisas realizadas por pesquisadores acadêmicos em parceria com a EBC através do projeto “Avaliação do Jornalismo da TV Brasil” do Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais da Universidade Federal de Juiz de Fora.

2013, p.23). Essa fala evidencia que a TV Pública no Brasil somente conseguirá cumprir sua proposta a partir do momento que houver alterações na origem da formação dos profissionais que estão à frente de sua programação. Devido à configuração dos meios de comunicação no Brasil, dominada pela mídia comercial e suas práticas de fazer jornalismo, é esperado que muitas faculdades de comunicação também se espelhem nesse modelo. Algumas, por exemplo, contam em seu corpo docente, com profissionais que estão no dia a dia do jornalismo comercial sem qualquer vínculo com a área de pesquisa e extensão. Assim, a prática jornalística da emissora comercial, pouco reflexiva, torna-se a única referência metodológica do fazer jornalismo.

Jakobskind (2013), portanto, defende a polêmica, como consequência do contraponto de ideias. Entretanto, destaca que surgirão críticas, já que a implantação de uma nova forma de enxergar a notícia exige tempo para que possa ser assimilada pelos espectadores.

A outra reportagem é a publicada na “Coluna Acadêmica”, de autoria do então secretário do conselho, Guilherme Strozi. Intitulada “O jornalismo participativo para o fortalecimento da comunicação pública na EBC”, o secretário diz que a popularização dos dispositivos tecnológicos, como celulares, câmeras fotográficas e tablets, facilitou a produção de conteúdo informativo pelos cidadãos e sua distribuição para os meios de comunicação.

Com a descentralização na transmissão da informação, muda-se o tipo de jornalismo produzido pela mídia. Entra em ação o jornalismo participativo, onde esse cidadão “não organizado” pode ser ator principal na produção de conteúdos informativos. Não mais com envio de pautas, sugestões ou críticas, apenas; mas com o envio de áudios, vídeos, fotos e matérias completas, feitas sob a sua visão do que é notícia (STROZI, 2013, p.24).

Esta constatação é importante para notar que a qualidade está relacionada com a adaptação dos telejornais às novas formas de se construir a notícia. Neste século, o jornalismo participativo ganhou ferramentas até pouco tempo imagináveis. Porém, não se deve confundir essa participação como uma substituição de funções. O jornalista continuará presente, porém, muitas vezes, na condição de avaliar a veracidade do material que é recebido na redação e promover o seu desdobramento, seja através de novas entrevistas, imagens ou angulações.

Strozi (2013) defende que a web é uma ferramenta importante para promover a participação do cidadão – e ressalta que esta não deve estar vinculada exclusivamente a comentários postados no Facebook e Twitter. Afirma que a EBC tem dois canais principais de jornalismo participativo, o Portal da EBC e o quadro “Outro Olhar”, do Repórter Brasil. Alguns dados são utilizados para demonstrar a “efetividade” deste último, como a veiculação

de mais de 450 vídeos, entre os anos de 2007 a 2013. Entretanto, em contraponto ao que afirma o conselheiro, acreditamos que os números devem ser acompanhados na qualidade do processo de participação, já que este é indispensável para estimular a inclusão dos cidadãos nesse tipo de jornalismo.

No âmbito do Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais da UFJF, no qual esta pesquisa se insere, foi produzido um vídeo sobre a democratização da comunicação na Argentina, com a professora Daniela Monje, da Universidade Nacional de La Plata. O vídeo, com duração de dois minutos, foi enviado pela página da web do quadro “Outro Olhar”⁶⁷, em novembro de 2014. O grupo de pesquisa não obteve retorno sobre o aceite ou a recusa do material. Após contato com funcionários da EBC, foi feito o reenvio do material, e, até dezembro de 2015, os autores do vídeo ainda não tinham recebido nenhum posicionamento do Repórter Brasil.

É interessante que mesmo diante dessa falha, a segunda edição da Revista do Conselho Curador da EBC traz como manchete “Participação Social na EBC: o que você tem a ver com isso?” Logo no início da reportagem “Gestão participativa: o público na EBC”, é relacionado o conceito de participação popular com democracia plena.

Assim, recorre-se, novamente, à lei que cria a EBC. O trecho diz que “a comunicação pública deve se valer da participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira” (CONSELHO CURADOR DA EBCb, 2013, p.12). A EBC contaria, portanto, com a Ouvidoria e o Conselho Curador para atender a este princípio. Ambos se constituiriam um elo importante para a promoção da qualidade, já que têm a missão de servir como uma ponte entre as reivindicações da sociedade, representada também pelo interesse público, e os programas produzidos pela TV Brasil. A ouvidoria ainda assume o papel de crítica do que é produzido pelos veículos da EBC.

A doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília, Sayonara Leal, aborda uma questão que se torna um dos grandes desafios para a TV Pública brasileira. “Tudo o que é público só funciona se as pessoas se sentem parte. Por isso, vale o esforço da EBC de deixar claro esse conceito, mostrar que aquilo pertence a todo mundo, ir buscar a participação (CONSELHO CURADOR DA EBCb, 2013, p.15).

Com base na afirmação, consideramos que a TV Pública deve procurar meios de ampliar a participação popular. Somente por meio dessa estratégia, a TV Brasil poderia

⁶⁷ A produção está disponível nos apêndices deste trabalho.

efetivamente ganhar “status” de pública, como em países onde esse modelo de comunicação já está solidificado, como a BBC, no Reino Unido. Mais uma vez, o quadro “Outro Olhar” é citado pela revista como um recurso “consolidado” para a participação.

O periódico ressalta que o próprio Manual de Jornalismo da EBC respalda essa participação ao submeter o interesse público à interação com o cidadão. Portanto, os canais de comunicação da sociedade deveriam fomentar as pautas e a programação das emissoras que compõem a EBC. Entre as formas de participação, a reportagem destaca, além do Conselho Curador e da Ouvidoria, e-mails, telefonemas, redes sociais, contato direto dos profissionais com a população, pesquisas de opinião, o jornalismo colaborativo e as pautas colaborativas. No entanto, é preciso verificar, através de operadores de análise da qualidade, se essas premissas estão claras na programação. Não basta apenas constar no manual, é preciso que os telejornais e demais programas comuniquem aos cidadãos, de forma contínua, a abertura desses espaços para a interação. E também que haja retorno para que se constitua uma via de mão dupla, de forma que os telespectadores que resolvam participar obtenham retorno sobre seu esforço em tentar interagir – e essa outra comunicação não resulte na tentativa relatada anteriormente em relação ao envio de um vídeo para o quadro “Outro Olhar” pelo Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais.

Outra reportagem da segunda edição da Revista do Conselho Curador traz o título “Trabalhadores da EBC criam núcleo de estudo da comunicação pública”. A reportagem relata que funcionários da EBC criaram um grupo de discussões chamado “Espaço Público”. O objetivo é refletir sobre a comunicação pública praticada pelos veículos da EBC, realizar debates, seminários e oficinas. Nota-se que não é comum, principalmente em emissoras comerciais, a criação de núcleos de estudo para discutir a própria programação e que envolva os funcionários, indiferentemente de hierarquia. Assim, as empresas que se implantam essa estrutura dentro da área jornalística também podem ser vistas como preocupadas com a qualidade, já que o próprio grupo pode trazer retornos e reflexões sobre a prática jornalística da emissora – além de contribuições de novos formatos e abordagens.⁶⁸

Outra discussão é colocada em pauta na coluna “Programação em Debate”, com a matéria “Muito além do espetáculo: esporte e cidadania na cobertura paralimpíadas na TV Brasil”. O texto, escrito pelas pesquisadoras Nélia Del Bianco e Daphne Dias, questiona se a TV Pública teria condições de romper com a lógica dominante da cobertura esportiva das

⁶⁸ Apesar da iniciativa do grupo de estudo ser positiva, também há a crítica de que o grupo aparenta estar com as atividades paralisadas. Na página no Facebook, a última postagem foi realizada em 23 de setembro de 2013 (em afiação realizada em 11 de dezembro de 2015). O site indicado na Revista do Conselho Curador “www.espacopublico.net” está fora ar.

emissoras comerciais, voltadas para o entretenimento, o sensacional e colocando os atletas como celebridades. Uma análise comparativa realizada na cobertura dos jogos paraolímpicos de Londres teria mostrado que a TV Globo associou o evento ao entretenimento e feitos heroicos dos atletas, enquanto a TV Brasil agregou à cobertura a questão da cidadania. As pesquisadoras concluíram que:

Construir uma abordagem distinta é o maior desafio a considerar os atrativos que a emissora comercial oferece como transmissões exclusivas, excelente qualidade de imagem e recursos tecnológicos para captar ângulos inusitados. À TV pública, cabe o papel da diferenciação, produzindo programação de qualidade com a qual o público seja capaz de se identificar. [...] Trata-se simplesmente de um modo de organizar e produzir diferente, sem exclusão de qualquer gênero, plural, diversa e significativa do ponto de vista do interesse humano (BIANCO; MARTINS, 2013, p.21).

Assim como em outras constatações, nota-se o papel da emissora pública em se diferenciar do que é veiculado na TV comercial – também previsto na lei de criação da EBC. Esse assunto voltaria a ser discutido seis meses depois, com a próxima edição da Revista do Conselho Curador da EBC.

A terceira edição da revista, lançada em julho de 2014, traz como manchete de capa “Cobertura Esportiva na EBC: um jogo para além da Copa”. A reportagem correspondente, intitulada “O lugar do esporte na comunicação pública”, foi apresentada em um total de nove páginas. O assunto foi tratado com profundidade, já que a edição da matéria representou quase um quarto das páginas da publicação. Na matéria, doze fontes foram ouvidas pela revista, entre funcionários do órgão, jornalistas, professores acadêmicos, além de um ouvidor e um conselheiro da EBC. Diante dessa estrutura, buscamos continuar o levantamento dos principais pontos levantados que podem ser utilizados como parâmetros para análise da qualidade na TV Pública, desta vez, na editoria de esportes.

Logo no primeiro parágrafo da matéria, há um questionamento se as dimensões culturais, econômica e política do esporte são analisadas de forma profunda na cobertura esportiva pela mídia. Também se indaga sobre o debate em torno do direito de transmissão e da transformação do esporte em negócio: “Qual o papel da mídia na engrenagem que faz o negócio esportivo prosperar?”

Murilo Ramos, professor da UnB e então membro do conselho curador, diz que a cobertura, em geral, é mais dedicada ao espetáculo do que ao interesse público e a cobertura não é tão séria. Portanto, deveria haver um equilíbrio.

A necessidade de tratar os eventos esportivos de forma mais crítica e abrangente também foi relatada pelo jornalista Juca Kfourir, que afirmou que uma forma de qualificar a cobertura é abordar os assuntos que estão ao redor do entretenimento. Assim, a partida – que neste caso é o entretenimento em si – seria apenas parte de um todo.

O gerente do Núcleo de Esportes da EBC, Carlos Gomes, reafirmou essa concepção ao defender que é preciso “tratar o esporte como evento [nas transmissões], e como cobertura jornalística nos jornais. São duas coisas diferentes”. Porém, a então diretora de Jornalismo da EBC, Nereide Beirão, assumiu que a linha que separa ambos não é tão clara, já que na cobertura de um jogo é frequente a inserção de aspectos jornalísticos, como entrevistas e informações complementares ao longo da transmissão.

De acordo com a revista, na EBC, veículos de três mídias cobrem assuntos ligados ao esporte: o Portal EBC (internet), as rádios e a TV Brasil. As duas últimas mídias têm um núcleo integrado pertencente à Diretoria de Jornalismo e é responsável pela transmissão dos eventos e produção de reportagens esportivas – que incluem também temas relacionados a questões sociais, econômicas e culturais. Carlos Gomes, gerente desse núcleo de esportes, diz que a TV Pública deve investir mais em esportes amadores. Essa seria também uma forma de ter uma TV que é mais vista. A afirmação refere-se ao fato de atrair os nichos da audiência interessados em transmissões que não acontecem na grande mídia, como a série C do Campeonato Brasileiro que foi coberta pela TV Brasil em 2013.

A reportagem também recorre a um artigo científico do antropólogo Roberto Damatta, publicado em 1994, e que, juntamente com as considerações do professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e sociólogo Ronaldo Helal, considera o esporte na atualidade como um domínio social, e assim, uma indústria cultural. A revista conclui sua ligação com um mercado poderoso em nível mundial.

A constatação é evidenciada através de dados da empresa de consultoria Pluri, que mostra que o esporte brasileiro movimentou R\$67 bilhões, sendo que grande parte da renda dos clubes de elite é proveniente dos veículos de comunicação – que pagam para poderem transmitir os jogos. Assim, com recursos mais escassos, emissoras públicas são prejudicadas.

A necessidade de coberturas alternativas é destacada por Juca Kfourir que dá exemplos de caminhos a serem seguidos: “para denunciar os esquemas de corrupção por trás do negócio esportivo, um bom jornalismo investigativo”. Já no caso da dificuldade de acesso aos jogos, “promoção de campeonatos alternativos, até mesmo de várzea. Para combater o monopólio dos direitos de transmissão, cobertura política do tema e, quem sabe, ações judiciais”. A revista ainda traz um depoimento que mostra outra percepção do jornalista sobre o assunto:

Não tenho nenhuma preocupação de dizer que, hoje, a cobertura esportiva na TV aberta é mais chapa branca que a cobertura política. As empresas de comunicação (...) não são críticas em relação à Fifa, à CBF, porque de alguma maneira se associaram a elas para obterem os direitos de transmissão, diz. O jornalista ressalta: “o mundo do esporte hoje é o mais propício à lavagem de dinheiro, pela intangibilidade dos valores que você trabalha nas transações. É nossa função contar isso pro público”, afirma (CONSELHO CURADOR DA EBCc, 2014, p.15).

O ouvidor-adjunto da EBC, Marcio Bueno, ao justificar a transmissão da Série C pela TV Brasil desde 2013, diz que a iniciativa “contempla uma parcela importante da população, valorizando clubes e torcidas esquecidas pela mídia”. Nereide Beirão completa ao citar que a divulgação de esportes desconhecidos e pouco veiculados é uma maneira das TVs públicas incentivarem a democratização e prática de vários esportes – uma forma também de fazer política pública. A diretora de jornalismo diz ainda que apesar de o objetivo da EBC ser o de complementar os sistemas privados e estatal de comunicação, não há porque deixar de lado o que todo mundo faz. Assim, o objetivo seria “dar uma forma diferente e acrescentar, ampliar”.

Por fim, Juca Kfourri ainda afirma que a “Copa do Mundo no Brasil é uma oportunidade rara para a comunicação pública fazer telejornalismo esportivo com independência, liberdade e senso crítico”. É preciso mostrar as duas partes copas, fora e dentro dos estádios.

Com base na discussão, que envolveu desde ouvidores até a Diretoria de Jornalismo da EBC, podemos elencar, de forma resumida, quais seriam os princípios e prioridades de uma cobertura esportiva pela TV Brasil. Assim, consideramos:

Tabela 11: Prioridades na cobertura esportiva pela EBC

Prioridades	Descrição
Inclusão do interesse público	Abordar também assuntos que podem contribuir para a melhoria da vida dos cidadãos, através do equilíbrio entre o espetáculo e demais temas que caracterizam o interesse público.
Jornalismo investigativo	Promover com maior amplitude esse tipo de jornalismo também na área esportiva. Inclui, neste caso, investigar as confederações e grandes organizações que detêm o direito dos megaeventos esportivos.
Investimento na cobertura de esportes e campeonatos pouco divulgados	É uma forma de dar visibilidade aos esportes que não são divulgados com regularidade pela mídia comercial. No caso de campeonatos menores, além de valorizar os clubes, contribui para a democratização do esporte na

	medida que mostra os torneios que não são interessantes para a mídia da indústria cultural.
Cobertura política/crítica	Com o intuito de denunciar e mostrar à sociedade os entraves que envolvem os bastidores do meio esportivo no país. Entre os assuntos, podem-se incluir a dificuldade da transmissão por parte de emissoras públicas e a ausência de políticas voltadas para o esporte.
Abordar o convencional de novas formas	A TV Pública tem como compromisso exibir conteúdo diferenciado em relação às emissoras comerciais. Portanto, a necessidade de buscar novas formas de contar os acontecimentos e ampliar seus horizontes.
Contribuir com políticas públicas	Ao dar a devida importância e espaço à temática esportiva, é esperado que também haja contribuições com consequentes formulações de políticas públicas voltadas para o setor, como o incentivo à prática de esportes.
Valorização e respeito em relação aos regionalismos	Aproveitar a constituição de uma rede de emissoras parceiras no país para divulgar o esporte regional, respeitando as diferenças.

Fonte: EBC, 2013.

É importante notar que muitas dessas contribuições já estão descritas no Manual de Jornalismo da EBC. Porém, apresentamos as propostas de forma mais direcionada à cobertura esportiva para a comunicação pública – com base no que foi discutido na terceira edição da Revista do Conselho Curador da EBC. Entretanto, nenhuma delas anula ou sobrepõe as práticas definidas pelo manual que, ao contrário, devem atuar em conjunto diante de uma possível análise científica, priorizando assim conceitos genéricos, porém, fundamentais, como a busca pela verdade, sintonia da produção com o interesse da sociedade, promoção da democracia e incentivo à colaboração.

A quarta edição da Revista do Conselho Curador, lançada em dezembro de 2014, abordou a manchete “Revolução das Mídias: como a EBC é vista em tempos de convergência digital”. A matéria correspondente “Fora das caixinhas: a necessidade de convergências na comunicação pública” traz a discussão de como a convergência digital alterou a maneira de se fazer comunicação e como está sendo incorporada na EBC.

A revista defende a convergência não como um mero processo de interligação entre diferentes plataformas midiáticas, mas como uma transformação cultural. Assim, o conceito estaria atrelado também ao modo como o público poderia participar através do uso de diferentes meios e conexões. O periódico cita uma pesquisa realizada pelo Instituto Ibope em 2013 na América Latina. O levantamento aponta que no Brasil 55% da população declarou utilizar dois ou mais meios de comunicação ao mesmo tempo. A televisão em conjunto com a

internet é o que apresentou maior uso, 30%. Entretanto, ao pensar a qualidade, deve-se considerar outro dado citado pela revista, de que apenas 56% da população possui acesso à internet. Assim, a promoção da convergência não pode ser ligada em sua totalidade à promoção da inclusão – apesar de ser inegável que é um canal de participação. Outro aspecto a ser considerado é as atividades desenvolvidas pelos espectadores na segunda tela.

Na segunda tela, o brasileiro está em busca de conteúdo extra, independente da sua embalagem, e, de preferência, através da interação social. Na pesquisa, a principal atividade que os consumidores multimídias afirmam estarem realizando enquanto consomem outros veículos é: checar seus e-mails, redes sociais ou aplicativos de mensagens instantâneas (CONSELHO CURADOR DA EBCd, 2014, p.16).

Percebe-se, portanto, que a maioria não é representada por aqueles que utilizam a segunda tela para obter mais informações sobre aquilo que está sendo veiculado na TV. Deve-se pensar, no caso das emissoras, em como incentivar a participação do telespectador para que ele utilize os meios de interação disponível no ambiente on-line – seja para complementar o conteúdo veiculado na TV ou enviar materiais informativos.

A revista cita que a EBC promove a convergência entre seus veículos, através da interação entre uma agência e uma radioagência de notícias, duas emissoras de televisão (TV Brasil e TV Brasil internacional) e um portal de conteúdo – além dos perfis disponíveis nas redes sociais. O Portal da EBC seria responsável por disponibilizar todos os conteúdos produzidos pelos veículos em um único repositório digital (CONSELHO CURADOR DA EBCd, 2014, p.16).

No entanto, é preciso pensar na forma de utilizar os conteúdos em diferentes meios. A pesquisadora de multimeios, jornalismo digital e webativismo da PUC/SP, Pollyana Ferrari, diz que “convergência é você ter outros conteúdos, ampliar, adaptar na plataforma. Para ser transmídia, você precisa usar os recursos do meio para fazer outra leitura do conteúdo, em outra linguagem” (CONSELHO CURADOR DA EBCd, 2014, p.16). Assim, uma série especial veiculada em uma mídia poderia ser abordada de outra forma pela outra mídia, num sincronismo que busca complementar as informações e o modo de visualizar o conteúdo. É neste aspecto que se evidencia a produção transmídia convergente – outro assunto citado pela revista – onde uma notícia deve fornecer todas as informações ao público ao mesmo tempo que oferece canais e plataformas alternativas que permitam ao espectador se aprofundar no assunto.

A edição ainda traz um artigo da professora Iluska Coutinho, na “Coluna Acadêmica”. O texto “O jornalismo público como parâmetro regulador do audiovisual” destaca a importância da avaliação continuada da qualidade no Telejornalismo Público. Ela também defende que os pressupostos da TV Pública, como pluralismo, diversidade e independência, ao serem incorporados nas reportagens, “permitem ao telejornalismo público atuar, em certo sentido, como marcador de qualidade, a acentuar a exigência por uma ética responsável dos demais veículos de televisão [...]” (COUTINHO, 2014, p.27).

A pesquisadora afirma que os conceitos de pluralidade, diversidade e cidadania são considerados a base de diferentes modelos de Televisão Pública. Considera-se, portanto, essenciais para a promoção da qualidade televisiva. Na prática, essa busca pela cidadania é traduzida pela “preocupação em explicitar os contextos, problemáticas e busca por desdobramentos dos fatos que são objetos de cobertura, e num certo viés formativo ou educativo que também caracterizaria os canais de exploração não comercial” (COUTINHO, 2014, p.27). Também é reforçado a necessidade de buscar a participação do cidadão, de forma que obtenha maior protagonismo diante das informações. Já a pluralidade e diversidade são representadas, respectivamente, pela busca de equilíbrio na representação político partidária e pelo tratamento concedido às fontes se recusando a estereótipos.

Considerando a discussão sobre a qualidade envolvendo as quatro edições da Revista do Conselho Curador analisadas, sintetizamos os principais pontos levantados da seguinte forma:

Tabela 12: A qualidade pela Revista do Conselho Curador⁶⁹

Parâmetros	Descrição
Emprego da produção independente	Uma forma de valorizar os regionalismos, veicular conteúdo com narrativas diferenciadas, incentivar a produção audiovisual nacional e cumprir a cota estabelecida pela legislação (percentuais mínimos que devem constar na programação).
Espaço ao contraditório	A TV Pública deve buscar caminhos diferenciados em relação ao que é veiculado pelas TVs Privadas. A ênfase no contraditório é uma condição para abordar as informações de forma diferenciada e para que não haja apenas uma visão dos acontecimentos.
Participação do cidadão	Com o advento de novas tecnologias os telejornais

⁶⁹ Levantamento realizado de acordo com o conteúdo das reportagens publicadas nas quatro primeiras edições da revista. Neste quadro não consideramos a terceira edição da Revista do Conselho Curador, que trata da cobertura esportiva. A tabela-síntese desta edição está disponível nas páginas 123-124 dessa dissertação.

	devem criar espaços para incluir os cidadãos na programação. A criação de quadros específicos para este fim são alguns dos exemplos. Também é uma forma de aproximar o telespectador da TV Pública.
Criar estratégias para a segunda tela	As novas tecnologias também devem ser vistas como uma via para estabelecer ligação entre o telejornal veiculado na TV e as possibilidades de interação digital – seja através da geração de conteúdo extra ou canais de participação. Deve-se considerar a segunda tela como um aliado para contribuir com a formação do cidadão.
Pluralismo, independência e diversidade	O sucesso da incorporação desses parâmetros na programação, além de contribuir para o conteúdo, também pode colocar a TV Pública num lugar de referência para a promoção da qualidade em outras emissoras.

Fonte: REVISTA DO CONSELHO CURADOR, 2013-2014.

6.3 A QUALIDADE NA PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS DA TV BRASIL

No intuito de compreender melhor os desafios atuais da TV Pública e as propostas para uma programação jornalística de qualidade, nos dedicamos a discutir esses aspectos segundo os profissionais que estão à frente do jornalismo da TV Brasil ou que ajudaram a formular as diretrizes da emissora. As entrevistas⁷⁰ foram realizadas em março de 2015 na sede da EBC em Brasília, com exceção da gravada com o ex-presidente da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC), Antônio Achilis, realizada em outubro de 2014, em Belo Horizonte.⁷¹ A abordagem busca aprofundar o estado em que se encontra a TV Pública brasileira contemporânea, através de exemplos práticos.

Para a então diretora de Jornalismo da EBC⁷², Nereide Beirão, a qualidade na emissora pública deve estar vinculada à informação correta, com boa qualidade técnica e de informação. Entretanto, a questão dos funcionários pode ser considerada um problema. Beirão (2015) diz que antes de ser realizado o concurso para jornalistas e cinegrafistas na TV Brasil havia profissionais experientes que pertenciam ao antigo quadro da Radiobrás. Entretanto, nos últimos dois anos, essas pessoas teriam sido substituídas pelos concursados. Apesar de muitos terem experiência, outros chegaram na EBC apenas com o conteúdo de formação universitária.

⁷⁰ As entrevistas estão disponíveis nos apêndices deste trabalho.

⁷¹ A entrevista gravada com Antônio Achilis está disponível no Youtube, através do canal do Projeto de Treinamento Profissional “Jornalismo Multiplataforma”.

Link para acesso: <<https://www.youtube.com/watch?v=wRZp9FgmqpU>>. Também está disponível nos apêndices deste trabalho.

⁷² Cabe ressaltar que Nereide Beirão deixou a Diretoria de Jornalismo da EBC em agosto de 2015, cinco meses após a realização da entrevista e depois de cinco anos no cargo. O novo diretor é o jornalista Ricardo Melo.

Esse cenário, segundo a diretora de jornalismo, dificultaria a execução da proposta da TV Pública em produzir novas narrativas, apresentar o diferente e garantir aspectos particulares, como a pluralidade nos telejornais diários. Portanto, uma estrutura diferenciada da matéria, como proposto no manual, não é atingida em plenitude. Nereide diz que a tentativa é uma constante, entretanto, é difícil fugir do formato tradicional da matéria de off-passage-sonora, pois “para a pessoa fazer diferente, ela tem que saber off-passage-sonora”. E muitos chegaram à TV Brasil através dos concursos, sem saber o básico.

Então tem muita gente inexperiente. E a equipe não é grande para o volume que faz, a gente faz um jornal de meia hora na hora do almoço, o jornal local e o jornal de uma hora à noite, a gente conta com emissoras parceiras, mas nem sempre você pode efetivamente contar, porque depende muito da emissora, todas têm condições muito precárias de trabalho, até a Rede Minas que era muito boa acabou (BEIRÃO, 2015, p.1).

Como ressalta, apesar de contar com uma rede nacional de afiliadas, a estrutura ainda se apresenta como deficiente – principalmente se comparada com a das grandes emissoras comerciais, como a Rede Globo. Segundo Beirão (2015) não é possível obter uma oferta permanente de conteúdo das TVs regionais e locais por motivo de qualidade insuficiente do conteúdo jornalístico e técnico. Ainda em relação à diferenciação do que é veiculado pela grande mídia, ela diz ser difícil inovar já que o público brasileiro está acostumado historicamente com o que é produzido pelas emissoras comerciais. Portanto, principalmente em termos técnicos, considera que se deve buscar o padrão Globo “na qualidade da imagem, do sinal e gráfica. Porque inclusive, o telespectador está acostumado. Tem anos que ele está vendo isso” (BEIRÃO, 2015, p.3). Por outro lado, Beirão (2015) diz que a TV Pública já consegue criar uma identidade própria em alguns programas, como o Caminhos da Reportagem.

A definição do que será veiculado nos telejornais diários acontece em reuniões de pauta. Uma delas acontece diariamente às 11 horas e conta com uma equipe em Brasília, composta pela direção de jornalismo, assessores da direção e chefias de produção e reportagem. Também há participação de profissionais de São Paulo, Rio de Janeiro e Maranhão via videoconferência. As sugestões são repassadas pelas equipes regionais que são aprovadas ou não pelos profissionais de Brasília – que também podem demandar reportagens específicas.

Em relação aos critérios de diferenciação de pautas que são veiculadas frequentemente na TV comercial, Beirão cita a opção por temas que não são abordados por outros veículos,

como a ênfase em matérias que compõem a editoria “Brasil”, os entrevistados no estúdio e a presença de comentaristas. A TV Brasil também conta com correspondentes com presença na Argentina, em Londres e nos Estados Unidos. Devido a questões financeiras, esses profissionais geralmente são concursados que vão estudar no país e aproveitam para fazerem matérias. Neste aspecto, nota-se uma desvantagem em relação às TVs Comerciais que possuem bases em países dos continentes norte-americano, europeu e asiático.

Entre as dificuldades encontradas na emissora pública para a produção de conteúdo de qualidade, Beirão (2015) confirma a falta de estrutura, falta de motivação profissional, produção, edição e reportagem deficiente, além de pautas pouco interessantes. Em relação à questão tecnológica, ela diz que ultimamente a EBC recebeu equipamentos com qualidade boa, entretanto, o aparato ainda é inferior ao que dispõem os veículos de emissoras comerciais. “O problema do equipamento que a gente tem pouco e maior necessidade é a questão da transmissão, como mais *uplink*, mais *mochilink*, de fazer imagens de helicóptero ou drones” (BEIRÃO, 2015, p.6).⁷³

Nereide ainda acrescenta que uma pauta de qualidade deve ter bastantes fontes, visões e informações para que haja contextualização do assunto a ser tratado. Para ela, o telespectador deve saber dos fatos e, se possível, ter visões de personagens, de especialistas, do povo e do contraditório. A pauta também deve buscar o diferente e fugir da agenda do que todo mundo faz. Quanto à edição, o principal desafio da TV Brasil é evitar erros básicos, como os relativos a créditos, nomes de entrevistados, cobertura de imagens, entre outros.

Diferentemente das TVs comerciais, a TV Brasil conta com uma ouvidoria.⁷⁴ O objetivo de setor é acolher a crítica dos telespectadores e analisar a programação para verificar o cumprimento das diretrizes evidenciadas na política editorial e no Manual de Jornalismo da EBC intitulado Somente a Verdade. A atual ouvidora é Joseti Marques, que conta com auxílio de ouvidores adjuntos para desempenhar a função na EBC.

Segundo Joseti (2015), além do retorno dos telespectadores, a ouvidoria realiza análises diárias da programação e conta com parceria com universidades. No primeiro semestre de 2015, havia dois convênios com a Universidade Nacional de Brasília para a

⁷³ *Uplink* se refere à transmissão do sinal de áudio e vídeo por satélite ou redes de telefonia através do uso da internet móvel, como 3G ou 4G. *Mochilink* é a adaptação desse sistema numa mochila, o que facilita a transmissão de vivos em lugares difíceis de montar os equipamentos tradicionais. Drones são aeronaves pequenas não tripuladas que, a serviço do telejornalismo, são acopladas a câmeras portáteis para obter imagens aéreas.

⁷⁴ A ouvidoria da TV Brasil é a que atende toda a Empresa Brasil de Comunicação. Segundo o site do órgão, uma das obrigações de uma ouvidoria de comunicação pública é cooperar com os processos educacionais e de formação do cidadão para o exercício da crítica e da cidadania, constituindo-se, assim, em importante agente promotor de mudanças, garantindo direitos e fortalecendo o exercício da democracia.

análise de três rádios públicas de Brasília e também um convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul para análise da TV Brasil. Joseti (2015) afirma que é comum fazer uma comparação com a grande mídia para identificar o diferencial do que é produzido pelo canal público. As leis que determinam a comunicação pública também são consideradas parâmetros para análise do cumprimento das obrigações constitucionais da emissora.

Quanto ao distanciamento da mídia comercial, diz que o objetivo da TV Pública não é o de ser um direito de resposta à comunicação privada. Joseti (2015) diz que se deve pensar o jornalismo em sua essência, e não como dois tipos diferentes: o público e o privado. Assim, ressalta que é preciso encontrar modelos que contemplam a sociedade de forma clara, ética, honesta e o mais próximo da verdade dos fatos – o que também caracterizaria o interesse público.

A ouvidora ainda diz que a qualidade numa emissora, seja pública ou privada, não pode ser atingida por modelos. Joseti (2015) acredita que a implantação de padrões de qualidade para o conteúdo poderia ter o objetivo de padronizar algo que não é padronizável. A justificativa é embasada pelo fato de que o jornalismo e a sociedade mudam de forma constante. Por fim, cita ainda que por mais que uma TV tenha um bom manual de telejornalismo e o profissional siga cada aspecto a risco, não há garantia que se gere um produto de qualidade. A expressão se relaciona com a opinião do então assessor da diretoria de Jornalismo da EBC, Eurico Tavares, que cita como um dos pré-requisitos para a qualidade jornalística a qualificação do repórter. Para ele, “no jornalismo tem coisas que não se aprende na escola, a vida da pessoa contribui para definir os assuntos de boas pautas” (TAVARES, 2015, p.1). Portanto, a qualidade estaria no preparo dos profissionais, na amplitude de cobrir o acontecimento equidistante do fato e na questão de não se envolver. Uma percepção que se entrelaça com as dificuldades relatadas por Beirão (2015) em relação à capacitação dos funcionários concursados na TV Brasil.

Tavares (2015) cita que a TV Pública deve cobrir além do factual, priorizando matérias produzidas nos scripts dos noticiários. Também diz não existir divisão clara entre o que é qualidade na TV Pública e na TV Comercial – entretanto, cita algumas diferenciações. Na TV Pública, por exemplo, não há alguns tipos de compromissos que as privadas têm, como a questão comercial. Assim, em determinadas reportagens pode-se citar, por exemplo, os nomes dos estabelecimentos. Essa atitude contribuiria para uma informação mais completa e demonstra uma independência em relação aos patrocinadores – que é possível no modelo público de jornalismo devido a não veiculação de publicidades e propagandas.

Em relação às pautas, o assessor da Diretoria de Jornalismo acredita que a TV Pública deve priorizar as relacionadas aos direitos humanos e assuntos que sejam contra qualquer tipo de preconceito. A falta de pessoal é evidenciada em relação à carência de jornalismo investigativo, já que a TV Brasil não dispõe de equipe para realizar investigações mais profundas. Portanto, em matérias sobre corrupção, por exemplo, ela recorre às investigações de órgãos oficiais para obter informações. Nota-se, portanto, que em comparação com as emissoras comerciais, o furo jornalístico – tão evidenciado nas políticas editoriais – não é apresentado como prioridade da emissora pública.

Para Antônio Achilis (2014), ex-presidente da ABEPEC, que participou da elaboração do Manual de Jornalismo da EBC, a qualidade na televisão pública está aliada à capacitação dos profissionais que estão envolvidos no processo produtivo da emissora – em convergência com o que afirmam Beirão (2015) e Tavares (2015). Achilis (2014) acredita que a TV Pública deve ser capaz de fazer contraponto com a TV Comercial por suas virtudes através da priorização da informação. Como exemplo, cita o caso da editoria de polícia tratada por programas de emissoras comerciais muitas vezes com excesso de drama em notícias que envolvem a violência. Para ele, a TV Pública, neste caso, deve focar na informação e se atentar aos processos ao invés de números. A atitude ajudaria a levar ao espectador uma informação mais completa e contextualizada, orientada para a origem dos problemas sociais. Na prática jornalística, cita a necessidade dos repórteres perguntarem mais, indagar sobre cada elemento que faça parte da notícia.

Achilis (2014) acredita que se a emissora pública adotar um padrão de qualidade voltado para o conteúdo, no futuro, a sociedade poderá perceber a diferença entre as emissoras e assim a TV Brasil poderá ter maior adesão popular. Se isso acontecer, como consequência, a qualidade também poderá ser mais discutida e praticada pela TV Comercial. Para Achilis (2014), a TV Pública deve mostrar para a sociedade que é possível produzir um conteúdo honesto, voltado para o intelecto, e não ao instinto das pessoas. A qualidade no telejornalismo público, portanto, deveria atender ao real interesse da sociedade, e não ao interesse da audiência.

Achilis (2014) também cita a importância do Conselho Curador da EBC neste processo como articulador dos interesses da sociedade com a TV Brasil. Ana Fleck (2015), presidente do conselho no período de 2011-2015, diz que há várias diretrizes que utilizam como norteadores da qualidade e que servem para verificação do conteúdo, como questão de faixa etária, valores e diversidade. O Manual de Jornalismo da EBC é utilizado como referência em conjunto com os retornos que são repassados pela ouvidoria.

Fleck (2015) diz que nas reuniões públicas, realizadas de forma periódica, são debatidas as coberturas jornalísticas realizadas pelos veículos da EBC, incluindo a TV Brasil. Esses momentos são considerados chave por permitirem um diálogo direto com representantes da sociedade que apresentam as demandas e apontam as deficiências. Em coberturas específicas, o conselho atua de forma mais enfática na aprovação do projeto e com sugestão e diálogo com a sociedade civil.

6.4 MATRIZ DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE PARA EMISSORAS PÚBLICAS

Com o intuito de colaborar com o desenvolvimento de indicadores de qualidade voltados para a TV Pública e para serem utilizados pelos próprios cidadãos, propomos um roteiro com as principais categorias que devem ser consideradas na matriz de verificação. A elaboração foi realizada considerando a discussão teórica do campo, o Manual de Jornalismo da EBC, os resultados das pré-análises e as entrevistas com profissionais do órgão. Neste momento, buscamos atender aos pilares da técnica e do conteúdo com foco na prática jornalística e na análise da reportagem. Diante do objetivo de torná-la acessível à sociedade, optamos por uma linguagem e um modelo simples – apenas uma página e sete categorias temáticas com 34 perguntas a serem respondidas de acordo com o que foi veiculado na reportagem. Os detalhes para sua utilização serão descritos no próximo tópico. Com foco no didatismo, substituímos termos técnicos, como “off” e “sonora” por expressões mais acessíveis, como “fala do repórter” e “entrevista”.

Tabela 13: Matriz de verificadores da qualidade voltada para o cidadão (TV Pública)

Categoria	Verificadores
Veracidade da informação/Apuração	<ul style="list-style-type: none"> - É citada a origem dos dados? - Os caminhos para obtenção das informações são divulgados na reportagem? - As entrevistas sustentam as informações ditas pelo repórter? - A credibilidade das fontes dos dados é evidenciada na matéria?
Contextualização da informação	<ul style="list-style-type: none"> - A reportagem ajuda a compreender o problema além do fato? - Além dos envolvidos diretamente no acontecimento, são ouvidas outras pessoas (especialistas, população, representantes de órgão público)? - A matéria traz dados que permitem ter uma visão abrangente do problema? - São exibidas versões que fogem à visão comum do assunto da reportagem?

Pluralidade, diversidade e regionalismo	<ul style="list-style-type: none"> - A reportagem mostra grupos ou pessoas que são excluídas da mídia tradicional? - Há contraponto de ideias? - Pessoas com diferentes visões são ouvidas? - É perceptível a presença da diversidade étnica, racial, religiosa, sexual ou regional na matéria? - O assunto é abordado em diferentes regiões do país?
Educação, serviço e autonomia	<ul style="list-style-type: none"> - A reportagem foi útil para o seu dia a dia? - Houve clareza em explicar como o telespectador deve proceder para ter acesso a determinado serviço? - A reportagem tem preocupação em ser didática (exemplo: uso de infográficos, exemplificações, interação)? - As informações ajudam o cidadão a ter maior autonomia?
Participação e inclusão	<ul style="list-style-type: none"> - Percebe-se na reportagem o uso de material enviado por telespectadores? - O repórter se preocupa em passar informações que são úteis para a melhoria de vida da sociedade? - Grupos que representam minorias foram abordados? - A reportagem ou o apresentador cita como o cidadão pode participar do conteúdo/telejornal? - A população é ouvida na matéria?
Ética e imparcialidade	<ul style="list-style-type: none"> - A matéria apresentou vários pontos de vista? - As opiniões dos entrevistados são respeitadas? - Há equilíbrio entre as opiniões/contextos abordados pela reportagem? - É nítida a preocupação em tentar ser imparcial?
Técnica (imagem, áudio e mecanismos de participação)	<ul style="list-style-type: none"> - A imagem é nítida? - O som é regular (não apresenta variações)? - Os movimentos de câmera foram harmoniosos (sem incômodos ao telespectador)? - Tudo o que foi dito pelo repórter foi possível visualizar de alguma forma pelas imagens? - As imagens permitiram a visualização do assunto abordado pela reportagem? - São utilizados recursos alternativos, como mapas e ilustrações? - Os canais de interação informados pela reportagem/noticiário são acessíveis e funcionam de fato? - Os recursos da TV Digital estão disponíveis para interação?

Fonte: do autor, 2015.

6.4.1 Respondendo a matriz e calculando o Índice de Qualidade (IQ)

O telespectador ou profissional de jornalismo deve responder cada pergunta da matriz através de três símbolos:

Símbolos e orientações para a matriz

Símbolo	Significado	Indicação na matriz
+	Mais	Indica que a reportagem atende ao critério qualitativo evidenciado na pergunta.
-	Menos	Indica que a reportagem não atende ao critério qualitativo evidenciado na pergunta.
X	“xis”	Indica que não é possível responder à pergunta devido à característica da reportagem/notícia.

Fonte: do autor, 2015

Após responder a todas as perguntas, é necessário calcular o **Índice de Qualidade (IQ)** da reportagem. O índice foi desenvolvido com o intuito de ser uma ferramenta concreta para mensurar a qualidade televisiva, além de possibilitar comparações mais objetivas. A base de cálculo é a regra de três simples. Para isso, deve-se levantar quantas perguntas puderam ser respondidas (considerar apenas as que receberam “+” ou “-”). Após essa contagem deverá ser aplicada a seguinte fórmula:

O Índice de Qualidade

$$IQ = \frac{P \uparrow \times 10}{Pr (\uparrow + \downarrow)}$$

Fonte: do autor, 2015.

Onde:

IQ = Índice de Qualidade a ser descoberto.

P↑ = Soma de todas as perguntas assinaladas com “+”.

Pr (↑+↓) = Soma de todas as perguntas respondidas com “+” e “-”.

O resultado sempre será expresso através de um número (provavelmente com casas decimais) entre 0 e 10. Quanto mais próximo a 10, maior é a qualidade do produto analisado. O contrário se aplica em termos de menor qualidade. Para facilitar a classificação e decodificação do índice, indicamos a utilização da tabela abaixo:

Tabela 14: Quadro auxiliar para verificação da qualidade

Índice de Qualidade	Resultado
9 a 10	Reportagem com excelente qualidade. Informações precisas, provável presença do contraditório e do pluralismo e

	qualidade técnica boa. Pode ter pequenos problemas, mas que passam despercebidos em relação ao conjunto.
7,0 a 8,9	Reportagem com qualidade boa, mas que apresenta algumas deficiências que podem comprometer a informação.
5 a 6,9	Reportagem com qualidade mediana. No limite do aceitável, traz problemas graves em relação à prática ideal do jornalismo.
3 a 4,9	Reportagem com baixa qualidade. Dos itens avaliados a maioria não foi atendida. Informação de caráter duvidoso.
0 a 2,9	Reportagem de baixíssima qualidade. Revela um problema grave na prática jornalística. É importante buscar canais de participação para comunicar a emissora do resultado apontado.

Fonte: do autor, 2015.

6.4.2 Exemplificando o cálculo do IQ

Se na análise da reportagem, das 34 perguntas, foram assinaladas 16 com “+”, 14 com “-” e 4 com “X”, o cálculo deverá ser realizado da seguinte forma:

$$P\uparrow = 16$$

$$Pr(\uparrow+\downarrow) = 16 + 14 = 30$$

Portanto, incluindo estes números na equação do Índice de Qualidade:

$$IQ = \frac{16 \times 10}{30} \quad \rightarrow \quad IQ = 5,33$$

Assim, concluímos que a reportagem possui qualidade mediana e que pontos importantes do que os profissionais, os acadêmicos, a **Revista do Conselho Curador da EBC** e o próprio Manual de Jornalismo da EBC **Somente a Verdade** consideram como essenciais para a qualidade não foram cumpridos.

7. A QUALIDADE NO JORNAL NACIONAL: PRINCÍPIOS EDITORIAIS, MATRIZ E O CÁLCULO DO ÍNDICE DE QUALIDADE

O CAPÍTULO: da mesma forma como foi realizado para fundamentar a qualidade na TV Pública, este capítulo propõe uma análise dos Princípios Editoriais do Grupo Globo e das perspectivas dos profissionais que fazem parte da produção do Jornal Nacional, através de revisão de literatura, uma vez que não foi possível realizar as entrevistas com os jornalistas da emissora. Ao final, com base nos aspectos qualitativos identificados, é formulada a matriz de avaliação voltada para cidadãos e profissionais que deverá embasar o cálculo do Índice de Qualidade (IQ).

7.1 A QUALIDADE NOS PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

Os Princípios Editoriais do Grupo Globo foram lançados em 2011 pelas Organizações Globo com o objetivo de nortear as redações do grupo em todas as plataformas, como jornal, TV, rádio, revista e internet. São normas e condutas para que seja promovido um jornalismo de qualidade. O documento é dividido em três seções. A primeira, que nos interessa com maior profundidade, é “os atributos da informação de qualidade”. As outras duas são “como o jornalista deve proceder diante das fontes, do público, dos colegas e do veículo para o qual trabalha” e “os valores cuja defesa é um imperativo do jornalismo”. Em relação à parte que trata da qualidade, são enumerados três atributos da informação de qualidade: a isenção, a correção e a agilidade.

Apesar de não explicar o que é interesse público, o documento defende que tudo o que seja de interesse público deve ser publicado, analisado e discutido. Também é considerado um preceito de qualidade a eliminação de filtros na composição da redação, garantindo a liberdade de expressão, o apartidarismo, a independência, o caráter laico e a repulsa ao preconceito em todas as formas.

A transparência também é vista como de fundamental importância, o que significa que o público deve ser sempre informado sobre as condições em que foram feitas as reportagens que fujam do padrão. Para garantir a **isenção**, o documento defende o colhimento do contraditório, a coletividade no exercício do jornalismo. Essas informações devem estar claras para que o público possa diferenciar as publicações caracterizadas como opinião, notícia e informação.

A **correção** é abordada como sendo essencial para atingir a credibilidade ao trabalho jornalístico. O documento defende que a informação, antes de ser publicada, deve ser confirmada pelo maior número de fontes possível. A legislação do país também é posicionada como referência, através da afirmação de que “os jornalistas do Grupo Globo agirão sempre dentro da lei, procurando adaptar seus métodos de apuração ao arcabouço jurídico do país” (GLOBO, 2011, p.10).

O texto também defende que “em reportagens que requeiram conhecimento técnico, a consulta a especialistas⁷⁵ deve ser obrigatória” (GLOBO, 2011, p.10). Pode-se deduzir que uma matéria onde haja pessoas capacitadas para falar sobre o assunto estaria melhor enquadrada naquilo que o Grupo Globo entende por qualidade. Indo além, os princípios dão abertura para que profissionais de outras áreas possam atuar no jornalismo dos veículos Globo.

[...] embora o Grupo Globo deva manter a prática de recrutar majoritariamente seus profissionais nas faculdades de Comunicação, seus veículos devem estar sempre abertos a acolher profissionais de outros campos que decidam se dedicar ao jornalismo, desde que demonstrem aptidão para tal (GLOBO, 2011, p.14).

O grupo também destaca a necessidade de análise crítica das edições passadas – que irão contribuir para o aperfeiçoamento da qualidade – e da verificação cotidiana de pontos positivos e negativos das reportagens. Cita ainda que os veículos devem ter estruturas para receber e processar as observações. Apesar dessa menção, não há citação de como isso é feito – ao contrário do que demonstra o Manual da EBC, no qual cita o Conselho Curador e a ouvidoria.

Destacamos o tópico que trata da **agilidade** como um critério formador da qualidade. Para o Grupo Globo, a agilidade da produção jornalística é necessária, pois a notícia tem pressa, já que através do jornalismo as pessoas constroem a imagem do acontecimento. Assim, o texto cita a prioridade dos veículos do Grupo Globo em investir em tecnologia capaz de dar agilidade ao trabalho jornalístico. Apesar da defesa em favor da rapidez, é dito que não se deve confundi-la com precipitação. O trabalho de apuração, portanto, deve ser realizado de forma completa. Neste contexto, a empresa por meio de seus princípios editoriais constrói a defesa pelo furo jornalístico como um marcador de qualidade.

⁷⁵ Os especialistas compõem uma categoria de fontes que detêm o conhecimento específico sobre determinado assunto, como cientistas, historiadores e economistas.

Deve-se perseguir o furo jornalístico, a informação exclusiva em primeira mão, mas jamais se descuidar dos outros atributos da informação de qualidade: a isenção com que é produzida, ouvindo-se todos os lados nela envolvidos, e a correção dos dados nela apresentados. Notícia errada ou enviesada não é furo: é golpe na credibilidade do veículo (GLOBO, 2011, p.16-17).

Apesar da importância de levar o relato do acontecimento de forma mais ágil para o telespectador, também há de se considerar o contexto em que os veículos do Grupo Globo está inserido. Por se tratar de mídias comerciais, o furo jornalístico atende não só a um aspecto de qualidade, mas também à demanda do mercado e interesses publicitários, como a audiência. Este aspecto também é defendido, como veremos a seguir, pelo editor-chefe do Jornal Nacional, William Bonner, em seu livro *Jornal Nacional: modo de fazer*.

7.2 A QUALIDADE NOS DISCURSOS DOS PROFISSIONAIS DA REDE GLOBO

Uma das referências para estudar o Jornal Nacional ou ao menos o discurso publicizado por seus profissionais acerca dele é o livro *Jornal Nacional: modo de fazer* escrito pelo atual editor-chefe e apresentador William Bonner. Bacharel em Comunicação/Publicidade, formado pela Universidade de São Paulo (ECA-USP), Bonner entrou para a TV Globo em 1986 e, dez anos depois, tornou-se apresentador e editor do Jornal Nacional. Em 1999, ele foi promovido para o cargo de editor-chefe. No livro, Bonner conta como é a rotina de produção do noticiário de maior audiência do país, as preocupações, a estrutura, a edição, o relacionamento com os repórteres, entre outros elementos. A linguagem se apresenta didática, já que a publicação é direcionada para um público abrangente, incluindo pessoas que não têm ligação profissional com a área jornalística. Por isso, partes específicas do livro, como capítulos dedicados a explicar o que é um espelho ou a ronda, não foram tão úteis para a nossa proposta.

A frase que possui maior quantidade de repetições no livro de Bonner (2009) e que também reflete o principal objetivo do telejornal é mostrar “aquilo que de mais importante aconteceu num dia” (BONNER, 2009, p.19). Esse ideal ainda é acrescido de “clareza, correção, isenção e pluralidade” (BONNER, 2009, p.93). Em relação à isenção, Olga Curado⁷⁶ (2002) defende que “o conteúdo de um telejornal ou de um programa não pode ser

⁷⁶ Olga Curado foi produtora e editora de política do Jornal Nacional. Também dirigiu o jornalismo da Rede Globo em Minas e chefiou o escritório de correspondentes da Rede Globo em Londres. Neste trabalho, utilizamos como principal referência a parte III do livro *A notícia na TV* (2002), que trata do exercício da profissão. A escolha se deve ao foco em aspectos que podem ser considerados para avaliação da qualidade no

parte de um compromisso não jornalístico” (CURADO, 2002, p.154). A citação se refere principalmente a influências políticas e comerciais.⁷⁷

O compromisso com a informação “quente”, gratuita e qualificada (BONNER, 2009, p.22) demonstra que as matérias factuais compõem o coração do Jornal Nacional.

Os temas factuais representam a “perna” mais forte do JN. Os temas da atualidade são um apoio muito bem-vindo - e a importância deles reside no fato de permitirem que o espectador compreenda fenômenos, acontecimentos contemporâneos, dentro do contexto em que se dão (BONNER, 2009, p.19).

Nota-se que, apesar de privilegiar as matérias factuais, também há a preocupação de contextualizar os fatos. O autor recorre a uma fala do então diretor geral de Jornalismo e Esporte, Carlos Henrique Schroder, atual diretor geral da Rede Globo, para afirmar que essa contextualização deve ser feita de forma clara, principalmente na abordagem de assuntos complexos. Em relação às matérias frias, Bonner (2009) afirma que elas são “importantes para ajudar o espectador a compreender o mundo em que vive, a conhecer problemas, a discutir soluções” (BONNER, 2009, p.117). Essa passagem é interessante por mostrar que o telejornal deveria oferecer em suas reportagens reflexões e apontar caminhos para solucionar os problemas ali apresentados. Vera Íris Paternostro (2006) em seu “manual” sobre o texto na TV, complementa essa perspectiva ao afirmar que os elementos fundamentais das notícias devem ser sempre evidenciados: “Quem? Que? Quando? Onde? Como? e Por quê?” (PATERNOSTRO, 2006, p.90).

A estrutura de rede também é apontada como um fator que contribui para a qualidade da informação veiculada, principalmente pela possibilidade de gerar conteúdo local e comunitário para a população (através dos noticiários regionais) e do Jornal Nacional poder contar com jornalistas que “conhecem o lugar, sua gente, suas carências e riquezas” (BONNER, 2009, p.33). Essa estrutura possibilita uma cobertura com diversidade regional e uma produção com maior eficiência. Em 2009⁷⁸, 121 emissoras ajudaram na cobertura de acontecimentos que foram amplamente divulgados pela mídia, como as enchentes de Santa Catarina (2008) pela RBS e a queda do avião da Gol em Mato Grosso (2006) pela TV Centro-América. O regionalismo é, portanto, uma preocupação do noticiário. Exemplos podem ser

telejornalismo. Os demais se caracterizam por serem didáticos e explicativos para a compreensão das estruturas televisivas.

⁷⁷ Alguns jornalistas que já passaram pelo Jornal Nacional como Caco Barcelos já declararam não acreditarem na liberdade jornalística plena. Ele afirma que “a liberdade é do dono. É ele que escolhe, que define as prioridades do noticiário e as proibições, os vetos. A realidade profissional, como se apresenta hoje, nos garante no máximo respeito pela nossa independência” (BARCELOS, 1994, p.24).

⁷⁸ Segundo o portal on-line da Rede Globo, em 2015, a rede é composta por 122 emissoras, sendo delas, 117 afiliadas. A cobertura chega a 98,44% dos municípios brasileiros.

apontados através de projetos especiais, como o Caravana JN, em que “a cada duas semanas, o JN era apresentado de alguma cidade que representasse sua região” (BONNER, 2009, p.36).

O regionalismo também é contrastado com as notícias internacionais produzidas e reportadas por correspondentes no exterior. Para Bonner (2009), essa é uma forma de mostrar o mundo com os olhos dos brasileiros. No livro *Diário do Clima*, a repórter Sônia Bridi (2012), que já foi correspondente da TV Globo em Londres, Nova Iorque, Pequim e Paris se propõe a contar os bastidores da série de reportagem “Terra, que tempo é esse?” realizada para o Fantástico. Ela demonstra que na prática essa premissa é cumprida através da contextualização do Brasil em assuntos que são de interesse mundial. Um exemplo é a entrevista que realizou com um glaciólogo sobre o degelo nos Andes. Além de abordar questões técnicas, buscam-se respostas para saber como o fenômeno pode afetar o Brasil.

Sandra Passarinho⁷⁹, que também já foi correspondente em países europeus, com sede principal em Londres, afirma em capítulo de livro publicado na década de 1990 que o “correspondente ou enviado especial tem essa característica de personalizar a informação, enquanto as agências mandam diariamente as mesmas linhas para diferentes países” (PASSARINHO, 1994, p.84). Entretanto, acrescenta que, frequentemente, o correspondente entrava várias vezes ao longo do telejornal somente para justificar os gastos com a estrutura. “Por isso, não era raro entrar o correspondente dizendo ‘abobrinhas’” (PASSARINHO, 1994, p.85). Apesar de o livro ser da década de 1990, essa citação permanece atual se julgarmos que, muitas vezes, os correspondentes de determinados países entram no ar para falar de assuntos de outros países onde não estão presentes. A informação que poderia ser dada através de uma nota seca ou coberta pelo apresentador é relatada pelo correspondente no que consideramos ser uma forma de demonstrar o poderio tecnológico e estrutural do telejornal.

Bonner (2009) também afirma que a presença de escritórios em terras estrangeiras permite que o correspondente privilegie vivos ao invés de gastar tempo com uma reportagem que pode ficar desatualizada se ela demorar a ser feita, já que através da estrutura, o profissional “ganha tempo para apurar mais e mais informações até o momento de sua entrada, ao vivo, no JN” (BONNER, 2009, p.42). Assim, evidencia-se também a caracterização do vivo como “um dos maiores trunfos da TV como meio de comunicação: a instantaneidade. A notícia na hora e no lugar em que acontece” (BONNER, 2009, p.42). Entretanto, o autor deixa claro, através de exemplos, que este formato deve ser utilizado

⁷⁹ Sandra Passarinho foi a primeira correspondente da TV Globo em Londres. Atualmente, ela faz matérias especiais para os telejornais da emissora.

preferencialmente em casos em que não há tempo de produzir um VT que possa ser mais didático e explicativo para o telespectador.

Em relação aos repórteres designados para fazerem reportagens para o JN, Bonner (2009) recorre novamente a Schroder que, por forma de reprodução textual, cita que esses profissionais devem apresentar bom texto, dinamismo e inquietação. Eles também devem ser capazes de se familiarizar com o público, por isso, a escolha de ter repórteres específicos para cada região do país (que não são vinculados diretamente ao JN, mas sim às afiliadas regionais). Nota-se que o livro também concede ênfase ao entusiasmo de seus profissionais na prática jornalística, já que a obra se refere a apenas boas histórias do JN – sem reflexão crítica de erros, por exemplo.

Quanto aos editores de texto, Bonner (2009) diz que a “obsessão deles é a fidelidade aos fatos” (BONNER, 2009, p.53). Essa visão contraria alguns autores acadêmicos, como Gomes (2006), Coutinho (2013) e Becker (2005), que tratam a notícia como um mundo criado pelos jornalistas que participam da construção informativa. A perspectiva de Bonner (2009) é semelhante à teoria do espelho⁸⁰, que compreende o jornalismo como um retrato fiel da realidade. A objetividade é outro elemento citado pelo autor, já que afirma que o “editor de texto deve ler em voz alta o que escreveu (mesmo que baixinho) e tentar reescrever com menos palavras” (BONNER, 2009, p.53). A presença da oralidade é outro fator considerado importante, já que os apresentadores não devem aparentar ler a notícia, e sim assumir um papel de quem “conta as notícias para as outras pessoas. E que isso tem que ser feito de maneira natural” (BONNER, 2009, p.54). Ainda neste contexto, Bonner (2009) cita que “num telejornal como JN, nós precisamos escolher a abordagem de compreensão mais imediata e a linguagem mais próxima da que é usada naturalmente pelas pessoas ao conversar” (BONNER, 2009, p.232). Essa perspectiva também é compartilhada por Curado (2002) e Paternostro (2006). Segundo Paternostro (2006), “em telejornalismo, o texto é escrito para ser falado (pelo locutor ou pelo repórter) e ouvido (pelo telespectador)” (PATERNOSTRO, 2006, p.77). Assim, defende a linguagem coloquial numa abordagem objetiva, de forma que não misture ideias ou informações. “Cabe ao jornalista torná-la clara e não intimidar a audiência” (CURADO, 2002, p.117).

No capítulo “Critérios Primários”, Bonner (2009) elenca alguns critérios de noticiabilidade que fazem parte do JN e que também podem ser úteis na definição de parâmetros qualitativos.

⁸⁰ A teoria do espelho teve origem com o positivismo do filósofo francês Auguste Comte, em meados do século XIX.

Tabela 15: Critérios de noticiabilidade do Jornal Nacional

Critério	Especificações
Abrangência	Refere-se à interferência (dimensão) do fato na vida das pessoas. Assuntos que têm maior capacidade de influenciar um maior número de pessoas têm chances maiores de fazer parte do script do Jornal Nacional.
Gravidade das implicações	Impacto das notícias e seu grau de gravidade, como tamanho de uma tragédia ou desastre. Também pode se relacionar com grandes ações de solidariedade.
Caráter histórico	Notícias de grande repercussão e que, provavelmente, ficarão marcadas na história da humanidade. Um exemplo são as mortes de pessoas importantes.
Peso do contexto	Quando uma notícia se destaca (ou não) em relação às outras devido a determinado contexto. Bonner (2009) cita o exemplo do prefeito de Campinas, Toninho do PT, que foi assassinado em 2001. A notícia que teria destaque no telejornal teve espaço reduzido assim que as torres do World Trade Center foram atingidas por dois aviões no mesmo dia.
A importância do todo	Apresentar as notícias em seu contexto, de forma que seja acessível e compreendida pelo maior número de pessoas. Refere-se também às reportagens frias que ganham espaço no telejornal ao permitirem um vínculo com outras factuais ou com acontecimentos contemporâneos.

Fonte: BONNER, 2009, p.93-105.

Com os critérios primários definidos, Bonner (2009) elenca ainda a necessidade de pensar na forma como serão levados ao telespectador. Por isso, ele dedica outro capítulo aos critérios secundários. Defende, então, o uso de imagens, artes e entrevistas para auxiliar a explicação de assuntos que são considerados complexos. “Quanto mais distante uma notícia for do universo do nosso espectador médio, mais necessário será um detalhamento maior na apresentação dos fatos” (BONNER, 2009, p.215). Entretanto, ressalta que, devido ao tempo em dias de muitos factuais, pode acontecer de uma notícia ir ao ar num tempo mínimo e até mesmo sem imagens (e, portanto, sem contextualização), apenas para que se cumpra o compromisso de mostrar “aquilo que de mais importante se deu no Brasil e no mundo no dia”.

A pluralidade de opiniões e pontos de vista também é defendida por Bonner (2009). O editor-chefe do JN afirma que “no Jornal Nacional, como em todo produto jornalístico que se preze, nós perseguimos o ‘furo’. E temos horror a erros” (BONNER, 2009, p.128). Assim, defende a necessidade de correção sempre que evidenciado o erro.

No que podemos caracterizar como uma segunda parte do livro, o editor-chefe do Jornal Nacional se dedica a comentar e explicar como foram realizadas coberturas específicas pelo noticiário, como mortes de personalidades, grandes eventos, eleições e projetos especiais.

O que se percebe nesta etapa é que o noticiário deve buscar formas de inovar e levar a informação de maneira diferenciada, como foram realizados nos projetos “JN no Ar”⁸¹ e “Caravana JN”⁸². Caco Barcelos (1994) diz que a inovação também deve fazer parte das narrativas cotidianas, como nas reportagens que abordam a violência. Fugir da versão oficial dos fatos deve ser um ideal a ser perseguido:

Sonho com um jornalismo popular, jornalismo a favor da população. Numa ação policial, por exemplo, mostrar a polícia entrando numa favela e posicionar a câmera lá no meio da favela, nos barracos, apanhando com o povo. E não a câmera acompanhando só o lado da polícia (BARCELOS, 1994, p.29-30).

Entretanto, a construção de narrativas diferenciadas e formas diferentes de contextualizar a notícia esbarram na questão do tempo disponível na TV. “Na televisão, o tempo é sempre curto. Os telejornais têm 25 minutos para dar muitos assuntos” (PONTUAL, 1994, p.102).⁸³ Porém, Bonner (2009) diz que em relação aos acontecimentos que possuem maior repercussão, a questão do tempo se torna mais flexível para aprofundar a cobertura. A morte do Papa João Paulo II, por exemplo, teve duração de pouco mais de oito minutos. Essas matérias, classificadas como especiais, geralmente trazem arquivos como uma forma de contar o histórico da pessoa ou evento em questão. Também se pode abordar o assunto em mais de uma reportagem, de forma que não fique cansativo para o telespectador. A mudança do apresentador para o local do acontecimento também é uma tática utilizada pelo JN, como aconteceu, por exemplo, na tragédia da Boate Kiss em 2013. Percebe-se que, apesar de defender essa proposta do JN para ocasiões especiais e projetos específicos, não há uma definição clara do objetivo qualitativo por essa opção.

A questão da apresentação do telejornal direto do local do acontecimento é explicada, com maior detalhe, por Carvalho (2010) numa pesquisa sobre o Caravana JN – que iremos discutir com maior profundidade adiante. Ela argumenta que

Para o público poder participar da transmissão do Jornal Nacional ao vivo foi algo emocionante. “Eu me emocionei muito de ver o (Pedro) Bial, o (William) Bonner, ouvir a voz assim de perto e eles foram bem carinhosos,

⁸¹ Série informativa exibida em 2010 onde o repórter Ernesto Paglia viajou pelo Brasil para conhecer os problemas e aspectos regionais de diferentes estados. A definição do próximo local era definida ao vivo durante o Jornal Nacional.

⁸² O projeto aconteceu em 2006. Sob o comando de Pedro Bial, foram visitados, de ônibus, 27 estados brasileiros. A equipe “de campo” contou com 15 pessoas. Por isso, o nome “Caravana JN”.

⁸³ Jorge Pontual é jornalista e chefiou o escritório da Rede Globo em Nova York, nos Estados Unidos, na década de 1990. Ele também é correspondente no país, fazendo matérias e entrando ao vivo para vários telejornais da emissora, inclusive o Jornal Nacional.

chegaram perto da pessoa para tirar foto”, lembra Jussara Muneretto (CARVALHO, 2010, p. 109).

Carvalho (2010) também traz o depoimento de Jussara, uma moradora que acompanhou a transmissão do JN em São Miguel das Missões (RS). Com base nele, é visível que o vivo, naquela ocasião, permitiu uma aproximação maior do telejornal com seu público. Utilizando da citação da então apresentadora Fátima Bernardes, Carvalho (2010) cita que ter um apresentador fora do estúdio traz mais peso à cobertura do que o tradicional flash ao vivo. Diante de outras ações semelhantes às da Caravana JN, como a Copa do Mundo e a morte do Papa João Paulo II, considera que tais iniciativas reforçam a tese de que a saída dos apresentadores do estúdio é uma tendência e reflete o desejo de modernização do noticioso (CARVALHO, 2010, p.133).

Essa prática inclusive passou a fazer parte do jornalismo local da Rede Globo, como na pacificação do morro do Jacarezinho, em 2012, e até em afiliadas, como na exibição da primeira edição do telejornal vespertino de 2011 pela TV Gazeta Sul, o ESTV Primeira Edição apresentado em sua totalidade em Marataízes,⁸⁴ no litoral do Espírito Santo.

Outro tópico abordado por Bonner (2009) é sobre assuntos políticos. Ele cita que nas entrevistas com os candidatos à presidência em 2002 e 2006 “as entrevistas mostraram a mais absoluta igualdade de tratamento. Ninguém foi mais ‘apertado’ que ninguém. Nenhum candidato foi favorecido ou prejudicado” (BONNER, 2009, p.204). Essas considerações poderiam exemplificar, no discurso do editor-chefe e apresentador do JN, o apartidarismo em que o telejornal se colocaria, ainda que este seja um aspecto controverso, como argumentou-se, neste trabalho, em um capítulo anterior.

No espaço dedicado à opinião, Bonner (2009) considera que os apresentadores não devem revelar suas opiniões no ar. Estas deverão ser exibidas apenas por editorial. A justificativa é a de que “nosso papel é oferecer informação objetiva para que, de posse dela, o cidadão construa a sua opinião sobre a realidade que o cerca” (BONNER, 2009, p.243). Conclui-se que, assim como defendem as emissoras públicas, o Jornal Nacional também adota o discurso de fornecer elementos para que os telespectadores possam criar suas opiniões.

Apesar de Bonner (2009) não focar em questões técnicas, esta preocupação tem maior visibilidade na obra de Bridi (2012). O livro, além de mostrar a preocupação da repórter com

⁸⁴ O ESTV Primeira Edição da TV Gazeta Sul, afiliada à Rede Globo, é apresentado normalmente no estúdio em Cachoeiro de Itapemirim – considerada cidade polo do sul do Espírito Santo e onde fica a sede regional da emissora. A transmissão da primeira edição do telejornal no ano de 2011 contou com uma unidade móvel – que é utilizada nas coberturas ao vivo tradicionais. A apresentadora não teve TP, apenas laudas. Um apresentador secundário ficou de stand-by no estúdio em Cachoeiro para dar continuidade no noticiário em caso de queda do sinal.

o conteúdo, também narra as estratégias que são realizadas pelo cinegrafista (e também marido de Sônia Bridi), Paulo Zero, para conseguir as melhores imagens. Essa visão é notável durante os preparativos para a escalada no monte Kilimanjaro, na Tanzânia, o maior da África.

Acostumado com uma Sony PDW 700, uma câmera profissional, ele selecionou para essa viagem a EX3, também da Sony, uma boa câmera, mas de qualidade muito inferior. A diferença positiva está no peso. Só a câmera PDW 700 pesa oito quilos; com bateria, lente, etc., vai a onze quilos. O tripé, que precisa ser grande para suportar o peso – mais dez quilos. Teremos carregadores para o Kilimanjaro, mas, na altitude, só o esforço de manusear uma câmera assim pesada pode fazê-lo passar mal. Paulo imprimiu o manual da camerazinha e fez uma porção de testes, para tentar tirar a melhor qualidade técnica possível de um equipamento inferior. É como dar um Fusca para um cara acostumado a dirigir BMW (BRIDI, 2012, p.147).

A preocupação de Zero, relatada por Bridi (2012), demonstra como a questão técnica é importante para o telejornalismo da TV Globo. E que mesmo em condições adversas, devem ser consideradas medidas alternativas para conseguir a melhor imagem. Paternostro (2006) explica essa ênfase ao citar que “já conhecemos muito bem o poder de uma imagem, o quanto ela impacta quando carrega informação e emoção. Ela atrai, envolve, domina, nos conduz e se eterniza na memória” (PATERNOSTRO, 2006, p.73).

Curado (2002) traz algumas dicas do que se deve evitar, principalmente no processo de edição. Entre elas estão evitar tomadas com menos de um ou dois segundos, interromper movimentos de câmera, utilizar imagens semelhantes em sequência (ou que pertencem ao mesmo plano) e juntar movimento com movimento.

O uso de som ambiente é outro recurso técnico que contribui para a qualidade telejornalística. Paternostro (2006) defende que “a imagem tem a narrativa própria e para transmitir a emoção de um momento, o silêncio, ou o som original do que está acontecendo, vale mais do que frases descritivas, longas, repetitivas” (PATERNOSTRO, 2006, p.88).

Além dessa busca, também se deve considerar, apesar de não ser nosso foco, ações de bastidores que contribuem para a qualidade, como a produção. Em diversos momentos, Bridi (2012) cita a contribuição da produtora Renata Chiara na organização da agenda e das entrevistas e no preparo da repórter. Sônia Bridi ainda demonstra o conhecimento que o profissional deve ter (e buscar). Ela descreve vários diálogos com especialistas que evidencia o grande teor informativo sobre o tema de sua série – no caso, as mudanças climáticas. As perguntas ocupam um lugar de destaque, sempre contextualizadas com o objetivo das reportagens e dialogando com as falas anteriores do entrevistado.

7.2.1 As dicas de #telejornalismo de Flávio Fachel

Outra obra que traz elementos voltados para a prática jornalística é *Dicas de #telejornalismo* de Flávio Fachel (2011). O livro reproduz os *tweets* que foram postados pelo jornalista da TV Globo em sua conta do Twitter, a partir de 2009. São “observações feitas por um profissional ao longo de 18 anos de trabalho quase diário em busca da notícia” (FACHEL, 2011, p.20), e, segundo o autor, elas são baseadas em “conhecimento acadêmico, na experiência prática ou na combinação das duas coisas”. Seguindo o modelo e as limitações da plataforma virtual, as dicas possuem no máximo 140 caracteres e são voltadas para profissionais iniciantes, já que muitas se referem a situações que o jornalista se depara no exercício da profissão. Alguns dos “conselhos” de Fachel (2011) se enquadram nas discussões apresentadas anteriormente, como preocupações em conseguir a melhor imagem, texto objetivo e a linguagem oral.

Os microtextos são agrupados em oito seções: pauta, produção e reportagem; repórter e a reportagem; entrevista; texto e narração; entrada ao vivo; imagens; edição; e técnicas. Como as dicas não são diretas em termos de conceituação no seu aspecto qualitativo jornalístico/acadêmico, e sim mais práticas, realizamos um exercício de correspondência entre algumas das dicas e suas contribuições para a qualidade.

Tabela 16: Aspectos qualitativos evidenciados nos *tweets* de Flávio Fachel

Seção	Dica	Correspondência qualitativa
Pauta, produção e apuração	Apurar significa melhorar. Procure sempre ouvir mais de uma fonte (p.26).	Apuração, veracidade da informação e polifonia de vozes.
Pauta, produção e apuração	Busque no arquivo de imagens casos semelhantes aos da sua pauta. Isso valorizará a reportagem (p.33).	Contextualizar a informação, principalmente as matérias que são factuais.
Pauta, produção e apuração	A reportagem de serviço é uma das partes mais importantes do telejornalismo (p.44).	Pensar em como a matéria pode ser útil para o telespectador. ⁸⁵
Repórter e a reportagem	Ao gravar reportagens que não são factuais, tente dar atualidade a elas relacionando o material com acontecimentos recentes (p.44).	Contextualizar a informação com o dia a dia do telespectador.
Repórter e a	A capacidade de síntese é uma	Clareza e objetividade.

⁸⁵ Jorge Pontual, numa discussão focada no Globo Repórter, afirma que “as pessoas têm uma necessidade muito grande de informações que sirvam para o seu dia a dia” (PONTUAL, 1994, p.101).

reportagem	das qualidades esperadas do bom repórter de TV (p.48)	
Repórter e a reportagem	Em reportagens sobre investigações, sempre aponte a fonte oficial das acusações (Ministério Público, Polícia etc.) (p.48).	Indicação e crédito da origem da informação.
Repórter e a reportagem	São elementos do VT diferenciado: a boa sonora, a boa imagem, o bom “sobe som”, a boa passagem e a boa frase. Persiga-os (p.62).	Uma reportagem boa é a que consegue ter bons entrevistados (de forma que contribuam com conteúdo significativo), técnica boa (áudio e BGs), texto claro e passagens que se encaixem em sua função.
Entrevista	Não grave entrevistas ou passagens contra uma parede (p.87).	As passagens devem ser gravadas em local que correspondam ao assunto da matéria.
Entrevista	Entre na casa dos entrevistados e mostre como é a vida das pessoas. O resultado será uma matéria mais humana (p.106).	Saber explorar a vida do personagem em seu caráter informativo.
Texto e narração	Sempre há um jeito novo e interessante de contar as mesmas histórias (p.111).	Inovação e criatividade na condução da reportagem.
Texto e narração	Ao citar números e percentuais no texto de TV, ilustre com tarja ou arte na tela para fixar a informação (p.119).	Artes e caracteres auxiliam a compreensão do telespectador em matérias com muitos números.
Texto e narração	O texto na TV deve ser casado com a imagem, mas nem sempre você precisa descrever exatamente o que está na tela (p.124).	A relação texto-imagem deve se inserir num contexto de complementação.
Entrada ao vivo	As melhores entradas ao vivo são as que mostram algo acontecendo na hora em que elas vão ao ar (p.131).	O vivo deve ser dinâmico, no local do acontecimento e com imagens além do repórter.
Imagem	As imagens de câmeras de segurança aumentam a dramaticidade de uma reportagem porque elas registram a realidade (p.144).	Câmeras de segurança contribuem para a geração de flagrantes e comprovam o assunto da reportagem.
Imagem	A qualidade do material captado durante uma externa pode fazer uma reportagem ganhar importância dentro do jornal (p.144).	Imagens e sons devem ter qualidade.
Edição	Use as melhores imagens e os melhores sons para começar seu VT ⁸⁶ (p.176).	Um VT deve ser organizado de forma que consiga manter a atenção do telespectador.
Edição	O uso de personagens nas reportagens facilita a	Um bom VT deve ter personagens.

⁸⁶ Esta perspectiva de Fachel (2011) pode também ser complementada com a questão de conseguir gerar suspense, defendida por Curado (2002). Seria uma forma de fazer com que o público se interesse e veja a reportagem até o final.

	compreensão do assunto pelo telespectador (p.179).	
Edição	A lágrima é um elemento muito procurado pela TV porque ela representa a essência da emoção (p.188).	A emoção deve fazer parte de uma reportagem.
Técnica	O telespectador de hoje só admite entradas por telefone se estiver evidente que é impossível mandar imagens (p.196).	As reportagens devem tentar mostrar imagens mesmo em situações mais complicadas (principalmente com a popularização dos celulares nas redações).
Técnica	Antes de editar uma reportagem, certifique-se de que todos os canais de áudio estão no mesmo nível (p.200).	O som deve ser regular, sem oscilações e picos durante a exibição do VT.

Fonte: FACHEL, 2011, p. 26-200.

É perceptível que muitas das dicas elaboradas por Fachel (2011) estão numa perspectiva semelhante à de Bonner (2009), Bridi (2012), Curado (2002) e Paternostro (2006). Entretanto, em alguns pontos há diferenças, mesmo que tênues, entre os autores. Fachel (2011), por exemplo, cita que não vale tudo pelo furo – já Bonner (2009) diz que o furo é uma perseguição constante dos jornalistas. Curado (2002) afirma que “o imediatismo dá pouco espaço para a reflexão e fortalece as decisões mecanizadas” (CURADO, 2002, p.172). Outro ponto de tensão é quando diz que “uma reportagem para TV não reproduz a verdade: é uma representação dela. A maioria dos telespectadores não percebe isso” (FACHEL, 2011, p.47). Esta perspectiva se enquadra na perspectiva de jornalismo como construção social. Já Bonner (2009) é enfático quando cita questões ligadas à objetividade e fidelidade aos fatos.

O respeito às pessoas e fontes é evidenciado por Curado (2002). Primeiramente, considera que o horário de exibição do telejornal deve nortear os critérios de seleção das imagens. Em caso de funerais, defende que “a cobertura precisa respeitar o desejo da família e não seja intrusiva” (CURADO, 2002, p. 159). Assim como é adotado pelas políticas editoriais da Globo, também cita a não cobertura de casos de suicídio (com exceção para pessoas famosas), não dar voz (entrevistar) a bandidos e evitar mostrar o repórter em citações perigosas ou ilegais.

7.2.2 Regionalismo e aproximação com o público: o caso Caravana JN

O caso da Caravana JN é discutido com maior profundidade pela jornalista da TV Globo e Globonews Maria Paula Carvalho (2010). O livro Caravanas da Identidade analisa, com detalhes, a produção da série telejornalística e estabelece uma relação do jornalismo com

a questão identitária, embasada por autores como Stuart Hall, Néstor García Canclini, Dominique Wolton e Muniz Sodré. Este estudo de caso é de importante discussão por abordar a necessidade de praticar e pensar formas de incluir os regionalismos nos telejornais.

A Caravana do JN foi exibida em 2006 e passou por 52 cidades em todas as regiões do Brasil. O símbolo da série foi um ônibus personalizado com as logos do Jornal Nacional. A unidade móvel contou com 15 profissionais que tiveram a missão de produzir reportagens que mostrassem os problemas, costumes e, principalmente, as pessoas de cada região – representadas por seus hábitos, costumes e sotaques. Em Ouro Preto (MG), por exemplo, pôs em discussão a preservação do patrimônio histórico e as construções irregulares. Utilizando a concepção de Dominique Wolf, Carvalho (2010) afirma que este tipo de abordagem é uma forma de a televisão gerar conversas entre os espectadores e também de fazer com que os moradores “repensassem os problemas de urbanização e a legislação vigente” (CARVALHO, 2010, p. 145). Podemos considerar que é o compromisso da TV em fazer com que os cidadãos reflitam sobre sua realidade e que, conseqüentemente, adquiram autonomia para agir em prol de uma sociedade melhor.

Em casa, além das reportagens, a audiência também acompanhou o especial através de entradas ao vivo direto dos locais onde a equipe se encontrava. Essas ancoragens eram realizadas pelos próprios apresentadores, que se revezavam esporadicamente para apresentarem o telejornal fora do estúdio, e pelo jornalista Pedro Bial.

Carvalho (2010) destaca a importância do telejornalismo em criar formas de se aproximar de seu público para que se difunda a diversidade presentes no país. “[...] a Caravana JN se configurou em um acontecimento raro no processo de comunicação em massa, no qual uma equipe de um telejornal renomado pôde se deparar com seu próprio público” (CARVALHO, 2010, p.24). Ela ainda cita a possibilidade de uma experiência coletiva, devido aos encontros ocasionados pela passagem do ônibus da equipe do Jornal Nacional.

Em entrevistas realizadas para sua pesquisa de mestrado na PUC-RJ, Carvalho (2010) ouviu os moradores de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul – onde foi produzida e exibida a primeira reportagem da Caravana JN. O cacique, identificado como Floriano, que também chegou a ser entrevistado para a matéria, disse que “foi fantástico, porque estava tudo brilhando, nosso povo em foco, nossa história. Divulgar nossa cultura é muito importante” (CARVALHO, 2010, p.101). A partir desses registros, a autora argumenta:

No momento em que todos participam de uma forma coletiva de comunicação, as diferenças perdem importância. No caso da Caravana JN, ela abria espaço para algo fresco: um estímulo para que os habitantes da Região Missioneira repensassem sua origem, sua participação na esfera nacional, reforçando suas identidades (CARVALHO, 2010, p.107).

Apesar de a discussão de Carvalho (2010) ser realizada com o foco na Caravana JN, ela chega a abordar que essa construção da relação com a audiência deve ser um objetivo contínuo do telejornalismo. Essa defesa tem muitas semelhanças com a forma como Gomes (2006) trabalha o conceito de modo de endereçamento, vista como um dos motivos pelos bons índices de audiência do Jornal Nacional ao longo de suas décadas no ar sem interrupções. Utilizando uma citação do editor-chefe William Bonner, durante um seminário realizado em 30 de março de 2007 em Brasília, descreve que, segundo ele, as pessoas assistem ao JN sabendo que não encontrarão determinados tipos de imagens e conteúdo que são veiculados em outros noticiários. “Temos o cuidado de convidar adultos e crianças a ver o jornal e não queremos quebrar essa certeza. Não podemos trair a confiança dos nossos telespectadores” (BONNER, 2009 *apud* CARVALHO, 2010, p.88). Uma parte da narrativa de Olga Curado (2002) complementa essa argumentação, numa perspectiva de combate aos estereótipos, que devem ser evitados e avaliados com cuidado na produção do telejornal: “é preciso evitar a exibição de violência estereotipada, como a imagem da menina com fogo atado na Guerra do Vietnã ou a explosão da Challenger, por exemplo” (CURADO, 2002, p.158).

Curado (2002) ainda diz que a “audiência é o destino central da edição” (CURADO, 2002, p.130). E assim como Carvalho (2010), defende a realização de pesquisas de audiência, como as realizadas pelo Ibope. Um ponto-chave defendido pela jornalista é a importância de considerar índices de audiência. “A relação do jornalismo com o público é medida pelo índice de audiência. Esse é o medidor que revela a aceitação do programa” (CURADO, 2002, p.129). Em termos qualitativos, há pontos de tensão principalmente no que se refere à percepção de que nem tudo o que atinge altos índices de audiência atende a parâmetros éticos largamente difundidos. Curado (2002) reforça que “sob essa ótica, o público é identificado mais como um consumidor de programa de TV do que como um cidadão” (CURADO, 2002, p. 130).

Considerando os discursos dos jornalistas abordados, procuramos sistematizar uma síntese entre os parâmetros abordados e a respectiva correspondência num telejornal.

Tabela 17: A qualidade pelos discursos dos jornalistas da Rede Globo⁸⁷

Parâmetros	Descrição
Foco nos factuais	Os temas factuais permitem ao telespectador compreender os acontecimentos contemporâneos. Assim, o telejornal deve perseguir o furo jornalístico.
Isenção	O conteúdo de um telejornal ou de um programa não pode ser parte de um compromisso não jornalístico – portanto, não deve ter vínculo com relações publicitárias e políticas.
Presença de correspondentes	Em termos nacionais, é uma forma de promover o regionalismo através da presença do repórter em contato direto com a população. Já os correspondentes internacionais permitem a contextualização do Brasil em acontecimentos de outros países.
Inovação	Deve-se buscar contar as notícias de forma diferenciada, seja através de recursos inovadores ou texto criativo. Um exemplo é através de quadros ou séries específicas, como a Caravana JN.
Técnica	As imagens devem ser capazes de trazer informação e emoção – por isso o cuidado com este quesito. O som também tem sua importância, principalmente se trabalhado de maneira estratégica na edição, como valorização de BGs e até mesmo do silêncio quando necessário.
Índice de audiência	Como ressalta Curado (2002), a audiência é capaz de medir a aceitação e relação do telejornal com o público.

(Fonte: obras de profissionais da Rede Globo utilizadas no capítulo)

7.3 CONSIDERAÇÕES PARA FORMULAÇÃO DA MATRIZ

Os levantamentos realizados demonstram mais convergências do que divergências e reforçam muitos aspectos do que a academia também considera como indicadores de qualidade no telejornalismo e que são ensinados em cursos de graduação – mas que, devido à ausência na prática no jornalismo, devem ser considerados na discussão sobre qualidade. Entre eles, podemos citar a precisão da informação, o bom texto, a clareza na informação, a linguagem acessível, a contextualização dos fatos, a inovação, a pluralidade, as boas imagens e os sons, o uso de vivos e a utilização de caracteres e artes para auxiliar a compreensão do assunto.

⁸⁷ Neste levantamento não foram consideradas as percepções de Flávio Fachel. A tabela-síntese do referido autor se encontra nas páginas 149-150.

Por tratar de narrar os bastidores de uma série, e por isso fazer referência a “diário” no título do livro, Bridi (2012) conta com detalhes a importância da formação do jornalista no sentido de busca de conhecimento e de informação na construção de sua reportagem. A questão técnica, não enfatizada por Bonner (2009) e Paternostro (2006), ganha maior ênfase ao narrar as ações do cinegrafista, e seu marido, Paulo Zero para capturar as melhores imagens.

As dicas de Fachel (2011) trazem como diferencial a consideração de que as reportagens jornalísticas são uma versão do acontecimento e, portanto, não representam a realidade. Esta afirmação vai de encontro com o pensamento de teóricos mencionados neste trabalho, como Becker (2005) e Gomes (2006). A necessidade de Bonner (2009) abordar essa concepção – que não é explícita em seu livro – é importante para não “vender” para o telespectador que tudo o que é exibido no Jornal Nacional seja realmente o que aconteceu. A necessidade da reflexão acerca dos acontecimentos faz parte da formação do telespectador crítico – que talvez, por motivos estratégicos, não seja prioridade de formação por parte daqueles que estão à frente do JN, já que citam como objetivo principal mostrar o que de mais importante aconteceu no mundo. Entretanto, como já citamos, iniciativas externas, como a Literacia Midiática na Europa, demonstram que a questão crítica é essencial para que os cidadãos possam decodificar com maior autonomia as informações que lhe são entregues através dos meios de comunicação. Percebe-se, portanto, que ao contrário do que foi observado no levantamento envolvendo a TV Pública, a questão educacional não é vista como objetivo pelos profissionais e pelos Princípios Editoriais do Grupo Globo.

Para a formulação da matriz de verificação da qualidade, consideramos a criação de sete categorias. Três delas, ancoradas pelo tripé indicado pelos Princípios Editoriais do Grupo Globo para a promoção da qualidade: isenção, correção e agilidade. Este último também vai de encontro com a percepção de Bonner (2009) sobre a perseguição ao furo jornalístico. A quarta categoria se relaciona ao perfil da reportagem – uma forma de atender ao que Bonner (2009) prioriza no telejornal: notícias quentes (factuais) e contextualizadas. Outra categoria é a de recursos utilizados. Nela estão presentes aspectos utilizados para dar peso à cobertura e melhor compreensão da informação, como a questão dos correspondentes internacionais (PASSARINHO, 2014), ancoragem fora do estúdio (CARVALHO, 2010) e utilização de caracteres e infográficos em prol do didatismo (FACHEL, 2011). A sexta categoria é dedicada aos critérios primários definidos por Bonner (2009) como notícias importantes para a sociedade. A última seção é voltada para questões técnicas.

Com metodologia semelhante a qual foi desenvolvida para a TV Brasil no capítulo anterior, em cada categoria, estão elencadas perguntas que devem ser respondidas pelos telespectadores e jornalistas para saber se os princípios qualitativos do telejornal são cumpridos – são 39 no total. A linguagem acessível e a objetividade da matriz, de forma que ocupe apenas uma folha de tamanho A4, são características que compõem sua elaboração.

Tabela 18: Matriz de verificadores da qualidade voltada para o cidadão (TV Privada)

Categoria	Verificadores
Isenção/Ética	<ul style="list-style-type: none"> - São abordadas pessoas com diferentes visões sobre o assunto? - Há favorecimentos de fontes ou de ponto de vista? - A reportagem é exibida sem opiniões/preferências (pessoais, políticas, religião etc.) do jornalista ou da empresa? - Produtos e marcas não são promovidos na matéria? - Todos os envolvidos (citados) são ouvidos?
Correção/Veracidade da informação	<ul style="list-style-type: none"> - Os caminhos para obtenção das informações são divulgados na reportagem? - As fontes dos dados/informações são citadas? - Se a matéria for de tema técnico, há presença de especialista? - São divulgados canais para acolher a opinião do público? - Em casos de erros, há espaço para correção? - A língua portuguesa é respeitada? - No caso de gírias, há abusos (principalmente em matérias mais sérias)?
Agilidade	<ul style="list-style-type: none"> - A reportagem divulgada traz novidades? - É utilizado vivo no local do acontecimento? - A notícia se apresenta completa? - O telejornal foi o primeiro a dar a notícia? - No caso de denúncias, são bem sustentadas e todos os lados ouvidos?
Perfil da reportagem/Contextualização	<ul style="list-style-type: none"> - A reportagem trata de acontecimentos atuais? - No caso de matérias não atuais, elas se relacionam com algum acontecimento recente? - As reportagens sobre acontecimentos recentes mostram a origem do problema? - As diferentes regiões do país são representadas (sotaques, culturas, opiniões)? - Na reportagem, há presença de personagens (pessoas que vivem o assunto abordado no cotidiano)? - O telejornal tem registrado bons índices de audiência?
Recursos utilizados/Edição	<ul style="list-style-type: none"> - A reportagem tem preocupação em ser didática (exemplo: uso de infográficos e exemplificações)? - São utilizados caracteres para facilitar a compreensão e divulgação dos números? - Há presença de correspondentes? - Em reportagens de grande repercussão, há inovação na apresentação (apresentador fora do estúdio, por exemplo)? - Há uso de arquivos para contextualizar a notícia?
Critérios de noticiabilidade	<ul style="list-style-type: none"> - A reportagem foi útil para o seu dia a dia?

(primários)	<ul style="list-style-type: none"> - A notícia tem importância histórica? - A matéria é relevante para a sociedade? - O tempo concedido foi suficiente para tratar o assunto? - A reportagem foi de fácil compreensão?
Técnica (imagem e áudio)	<ul style="list-style-type: none"> - A imagem é nítida? - O som é regular (não apresenta variações)? - Tudo o que foi dito pelo repórter foi possível visualizar de alguma forma pelas imagens ou artes? - As imagens permitiram a visualização do assunto abordado pela reportagem? - São utilizados recursos alternativos, como mapas e ilustrações? - Os recursos da TV Digital estão disponíveis para interação?

Fonte: do autor, 2015

7.3.1 Calculando o Índice de Qualidade da reportagem

A forma de se calcular o Índice de Qualidade (IQ) da reportagem deverá ser realizada da mesma forma que foi apresentada no capítulo anterior. Assim, enfatizamos os símbolos referenciais:

Símbolos e orientações para a matriz

Símbolo	Significado	Indicação na matriz
+	Mais	Indica que a reportagem atende ao critério qualitativo evidenciado na pergunta
-	Menos	Indica que a reportagem não atende ao critério qualitativo evidenciado na pergunta
X	“xis”	Indica que não é possível responder a pergunta devido a característica da reportagem/notícia.

Fonte: do autor, 2015

A fórmula aplicada também permanece a mesma:

O Índice de Qualidade

$$IQ = \frac{P \uparrow \times 10}{Pr (\uparrow + \downarrow)}$$

Fonte: do autor, 2015.

Onde:

IQ = Índice de Qualidade a ser descoberto.

P↑ = Soma de todas as perguntas assinaladas com “+” para cima.

Pr ($\uparrow+\downarrow$) = Soma de todas as perguntas respondidas com “+” e “-”.

E o índice poderá ser enquadrado na tabela abaixo, que também não houve alterações em relação à definida para avaliação do telejornal da TV Brasil.

Quadro auxiliar para verificação da qualidade

Índice de Qualidade	Resultado
9 a 10	Reportagem com excelente qualidade. Informações precisas, provável presença do contraditório e do pluralismo e qualidade técnica boa. Pode ter pequenos problemas, mas que passam despercebidos em relação ao conjunto.
7,0 a 8,9	Reportagem com qualidade boa, mas que apresenta algumas deficiências que podem comprometer a informação.
5 a 6,9	Reportagem com qualidade mediana. No limite do aceitável, traz problemas graves em relação à prática ideal do jornalismo.
3 a 4,9	Reportagem com baixa qualidade. Dos itens avaliados, a maioria não foi atendida.
0 a 2,9	Reportagem de baixíssima qualidade. Revela um problema grave na prática jornalística. É importante buscar canais de participação para comunicar a emissora do resultado apontado.

Fonte: do autor, 2015.

8. ANÁLISES E TESTES DAS MATRIZES DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E CÁLCULO DO ÍNDICE DE QUALIDADE (IQ)

O CAPÍTULO: após o desenvolvimento das matrizes de avaliação da qualidade específicas para emissoras públicas e privadas, realizamos análises-teste para verificar a eficiência destas. Nesta etapa, também são utilizados como objetos empíricos os telejornais Repórter Brasil Segunda Edição e o Jornal Nacional. São calculados os Índices de Qualidade (IQ) de cada reportagem e da edição final. O período de análise considera as edições veiculadas entre os dias 7 e 12 de dezembro de 2015.

8.1 PROPOSTAS, METODOLOGIA E PARÂMETROS QUALITATIVOS

Diante da elaboração das matrizes específicas para avaliar a qualidade em emissoras públicas e privadas, consideramos necessários testes capazes de identificar a eficiência desses instrumentos voltados para o cidadão e jornalistas. Para isso, recorreremos às edições dos telejornais considerados objetos empíricos deste trabalho, o Repórter Brasil 2ª Edição (TV Brasil) e o Jornal Nacional (TV Globo). As edições analisadas foram as veiculadas entre os dias 7 e 12 de dezembro de 2015. Devido à dificuldade de gravar o material pela TV convencional – já que os programas chegam a ser transmitidos em horários simultâneos – optamos por coletar as reportagens pelo site dos noticiários que são atualizados diariamente com os VTs exibidos na edição ao vivo assim como foi realizado nas análises preliminares.

Para efeito de análise, foram consideradas reportagens, vivos e notas cobertas. Neste caso, excluímos as notas secas. Essa decisão foi tomada pela visível ineficiência da matriz para avaliar este formato, já que muitos dos tópicos da matriz abordam uso de imagens e diversidade de sonoras. Acreditamos, inclusive, com base na citação de Siqueira e Vizeu (2014), mencionada no capítulo desta dissertação que trata sobre a pluralidade, que ao escolherem o formato, os jornalistas “determinam quais assuntos terão um aprofundamento maior e quais serão abordados de forma mais abrangente” (SIQUEIRA; VIZEU, 2014, p.57-58). Assim, podemos considerar que a nota seca não possibilita o tratamento da informação de forma contextualizada e com contrapontos significativos de ideias. Essa percepção também poderá ser notada com maior profundidade na análise das notas cobertas que será apresentada a seguir.

No total, foram analisadas 165 peças⁸⁸ audiovisuais. Delas, 82 pertencem ao Repórter Brasil Segunda Edição e 83 ao Jornal Nacional. Em cada uma foram consideradas as sete categorias (eixos) de análise das matrizes formuladas anteriormente. Como já previsto, nem todos os verificadores (perguntas) foram respondidos. Na nota coberta sobre os 70 anos do compositor Wagner Tiso, veiculada no Repórter Brasil, por exemplo, não foi possível avaliar se “grupos que representam minorias foram abordados” ou se “houve clareza em explicar como o telespectador deve proceder para ter acesso a determinado serviço”. Isso se justifica por serem verificadores incompatíveis com o tema da peça, com estilo mais biográfico e dedicada a contar a história de um compositor brasileiro. Outro fato que tornou a matéria um caso à parte é que Tiso também é membro do Conselho Curador da EBC – o que não foi citado pelo VT.

Para melhor compreender os resultados, também é importante ter em mente a pontuação possível de ser alcançada por peça analisada, tanto em termos positivos (+) quando negativos (-) em cada categoria. Tal conhecimento possibilita visualizar em qual área determinada reportagem ou, numa análise coletiva, o próprio telejornal está mais carente, considerando os preceitos qualitativos elencados. Assim, formulamos as tabelas a seguir:

Tabela 19: Pontuações possíveis nas categorias das matrizes de avaliação

Jornal Nacional		Repórter Brasil	
Categoria	Pontuação máxima	Categoria	Pontuação máxima
Isenção/Ética	5	Veracidade da informação/Apuração	4
Correção/Veracidade da informação	7	Contextualização da informação	4
Agilidade	5	Pluralidade, diversidade e regionalismo	5
Perfil da reportagem/Contextualização	6	Educação, serviço e autonomia	4
Recursos utilizados/Edição	5	Participação e inclusão	5

⁸⁸ A peça é caracterizada pelo conteúdo audiovisual de cada link da notícia postado nos sites dos telejornais. Uma peça audiovisual pode conter mais de um formato, como vivos, reportagens ou nota cobertas. Entretanto, ao longo da pesquisa, será evidenciado que também há casos que os noticiários postam reportagens com temas semelhantes em links separados, sendo assim, considerados na análise como peças distintas.

Critérios de noticiabilidade (primários)	5	Ética e imparcialidade	4
Técnica (imagem e áudio)	6	Técnica (imagem, áudio e mecanismos de participação)	8
Total possível	39	Total possível	34

Fonte: do autor, 2015.

Deve-se considerar que o fato de o Jornal Nacional ter mais verificadores para serem respondidos não o coloca em vantagem ou desvantagem na avaliação qualitativa – principalmente em análises comparativas – já que o cálculo do Índice de Qualidade (IQ) tem como base matemática a regra de três simples. Outro alerta se refere a pontuação possível. Como já mencionado, nem todos os verificadores serão respondidos, e a pontuação de cada categoria pode se dividir entre avaliações positivas, indicadas pelo sinal “+”, ou negativas, através do sinal “-”. Portanto, só atingirá a pontuação máxima em determinado eixo a peça audiovisual que tiver todos os verificadores respondidos com “+”.

8.2 ANÁLISES

8.2.1 Análise das edições de 7 de dezembro de 2015

Nesta data, o Jornal Nacional exibiu 15 VTs, e o Repórter Brasil, 12. Entre os temas abordados estavam: a propagação do zika vírus, a vitória da oposição parlamentar na Venezuela e as discussões sobre o pedido de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. O resultado consolidado da análise se encontra nas páginas a seguir. As matrizes preenchidas com o cálculo detalhado do Índice de Qualidade (IQ), com a avaliação de cada verificador, encontram-se na parte dedicada aos anexos desta dissertação.

Jornal Nacional: edição de 7 de dezembro de 2015

Reportagem	Isenção/Ética		Correção/Veracidade		Agilidade		Perfil da reportagem		Recursos/Edição		Critérios de noticiabilidade		Técnica		Índice de Qualidade (IQ)
	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	
Dilma diz que não tem motivo para desconfiar do vice, Michel Temer.	2	3	3	1	1	4	2	3	2	1	4	0	4	2	5,62
Especialistas explicam como o zika vírus está ligado à microcefalia.	2	2	3	3	1	1	3	2	2	1	4	0	5	1	6,66
Exército começa a combater o mosquito Aedes Aegypti no Recife.	4	1	3	1	1	3	1	3	3	1	3	1	4	2	6,12
Carlos Lemos morre aos 86 anos, no Rio*.	2	1	2	2	1	2	1	3	2	1	4	1	5	1	6,07
Mato Grosso do Sul tem 14 cidades em emergência por causa da chuva*.	3	2	2	4	1	3	2	2	0	4	3	1	3	3	4,24
Oposição conquista vitória histórica na votação parlamentar na Venezuela.	2	3	2	4	1	3	3	1	2	2	4	1	4	2	5,29
Extrema direita vence primeiro turno das eleições regionais na França.	5	0	2	4	2	1	3	1	2	2	5	0	4	2	6,87
Obama classifica ataque em San Bernardino como ato terrorista.	5	0	4	2	3	1	3	2	3	0	5	0	5	1	8,28
Poluição na capital da China atinge o nível máximo*.	2	2	2	4	1	2	1	3	0	4	3	2	4	2	4,06
Vasco é rebaixado pela terceira vez para a série B do Brasileirão.	5	0	2	-1	2	2	3	2	2	1	4	0	4	2	7,33
Brasil vence a primeira fase no Campeonato Mundial Feminino de Handebol*.	3	2	2	1	1	3	1	3	0	4	3	1	4	2	4,66

Procuradores investigam se a Vale continua a jogar rejeitos em barragem.	3	2	4	2	1	3	2	3	2	1	3	1	5	1	5,8	
Atriz Sharon Menezes responde a comentários racistas na internet.	3	1	4	2	1	3	3	3	2	2	2	2	3	3	5,29	
Máquina quebrada deixa pacientes sem radioterapia em hospital do Rio.	5	0	5	1	3	1	3	1	1	1	4	0	4	2	8,06	
Eleição da Comissão que vai analisar o processo de impeachment é adiada.	5	0	5	0	4	1	1	4	3	1	3	0	5	1	7,81	
* Nota coberta															ÍNDICE DE QUALIDADE DA EDIÇÃO	6,14

Fonte: do autor, 2016

Repórter Brasil 2ª Edição: 7 de dezembro de 2015

Reportagem	Veracidade/ Apuração		Contextua- lização		Pluralidade/ Diversidade /Pluralismo		Educação/ Serviço/ Autonomia		Participação/ Inclusão		Ética/Imparcialidade		Técnica		Índice de Qualidade (IQ)
	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	
A epidemia do vírus zika e a ligação com os casos de microcefalia no país chamam a atenção para o Aedes Aegypti.	4	0	3	1	0	2	3	0	1	3	3	1	6	1	7,14
Começou, nesta segunda-feira, no Rio de Janeiro, o Festival Emergências****.	2	1	2	2	2	2	2	2	3	2	2	2	4	3	5,48
Estudantes de São Paulo mantêm a ocupação de 189 escolas.	4	0	1	3	3	0	2	1	4	1	4	0	5	2	7,93
A presidenta Dilma Rousseff recebe grupo de juristas***	4	0	2	2	0	3	2	1	0	3	2	2	5	2	5,36
O presidente de Câmara, Eduardo Cunha, adia eleição da comissão que vai avaliar o pedido de impeachment.	4	0	1	3	0	2	2	1	0	2	4	0	5	2	6,15
Trabalhadores, estudantes e	4	0	0	4	2	3	2	1	1	3	1	3	5	2	4,84

movimentos sociais se mobilizam contra pedido de impeachment*.															
Governador do Maranhão, Flávio Dino, é um dos 15 governadores que se manifestaram contra o impeachment.	3	0	0	4	1	3	2	1	0	3	1	3	5	2	4,29
Partido Republicano dos EUA pede estratégia mais agressiva do país contra o terrorismo.	4	0	1	3	0	4	2	1	1	3	2	1	4	3	4,83
Na França, a extrema-direita vence o primeiro turno das eleições regionais.	1	2	4	0	0	3	3	0	1	3	2	2	5	2	5,86
Oposição Venezuelana comemora vitória nas eleições de domingo**.	4	0	3	1	2	0	2	1	0	2	4	0	4	3	7,3
Atriz Sharon Menezes é a mais nova vítima de ataques racistas nas redes sociais*.	1	3	0	4	2	2	2	1	2	3	1	1	5	1	4,64
O Rio Preto é o novo campeão brasileiro de futebol feminino.	2	0	0	3	2	1	1	1	1	4	3	1	5	2	5,38
* Nota coberta ** Reportagem seguida de comentário	ÍNDICE DE QUALIDADE DA EDIÇÃO														5,77

Fonte: do autor, 2016

Um dos assuntos mais abordados pelo Jornal Nacional e o Repórter Brasil na edição de 7 de dezembro 2015 foi o pedido de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. Foram duas peças relacionadas no JN (em uma de forma indireta), e três, no Repórter Brasil. No primeiro telejornal, a reportagem intitulada “Dilma diz que não tem motivo para desconfiar do vice, Michel Temer” cita as divisões dentro do PMDB, partido de Temer, em relação ao apoio ao governo. Entretanto, nenhum representante do partido (como deputado ou o próprio vice-presidente da república) é ouvido. Assim, as categorias “Isenção e Ética” e “Agilidade”, que trazem verificadores relacionados a contraponto de ideias e à prática de ouvir todas as pessoas envolvidas, foram prejudicadas. A reportagem registrou um Índice de Qualidade de 5,62.

No Repórter Brasil, a peça “A presidente Dilma Rousseff recebe grupo de juristas” reúne uma reportagem sobre a reunião da presidente com os juristas, um vivo para falar sobre outro encontro de aliados do governo que acabava de acontecer no congresso para discutir a eleição da chapa avulsa contra o impeachment de Rousseff na câmara dos deputados e uma sonora da presidente afirmando que é preciso unificar o país. A reportagem também não teve contrapontos de ideias, ninguém da oposição é ouvido enquanto dois juristas dizem que o impeachment é inconstitucional. A sonora da Dilma é veiculada duas vezes (na reportagem e na sonora avulsa após o vivo). Em determinado momento, o repórter enfatiza em off que os juristas apresentaram o parecer de forma “voluntária”. As categorias mais prejudicadas foram “Pluralidade, diversidade e regionalismo”, devido à ausência de pessoas com diferentes visões sobre o assunto, e “Participação e inclusão”, já que a população não é ouvida na reportagem. O IQ da peça foi de 5,36.

Essa mesma posição também se repete no VT “Governador do Maranhão, Flávio Dino, é um dos quinze governadores que se manifestaram contra o impeachment”. Apesar do foco regional, três políticos contra o impeachment são ouvidos. A peça não apresenta o contraditório, não mostra a opinião da população e não há contextualização. Categorias como “Contextualização da informação” e “Participação e inclusão” contribuíram para que o IQ fosse baixo, de 4,29.

Outro assunto bastante repercutido foi o combate ao zika vírus no Brasil. O Jornal Nacional se propõe a explicar como o vírus está associado à microcefalia. No VT, bastante didático, não há presença de personagens e nem da origem dos dados utilizados. Poderíamos afirmar que o repórter “assume”, numa posição semelhante à ocupada por especialistas neste tipo de reportagem, a história da chegada da doença no país e a forma como a transmissão é feita. Apesar de alcançar boa pontuação na categoria “Critérios de noticiabilidade”, devido à

utilidade da matéria no dia a dia das pessoas, ao didatismo e à relevância social, a reportagem não atendeu alguns verificadores do eixo “Correção/Veracidade da informação”, como os relacionados às fontes dos dados citados e caminhos para obtenção das informações.

Outra reportagem com temática semelhante foi exibida no JN, intitulada “Exército começa a combater o mosquito *Aedes Aegypti* no Recife”. Também sem personagens, demonstrou uma necessidade que deve ser aplicada durante a análise envolvendo as matrizes. Apesar de no site do telejornal os dois VTs serem agrupados de forma separada – cada um disponibilizado em um link diferente e com cabeças dos apresentadores independentes – o ideal é que a análise seja realizada de forma conjunta. Assim, uma só matriz deveria ser empregada para verificar o Índice de Qualidade dos dois VTs (ou peças, como denominamos nesta pesquisa). A justificativa se sustenta ao fato de que a coleta do material via internet, muitas vezes, não possibilita a conexão de notícias com assuntos semelhantes, porém, abordados em diferentes VTs. Entretanto, na exibição ao vivo pelo aparelho de TV tradicional, as reportagens são visualizadas uma após a outra, potencializando o atendimento de alguns dos verificadores, como os relativos à contextualização e recursos utilizados. Essa forma de análise poderia, portanto, aumentar o IQ das peças, registradas em 6,66 e 6,12, respectivamente.

Ainda sobre a temática, o Repórter Brasil Segunda Edição começou a exibir no dia 7 de dezembro a série “Guerra ao mosquito”. A primeira reportagem, chamada de “A epidemia do vírus zika e a ligação com os casos de microcefalia no país chamam a atenção para o *Aedes Aegypti*” se apresentou didática por explicar como é a atuação do vírus no corpo humano e as formas de transmissão. Foram utilizados infográficos e caracteres para tratar o assunto. Entretanto, não houve regionalismo e personagens. Todo o VT foi gravado dentro de um instituto de pesquisa.

A vitória da oposição venezuelana no parlamento também foi destaque nos dois telejornais. O Jornal Nacional não citou dados básicos, como quantidade de votos alcançados – só disse que foi uma “vitória esmagadora”. Também não falou quantos deputados foram eleitos. O IQ da reportagem foi de 5,29. O Repórter Brasil também teve um VT elaborado por correspondente internacional. Entretanto, cita que a oposição havia conseguido até o momento 99 dos 167 assentos. Logo depois ainda é apresentado um comentário de Emir Sader, cientista político, que falou sobre os rumos políticos da esquerda na América Latina. Apesar de o VT ter sido feito por um jornalista que estava no país, a população da Venezuela não foi ouvida. O IQ registrado foi de 7,3, com as melhores marcas nos eixos “Ética e Imparcialidade” e “Veracidade da informação/Apuração”.

Outras peças que evidenciaram falhas ou acertos são:

Repórter Brasil

Peça	Comentários
Atriz Sharon Menezes é a mais nova vítima de ataques racistas nas redes sociais (IQ = 5,29)	Não obteve nenhuma pontuação positiva no eixo “Contextualização da informação”. Não há aprofundamento sobre o problema do racismo no Brasil. Nota coberta se limita a dizer que a atriz foi vítima de ataques racistas.
Estudantes de São Paulo mantêm a ocupação de 189 escolas (IQ = 7,93)	Há boa pontuação no quesito “Participação e Inclusão”. Um dos destaques foi a entrevista com a cantora Maria Gadú que diz que o ato dos estudantes é uma forma de incentivar as pessoas a serem mais militantes.
Na França, a extrema-direita vence o primeiro turno das eleições regionais (IQ = 5,86)	Três verificadores foram pontuados de forma negativa na categoria “Pluralidade, diversidade e regionalismo”. Somente um membro da população foi ouvido e, mesmo assim, a favor da frente nacional. Não houve contraditório.
O Rio Preto é o novo campeão brasileiro de futebol feminino (IQ = 5,38)	Não obteve boa pontuação em “Contextualização da informação”. Não é abordado o histórico do time no campeonato e também porque o time campeão tinha vantagem no empate em 1x1, já que esse resultado o levou à vitória. Torcedores não são ouvidos.

Fonte: do autor, 2016

Jornal Nacional

Peça	Comentários
Máquina quebrada deixa pacientes sem radioterapia em hospital do Rio (IQ = 8,06)	Apresenta boa pontuação em “Isenção/Ética” por ouvir todos os lados envolvidos e citar as fontes de todos os dados exibidos na reportagem.
Poluição na capital da China atinge o nível máximo (IQ = 4,06)	Nota coberta sem divulgação das fontes dos dados. Na categoria “Recursos utilizados/Edição”, foi sinalizado com quatro sinais negativos pela ausência do didatismo em explicar porque a cidade estava tão poluída.
Obama classifica ataque em San Bernardino como ato terrorista (IQ = 8,28)	Boa pontuação em “Critérios de noticiabilidade” e “Isenção/Ética”. Todos os envolvidos são ouvidos, as fontes dos dados citados e a notícia têm importância histórica

	pela repercussão internacional e pelo nível da tragédia.
Mato Grosso do Sul tem 14 cidades em emergência por causa da chuva (IQ = 4,24)	Nota coberta com ausência de didatismo para explicar onde são as áreas afetadas (uma alternativa seria através de arte, por exemplo) e sem o uso de correspondentes (considerando a estrutura da Globo). “Recursos utilizados/Edição” foi o eixo mais prejudicado.

Fonte: do autor, 2016

Deve-se destacar o início da cobertura do Festival Emergências pela TV Brasil. O evento, de cunho cultural, tem o apoio da TV Brasil. Foram exibidas matérias sobre o assunto durante os seis dias da semana analisada. Entretanto, muitas vezes, percebe-se a influência política na cobertura. Na primeira reportagem, do dia 7 de dezembro, dos 119 segundos do VT, 55 segundos foram gastos para falar de política, o que representa 46% do tempo total. Sendo que, em uma das entrevistas, a do ministro Juca Ferreira, do Ministério da Cultura, ele chegou a dizer que era contra o golpe, numa alusão ao pedido de impeachment. Assim, vários verificadores relacionados a contrapontos e imparcialidade foram comprometidos. O VT registrou IQ de 5,48.

8.2.2 Análise das edições de 8 de dezembro de 2015

Em 8 de dezembro de 2015, uma terça-feira, foram veiculadas 13 peças audiovisuais pelo Jornal Nacional e 14 pelo Repórter Brasil. Foi a única edição em que o noticiário da TV Brasil conseguiu ter o IQ médio (da edição) maior do que o do JN, alcançando 6,58 contra 6,33. Os principais temas abordados foram a repercussão da carta enviada pelo vice-presidente Michel Temer à Dilma Rousseff, a eleição da chapa alternativa na Câmara dos Deputados em Brasília e a declaração do pré-candidato republicano à presidência dos Estados Unidos, Donald Trump, sobre a barragem da entrada de muçumanos no país. A consolidação da avaliação se encontra a seguir:

Jornal Nacional: edição de 8 de dezembro de 2015

Reportagem	Isenção/Ética		Correção/Veracidade		Agilidade		Perfil da reportagem		Recursos Edição		Critérios de noticiabilidade		Técnica		Índice de Qualidade (IQ)
	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	
Doze mil pessoas participam de show, em Belo Horizonte, em homenagem às vítimas de Mariana*.	2	2	2	3	1	2	1	2	3	3	3	1	4	2	5,16
Pré-candidato à presidência propõe barrar muçulmanos nos EUA.	1	4	4	2	1	2	1	3	3	1	3	2	5	1	5,45
Número de casos de microcefalia aumenta de novo no Brasil.	4	0	5	1	2	1	3	2	3	1	4	0	5	1	8,12
Conselho de Ética volta a adiar processo que pode cassar Cunha.	5	0	3	2	3	1	2	3	1	3	4	0	4	2	6,66
Carta de Michel Temer tem impacto em Brasília**.	5	0	4	1	4	0	2	3	3	0	5	0	5	1	8,48
Chapa alternativa da oposição é eleita para comissão do impeachment.	5	0	3	3	4	0	2	3	3	0	4	0	5	1	7,87
U2 divide palco com banda que tocava no Bataclan na sexta-feira, 13.	0	2	2	1	1	2	2	3	2	2	3	1	4	2	5,18
Empresários discutem com Receita proposta de mudança no Pis e Cofins.	5	0	4	2	1	2	1	4	2	1	3	1	5	1	6,76
Abertura da última etapa do Mundial de Surfe é cancelada por falta de ondas*.	2	2	2	3	1	1	2	2	1	3	3	2	4	2	5,0
Manifestantes fazem protesto no Rio contra processo de impeachment*.	2	3	3	1	1	4	1	4	0	4	3	1	4	2	4,24
Cientistas e voluntários se reúnem para recuperar o Rio Doce.	2	3	5	1	1	3	4	1	0	3	4	0	4	2	6,06
Dupla brasileira busca medalha no tênis nos Jogos Olímpicos de 2016.	4	0	2	3	2	0	2	2	3	0	4	0	5	1	7,85
Papa Francisco abre ano santo que prevê perdão aos católicos.	3	1	2	4	2	1	1	2	1	3	4	1	4	2	5,48

* Nota coberta ** Peça composta de nota coberta, vivo, reportagem e vivo	ÍNDICE DE QUALIDADE DA EDIÇÃO	6,33
---	--------------------------------------	-------------

Fonte: do autor, 2016

Repórter Brasil 2ª Edição: 8 de dezembro de 2015

Reportagem	Veracidade/Apuração		Contextualização		Pluralidade/Diversidade/Pluralismo		Educação/Serviço/Autonomia		Participação/Inclusão		Ética/Imparcialidade		Técnica		Índice de Qualidade (IQ)
	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	
Câmara escolhe 39 dos 65 deputados da comissão especial de impeachment**.	4	0	2	2	2	1	2	0	0	3	4	0	5	2	7,04
Presidenta Dilma se reúne com governadores no Palácio do Planalto.	4	0	0	3	2	0	2	0	0	3	4	0	6	1	7,2
Dez mil pessoas participam de uma manifestação no centro do Rio de Janeiro**.	2	2	1	3	1	2	2	1	2	2	1	3	5	2	4,83
Conselho de Ética da Câmara adia a votação do parecer contra Eduardo Cunha*.	3	0	0	4	2	0	1	1	0	2	0	2	5	2	5,0
Projeto Emergências discute movimentos organizados por estudantes e indígenas.	3	0	1	3	2	2	1	3	2	1	4	0	5	2	6,0
Quinta da Boa Vista virou grande acampamento para quem acompanha o Projeto Emergências.	3	0	3	1	3	1	3	0	2	2	4	0	6	1	8,28

Governo do Acre e Mato Grosso se comprometem a zerar desmatamento ilegal até 2020.	4	0	0	4	0	3	2	0	1	2	3	1	6	1	5,93
Venezuela: oposição reafirma que conseguiu 2/3 do parlamento nas eleições de domingo.	3	1	3	1	0	4	1	1	0	2	1	3	5	2	4,81
Donald Trump propõe proibição da entrada de mulçumanos nos EUA.	3	0	2	2	4	0	1	1	1	2	4	0	5	2	7,41
Exposição mostra dureza da guerra civil na Síria.	3	0	4	0	2	1	3	1	2	2	4	0	5	2	7,78
CBF divulga lista da seleção do brasileiro*.	2	0	0	1	0	3	2	1	0	3	1	0	5	1	4,76
Escolas começam a ser desocupadas em São Paulo.	4	0	1	2	2	0	2	1	3	2	4	0	6	1	7,86
Outro olhar, família, documentário***.	2	0	3	1	4	1	3	1	3	2	2	2	5	3	6,87
Microcefalia, causada pelo vírus zika, pode ter matado 19 bebês no país neste ano.	4	0	4	0	2	2	2	0	3	1	3	1	6	1	8,28
No Espírito Santo, o Exército entrou no combate ao Aedes Aegypti.	2	2	3	0	0	1	1	0	2	2	3	1	5	2	6,67
* Nota coberta ** Vivo seguido de uma reportagem *** Quadro colaborativo “Outro Olhar”	ÍNDICE DE QUALIDADE DA EDIÇÃO														6,58

Fonte: do autor, 2016

Uma dos assuntos mais enfatizados por ambos os telejornais foi a eleição da chapa que deveria analisar e votar o processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados. O acontecimento, marcado por tumulto, votação secreta, com discussão sobre sua inconstitucionalidade e vitória da oposição política brasileira foi narrado de forma cautelosa pelos dois noticiários tomados como objetos empíricos. Ambos investiram em formatos diferentes para repassar a notícia, com a intercalação de vivos e reportagens. Os vivos tiveram a preocupação de passar as últimas informações, enquanto os VTs se voltaram para explicações detalhadas de como foi o processo de votação, utilizando-se de artes e entrevistas com os envolvidos. Tanto o Jornal Nacional quanto o Repórter Brasil foram atenciosos em citar a fonte de todos os dados mencionados.

Entre os aspectos negativos, no JN, nota-se o exagero de gírias e expressões informais da repórter Zileide Silva, como no off que diz “teve briga, teve bate boca, teve cabeçada, teve muito palavrão” e, em outro momento, ela afirma que “houve um piquete em frente às urnas”. Já no Repórter Brasil, foram registradas falhas no áudio na entrevista com um deputado aliado do governo. As duas peças analisadas tiveram bom Índice de Qualidade, com notas 7,97 (JN) e 7,04 (RB). As maiores pontuações foram registradas nas categorias relacionadas à isenção e ética.

Outro assunto político pautado pelos telejornais foi o adiamento da votação do Conselho de Ética sobre o parecer contra o presidente da Câmara, Eduardo Cunha. O Repórter Brasil obteve IQ 5,0. A baixa nota se justifica pela deficiência em três eixos analisados: Contextualização da informação, Participação e Inclusão e Ética e Imparcialidade. Apesar do VT apontar as manobras de Eduardo Cunha para adiar a votação, em nenhum momento, ele é ouvido. Também não há contextualização sobre as acusações registradas contra ele no processo. O Jornal Nacional registrou nota 6,66. A principal falha se refere à ausência de didatismo e clareza nas informações. É dito que um deputado aliado de Cunha apresentou requerimento para adiar a votação, mas não se menciona o nome e/ou partido do deputado.

A editoria de política ainda contou com reportagens elaboradas por correspondentes internacionais. A polêmica envolvendo um depoimento do pré-candidato republicano, Donald Trump, à presidência dos Estados Unidos, dizendo que se eleito irá proibir a entrada de muçumanos no país, foi abordada de forma diferente pelos noticiários. O Repórter Brasil se diferenciou por mostrar a visão da comunidade muçumana nos EUA. Já o JN mostrou como foi a reação negativa de políticos em relação à fala de Trump, mas em nenhum momento procura dar a visão do pré-candidato sobre o episódio. Também não há contextualização do assunto, o que fez com que perdesse pontos no eixo “Perfil da reportagem/Contextualização”

e “Isenção e Ética” e obtivesse IQ de 5,45. O Repórter Brasil registrou IQ 7,41, com maior destaque positivo na categoria “Pluralidade, Diversidade e Regionalismo”.

A manifestação no Rio de Janeiro contra o impeachment também teve abordagem diferente nos noticiários. Enquanto o Repórter Brasil utilizou um vivo seguido de uma reportagem, o Jornal Nacional exibiu uma nota coberta. O primeiro registrou avaliação negativa nos eixos “Contextualização da informação” e “Ética e Imparcialidade”. A cobertura do ato “vamos sambar na cara do golpe” foi descrita como se tivessem 10 mil pessoas participantes, mas não cita a origem da informação. O telejornal ainda aproveitou para repercutir nas ruas, no mesmo VT das manifestações, a manobra de Cunha para eleição da chapa alternativa. Das três sonoras, duas criticaram Cunha. Não houve contraponto de ideias nem em relação a Cunha, nem quanto ao apoio exibido a favor de Dilma. O Jornal Nacional teve desempenho ruim em “Recursos utilizados/Ética” e “Perfil da reportagem/Contextualização”. O telejornal da TV Globo não diz por que os manifestantes querem tirar Cunha e não ouvem o deputado. Foram registrados IQs de 4,24 (JN) e 4,83 (RB).

Percebe-se que tanto o Jornal Nacional como o Repórter Brasil obtêm Índices de Qualidade baixos quando utilizam somente a nota coberta para passar determinada informação. Essa constatação se justifica pela dificuldade de gerar contrapontos e contextualizar o acontecimento – já que demandaria maior tempo e atuação de uma equipe de reportagem em campo. Alguns verificadores também ficam impossibilitados de serem respondidos diante do emprego deste formato, como os relativos às entrevistas com a população e ao uso de correspondentes. Também foi possível visualizar que geralmente as notas cobertas se apresentam carentes de recursos alternativos para melhor compreensão do assunto, como mapas, ilustrações e caracteres.

Um tema que obteve boa cobertura pelos dois telejornais foi sobre o zika vírus. O Jornal Nacional apresentou uma reportagem destinada a contar que crescia o número de casos de microcefalia no Brasil e sua relação com o zika. A peça se preocupou em citar a origem dos dados e tornar o assunto fácil de ser compreendido. Eixos como “Critérios de noticiabilidade” e “Isenção/Ética” registram apenas avaliações positivas. O IQ foi de 8,12. Já o Repórter Brasil exibiu a segunda reportagem da série “Guerra ao mosquito”. O objetivo foi o de conhecer melhor a microcefalia. O regionalismo foi explorado através de abordagens em capital nacional (Brasília) e capital estadual (Natal). Personagens, como uma mãe de filha com microcefalia, foram ouvidos. Também foram usados caracteres e artes para compreender as características da doença no corpo humano. O Índice de Qualidade foi de 8,28. As

categorias com maior pontuação foram “Veracidade da informação/Apuração”, “Educação, Serviço e Autonomia” e “Técnica”.

Outras peças que tiveram destaques, positivos ou negativos, estão elencadas abaixo:

Repórter Brasil

Peça	Comentários
Exposição mostra dureza da guerra civil na Síria (IQ = 7,78)	Aproveita a exposição fotográfica para contextualizar a guerra na Síria. Entretanto, diz apenas que a exposição acontece em São Paulo – não cita como o cidadão pode ter acesso ao serviço. Não ouve o fotógrafo e nem os visitantes. Boa avaliação na categoria “Contextualização da informação” e mediana em “Participação e Inclusão”
CBF divulga lista da seleção do brasileiro (IQ = 4,76)	Nota coberta. Por isso, não há registro do contraditório ou da contextualização do campeonato. Categorias como “Pluralidade, Diversidade e Regionalismo” e “Participação e Inclusão” não obtiveram nenhuma sinalização positiva.
Escolas começam a ser desocupadas em São Paulo (IQ = 7,86)	São citadas as origens das informações e há contrapontos de ideias, já que são mostradas as visões dos alunos e do governo estadual. Bom resultado nas categorias “Veracidade da informação/Apuração” e “Ética e Imparcialidade”.
Venezuela: oposição reafirma que conseguiu 2/3 do parlamento nas eleições de domingo (IQ = 4,81)	Repórter diz que a oposição vai questionar dirigentes do Banco Central venezuelano, do Instituto Nacional de Estatísticas, da Empresa de Petróleo e do Ministério das Finanças. Entretanto, não mostra o lado destes órgãos. Não há sonoras da população e apenas uma, narrada em off, da coalização vencedora. A categoria “Pluralidade, Diversidade e Regionalismo” obteve quatro sinais negativos.

Fonte: do autor, 2016

Jornal Nacional

Peça	Comentários
Cientistas e voluntários se reúnem para recuperar o Rio Doce (IQ = 6,06)	A reportagem apresenta bom desempenho em “Critérios de noticiabilidade” e “Perfil da reportagem/Contextualização”. Aborda o tema em diferentes cidades, como na coleta de água no Espírito Santo e nas pesquisas na UnB e

	USP. Entretanto, não há contraponto com as sonoras dos cientistas, que são colocados numa posição “incontestável”. Samarco não é ouvida, apesar de ser a responsável pela poluição do Rio Doce.
Carta de Michel Temer tem impacto em Brasília (IQ = 8,48)	A peça constitui de uma nota coberta, seguida de vivo-reportagem-vivo. A nota coberta se dedica a contar os principais trechos da carta que Temer enviou à Dilma. Boas avaliações em “Recursos utilizados/Edição” e “Agilidade”.
Para Francisco abre ano santo que prevê perdão aos católicos (IQ = 5,48)	As fontes dos dados não foram informadas e não há uso de exemplificações para tornar o assunto mais didático. Não há sonoras no VT. Desempenho fraco nos eixos “Correção/Veracidade da informação” e “Recursos utilizados/Edição”.
U2 divide palco com banda que tocava no Bataclan na sexta-feira, 13 (IQ = 5,18)	Além de não contextualizar os ataques terroristas na França, a reportagem feita por correspondente internacional não ouve ninguém – portanto, o VT é exibido sem sonoras. O eixo “Perfil da reportagem/contextualização” obteve nota baixa.

Fonte: do autor, 2016

Na análise da edição do dia 8 de dezembro, além da questão da nota coberta evidenciada anteriormente, também foi possível observar a deficiência de sonoras em VTs produzidos em outros países. Tanto o Repórter Brasil quanto o Jornal Nacional apresentaram reportagens em que caberia ouvir a população, entretanto, toda a informação foi construída apenas em off – o que não contribui para a pluralidade e pode ser mais cansativo para o telespectador.

Deve-se destacar também que os vivos são utilizados, na grande maioria dos casos, apenas em VTs que tratam da editoria de política. O Jornal Nacional, nesta edição, recorreu a dois vivos de Brasília – e com repórteres diferentes – para tratar de política. Geralmente, este formato ainda é acompanhado de outros, como notas cobertas ou reportagens.

Nesta data, considera-se ainda a exibição pelo Repórter Brasil do quadro colaborativo “Outro Olhar”. Intitulado “Outro Olhar, família e documentário”, o VT buscou mostrar famílias homo afetivas, já que se tratava do dia da família. Entretanto, a peça trata-se de um trecho do documentário “Os nossos filhos”. Houve problemas técnicos de adaptação para a veiculação na TV: os caracteres foram cortados, impossibilitando o telespectador de ler o nome e a profissão dos entrevistados. Assim, questionamos se o quadro vem sendo utilizado para promover a inclusão através da veiculação de materiais enviados pela população ou se os

vídeos são procurados e selecionados pelos jornalistas da emissora – sem qualquer tipo de incentivo para que as pessoas participem de fato.

8.2.3 Análise das edições de 9 de dezembro de 2015

A análise das edições veiculadas em 9 de dezembro de 2015 reuniu 26 peças, sendo 12 do Jornal Nacional e 14 do Repórter Brasil Segunda Edição. Os temas mais recorrentes foram o aumento da inflação, o combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, responsável por doenças como dengue e a transmissão do zika vírus, e o novo adiamento do processo contra Eduardo Cunha na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados. O Jornal Nacional obteve um Índice de Qualidade geral – média de todas as peças exibidas/avaliadas – de 6,67 e o Repórter Brasil registrou 5,56. A análise consolidada por peça se encontra nas tabelas a seguir:

Jornal Nacional: edição de 9 de dezembro de 2015

Reportagem	Isenção/Ética		Correção/Veracidade		Agilidade		Perfil da reportagem		Recursos /Edição		Critérios de noticiabilidade		Técnica		Índice de Qualidade (IQ)
	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	
Manobras adiam processo contra Cunha pela sexta vez.	4	1	4	1	4	0	1	2	1	3	4	0	4	2	7,09
Cidade pernambucana passa a utilizar drone para encontrar focos do mosquito Aedes Aegypti*.	3	2	2	2	1	2	2	3	0	4	3	1	4	2	4,66
Justiça determina afastamento do diretor-presidente da Hemobrás e outras duas pessoas.	3	1	3	1	1	3	1	2	0	3	3	1	4	2	5,35
MPF faz seminário no Dia Internacional de Combate à Corrupção.	4	0	5	1	2	1	1	4	3	1	4	0	5	1	8,0
Governo e oposição aprovam a decisão do ministro Edson Fachin.	5	0	2	2	3	0	1	4	1	3	4	0	4	2	6,45
Temer fala em público depois do acolhimento do pedido de impeachment**.	6	0	2	4	4	0	2	2	3	2	4	0	4	2	7,29
Ministro Fachin suspende andamento do processo de impeachment .	2	3	4	1	2	2	1	3	3	1	3	1	3	3	5,62
Inflação oficial nos últimos 12 meses chega a quase 10,5%.	3	2	5	0	1	3	3	2	2	1	4	0	5	1	7,18
Sobe para 19 o número de cidades em emergência no Mato Grosso do Sul.	4	0	5	1	2	1	3	1	2	2	4	0	5	1	8,06
Pesquisadores esclarecem informações falsas sobre o zika vírus.	4	1	5	1	1	3	3	2	1	1	4	0	5	1	7,18
Votação na internet vai escolher casos mais simbólicos de corrupção.	3	2	4	1	1	1	2	3	3	1	2	1	5	1	6,66
Três brasileiros chegam à última etapa do Mundial de Surfe com chances de título.	3	1	2	1	1	1	2	1	2	2	3	1	4	2	6,53

* Nota coberta. **Peça composta de vivo, reportagem com Temer, reportagem no planalto, reportagem com Dilma e um vivo final.	ÍNDICE DE QUALIDADE DA EDIÇÃO	6,67
---	--------------------------------------	-------------

Fonte: do autor, 2016

Repórter Brasil 2ª Edição: 9 de dezembro de 2015

Reportagem	Veracidade/Apuração		Contextualização		Pluralidade/Diversidade/Pluralismo		Educação/Serviço/Autonomia		Participação/Inclusão		Ética/Imparcialidade		Técnica		Índice de Qualidade (IQ)
	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	
Ministério da Saúde quer distribuir repelentes para mulheres grávidas.	4	0	3	1	1	1	4	0	2	2	3	0	5	2	7,86
Presidenta Dilma e Temer se encontram pela primeira vez, desde a carta que ele enviou a ela.	4	0	0	4	2	1	1	1	0	2	4	0	5	2	6,15
Presidenta Dilma reafirma que não cometeu nenhum crime que justifique a abertura do processo de impeachment.	2	0	0	4	1	2	1	1	0	2	2	2	5	2	4,58
PF faz operação contra fraudes e desvio de dinheiro público na Hemobrás*.	2	0	0	3	1	1	1	1	0	1	0	2	5	2	4,74

O Dia Internacional de Combate à Corrupção foi lembrado em várias cidades do país.	2	2	2	2	1	2	2	2	1	3	2	0	5	2	5,36
Inflação subiu de outubro para novembro e chegou a 1,01%***.	3	0	4	0	0	3	3	0	0	2	2	1	3	4	6,0
Empresa Brasil de Comunicação inaugura transmissão digital dos canais públicos e estatais.	4	0	3	1	1	3	4	0	2	2	2	2	6	1	7,27
Grupo Talibã sofre ataque no aeroporto da cidade de Kandahar*.	4	0	0	4	3	1	1	1	1	2	2	1	5	2	5,93
França identifica terceiro homem-bomba responsável pelo massacre na casa de shows Bataclan, em Paris*.	0	4	0	3	0	2	1	1	0	4	1	0	4	3	2,61
Veja como foi a reunião da presidenta Dilma Rousseff com Michel Temer**.	4	0	0	3	2	1	1	1	0	2	4	0	3	4	5,6
Presidente da Câmara se defendeu das acusações de	3	0	0	4	1	1	1	1	0	2	3	0	3	4	4,78

manobras no Conselho de Ética****.															
Presidente da Câmara manobra pela sexta vez seguida.	4	0	0	4	0	3	1	1	0	2	1	3	5	2	4,23
Veja como foi o terceiro dia do Festival Emergências.	3	1	4	0	4	1	2	2	1	3	4	0	5	2	7,19
Presidenta da Argentina Cristina Kirchner se despede do cargo agora à noite.	3	1	0	3	2	1	1	1	0	2	4	0	4	3	5,6
* Nota coberta. ** Peças compostas por duas reportagens.												ÍNDICE DE QUALIDADE DA EDIÇÃO	5,56		

Fonte: do autor, 2016.

O aprofundamento do Jornal Nacional na repercussão sobre o posicionamento do vice-presidente Michel Temer acerca do impeachment e a conversa que teve com a presidente Dilma Rousseff é visível. A peça, composta por três vivos e três VTs, dedicados a mostrar a visão de Temer, Dilma e os acontecimentos do Planalto, teve 10m31s de duração – quase 25% do tempo total da edição. O agrupamento e a utilização de diferentes formatos foram úteis para contextualizar as informações. Nota-se que em matérias desse tipo, principalmente aquelas pertencentes às editorias de política, há um cuidado grande em citar a origem de todas as informações (o que não acontece com frequência em editorias mais leves, como esporte e cultura). Assim, categorias como “Isenção/Ética” e “Agilidade” são bem pontuadas. Neste caso, elas obtiveram notas altas, com nenhuma marcação do sinal negativo.

Porém, deve-se salientar uma atitude do repórter Júlio Mosquéra durante o terceiro vivo. A atuação, marcada por especulação, trata de “adivinhar”, com base em conversas com assessores de Temer e Dilma, como estava sendo a reunião que acontecia naquele momento entre esses dois políticos.

[...] Mas antes do encontro nós conversamos com assessores dos dois lados, da presidente Dilma Rousseff e do vice-presidente Michel Temer. E procuramos antecipar o que seria discutido. Michel Temer vai reafirmar a presidente Dilma Rousseff às insatisfações ditas na carta. Vai dizer que fez todos os esforços nos últimos cinco anos para aproximar o PMDB do governo e que, inclusive, sacrificou alianças regionais, alianças estaduais nas últimas eleições para manter o apoio à presidente Dilma Rousseff. Vai dizer que não recebeu por parte dela o mesmo tratamento, a mesma consideração. A presidente Dilma Rousseff vai buscar demonstrar ao vice-presidente Michel Temer que o governo sempre esteve com ele, sempre contou com o apoio dele, inclusive nos momentos difíceis, quando precisou aprovar o ajuste fiscal. Vai conversar e tentar convencê-lo de se manter essa aliança que na avaliação da presidente Dilma Rousseff é uma aliança importante, de primeira hora, do PT com o PMDB. Uma conversa em que ela vai buscar o entendimento. Michel Temer vai garantir que em momento algum vai sair a público para fazer qualquer coisa, para se pronunciar, para se manifestar contra a presidente Dilma Rousseff que vai ficar em silêncio. Mas deve dizer que, dificilmente, ele vai sair a público para defender a presidente Dilma Rousseff contra o processo de impeachment (Transcrição do vivo do repórter Júlio Mosquéra no Jornal Nacional – 9 de dezembro de 2015).

Essa atitude demonstra a divulgação de informações com base em especulações. Apesar de obter uma média final do Índice de Qualidade razoável, de 7,29, obteve quatro avaliações negativas e apenas duas positivas na categoria “Correção/Veracidade da informação”.

O Repórter Brasil, por começar a exibição em horário mais tardio que o Jornal Nacional, trouxe informações mais concretas sobre o assunto, inclusive, com uma entrevista

de 10 segundos com Michel Temer. Devido à factualidade dos acontecimentos, utilizou um vivo como formato principal. A peça teve avaliação menor que a do JN, com IQ de 5,6, por não contextualizar o assunto. Na categoria “Contextualização da informação”, não obteve nenhum sinal positivo.

O tema corrupção esteve presente nos telejornais de formas diferentes. O Jornal Nacional exibiu a reportagem “MPF faz seminário no Dia Internacional de Combate à Corrupção”. O foco foi a homenagem a pessoas que tiveram grande contribuição para recolher as assinaturas em projetos que buscam combater este tipo de crime. No entanto, nota-se um direcionamento, até tendencioso, na escolha das fontes. Apesar de mostrar, pelas imagens, vários anônimos recebendo o prêmio, a única entrevistada foi a atriz Maria Fernanda Cândido – que frequentemente é vista em novelas gravadas pela Rede Globo. Também não houve contextualização sobre o problema da corrupção no Brasil. O Repórter Brasil também falou sobre o recolhimento de assinaturas, porém, deu a notícia através de nota coberta. Assim, obteve IQ de 5,36. O JN registrou 8,0 com melhor desempenho nas categorias “Correção/Veracidade da informação” e “Critérios de noticiabilidade”.

Já o sexto adiamento da votação do processo contra Eduardo Cunha pela Comissão de Ética foi narrado pelo Jornal Nacional através de um vivo seguido de reportagem. Com IQ de 7,09, não recorreu aos arquivos para contextualizar o assunto e mostrar a sequência de votações adiadas. Assim, o eixo “Perfil da reportagem/Contextualização” obteve balanço negativo durante a avaliação dos indicadores. O Repórter Brasil obteve IQ de 4,23 ao cobrir o assunto. A reportagem teve um posicionamento contra Cunha de forma clara. Em off, o repórter diz que: “O presidente do Conselho de Ética escolheu um novo nome, o deputado Zé Geraldo do PT, que estava na lista para ser relator. Aí houve uma **enxurrada de reclamações** dos aliados de Eduardo Cunha” (grifo nosso).

O termo “enxurrada de reclamações” pode ser interpretado como uma forma agressiva de dizer que os aliados de Cunha não aprovaram a escolha do novo relator. No final, dois deputados foram ouvidos dizendo que a ação se trata de um golpe de Cunha. Em nota pé, os apresentadores noticiaram que os partidos Rede e PSOL pediram à Procuradoria Geral da República o afastamento cautelar de Cunha. Em um vivo, analisado de forma separada, o repórter se dedica, em 32 segundos, a dar a versão de dois políticos envolvidos na última reportagem: Cunha e Fausto Pinato, relator afastado após carta enviada pelo presidente da Câmara à Comissão de Ética.

Em relação ao serviço público, o verificador esteve presente nas reportagens sobre o combate ao mosquito *Aedes Aegypti*. O Repórter Brasil exibiu a terceira reportagem da série

“Guerra ao mosquito”. A utilidade do VT é evidenciada quando chama a atenção para a prevenção e diz como ela deve ser realizada. Entretanto, não há regionalismo, já que, aparentemente, a peça foi toda produzida no Rio de Janeiro. As categorias “Veracidade da informação/Apuração” e “Educação, Serviço e Autonomia” tiveram todos os verificadores sinalizados com positivo. O IQ foi de 7,86. O Jornal Nacional exibiu a matéria “Pesquisadores esclarecem informações falsas sobre o zika vírus” que teve o intuito de desmentir um boato que havia sido divulgado na internet. Apesar de não procurar a autora do áudio, foi útil para esclarecer questões importantes sobre o vírus, como sua atuação em crianças. O IQ registrado foi de 7,18.

Outras peças veiculadas e que apresentaram algum tipo de destaque, positivo ou negativo, foram:

Repórter Brasil

Peça	Comentários
<p>PF faz operação contra fraudes e desvio de dinheiro público na Hemobrás (IQ = 4,74)</p>	<p>O telejornal cita o nome dos dois investigados, mas não os procura para saber o que têm a dizer. Como se tratava de uma investigação, ainda não havia comprovação do crime. Assim, não pontuou de forma positiva no eixo “Contextualização da informação”.</p>
<p>Inflação subiu de outubro para novembro e chega a 1,01% (IQ = 6,0)</p>	<p>A peça se trata de um comentário de Luís Nassif. Não há opinião explícita. O comentarista foca em explicar o porquê do aumento da inflação e do possível rebaixamento da nota do Brasil pela agência de crédito Moody’s. Entretanto, por se tratar de comentário, não há contraponto de ideias. Não registrou boa pontuação em “Pluralidade, Diversidade e Regionalismo”.</p>
<p>Empresa Brasil de Comunicação inaugura transmissão digital dos canais públicos e estatais (IQ = 7,27)</p>	<p>Apesar da vocação institucional, o VT é didático pois explica o que é multiprogramação – importante para compreender as possibilidades da tecnologia digital que vem sendo implantada no país. Porém, não ouve o povo e permanece muito em cima do evento de inauguração do sinal digital das emissoras públicas e estatais. Bem avaliado em “Educação, Serviço e Autonomia”.</p>
<p>Veja como foi o terceiro dia do Festival Emergências (IQ = 7,19)</p>	<p>A peça consiste em dois VTs. O primeiro traz um assunto pouco divulgado na mídia tradicional: os apátridas, pessoas sem nacionalidade. Há bons personagens. O ponto</p>

	negativo é que afirma que no Brasil há 8.500 refugiados, e no mundo, 20 milhões, sem citar a fonte. Obteve boa avaliação em “Contextualização da informação” e “Ética e Imparcialidade”.
--	--

Fonte: do autor, 2016.

Jornal Nacional

Peça	Comentários
Inflação oficial dos últimos 12 meses chega a quase 10,5% (IQ = 7,18)	A reportagem ouve um economista que critica a condução da política inflacionária no Brasil, entretanto, não ouve ninguém do Governo. Foi bem avaliado no eixo “Critérios de noticiabilidade”.
Sobe para 19 o número de cidades em emergência no Mato Grosso do Sul (IQ = 8,06)	Apesar de ser um acontecimento que decorria há dias, não há uso de arquivos. A repórter cita a origem de todos os dados. Obteve todos os sinais positivos em “Isenção/Ética” e “Critérios de noticiabilidade”.
Três brasileiros chegam à última etapa do Mundial de Surfe com chances de título (IQ = 6,53)	Dos três brasileiros que teriam chances de títulos, apenas Medina é ouvido na reportagem. Também não explica como funciona o campeonato. Obteve avaliação mediana em “Recursos utilizados/Edição” e “Agilidade”.
Votação na internet vai escolher casos mais simbólicos de corrupção (IQ = 6,66)	A reportagem feita por correspondente de Londres não tem entrevistas e nem imagens gravadas, somente artes e uma passagem. Na categoria “Agilidade”, registrou empate de sinalizações positivas e negativas.

Fonte: do autor, 2016.

A análise da edição demonstrou dois aspectos que devem ser discutidos. O primeiro é se a matriz também pode ser utilizada para analisar comentários, como foi feito com a peça “Inflação subiu de outubro para novembro e chega a 1,01%”, veiculada pelo Repórter Brasil e com comentário de Luís Nassif. O problema se refere a não validade de alguns dos verificadores elencados, como os referentes às imagens e à presença da pluralidade de opiniões. No entanto, consideramos que a matriz pode ser útil neste caso. Caberia aos próprios editores e jornalistas da emissora trabalharem melhor o formato para que possam abordar contrapontos de ideias e torná-lo mais interessante aos cidadãos. Uma via, por exemplo, é ter mais de um comentarista por editoria⁸⁹, de forma que possuam visões diferenciadas sobre o

⁸⁹ O Jornal da Cultura, veiculado pela TV Cultura, é um exemplo de telejornal que conta com uma dupla de comentaristas para analisar as notícias do dia. Apesar de alguns mais frequentes, os nomes costumam se reverter – o que possibilita, conseqüentemente, maior diversidade de opiniões.

tema, como economia e política. A carência de imagens pode ser suprida com uso de arquivos ou mesmo infográficos explicativos.

Outra constatação, que também acompanha outras edições, principalmente a do Jornal Nacional, é o não uso de arquivos em matérias que poderiam ser melhor contextualizadas com este recurso. No VT “Sobe para 19 o número de cidades em emergência no Mato Grosso do Sul”, por exemplo, apesar de mostrar um acontecimento que vem se arrastando há dias, por causa da chuva intensa, não há imagens de arquivo para contextualizar o avanço do problema. O mesmo foi registrado em outras peças, como a da sequência de adiamentos da votação contra Eduardo Cunha no Conselho de Ética da Câmara.

8.2.4 Análise das edições de 10 de dezembro de 2015

As edições analisadas do dia 10 de dezembro, uma quinta-feira, contaram com 14 peças do Jornal Nacional e nove do Repórter Brasil Segunda Edição. O número menor no telejornal da emissora pública se justifica por presença maior de notas secas na edição – que são desconsideradas em nossa análise como enunciado nos procedimentos metodológicos. Os principais temas abordados pelos noticiários foram o tumulto no Conselho de Ética, que adiou mais uma vez a votação do processo contra o presidente da Câmara, Eduardo Cunha; o zika vírus e a posse do novo presidente da Argentina, Mauricio Macri. Portanto, alguns assuntos enfatizados dão continuidade às informações divulgadas em edições passadas, o que podemos considerar como sendo positivo pelo acompanhamento do problema. Temáticas novas também foram introduzidas, como consta nas tabelas.

Jornal Nacional: edição de 10 de dezembro de 2015

Reportagem	Isenção/Ética		Correção/Veracidade		Agilidade		Perfil da reportagem		Recursos /Edição		Critérios de noticiabilidade		Técnica		Índice de Qualidade (IQ)
	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	
Agressões físicas tumultuam sessão do Conselho de Ética.	5	0	2	2	3	1	1	4	3	0	4	0	4	2	7,09
Veja trajetória do processo que pode cassar o mandato de Eduardo Cunha.	4	1	2	2	1	3	2	2	4	0	4	0	5	1	7,09
Câmara está parada esperando decisão do STF sobre impeachment.	4	1	2	2	1	3	1	2	1	3	3	1	4	2	5,33
Dilma e Temer terminam encontro com declarações conciliatórias**.	4	1	4	1	3	1	1	2	4	0	4	0	5	1	8,06
Temporal arrasta carros e provoca pânico no sudoeste do Paraná.	4	0	2	3	2	1	3	1	2	1	4	0	5	1	7,24
Rio, Minas e São Paulo fecham acordo sobre uso de água do Rio Paraíba do Sul.	4	1	3	2	2	1	2	2	3	1	5	0	6	1	7,57
Infecção pelo zika vírus pode também provocar síndrome rara, diz Ministério.	4	0	4	1	2	1	1	3	2	1	4	0	5	1	7,58
Boate Kiss: Justiça aumenta penas de dois bombeiros e condena outro*.	3	2	3	1	1	3	1	2	1	3	2	3	4	2	4,83
Grupo Globo terá direitos de transmissão das Olimpíadas de 2032.	0	5	3	2	1	1	2	3	3	1	4	1	5	1	5,31
Gabriel Medina é o único brasileiro a vencer no Mundial de Surfe*.	3	1	2	2	1	2	1	2	0	4	3	1	4	2	5,0
Marta supera Pelé em gols pela Seleção Brasileira***.	4	0	2	3	2	0	1	3	0	4	3	1	4	2	5,51
Wagner Moura é indicado para o Globo de Ouro 2015 por Narcos*.	2	1	4	1	1	2	1	2	1	2	3	1	4	2	5,92
Macri toma posse e promete ser implacável corrupção.	4	0	2	4	3	0	1	2	1	1	5	0	4	2	6,89
Operação identifica suspeitos de	4	0	4	2	2	2	3	2	3	1	4	0	5	1	7,57

divulgar ofensas racistas contra Maju.																
* Nota coberta. ** Peça composta por reportagem e vivo. *** Nota coberta seguida de sonora.										ÍNDICE DE QUALIDADE DA EDIÇÃO					6,49	

Fonte: do autor, 2016.

Repórter Brasil 2ª Edição: 10 de dezembro de 2015

Reportagem	Veracidade/Apuração		Contextualização		Pluralidade/Diversidade/Pluralismo		Educação/Serviço/Autonomia		Participação/Inclusão		Ética/Imparcialidade		Técnica		Índice de Qualidade (IQ)
	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	
Pesquisa mostra perfil de gastos com saúde.	4	0	1	3	3	2	3	0	2	2	4	0	6	1	7,42
Lideranças do PSDB estão reunidas em Brasília*.	3	0	2	2	0	3	1	1	0	3	2	2	3	3	4,4
Mais um dia de confusão no Conselho de Ética da Câmara.	2	0	0	4	1	1	1	1	0	2	2	1	5	2	5,0
Controladoria Geral da União faz balanço sobre corrupção.	4	0	1	3	0	4	4	0	0	3	1	2	6	1	5,52
Sindicato dos Professores de São Paulo faz manifestação.	3	0	0	3	1	2	3	0	1	3	1	3	5	2	5,19
Quinta-feira foi o quarto dia do Emergências.	4	0	4	0	4	1	2	2	3	2	4	0	5	2	7,88

Novo presidente da Argentina, Mauricio Macri toma posse **.	3	0	4	0	1	1	3	0	0	3	3	0	5	2	7,6
Rascunho do acordo climático da COP21 é divulgado.	4	0	3	1	0	3	3	0	1	3	3	1	6	1	6,9
Grávidas, especialmente da região nordeste, estão preocupadas com o zika.	3	0	2	2	1	3	3	1	3	1	4	0	5	2	7,0
* Vivo seguido de suas sonoras. ** Reportagem seguida de comentário.	ÍNDICE DE QUALIDADE DA EDIÇÃO														6,32

Fonte: do autor, 2016.

Um dos assuntos com maior espaço dedicado nos dois telejornais foi o tumulto na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados, que mais uma vez adiou a votação do processo contra Cunha. O Jornal Nacional exibiu duas reportagens. A peça “Agressões físicas tumultuam sessão do Conselho de Ética” se dedicou a repassar, com ênfase nos acontecimentos factuais, o que aconteceu na última sessão da comissão. O VT teve preocupação em divulgar as origens dos dados. A matéria “Veja trajetória do processo que pode cassar o mandato de Eduardo Cunha” teve caráter de contextualização, para mostrar o histórico da série de adiamentos da votação. São utilizados arquivos, entretanto, os aliados de Cunha não são ouvidos. Apesar de na versão ao vivo do telejornal os produtos audiovisuais terem sido exibidos em seguida, na internet, foram postados de forma separada. Assim, caberia ao usuário detectar essa relação de temas e reconhecer que as reportagens se complementam. Analisados de forma separada, seguindo a metodologia adotada, obtiveram Índice de Qualidade iguais: 7,09.

O Repórter Brasil obteve nota mais baixa num VT com assunto correspondente. Intitulado “Mais um dia de confusão no Conselho de Ética da Câmara”, a peça registrou IQ 5,0, de forma que não pontuou positivamente nas categorias “Contextualização da informação” e “Participação e Inclusão”. Apesar de defender a pluralidade de opiniões e a inclusão do cidadão, em nenhum momento a população é ouvida. Aliás, de forma geral, em poucas peças, independentemente dos temas, há a inclusão da voz das ruas. Nota-se que esse compromisso da TV Pública só é visto com maior frequência nos quadros “Pergunta do Dia”, que antecede os intervalos comerciais. Mesmo assim, as perguntas são escolhidas e editadas pelos jornalistas da emissora, o que limita a fidelidade das ideias que vão ao ar. Assim como o JN, a reportagem do Repórter Brasil também falhou em não ouvir aliados de Cunha, já que membros da oposição foram ouvidos. Um exemplo foi quando o repórter tratou de repassar a informação de que o Deputado Chico Alencar, do PSOL, teve um processo de acusação, que havia sido enviado por Cunha à Comissão de Ética, arquivado. O jornalista afirma que Chico considerava o episódio como retaliação, devido à atuação dele contra Eduardo Cunha. Entretanto, a versão de Cunha não é repassada.

Outro tema político das edições foi a posse do novo presidente da Argentina, Mauricio Macri. Houve diferença significativa na cobertura pelos telejornais. O Jornal Nacional noticiou o fato, mas obteve avaliação negativa no eixo “Perfil da reportagem/Contextualização”. A reportagem, elaborada por correspondente internacional, foi exibida sem sonoras. O IQ foi de 6,89. O Repórter Brasil também não ouviu a população. Entretanto, apresentou uma visão mais aprofundada, com os quatro verificadores da categoria

“Contextualização da informação” sinalizados com sinal positivo. Em relação ao JN, ressaltou o papel de oposição ao governo que a ex-presidente, Cristina Kirchner, deve assumir e como será a relação do Brasil com o novo presidente. Boa parte dessa contextualização foi possível devido à veiculação de um quadro com comentarista logo após o término do VT principal. O IQ foi de 7,6.

O Repórter Brasil também exibiu o VT “Lideranças do PSDB estão reunidas em Brasília”. Com IQ de 4,4 teve três avaliações negativos nas categorias “Pluralidade, diversidade e regionalismo” e “Participação e Inclusão”. A reunião era entre políticos da direita que defendem o impeachment. Entre os entrevistados, estão o ex-candidato à presidência da república, Aécio Neves, que afirmou que Dilma Rousseff cometeu crime de responsabilidade, o que fundamentaria o impeachment. Um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) também diz que o processo, que foi interrompido na Câmara, devido ao recolhimento por outro ministro do STF da apelação da oposição, deve ser resolvido com urgência. Entretanto, não há contraponto de ideias nos dois casos. Deve-se ressaltar que, antes do VT, foi veiculada uma nota seca sobre o apoio dos reitores de Universidades Federais ao mandato de Dilma.

Uma peça com alta avaliação exibida pelo Repórter Brasil foi a “Quinta-feira foi o quarto dia do Emergências”, que dá continuidade à cobertura do evento cultural-político apoiado pela TV Brasil (e o Governo Federal) no Rio de Janeiro. Composta por duas reportagens, a peça obteve avaliações positivas, sem indicações negativas, em três eixos: “Veracidade da informação/Apuração”, “Contextualização da informação” e “Ética e Imparcialidade”. O IQ foi de 7,88. O primeiro VT comentou as mudanças climáticas. Líderes indígenas, que atendem aos verificadores relacionados às minorias, foram ouvidos para falar como o desmatamento tem contribuído para as mudanças climáticas. Também foram veiculadas três sonoras de participantes que disseram como contribuem para o meio ambiente. É interessante que eles são colocados num formato semelhante ao povo fala, mas mostrando informações úteis – e não apenas para reafirmar o que o repórter diz. São abordadas questões como coleta seletiva e maior cobrança do governo por políticas ambientais.

O segundo VT se dedicou a comentar a integração dos povos na América Latina, com foco em possíveis cenários e ações para a região. Uma senadora do Uruguai é ouvida e comenta sobre as mudanças políticas na América Latina. Um gestor cultural da Bolívia reforça a necessidade de integração entre os países.

No Jornal Nacional, o racismo foi mais uma vez ressaltado com a reportagem “Operação identifica suspeitos de divulgar ofensas racistas contra Maju”. Maju ou Maria Júlia

Coutinho é a apresentadora do tempo do JN, e também jornalista, que sofreu ataques racistas nas redes sociais assim que assumiu o quadro no telejornal.

Apesar de a matéria dar continuidade a um assunto que foi abordado semanas antes, não há contextualização de um tema que é considerado importante e que ainda é muito presente na sociedade brasileira. Não há caracterização do racismo, não diz quais as penas para quem o pratica e nem traça um histórico sobre o racismo no mundo ou aborda casos de pessoas anônimas. Vale destacar que esta falha de abordagem não só ocorreu no JN, mas também no Repórter Brasil na edição de 7 de dezembro de 2015 sobre as ofensas racistas sofridas pela atriz Sharon Menezes. Na ocasião, o tema foi tratado com uma nota coberta.

Outras peças que obtiveram destaques, negativos ou positivos, foram:

Repórter Brasil

Peça	Comentários
TV Brasil transmite amanhã a Copa de Seleções Estaduais (IQ = 6,8)	O VT aposta num campeonato com foco em pequenos e médios clubes. A peça, composta por uma arte seguida de comentário de Rodrigo Viana, obteve boa avaliação em “Contextualização da informação” e “Educação, Serviço e Autonomia” por falar da importância de recuperar as origens do futebol brasileiro e dizer quais foram os times com maior número de vitórias no torneio.
Pesquisa mostra perfil dos gastos com a saúde (IQ = 7,42)	Mostra que o governo e a população gastaram mais com a saúde entre 2010 e 2013. A peça, que reúne duas reportagens, também mostra a paralisação dos médicos residentes em São Paulo. Avaliações positivas em “Educação, Serviço e Autonomia” e “Ética e Imparcialidade”.
Sindicato dos professores de São Paulo faz manifestação (IQ = 5,19)	Somente um off acompanhado da sonora do vice-presidente do sindicato dos professores. Não há contextualização e o governo do estado de São Paulo não é procurado. Sinalizações negativas nos eixos “Contextualização da informação” e “Ética e Imparcialidade”.
Rascunho do acordo climático da COP21 é divulgado (IQ = 6,9)	A matéria é feita por correspondente na França. Entretanto, não ouve a população. Havia sido divulgado na mídia que haviam manifestações fora da reunião por acordos mais rigorosos – o que não foi mostrado. Avaliação ruim em “Pluralidade, Diversidade e Regionalismo”.

Fonte: do autor, 2016

Jornal Nacional

Peça	Comentários
Boate Kiss: Justiça aumenta penas de dois bombeiros e condena outro (IQ = 4,83)	Nota coberta. Não citaram o que os bombeiros fizeram para serem condenados, apenas diz que foi por falsidade ideológica (muito genérico). As categorias mais prejudicadas foram “Agilidade” e “Recursos utilizados/Edição”.
Marta supera Pelé em gols pela Seleção Brasileira (IQ = 5,51)	Não cita qual a fonte da informação. Não há contextualização e nem problematização, como a dificuldade do futebol feminino no Brasil. Categoria “Recursos utilizados/Edição” com apenas indicadores negativos, justificada pelo emprego do formato nota coberta.
Dilma e Temer terminam encontro com declarações conciliatórias (IQ = 8,06)	A reportagem traz a origem dos dados e se utiliza de caracteres para tornar o conteúdo mais didático. Boa avaliação nos eixos “Recursos utilizados/Edição” e “Critérios de noticiabilidade”.
Temporal arrasta carros e provoca pânico no sudoeste do Paraná (IQ = 7,24)	Apesar de a reportagem não citar a origem de algumas informações importantes, como quando cita que “metade da cidade foi atingida”, a peça se preocupou em ouvir personagens e contextualizar o local do acontecimento. Avaliações positivas em “Critérios de noticiabilidade” e “Edição”.

Fonte: do autor, 2016

Uma das constatações importantes da análise dessa edição se refere ao acompanhamento pelo Repórter Brasil da COP21, a Conferência do Clima. Será evidenciado em análises futuras que o Jornal Nacional se atentou mais ao resultado da reunião, que envolve líderes de vários países. O noticiário da TV Pública, com correspondente na França, trouxe informações em quase todas as edições analisadas sobre o andamento das negociações e os principais entraves – no caso, o financiamento do custo proveniente da redução da poluição para os países mais pobres. A principal falha foi a de não ouvir a população. Em outros veículos informativos, chegou a ser divulgado que manifestantes cobravam metas mais efetivas para o controle do aquecimento global.

8.2.5 Análise das edições de 11 de dezembro de 2015

A análise das edições veiculadas em 11 de dezembro de 2015, sexta-feira, contou com um total de 35 peças audiovisuais⁹⁰, sendo 16 do Jornal Nacional e 19 do Repórter Brasil Segunda Edição. O vírus zika e sua relação com a microcefalia, o pronunciamento de Dilma Rousseff sobre a não interferência em partidos e o pronunciamento do ministro do STF, Gilmar Mendes, sobre o julgamento do impeachment no Congresso, estão entre os assuntos abordados pelos noticiários. A lista completa, com os respectivos IQs, segue nas próximas páginas.

⁹⁰ Uma das peças postadas no site do Repórter Brasil, intitulada “Parlamento da Ucrânia vive momentos de luta livre, não estava disponível para visualização.

Jornal Nacional: edição de 11 de dezembro de 2015

Reportagem	Isenção/Ética		Correção/Veracidade		Agilidade		Perfil da reportagem		Recursos /Edição		Critérios de noticiabilidade		Técnica		Índice de Qualidade (IQ)
	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	
Tempo seco causa incêndios florestais em 17 municípios do Pará.	4	0	3	2	2	1	3	2	3	1	4	0	5	1	7,74
Teste de laboratório para zika só está disponível para casos específicos.	5	0	4	1	3	1	3	2	1	2	4	0	4	2	7,5
Número de casos de microcefalia aumenta 12 vezes no país.	5	0	5	1	2	1	3	2	2	1	4	0	5	1	8,12
Coral de Natal encanta o público de Curitiba há 25 anos.	4	0	2	1	2	1	2	2	1	2	4	0	4	2	7,03
Técnicos do tesouro já tinham avisado sobre riscos das pedaladas.	2	3	3	2	1	3	2	1	3	1	4	0	5	1	6,45
Gilmar Mendes diz que julgamento não deve ser interrompido no STF.	5	0	3	2	3	1	2	1	3	1	4	0	5	1	8,06
Dilma afirma que não tem interesse em interferir no PMDB.	5	0	2	3	2	2	2	3	3	0	4	0	4	2	6,87
Cunha pede investigação sobre suposta oferta de propina a Pinato.	4	0	4	1	3	1	2	1	3	0	4	0	5	1	8,62
Presidente da OAS é preso em novo desdobramento da Lava Jato.	4	1	4	1	3	1	2	2	4	0	4	0	5	1	8,12
Mais um corpo é encontrado na área atingida pela lama em Mariana (MG)*.	4	0	2	3	1	2	1	4	1	3	3	1	3	3	4,83
Anvisa autoriza a última fase de testes da vacina contra a dengue*.	3	2	3	2	1	1	1	4	1	2	3	1	4	2	5,33
Último evento-teste do ano para os Jogos Olímpicos começa no Rio.	3	1	2	2	1	2	3	2	1	2	4	0	5	1	6,55
Comitê Organizador dos Jogos apresenta tocha paraolímpica*.	3	2	2	3	1	2	1	2	0	4	4	0	4	2	5,0
Felipe Toledo e Adriano Souza vencem e continuam na briga pelo	3	1	2	3	1	1	1	2	0	4	3	1	4	2	5,0

título mundial de surfe.															
José Aldo enfrenta mais um desafio na UFV neste sábado.	3	2	2	2	1	1	2	3	1	3	4	0	4	2	5,66
Brasil vence França no mundial de Handebol com gol incrível no último segundo*.	2	1	2	1	1	1	1	2	1	4	3	1	4	2	5,38
* Nota coberta.	ÍNDICE DE QUALIDADE DA EDIÇÃO														6,64

Fonte: do autor, 2016.

Repórter Brasil 2ª Edição: 11 de dezembro de 2015

Reportagem	Veracidade/Apuração		Contextualização		Pluralidade/Diversidade/Pluralismo		Educação/Serviço/Autonomia		Participação/Inclusão		Ética/Imparcialidade		Técnica		Índice de Qualidade (IQ)
	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	
Equipes de resgate procuram pessoa que desapareceu durante as tempestades que atingiram o Paraná*.	1	2	0	4	0	3	1	0	1	3	1	1	5	2	3,75
Comitê Paralímpico Brasileiro homenageia os melhores atletas de 2015.	4	0	1	3	3	0	2	1	2	2	2	1	5	2	6,79
Veja os preços dos ingressos para os jogos paralímpicos*.	3	0	0	4	0	3	4	0	0	4	0	2	6	1	4,81
Os melhores atletas de saltos ornamentais estão em Brasília.	4	0	3	1	1	1	2	0	0	2	3	0	5	2	7,5
Anvisa autoriza terceira fase de testes da vacina contra dengue.	4	0	2	2	0	3	2	0	0	4	3	0	5	2	5,93
Ministério da Saúde envia mais de 18	4	0	4	0	0	3	3	0	1	4	2	0	6	1	7,14

toneladas de larvicidas para as regiões nordeste e sudeste.															
As mães de bebês prematuros poderão ter a licença-maternidade ampliada para mais de um ano.	3	1	4	0	0	3	4	0	2	1	2	1	6	1	7,5
PGR e AGU pediram que STF anule a sessão que deu início ao processo de impeachment da presidenta**.	3	0	0	4	0	2	2	0	0	3	0	1	3	4	3,64
Vice-presidente Michel Temer defende participação maior do congresso nas decisões do país.	3	0	2	2	0	3	1	1	0	2	2	2	5	2	5,2
Presidenta Dilma diz que não vai interferir em partidos, mas vai lutar contra impeachment***.	3	0	0	3	0	2	1	1	0	2	2	2	5	2	4,78
Polícia Federal prende executivos de empreiteiras*	3	0	1	2	1	2	2	0	0	3	0	3	6	1	5,42
No Festival Emergências, o dia foi de defesa da democracia.	3	0	3	1	2	3	2	1	3	2	2	2	5	2	6,45
Estudantes de Goiânia ocuparam três escolas estaduais.	3	0	1	3	2	2	2	1	2	3	2	2	5	2	5,67
52% dos novos empreendedores no país são mulheres segundo o SEBRAE.	3	1	1	3	2	2	2	1	2	2	3	0	5	2	6,21

Conferência do Clima – a COP21 – vai terminar neste sábado.	4	0	2	1	1	1	1	1	2	2	4	0	4	3	6,92
Fogo volta à Chapada Diamantina, na Bahia*.	0	3	0	3	0	1	1	1	0	4	1	1	5	2	3,18
Evento-teste de tênis, preparatório para a Olimpíada do Rio de Janeiro vai até amanhã.	2	2	2	2	1	2	2	0	0	2	4	0	5	2	6,15
Tocha dos Jogos Paralímpicos foi apresentada no Rio de Janeiro.	3	1	4	0	2	3	4	0	2	2	2	1	6	1	7,42
TV Brasil transmite amanhã a Copa de Seleções Estaduais.	1	1	3	0	2	2	4	0	1	2	1	1	5	2	6,8
* Nota coberta. ** Vivo	ÍNDICE DE QUALIDADE DA EDIÇÃO														5,86

Fonte: do autor, 2016.

Nesta edição, os dois telejornais abordaram o último evento-teste realizado no Rio de Janeiro para os jogos olímpicos de 2016, com ênfase no tênis. O Jornal Nacional mostrou uma reportagem explicativa no local, evidenciando como deverá acolher os eventos olímpicos. Apesar da boa avaliação na categoria “Critérios de noticiabilidade” e “Edição”, não ouviu algum responsável pela estrutura, apenas os jogadores. O Repórter Brasil exibiu a reportagem “Evento-teste de tênis, preparatório para a Olimpíada do RJ, vai até amanhã”. O VT não trouxe dados básicos, como, por exemplo, a capacidade das arquibancadas. Na passagem, a repórter, sentada em um dos bancos, diz “essas arquibancadas estarão repletas de torcedores”. A informação se torna ainda mais essencial se considerar a sonora inserida logo a seguir, em que uma atleta diz esperar os apoios dos torcedores. A peça obteve IQ de 6,15.

A nota coberta exibida pelo Repórter Brasil “Fogo volta à Chapada Diamantina, na Bahia” obteve um IQ de 3,18, o mais baixo entre todas as peças analisadas na edição. As categorias “Veracidade da informação/Apuração”, “Contextualização da informação”, “Pluralidade, Diversidade e Regionalismo” e “Participação e Inclusão” obtiveram exclusivamente sinalizações negativas. Em determinado trecho do off, o repórter diz que “só neste ano de 2015 o fogo destruiu 30 mil hectares do Parque Nacional da Chapada”. Há carência de contextualizar o telespectador sobre a dimensão desta quantidade. Um exemplo muito utilizado pelos telejornais da TV Globo é a equivalência em campos de futebol. Seria, portanto, uma área equivalente a 30 mil campos de futebol. Apesar da TV Pública não ter o compromisso de seguir padrões já estabelecidos, inclusive para o fortalecimento de sua identidade, considera-se necessário buscar meios para facilitar a compreensão para o cidadão. A nota coberta também não cita a origem dos dados. Outro problema no mesmo material é a ausência do aprofundamento do fato. Ele não diz o que originou a queimada (se é criminosa ou causada pelo tempo seco) e quais as perdas ambientais, como a questão da biodiversidade. Essas questões poderiam contribuir para orientações com foco na redução de novos incêndios florestais.

O Repórter Brasil também exibiu uma peça, composta por duas reportagens, sobre o Festival Emergências. A primeira foi dedicada a mostrar que o tema política esteve presente no evento. Entretanto, nota-se que os políticos ouvidos, e participantes do festival, eram apenas aliados do governo. Os três tocaram, de formas direta e indireta, no tema impeachment. O ministro da cultura, Juca Ferreira, e a deputada do PC do B, Jandira Feghali, afirmaram que o Brasil sofre tentativa de golpe com o impeachment. O deputado Jean Wyllys, do PSOL, defendeu a institucionalidade democrática. A segunda reportagem abordou a segurança pública com foco nas classes de maior risco, como os negros. Considerando o

conjunto da peça, o IQ ficou em 6,45 com bons índices em “Veracidade da informação/Apuração” e regular em “Ética e Imparcialidade” e “Pluralidade, Diversidade e Regionalismo”.

Em relação à questão técnica, o Repórter Brasil apresentou desconexão entre imagens e off na reportagem sobre o penúltimo dia da conferência do clima, o COP21, na França. O off que descrevia como seria o apoio aos países mais pobres foi coberto com imagens de pessoas saindo do metrô francês e entregando frutas para vigilantes. No entanto, um ponto positivo do VT foi a contextualização da atual reunião com a última, realizada na Dinamarca. Também abordou algo que não havia sido mostrado nas outras reportagens: as reivindicações dos ativistas, como do Greenpeace, por metas mais eficientes para a redução da temperatura global. O papel do Brasil na conferência também teve espaço na cobertura. O IQ foi de 6,92 com altas notas em “Veracidade da informação/Apuração” e “Ética e Imparcialidade”.

Sobre política, o Jornal Nacional exibiu uma reportagem onde a presidente Dilma Rousseff diz não ter interesse em interferir em partidos políticos, inclusive no PMDB – do seu vice, Michel Temer. A análise demonstrou como o “outro lado” muitas vezes é mal empregado, sendo inserido na reportagem “apenas para constar” e vender o discurso de que todos os lados foram ouvidos. Para sustentar essa afirmação, propomos a análise do off e sonoras do VT em três etapas. No primeiro off, a repórter Cláudia Bomtempo diz que “na conversa de quarta-feira com Michel Temer, Dilma ouviu do vice o pedido para que o governo não interviesse nos assuntos internos do PMDB”. Uma sonora da Dilma é inserida onde afirma que:

A minha conversa com o vice-presidente Temer, presidente do PMDB, eu entendo que ele tenha considerações a respeito do PMDB. Ele é presidente do partido. Então, o governo não tem o menor interesse em interferir nem no PT nem no PMDB nem no PR (Dilma Rousseff em entrevista ao Jornal Nacional, 11 dezembro de 2015).

Num segundo momento, a repórter ainda se refere à relação de Michel Temer com o governo e o impeachment ao afirmar que Ciro Gomes “vem atacando publicamente o vice-presidente Michel Temer. Ele critica a postura do vice diante do pedido de impeachment”. A terceira etapa da análise, busca identificar como Temer iria responder às críticas de Ciro e ao pronunciamento de Dilma. A reportagem traz a seguinte sequência, transcrita por nós:

REPÓRTER: O vice-presidente passou o dia em São Paulo. Em uma conferência sobre Constituição e democracia. Sobre o pedido de impeachment, ele voltou a dizer que as instituições estão funcionando bem

no país. Temer também falou sobre o papel do Executivo. Propôs que o Congresso tenha mais participação em algumas decisões de governo.

MICHEL TEMER: Eu me atrevo a dizer que essa ideia é quase um semiparlamentarismo, porque o Legislativo passaria a participar ativamente do governo. E não haveria os problemas que hoje têm surgido: ‘ah, não tinha verba’, ‘usou verba não sei de onde.’

Nota-se que em nenhum momento a inclusão de Temer na reportagem responde, ou ao menos complementa, o que foi dito por Dilma e Ciro. A reportagem insere um outro assunto paralelo, de forma que a fala de Temer se isola do tema e da proposta inicial do VT. Mostra que o outro lado, ou o contraponto de ideias, não se efetiva de fato. A reportagem obteve IQ 6,87 alavancado por atender a maioria dos quesitos em “Isenção/Ética” e “Critérios de noticiabilidade”. Outros eixos como “Correção/Veracidade da informação” e “Perfil da reportagem/Contextualização” tiveram maior quantidade de sinalizações negativas do que positivas.

Outras peças com destaques positivos ou negativos veiculados na edição do dia 11 de dezembro de 2015 são:

Repórter Brasil

Peça	Comentários
52% dos novos empreendedores, no país, são mulheres segundo o SEBRAE (IQ = 6,21)	A reportagem mostra a premiação de mulheres empreendedoras em São Paulo. O tema poderia ser expandido para falar como é a situação da mulher no mercado. Entretanto, aborda só o evento. Avaliação com três sinalizações negativas e uma positiva em “Contextualização da informação”.
Animais da reserva ecológica capixaba são ameaçados por rodovia (IQ = 7,5)	O único VT em todo o período de análise que faz uso de imagens enviadas por telespectador. Apesar de a reportagem ter pouco mais de dois minutos, apenas uma pessoa é ouvida. Categoria “Pluralidade, Diversidade e Regionalismo” obteve avaliação negativa.
Anvisa autoriza terceira fase de testes da vacina contra dengue (IQ = 5,93)	Não ouve o povo e não há contextualização sobre o número de casos de dengue no Brasil ou como a vacina vai agir no organismo. Os eixos “Pluralidade, Diversidade e Regionalismo” e “Participação e inclusão” foram avaliados apenas com sinais negativos.
Estudantes de Goiânia ocuparam três escolas estaduais (IQ = 5,67)	A matéria mostra um assunto abordado pela grande mídia apenas em São Paulo. Alunos protestaram ocupando escolas da capital de

	Goiás após governo decidir, via decreto, passar a gestão de algumas escolas para organizações sociais. As carências do VT foram evidentes ao não contextualizar a forma como a medida iria impactar a educação e o que o decreto prevê em maior profundidade. Avaliação negativa em “Contextualização da informação”.
--	---

Fonte: do autor, 2016.

Jornal Nacional

Peça	Comentários
José Aldo enfrenta mais um desafio no UFC neste sábado (IQ = 5,66)	Torcedores e nem lutadores são ouvidos. Também não há métodos para facilitar a compreensão do assunto para quem não entende do esporte. Alguns verificadores dos eixos “Recursos utilizados/Edição” e “Perfil da reportagem/Contextualização” não foram atendidos.
Número de casos de microcefalia aumenta 12 vezes no país (IQ = 8,12)	A reportagem se preocupa em citar as origens dos dados e utiliza de recursos alternativos, como caracteres para facilitar a compreensão dos números. Bem avaliado nas categorias “Critérios de noticiabilidade” e “Isenção/Ética”.
Felipe Toledo e Adriano de Souza vencem e continuam na briga pelo título mundial de surfe (IQ = 5,0)	Após exibir duas peças em edições anteriores sobre o assunto, essa é a primeira vez que são citados os nomes dos outros dois surfistas que participam do mundial de surfe. Até então somente Gabriel Medina havia sido mencionado. Por ser nota coberta, registrou carências no eixo “Recursos utilizados/Edição”.
Brasil vence França no Mundial de Handebol com gol incrível no último segundo (IQ = 5,38)	O destaque da peça se trata do lance que decidiu a partida – e a vitória do Brasil sobre a França no Mundial de Handebol. A forma como foi apresentada, por se tratar de uma grande jogada, foi o diferencial. Bonner saiu da bancada, foi até o telão e mostrou o gol apenas na voz do narrador, que durou 1m2s. Apesar de pontuar positivamente no verificador sobre inovação na forma de apresentação, obteve má avaliação em “Perfil da reportagem/Contextualização” e “Recursos utilizados/Edição”.

Fonte: do autor, 2016.

Em relação à eficiência da matriz, a principal contribuição da análise das edições do dia 11 de dezembro foi a avaliação da peça que trata apenas de vivo, sem qualquer tipo de sonora ou reportagem exibida em conjunto. O Repórter Brasil se encaixou nesta perspectiva

ao exibir a peça “PGR e AGU pediram que STF anule a sessão que deu início ao processo de impeachment da presidenta”. O Índice de Qualidade baixo, de 3,64, mostrou que, pelo vivo não conter imagens além daquela do repórter no local do fato, muitos dos verificadores foram invalidados ou negativados. Há ainda o problema do desafio de inserir entrevistas que possam garantir maior pluralidade e contrapontos de ideias.

Diante desses entraves, considera-se que, apesar de o formato invalidar muitas das questões, ainda é possível garantir uma média razoável do IQ se forem utilizados recursos alternativos – assim como citamos nos casos das notas cobertas. Os vivos, por exemplo, podem ser cobertos com infográficos para promover maior didatismo à informação. Arquivos podem ser utilizados para preencher os verificadores sobre contextualização. Imagens que representam os factuais também podem ser gravadas e exibidas durante o vivo do repórter, já que não demanda grande esforço de edição e tempo. Outra alternativa é aliar os vivos com outras reportagens (ou mesmo sonoras) que podem dar continuidade (e aprofundamento) ao tema – o que foi observado durante as análises que é uma estratégia bastante utilizada tanto pelo Repórter Brasil quanto pelo Jornal Nacional.

8.2.6 Análise das edições de 12 de dezembro de 2015

Na última edição tomada como análise, veiculada num sábado, 12 de dezembro, foram consideradas 26 peças audiovisuais, sendo metade de cada telejornal. Os assuntos que estiveram em pauta foram um protesto realizado no Rio de Janeiro, devido à morte de uma menina por bala perdida, o embate entre José Aldo e Conor Mc Gregor no UFC, o centenário de Frank Sinatra, as consequências das chuvas de novembro, entre outros. Nota-se que assuntos não factuais estiveram mais presentes nos scripts, principalmente no do Repórter Brasil. A relação da análise da qualidade é descrita abaixo:

Jornal Nacional: edição de 12 de dezembro de 2015

Reportagem	Isenção/Ética		Correção/Veracidade		Agilidade		Perfil da reportagem		Recursos /Edição		Critérios de noticiabilidade		Técnica		Índice de Qualidade (IQ)
	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	
Representantes da ONU visitam região atingida por barragem em Mariana, MG.	3	2	3	1	2	1	3	1	2	1	4	0	4	2	7,24
Barragem que rompeu em Minas Gerais é a mais perigosa, afirmam especialistas.	2	3	4	1	1	2	2	2	4	0	4	0	5	1	6,89
Morte de criança gera revolta e protesto na zona norte no Rio.	3	1	3	1	1	3	3	1	2	1	4	0	5	1	7,24
Chuvas de novembro ajudam a melhorar níveis dos reservatórios no Brasil.	3	2	4	1	1	1	2	3	3	0	4	0	5	1	7,33
Cidades de Sergipe recebem apoio do exército no combate ao Aedes Aegypti.	4	0	3	2	2	1	3	1	4	0	3	0	5	1	8,28
Cientistas criam sensor para ajudar no combate ao Aedes Aegypti.	5	1	4	1	2	1	1	3	3	1	4	0	5	1	7,5
Juristas falam do pedido de abertura do processo de impeachment.	5	0	5	1	2	1	2	2	4	0	4	0	5	1	8,44
Rogério Ceni se despede do futebol em amistoso no Morumbi.	2	1	2	3	1	1	1	2	2	1	4	0	4	2	6,15
Tradicional Árvore de Natal da Lagoa é inaugurada no Rio de Janeiro*.	2	1	2	3	1	2	1	2	1	1	3	1	4	2	5,38
Láís Souza visita Interlagos onde acontece a etapa final da Stock Car.	3	1	3	1	2	2	3	1	2	1	4	0	4	2	7,24
José Aldo enfrenta Conor Mc Gregor no UFC 194.	2	2	2	1	0	2	1	2	2	1	4	0	4	2	6,0
Conferência do Clima na ONU em Paris termina com acordo histórico.	3	2	3	2	2	0	1	3	2	1	4	0	5	1	6,89
Líderes mundiais repercutem	4	1	3	2	3	1	1	3	1	3	4	1	2	4	5,45

aprovação do acordo da COP21**.																
* Nota coberta. ** Vivo.							ÍNDICE DE QUALIDADE DA EDIÇÃO							6.93		

Fonte: do autor, 2016.

Repórter Brasil 2ª Edição: 12 de dezembro 2015

Reportagem	Veracidade /Apuração		Contextua - lização		Pluralidade/ Diversidade /Pluralismo		Educação/ Serviço/ Autonomia		Participação /Inclusão		Ética/ Imparcialidade		Técnica		Índice de Qualidade (IQ)
	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	
Ventos passaram de 140 Km/h em temporal que atingiu São Paulo*.	3	0	0	4	0	3	1	1	0	3	2	1	5	2	4,4
Projeto incentiva população de São Paulo a conhecer patrimônio histórico.	3	0	2	1	1	2	2	0	2	2	4	0	5	2	7,31
Mulheres votam pela primeira vez na Arábia Saudita*.	0	3	2	1	3	1	1	1	1	2	3	0	5	2	6,0
Moradores do Rio protestam por causa da morte de menino por bala perdida*.	0	2	1	3	1	2	1	1	1	3	2	1	4	2	4,17
100 anos de Augusto Ruschi.	3	0	4	0	1	2	3	0	1	3	3	1	5	2	7,14
Copa Placar volta a ser disputada depois de quase uma década*.	2	0	0	4	1	1	1	2	1	2	1	1	5	2	4,78
Rogério Ceni se despede do futebol com festa*.	1	3	0	2	0	3	2	0	0	2	1	2	5	2	3,91

Festival Emergências termina neste domingo.	3	1	2	2	2	2	3	1	2	3	2	2	5	2	5,94
Exposição de presépios reúne peças de vários países.	3	0	1	2	0	0	2	1	1	1	3	1	5	2	6,82
Morre a atriz Nydia Licia*.	0	3	0	1	0	1	2	0	0	2	1	1	5	2	4,44
Wagner Tiso completa 70 anos*.	0	3	1	1	1	2	2	0	1	2	1	1	5	2	5,0
Mundo lembra centenário de Frank Sinatra.	0	2	3	1	0	3	2	0	0	4	1	1	5	2	4,58
Animais da reserva ecológica capixaba são ameaçados por rodovia.	4	0	3	0	1	2	3	0	2	3	2	1	6	1	7,5
* Nota coberta.												ÍNDICE DE QUALIDADE DA EDIÇÃO	5,54		

Fonte: do autor, 2016.

Apesar de poucos registros de usos de gírias e palavras muito informais durante a semana de análise, a peça “Conferência do Clima na ONU em Paris termina com acordo histórico”, exibida pelo Jornal Nacional, teve algumas palavras pouco usuais no jornalismo. O texto do correspondente dizia: “O presidente francês **cravava**: hoje é um dia histórico” e também “Diplomatas **vararam** madrugadas para encontrar um meio termo”. Essas escolhas léxicas exemplificam parte do novo jornalismo da TV Globo, adotado no primeiro semestre de 2015 pelo Jornal Nacional para se aproximar da linguagem coloquial e oral. Entretanto, deve-se questionar se não há exageros, inclusive, com expressões que por muitas vezes não fazem parte de uma conversa impessoal sobre o tema. Os verbos “cravar” e “varar”, por exemplo, estão mais alinhados com a linguagem esportiva do que política. Outro problema da reportagem é que o off cita que “manifestantes cobravam um acordo”, mas não há sonora que sustente tal afirmação. Também não é realizada uma contextualização sobre a evolução das mudanças climáticas nos últimos anos. Com IQ de 6,89, registrou avaliações negativas na categoria “Perfil da reportagem/Contextualização”.

O Jornal Nacional exibiu também mais uma matéria sobre o duelo entre o lutador José Aldo e Conor Mc Gregor no UFC. Além de não ouvir os torcedores, o adversário do brasileiro também não teve voz. Constata-se que nos VTs com temática esportiva realizados em outros países geralmente há um enfoque nos representantes nacionais, deixando os adversários em segundo plano – minimizando o contraponto e as divulgações de informações que podem contextualizar melhor o telespectador sobre a disputa. Outra problemática é que o VT exibido na edição de sábado não trouxe novidades em relação ao exibido um dia antes. O IQ foi de 6,0 com menores médias nos verificadores da categoria “Agilidade”, como a ausência de novas informações e notícia incompleta.

A carência de sonoras com torcedores também se repetiu no VT “Rogério Ceni se despede do futebol em amistoso no Morumbi”. Apesar de a reportagem dizer que haviam 60 mil pessoas no estádio (e não citar a origem desse dado), nenhuma delas é ouvida. Os colegas do ex-goleiro do São Paulo também não têm voz. Considerando ser uma reportagem com alta carga emocional, por se tratar da despedida dos campos, ouvir os simpatizantes de Ceni poderia mostrar a importância dele para o futebol brasileiro e a admiração que conquistou ao longo de quase duas décadas no clube paulista. As categorias prejudicadas foram “Perfil da reportagem/Contextualização” e “Correção/Veracidade da informação”. O Repórter Brasil também abordou o assunto. Em uma nota coberta com IQ de 3,91, além de não ter ouvido torcedores e colegas de Ceni, também não ouviu o próprio ex-goleiro. Assim, não pontuou com “+” em nenhum dos verificadores dos eixos “Pluralidade, Diversidade e Regionalismo”,

“Participação e Inclusão” e “Contextualização da informação”. Outra nota coberta com avaliação baixa exibida no noticiário da TV Brasil é a “Ventos passaram de 140 km/h em temporal que atingiu São Paulo”. Os prejudicados com a chuva não foram ouvidos e também não foram abordados os problemas urbanos que levaram ao alagamento de São Paulo e Campinas.

Um destaque desta edição foi a reportagem “100 anos de Augusto Ruschi”. A afiliada da TV Brasil no Espírito Santo produziu uma matéria sobre o ecologista que ficou conhecido devido ao trabalho com os pássaros. A peça contou a vida de Ruschi e recorreu a arquivos do período militar, demonstrando sua atuação em prol de ações contra o desmatamento. Categorias como “Educação, Serviço e Autonomia” e “Contextualização da informação” obtiveram apenas sinalizações positivas. O VT obteve IQ 7,14. Outra matéria “leve” exibida pelo telejornal foi a “Exposição de presépios reúne peças de vários países”. Gravada na Bahia, foi didática ao dar informações básicas para o telespectador, como horários e locais para visita. Entretanto, apesar de o acervo ser de uma brasileira, ela não é ouvida. Assim, a categoria “Contextualização da informação” foi prejudicada.

Outras reportagens e notas cobertas veiculadas na data de análise foram:

Repórter Brasil

Peça	Comentários
Moradores do Rio protestam por causa da morte de menino por bala perdida (IQ = 4,17)	Nota coberta, portanto, mãe, população e polícia não são ouvidos. Não cita quem forneceu as informações sobre a morte. Avaliação negativa em “Pluralidade, Diversidade e Regionalismo” e “Veracidade da informação/Apuração”.
Mundo lembra centenário de Frank Sinatra (IQ = 4,58)	O VT não tem sonoras e nem passagem. Apesar da semelhança com a nota coberta, devido ao tempo, apresenta-se muito próximo da linguagem documental. Algumas informações básicas, como as relacionadas à morte do artista, não são fornecidas. Desempenho negativo em “Pluralidade, Diversidade e Regionalismo” e “Participação e Inclusão”.
Festival Emergências termina neste domingo (IQ = 5,94)	A reportagem mais uma vez destaca ações e opiniões contra Eduardo Cunha. Avaliações medianas em “Participação e Inclusão”, “Ética e Imparcialidade” e “Contextualização da informação”.
Wagner Tiso completa 70 anos	Nota coberta para comemorar os 70 anos do

(IQ = 5,0)	cantor e compositor Wagner Tiso. Apesar de estar vivo, não ouve o principal personagem da peça e nem diz o que ele faz atualmente.
-------------------	--

Fonte: do autor, 2016.

Jornal Nacional

Peça	Comentários
Juristas falam do pedido de abertura do processo de impeachment (IQ = 8,44)	A reportagem se destaca por ouvir diferentes juristas com opiniões distintas. O presidente do STF na época do impeachment do ex-presidente Fernando Collor também é ouvido. Pontuações positivas máximas em “Isenção/Ética” e boas avaliações em “Recursos utilizados/Edição” e “Critérios de noticiabilidade”.
Representantes da ONU visitam região atingida por barragem em Mariana, MG (IQ = 7,24)	A empresa que causou o desastre, no caso a Samarco, não é ouvida. Apesar da falha, obteve boas pontuações no eixo “Critérios de noticiabilidade”.
Morte de criança gera revolta e protesto na zona norte do Rio (IQ = 7,24)	Ouve a mãe da menina atingida por bala perdida. A polícia não chega a ser ouvida para falar da investigação. Avaliações boas em “Critérios de noticiabilidade” e “Perfil da reportagem/Contextualização”.
Laís Souza visita Interlagos onde acontece a etapa final da Stock Car (IQ = 7,24)	A matéria, que mostra a ex-atleta Laís Souza conhecendo os carros e dando uma volta na pista em um deles, cita e mostra os dois competidos brasileiros que participariam da Stock Car. Entretanto, eles não são ouvidos. VT com avaliações positivas em “Critérios de noticiabilidade” e “Correção/Veracidade da informação”.

Fonte: do autor, 2016.

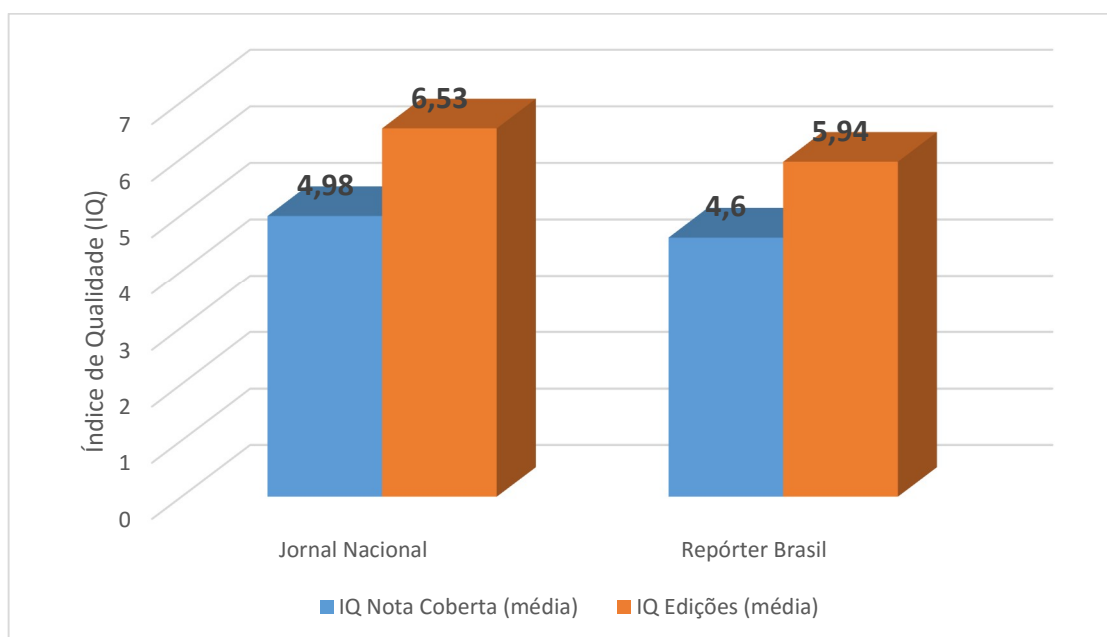
Os levantamentos demonstram o Repórter Brasil com o pior Índice de Qualidade registrado em todo o período de análise, considerando a média entre todas as peças da edição, com um coeficiente de 5,54. Uma das possíveis justificativas para esse índice se deve, principalmente, à escolha do formato de notas cobertas para 7, das 13 peças, veiculadas no dia 11 – mais da metade do material exibido na edição.

Apesar de adotarem parâmetros qualitativos diferenciados, a cobertura do caso da menina atingida por bala perdida no Rio de Janeiro demonstra como o Jornal Nacional, com uma reportagem, conseguiu contextualizar e se aprofundar melhor do que as informações contidas na nota coberta do Repórter Brasil sobre o tema. O JN ouviu a mãe da vítima que contou como aconteceu o incidente. Além de maior conteúdo, também contribuiu para humanizar o VT.

8.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE: CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS

Numa comparação abrangente, tomada pelas médias dos IQs alcançados pelas 15 notas cobertas exibidas pelo Jornal Nacional e pelas 17 do Repórter Brasil, no período analisado, em relação às médias registradas pelas seis edições, considerando todas as peças audiovisuais, é perceptível como o emprego da nota coberta prejudica o IQ geral.

Gráfico 08: IQ notas Cobertas x IQ das Edições



Fonte: do autor, 2016.

A escolha da nota coberta limita o atendimento a muitos dos verificadores das matrizes propostas pelo tempo enxuto e a dificuldade de gerar contraditórios e promover o didatismo.

Em relação aos verificadores constata-se que alguns não foram atendidos pelos dois noticiários durante a análise, como o referente à disponibilidade dos recursos das TV Digital para o telespectador – principalmente os relativos à interação. O resultado confirma a percepção de que a TV Digital no Brasil ainda é utilizada apenas como melhoria de imagens. Apesar de a EBC já disponibilizar alguns canais em modo de multiprogramação, como o Canal Saúde, a interação que era uma possibilidade evidenciada no desenvolvimento e na escolha do modelo de TV Digital no Brasil ainda não foi efetivada em larga escala. No caso do Jornal Nacional, também não houve nenhuma avaliação positiva no item dedicado à divulgação de canais para acolher a opinião do público. Em tópico semelhante, o Repórter

Brasil também obteve reincidentes avaliações negativas. Essa situação contribuiu para que nenhuma peça analisada conseguisse atingir IQ superior a nove – equivalente a uma produção de alta qualidade técnica e de conteúdo.

Sobre a participação, deve-se ainda citar o caso do quadro “Outro Olhar” veiculado pelo Repórter Brasil. Mesmo se tratando de um material que não foi produzido pela equipe de jornalismo da TV Brasil, e sim enviado por telespectadores, sua avaliação pode ser realizada pela matriz. Isso porque o contraditório, a pluralidade, os regionalismos e a diversidade podem ser supridos através desses materiais. E questões técnicas, como imagens aceitáveis e som limpo são condições básicas para a compreensão do público. Também é uma forma de preencher o verificador que trata da interação e participação com a audiência. Deve-se destacar apenas a responsabilidade dos editores e da direção de jornalismo de verificar se a peça atende a quesitos éticos. Essa possibilidade de avaliação também vale para outros quadros criados pelos noticiários ou mesmo para séries jornalísticas, como a “Guerra ao mosquito”, também veiculada pelo Repórter Brasil.

Quanto ao conteúdo, mostraram-se reincidentes no período a ausência da opinião da população, principalmente nas reportagens produzidas por correspondentes. Esse detalhe mostra como muitas vezes tal recurso é mal utilizado em termos informativos, já que o custo para manter um correspondente é alto e, muitas vezes, a matéria é realizada com imagens de agências, e a passagem do repórter acaba se tornando uma estratégia apenas para demonstrar que o noticiário tem uma equipe no local. Como disse Passarinho (1994), na época da popularização desta função de repórter, o correspondente muitas vezes era utilizado para justificar o gasto com a estrutura. Assim, consideramos que os VTs internacionais poderiam ser melhor trabalhados, expandindo a questão do regionalismo também para a representação dos grupos de outros países que são excluídos da grande mídia e do material divulgado, em massa, pelas agências de notícia.

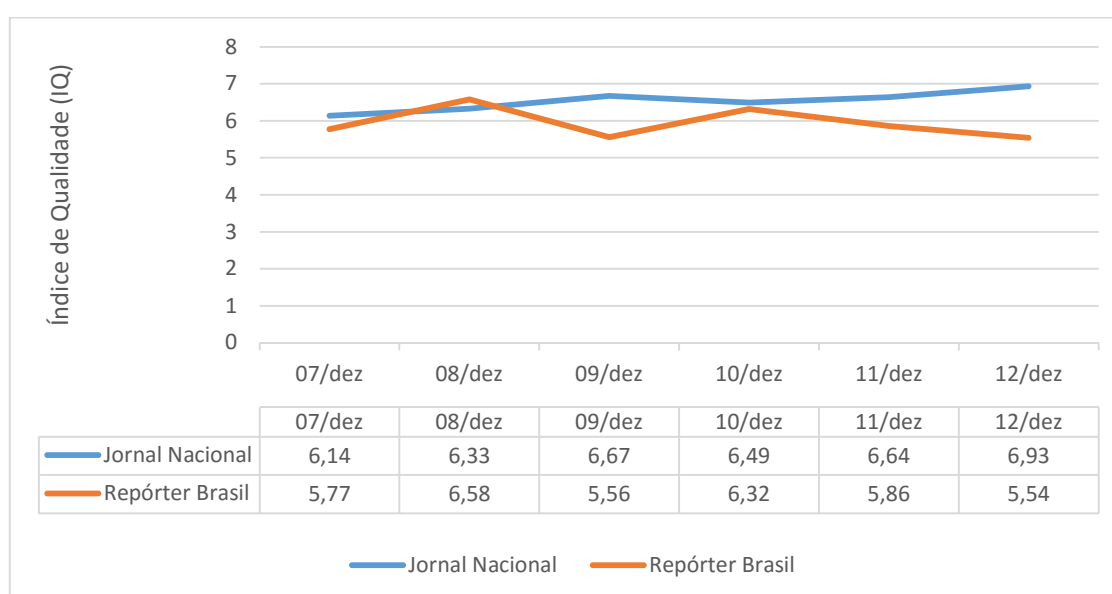
Ainda sobre essa carência, nota-se que o Repórter Brasil tem um espaço para veicular a opinião da população. O quadro “Pergunta do Dia”, veiculado sempre antes dos intervalos entre os blocos, exibe sonoras gravadas com pessoas anônimas nas ruas sobre determinado assunto (e também *posts* do Facebook). Entretanto, além de serem editadas e o assunto das entrevistas ser definido pelos jornalistas da TV Brasil, nota-se que tal presença é carente nos VTs. Essa deficiência exclui a visão do povo em assuntos que estão sendo discutidos pela sociedade devido à factualidade dos acontecimentos. Assim, em reportagens gravadas no Congresso, como a série de adiamentos da votação contra Eduardo Cunha na Comissão de Ética, a população não foi ouvida, apenas os políticos. Em outros VTs que abordavam o

impeachment ficou claro ainda o caráter governista da TV Pública brasileira, já que, nas seis edições analisadas, não houve o registro de nenhum membro da sociedade civil que fosse a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff, ao contrário do que aconteceu com quem era contra tal processo. Esse ponto de vista só foi veiculado através de políticos da oposição.

Ainda sobre a questão política foi possível verificar que os indicadores voltados para a questão da citação de fontes de dados foram mais presentes nesta editoria e na de economia, enquanto nas de esporte, cultura e internacionais ocorreu o contrário. Questiona-se, diante desta constatação, o porquê de em determinadas editorias a preocupação em repassar a origem da informação é maior. Tal reflexão pode ser embasada pela necessidade da construção de uma imagem de imparcialidade e objetividade para se proteger da crítica, como aponta o clássico estudo de Gaye Tuchman.⁹¹ Entendemos também que outra hipótese é o risco de processos jurídicos e por tratar de temas delicados, como denúncias e acusações. No entanto, tal prática deveria ser estendida para qualquer temática, já que nos discursos dos jornalistas não há diferenciação – e acreditamos que não deve haver hierarquizações em relação à importância da veracidade dos dados veiculados.

Em relação à média dos Índices de Qualidade, foi visível que não houve grandes variações durante a semana analisada, o que demonstra que os telejornais têm uma linha de produção noticiosa sem grandes variações se tratando das práticas jornalísticas.

Gráfico 09: Índice de Qualidade por Edição (média)

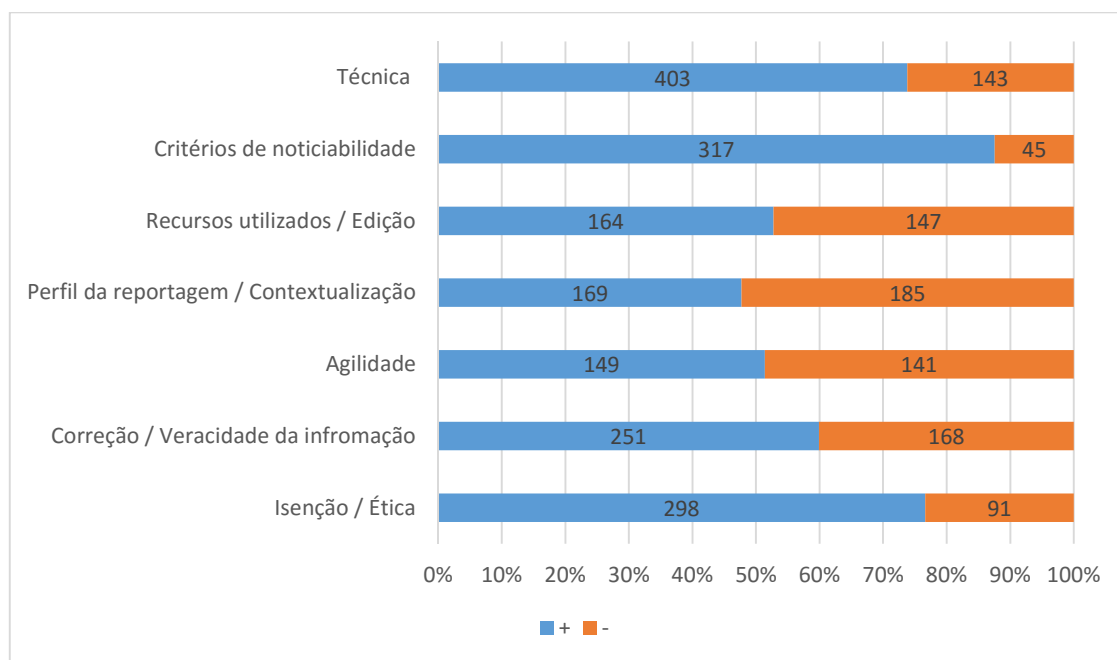


Fonte: do autor, 2016.

⁹¹ TUCHMAN, Gaye. **Making news: a study in the construction of reality**. New York: The FreePress, 1978.

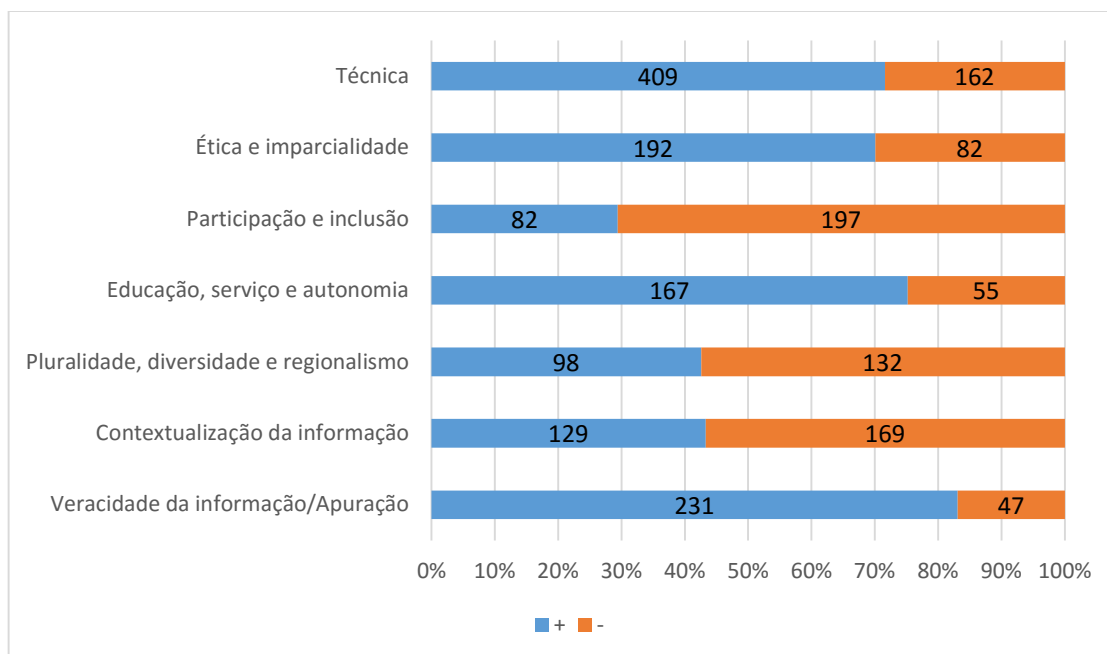
Nota-se também que o Jornal Nacional conseguiu atender a uma maior quantidade de verificadores em relação ao Repórter Brasil. As matrizes também se mostraram eficientes para analisar onde estão as principais falhas e acertos dos noticiários – e, por isso, sua justificativa em ser direcionada não só para os cidadãos, mas também para profissionais de jornalismo. Para obter tal objetivo, é necessário fazer um levantamento por categoria, de forma que se consiga obter a quantidade de sinais positivos e negativos recebidos por eixo, como demonstramos no levantamento abaixo referente as seis edições analisadas do dois noticiários. Assim, é possível levantar quais aspectos de conteúdo e de técnica precisam ser trabalhados para uma programação de maior qualidade.

Gráfico 10: Balanço Jornal Nacional



Fonte: do autor, 2016.

Em relação ao Jornal Nacional, é visível o bom desempenho na área técnica, devido às boas imagens e ao áudio sem variações. O uso de infográficos e caracteres para facilitar a compreensão do assunto também colaborou para esse resultado. A categoria Critérios de noticiabilidade, que envolve a utilidade do assunto para o dia a dia e a relevância social obteve a maior porcentagem de avaliações positivas. O Repórter Brasil também obteve desempenho semelhante nos eixos equivalentes.

Gráfico 11: Balanço Repórter Brasil 2ª Edição

Fonte: do autor, 2016.

O Repórter Brasil demonstrou bom desempenho também no eixo Veracidade da informação/Apuração, que trata das citação das origens dos dados e a credibilidade das fontes utilizadas. Entretanto, enquanto o JN obteve uma categoria com maior quantidade de sinais negativos do que positivos (Perfil da reportagem/Contextualização), o Repórter Brasil registrou três: Pluralidade, Diversidade e Regionalismo, Participação e Inclusão e Contextualização da informação. A deficiência em relação à participação se deve, principalmente, à ausência da opinião da população nas reportagens. Já na pluralidade, devido a não inclusão de grupos que representam minorias de forma mais efetiva, ausências de contrapontos e de regionalismo e carência na diversidade.

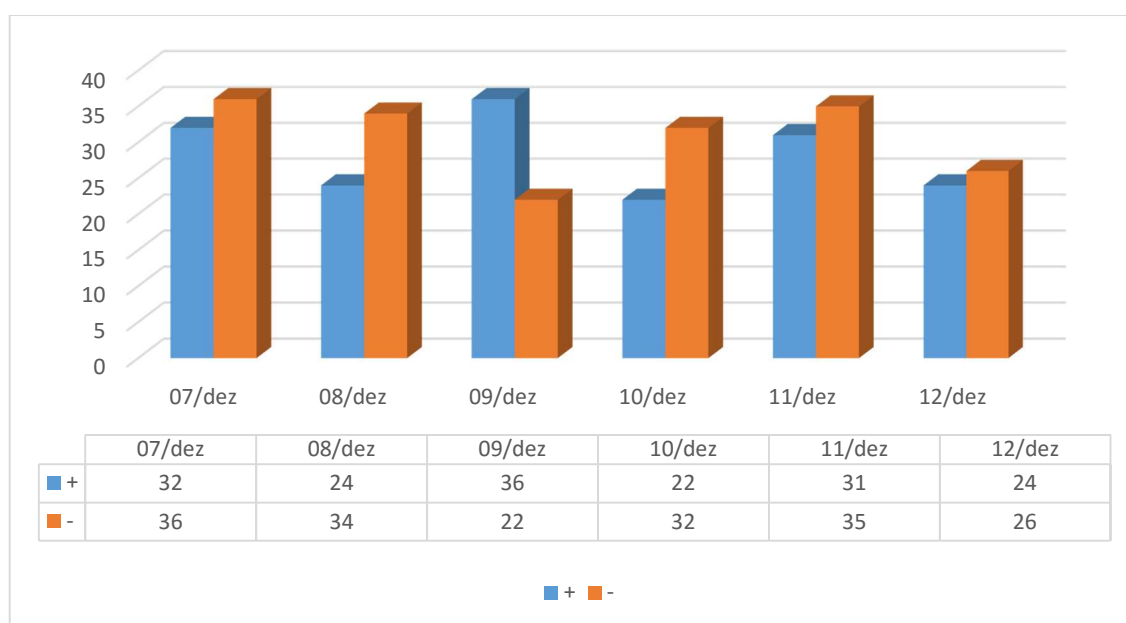
É importante considerar que não se deve comparar os desempenhos entre as categorias de acordo com o número de verificadores respondidos – já que o total varia de acordo com a reportagem e com a própria categoria. Entretanto, em termos percentuais, como evidenciado nos gráficos, essa comparação se torna possível. A questão numérica dos verificadores deve ser levada em conta apenas para comparar a quantidade de sinais positivos e negativos recebidos por cada categoria – e, assim, saber quais se apresentam mais deficientes.

Alguns comportamentos percebidos pelos noticiários também foram evidenciados. Um exemplo é o pouco uso de arquivos. Na peça “Procuradores investigam se a Vale continua a jogar rejeitos em barragem”, exibida em 7 de dezembro de 2015, pelo Jornal Nacional, a reportagem é construída em cima do trabalho dos procuradores. Em nenhum momento são

exibidas imagens de arquivo para contextualizar sobre a tragédia que poluiu o Rio Doce em Minas Gerais e Espírito Santo. Essa opção pode demonstrar a tentativa do noticiário de economizar tempo e focar no aspecto fatural do material, de forma que não “envelheça” o assunto.

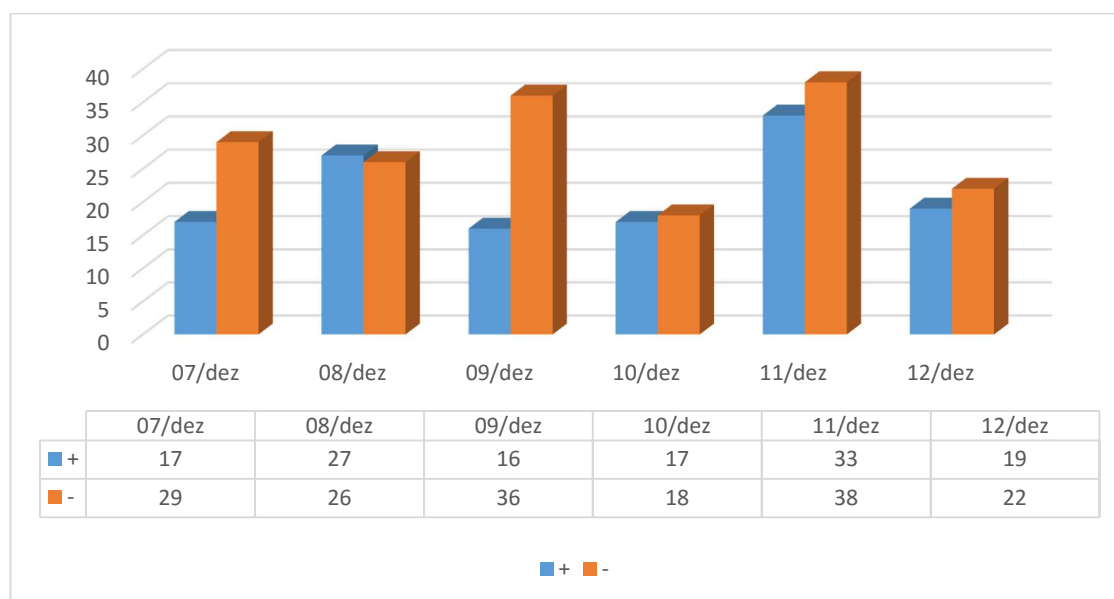
No entanto, tal procedimento contribuiu para que a categoria contextualização fosse mal avaliada em uma parte considerável dos VTs em ambos os telejornais. Na matriz dedicada às emissoras privadas, a categoria “Perfil da reportagem/Contextualização” possui seis verificadores que poderiam ser respondidos com “+”, “-” ou “x” por cada peça analisada. No caso do Jornal Nacional, considerando as 83 peças verificadas, o eixo obteve 169 verificadores atendidos de forma positiva e 185 de forma negativa. Os demais 144 foram considerados impossibilitados de serem avaliados. Considerando esses dados, a relação por cada edição analisada é expressa da seguinte forma:

Gráfico 12: Balanço da categoria Perfil da reportagem/Contextualização no Jornal Nacional



Fonte: do autor, 2016.

Com base nos dados, identifica-se que em cinco dos seis dias analisados, o Jornal Nacional veiculou mais matérias sem contextualização. O mesmo problema foi visto com o Repórter Brasil Segunda Edição. Nele, a categoria “Contextualização da informação”, na matriz das emissoras públicas, é composta por quatro verificadores. Diante das 82 peças consideradas no período, o Repórter Brasil obteve 129 avaliados como positivos, 169 como negativos e 30 impossibilitados de serem verificados. A tabela por edição segue abaixo:

Gráfico 13: Balanço da categoria Contextualização da informação no Repórter Brasil

Fonte:

do autor 2016

Excetuando a edição de 8 de dezembro de 2015, nas demais, foi considerável a diferença de sinalizações negativas sob as positivas.

Os dados demonstram uma disparidade entre os discursos dos jornalistas do Jornal Nacional, como Bonner (2009) e Fachel (2011) e do Repórter Brasil, entre eles Beirão (2015) e Tavares (2015), do que realmente é exibido pelos telejornais. A contextualização, que também é descrita com ênfase pelo Manual de Jornalismo da EBC e pelos Princípios Editoriais do Grupo Globo, carece de meios para levar a informação completa para o telespectador – o que contribui para os resultados e IQ apontados. Pelas informações adquiridas na análise, consideramos que o uso de arquivos, artes e uma maior quantidade de entrevistas com a população são mecanismos, que se adotados, poderiam contornar a falha e se refletir, de forma positiva, no Índice de Qualidade.

9. CONSIDERAÇÕES (E PROPOSTAS) FINAIS

O CAPÍTULO: dedica-se a demonstrar as conclusões sobre a eficiência da matriz, evidenciando problemáticas e possíveis caminhos para melhor avaliação de noticiários. Também traz considerações acerca dos aspectos qualitativos identificados nas peças audiovisuais veiculadas pelo Jornal Nacional e pelo Repórter Brasil no período analisado. Ainda busca demonstrar as aproximações e os distanciamentos dos princípios qualitativos definidos pelos objetos empíricos deste trabalho e as ações necessárias para implementar políticas que, de fato, contribuam para a qualidade audiovisual no país.

CONSIDERAÇÕES

Para compreender os resultados encontrados na análise dos dois telejornais durante a avaliação com a matriz qualitativa, consideramos, num primeiro momento, recorrer ao aporte teórico – principalmente em relação ao que tange à identificação das aproximações e dos distanciamentos do que cada noticiário considera como sendo qualidade. Neste processo, as políticas editoriais construídas por cada emissora ocupam um lugar estratégico para comparação.

Primeiramente, deve-se ressaltar que os aspectos de qualidade definidos pelo Manual de Jornalismo da EBC (2013) e pelos Princípios Editoriais do Grupo Globo (2011) seguem como norte o Código Brasileiro de Telecomunicações e a Lei 11.652/2008 referente à criação da EBC. É notável que esses documentos das empresas de comunicação, pública e privada, também acrescentam critérios individuais do que acreditam ser qualidade. No Manual da EBC, por exemplo, percebe-se um aprofundamento maior no que se refere à contribuição para o desenvolvimento crítico do cidadão, o regionalismo, o papel educacional e o fornecimento de um espaço para debate e contrapontos – o que fez com que tivessem verificadores específicos para estes ideais na matriz voltada para emissoras públicas.

Nos princípios editoriais do Grupo Globo é citado que o jornalismo da organização deve ser orientado pelo interesse público, porém, não é descrito qual o significado deste conceito para o grupo – o que também inviabilizou a criação de um verificador destinado apenas para o interesse público. Na tentativa de suprir tal demanda na matriz, utilizamos outros parâmetros citados pelos jornalistas da organização durante o levantamento bibliográfico, como a utilidade da reportagem e a concessão do serviço.

A origem dessa constatação se vincula ao modelo de cada veículo. Enquanto a EBC tem natureza pública e, por isso, deve incluir em sua programação a maior participação dos cidadãos, que em tese são os proprietários, o Grupo Globo é de caráter comercial – o que justificaria, por exemplo, a ênfase no furo jornalístico que interessa aos anunciantes e na venda da imagem de credibilidade, evidenciada pela categoria “Agilidade” na matriz. Entretanto, é importante considerar que por se tratar de concessão pública as emissoras comerciais têm o mesmo compromisso com a qualidade da informação do que as públicas.

Em relação aos parâmetros que podem ser considerados como indicadores de qualidade, os manuais enfatizam em comum a pluralidade, a imparcialidade, a inclusão, a inovação e a ética – no caso da TV Brasil, tais aspectos também estavam alinhados com o discurso dos profissionais entrevistados. Eles consideram que o trabalho jornalístico deve ser realizado de acordo com a legislação vigente. O CBT (1962) se aproxima dessas propostas diante da interpretação de que a imprensa deve respeitar a constituição, a responsabilidade no trato da informação, a promoção da ética, diversidade, a busca pela verdade e a isenção.

As constatações descritas se mostram importantes para que se possa fiscalizar se os veículos de comunicação realmente cumprem seu papel constitucional e os próprios valores definidos por eles mesmos. As médias evidenciadas pelo Índice de Qualidade de cada edição, com médias entre 5 e 7 obtidas durante o período de análise, demonstraram que muitos dos princípios presentes nos discursos não são cumpridos, tanto no telejornal da emissora pública quanto no noticiário da emissora comercial.

Na edição do dia 9 de dezembro, por exemplo, o Jornal Nacional dedicou 25% de seu tempo para se aprofundar nos acontecimentos sobre o impeachment. Foram três entradas ao vivo e três VTs com tempo total de 10 m31s. A concentração editorial, que consideramos como excessiva, poderia prejudicar o pluralismo da edição – já que outros assuntos não poderiam ser abordados ou, pelo menos, teriam seu tempo reduzido em razão do foco na editoria de política. Vale lembrar que o próprio editor-chefe e apresentador, William Bonner, defende o pluralismo no Jornal Nacional em sua obra *Jornal Nacional: modo de fazer* (2009). Outra defesa de Bonner (2009), que não foi cumprida com plenitude pelo noticiário da TV Globo, é a agilidade. No levantamento realizado, a categoria obteve 149 verificadores avaliados de forma positiva e 141 de forma negativa. A pequena diferença demonstra que o telejornal precisa criar formas de produzir conteúdo inédito – principalmente diante da concorrência com as mídias digitais. Considerar a perseguição ao furo jornalístico como critério qualitativo pode não ser mais tão viável diante da configuração midiática contemporânea. Um caminho possível, apontado por nós, é de o telejornalismo criar meios de

se diferenciar do conteúdo veiculado em outras plataformas, como maior didatismo e contextualização – um parâmetro que também não é bem explorado pelo JN, segundo a análise.

Já o Repórter Brasil, que defende a independência como conduta, exibiu, durante as seis edições da semana analisada, reportagens sobre o “Festival Emergências” que acontecia no Rio de Janeiro – uma cobertura diária de um evento promovido pela própria emissora e pelo Ministério da Cultura. Todas as fontes ouvidas no período, que abordaram questões políticas, apresentaram argumentos contra o impeachment. Neste aspecto, questiona-se até onde prevaleceu a isenção na definição das pautas que seriam cobertas pelo telejornal. Consideramos que outros assuntos ou até eventos deixaram de ser exibidos para que fossem exibidas as matérias que podem ser consideradas como sendo “da casa”. No quesito pluralidade, tão defendido pela TV Pública, a análise demonstrou que o conceito ainda não é executado com eficiência pelo Repórter Brasil, já que a categoria obteve 132 avaliações negativas e apenas 98 positivas.

Um fator que deve ser considerado para explicar a avaliação inferior registrada pelo IQ médio do Repórter Brasil em relação ao do Jornal Nacional é o contexto em que se configura a comunicação pública no Brasil. Nota-se que a estrutura do repertório veiculada pela emissora pública é a imposta pelas emissoras privadas, através de um padrão que foi consolidado há décadas devido ao fortalecimento desigual deste modelo de TV. Do ponto de vista histórico, poderíamos considerar que, se a TV Pública tivesse conseguido assumir o Canal 4 na década de 1950, esse cenário poderia ser diferente – sem o assujeitamento do modelo público em relação aos padrões estabelecidos pela mídia privada.

Diante das constatações, ressaltamos que a discussão sobre a qualidade deve ser contínua. Ao tomarmos como ponto de partida o jornalismo como construção social (BECKER, 2005; GOMES, 2006; COUTINHO, 2013), devemos ter em mente que o que é qualidade hoje poderá não ser a amanhã (e vice-versa), principalmente com a inclusão de novas ferramentas de apuração e edição e formas de fazer o jornalismo. Portanto, é importante que os preceitos sobre a qualidade sejam complementados de forma contínua com os trabalhos desenvolvidos por pesquisadores e especialistas da área de comunicação. O próprio manual da EBC destaca a parceria com universidades. A proposta chegou a ser cumprida entre 2010 e 2013 através de parcerias com universidades públicas: UFC, UFJF, UFSC e UnB. Os princípios editoriais da Rede Globo não chegam a especificar, de forma detalhada, como é feito o controle de qualidade de seu conteúdo. Porém, iniciativas que buscam a aproximação com a academia também existem, ainda que em emissoras afiliadas da TV

Globo. Um exemplo é o Seminário de Telejornalismo promovido pelo Grupo Paranaense de Comunicação em 2014, que, durante um dia, permitiu aos pesquisadores e professores de comunicação que conhecessem as atividades desenvolvidas pela emissora comercial, num espaço aberto a críticas e sugestões. A emissora também possui o programa Globo Universidade, embora sua eficiência seja questionável por não possibilitar de fato a inclusão de todos os pesquisadores que investigam o canal, impossibilitando o acesso aos jornalistas e aos setores da redação da TV Globo, como inicialmente previsto neste trabalho. Reforçamos que, por ser uma concessão pública, a emissora deveria ser capaz de ter laços efetivos para atender as demandas de diferentes setores da sociedade, como o científico. Por outro lado, a TV Brasil se mostrou acessível ao permitir a pesquisa de campo em março de 2015 para levantar dados e realizar entrevistas com profissionais.

Consideramos também que o debate que alguns manuais propõem como indicadores de qualidade não deve ser feito somente no momento da emissão da informação. São nos bastidores onde as decisões são tomadas e as mudanças acontecem. Portanto, uma televisão que busca a qualidade deve também estar aberta a julgamentos, considerações e críticas acerca de sua produção jornalística. Os dois telejornais analisados não atenderam, em todas as 165 peças analisadas, o verificador destinado à divulgação dos canais de interação – o que contribuiria para uma maior participação do cidadão. Fechar as portas ou burocratizar o acesso às redações e aos diretores de jornalismo são atitudes que apenas reforçam a percepção de que a qualidade poderá ser um conceito individual, criado pela própria empresa para defender aquilo que considera correto dentro de seus interesses – e que não necessariamente represente a qualidade perante o interesse público e a capacidade do jornalismo em formar cidadãos mais críticos e informados.

Deve-se, ainda, destacar a importância de ter a qualidade como uma política interna das emissoras: implementada e monitorada através de documentos e modelos de gestão. A discussão dos pesquisadores da Rede Nacional de Observatórios da Imprensa (Reno), propondo a aproximação das normas ISO para o campo da comunicação, contribui para tornar efetivas as políticas de qualidade para as redações e os noticiários – e, assim, não permanecer apenas no discurso, como foi observado em muitos verificadores da análise. A possível implementação de uma agência reguladora no país também poderia desenvolver métodos para contribuir neste processo, através de certificações voltadas para a qualidade, acompanhamento da programação, como ocorre em Portugal com a ERC e seus relatórios sobre pluralidade política. Essa entidade reguladora assumiria um papel de aliada do cidadão através do recolhimento (e retorno) de opiniões e queixas sobre a programação dos telejornais.

Entretanto, nota-se, conforme evidenciado no histórico da TV Brasileira, que a regulação ainda enfrenta barreiras no país, principalmente devido à resistência das grandes empresas de mídia e da visão amplamente difundida que estabelece uma relação entre regulação e censura. O Brasil ainda carece de políticas públicas que esclareçam à sociedade que a regulação pode fazer exatamente o contrário: garantir uma comunicação realmente democrática através de maior participação cidadã e cumprimento dos preceitos constitucionais descritos no capítulo que trata da Comunicação Social.

Em relação à eficiência da matriz, os resultados alcançados demonstram que o método elaborado é um instrumento eficaz e que pode ser um aliado dos cidadãos para verificar a qualidade do audiovisual informativo. A formulação do Índice de Qualidade (IQ) dá continuidade a formas de avaliação que já vinham sendo desenvolvidas por pesquisadores brasileiros, principalmente em parceria com publicações da UNESCO, mas que ainda não traziam métodos para mensurar a qualidade. Entre as principais contribuições do IQ estão a possibilidade de permitir comparações mais claras, a melhor visualização da avaliação do conjunto dos verificadores e o didatismo, já que o formato de notas é muito semelhante às formas de avaliação empregadas por escolas – tornando a matriz acessível tanto para públicos mais jovens quanto para adultos.

Foi notável durante as análises que algumas perguntas se apresentaram semelhantes, mesmo pertencendo às categorias distintas. Entretanto, optamos por manter a configuração devido à possibilidade de desmembramento da matriz para análises específicas. Como exemplo, consideramos que através dos verificadores da categoria “Contextualização da informação”, da matriz voltada para a TV Pública, poderá ser realizada uma pesquisa direcionada para saber se um noticiário de emissora pública apresenta as notícias de forma contextualizada – sem que seja necessário responder a todos os indicadores da matriz, o que exigiria maior trabalho e os resultados não seriam integralmente aproveitados. Caso fossem eliminados os indicadores dessa categoria, que se assemelham aos de outras, não seria possível realizar as verificações por tema-categoria.

Reforçamos também que o uso da matriz para avaliação de notas secas não é aconselhado, como explicado no capítulo dedicado às análises. Essa lacuna poderia ser preenchida com o desenvolvimento de matrizes específicas para o formato, de forma que se considere as suas especificidades. Em pesquisas futuras, inclusive, o ideal é que sejam formulados métodos que considerem este aspecto, para que vivos e notas cobertas possam ter critérios melhores adaptados às suas características.

Entretanto, diante da possibilidade de criação de métodos de análise específicos para cada formato, consideramos também necessária a evolução de projetos de educação voltados para a comunicação – como já acontece, por exemplo, com a Literacia Midiática na Europa. Criar matrizes específicas neste momento, onde parte considerável dos cidadãos ainda não tem conhecimento sobre as diferenças entre os formatos empregados pelos telejornais, poderia não obter resultados práticos. Uma matriz mais generalista, como a desenvolvida por este trabalho, é mais eficiente considerando o atual momento histórico do Brasil. Neste contexto, ainda destacamos que os resultados verificados e o cálculo do Índice de Qualidade serão mais precisos se a avaliação for acompanhada por um processo prévio de capacitação por parte dos cidadãos por possibilitar o esclarecimento de conceitos que fazem parte das matrizes, como diversidade, pluralismo e serviço público. Portanto, orientamos que a matriz seja indexada nos objetivos propostos por projetos de extensão que trabalham com a educomunicação ou com temas ligados ao (tele)jornalismo e análise crítica da mídia.

Uma experiência positiva foi a realizada pelo Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais, no segundo semestre de 2015, ao analisar a forma como jovens de escolas públicas se sentem representados na televisão. A atividade consistiu na produção de duas reportagens – uma destinada a contar a visão dos estudantes sobre o ENEM e outra para observar a recepção deles ao verem a matéria. Através de um questionário aplicado a nove alunos, e a comparação com uma reportagem do mesmo tema veiculada por uma grande emissora (TV Globo), foi nítida a necessidade, segundo os próprios entrevistados, de uma mídia mais participativa, com foco principalmente nos cidadãos como protagonistas.

Assim, diante da (possível) maior inclusão dos telespectadores no processo de produção da informação, consideramos que os resultados das análises apresentados por este trabalho – e outros que poderão ser viabilizados através do uso das matrizes e do IQ – também são relativos, sendo que tendem a variar de acordo com o conhecimento do telespectador acerca do tema e dos aspectos que envolvem a produção jornalística.

REFERÊNCIAS

ABRAJI. **Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo**. Disponível em: <<http://www.abraji.org.br>>. Acesso em: 3 set. 2015.

ABRIL, Gonzalo. **Análisis crítico de textos visuais: Mirar lo que nos mira**. Madri: Síntesis, 2007, p.81-124.

ACHILIS, Antônio. Entrevista realizada em 17 de outubro de 2015 em Belo Horizonte. Entrevistador: José Tarcísio Oliveira Filho.

AGUIAR, Itamar. **TV Brasil: algo novo no ar**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2012.

BACCEGA, Maria Aparecida. Comunicação/Educação: um campo em acção. In.: **Actas dos II SOPCOM, IV LUSOM e II IBÉRICO**. Sopcom: Covilhã, 2005.

BARBERO, Jesús. La comunicación plural: alteridad y socialidad. **Dia-logos**, n.40, 1994.

_____. Televisão pública, televisão cultural: entre a renovação e a invenção. In: RINCÓN, Omar (Org.). **Televisão pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: ILDEs/FES, 2002, p. 41-80.

BARBOSA, Marialva. **História da comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARCELOS, Caco. Repórter: profissão perigo. In. KAPLAN, Sheila; REZENDE, Sidney (Orgs.). **Jornalismo eletrônico ao vivo**. Petrópolis: Vozes, 1994. p.17-32.

BECKER, Beatriz. Jornalismo Audiovisual de Qualidade: um conceito em construção. **Estudos em Jornalismo e Mídia (UFSC)**, v. 6. Santa Catarina, 2009.

_____. Mídia e jornalismo como formas de conhecimento: uma metodologia para leitura crítica das narrativas jornalísticas audiovisuais. **Matrizes**, São Paulo, ano V, n.2, 2012, p.231-250.

_____. Telejornalismo de qualidade: um conceito em construção. **Revista Galáxia**, São Paulo, n.10, 2005.

BEGHINI, Ricardo. A pré-história da TV no Brasil. 9º Encontro Nacional de História da Mídia. In. **Anais...** Ouro Preto: ALCAR, 2013.

BEIRÃO, Nereide. Entrevista realizada em 18 de março de 2015 em Brasília. Entrevistador: José Tarcísio Oliveira Filho.

BIANCO, N.; ESCH, C.; MOREIRA, S. Lei de meios como estratégia de fortalecimento da radiodifusão pública: o caso da Argentina, do Equador e do Uruguai. **Revista Comunicação Midiática**, São Paulo, n.9, 2014.

_____; DIAS, Daphne. Muito além do espetáculo: esporte e cidadania na cobertura paralimpíadas na TV Brasil. In. **Revista do Conselho Curador da EBC**, v.2. Disponível em: <http://issuu.com/03978/docs/revista_conselho_curador_v2>. Acesso em: 19 nov. 2015.

BOLAÑO, César. O modelo brasileiro de regulação do audiovisual em perspectiva histórica. **RECHS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v.4, p. 94-103, 2010.

_____. **Políticas de Comunicação e Economia Política das Telecomunicações no Brasil: convergência, regionalização e reforma**. Aracaju: UFS: 2003

BONNER, William. **Jornal Nacional**: modo de fazer. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2009.

BORGES, Gabriela. **Qualidade na TV Pública portuguesa: análise dos programas do canal 2**. Juiz de Fora, Ed. UFJF, 2014.

BRASIL. Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962. Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14117.htm>. Acesso em: 16 fev. 2015.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. Lei 11.652, de 7 de abril de 2008. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111652.htm>. Acesso em: 08/01/2016.

BRIDI, Sônia. **Diário do Clima**. São Paulo: Globo, 2012.

BRITO, Giovani A. S.; ASSAF NETO, A. Modelo de Classificação de Risco de Crédito de Empresas. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, v. 46, p.18-29, 2008.

BUCCI, Eugênio; FIORINI, Ana Maria; CHIARETTI, Marco. Indicadores de qualidade nas emissoras públicas: uma avaliação contemporânea. **Série Debates CI (Unesco)**, v. 10, 2012.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble**. New York: Routledge Press, 1999.

CANNITO, Newton Guimarães. **A televisão na era digital: interatividade, convergência e novos modelos de negócio**. São Paulo: Summus, 2010.

CAOQUETTE, J. B. *et al.* **Gestão do risco de crédito: o próximo grande desafio financeiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

CARMONA, Beth. Papel e a contribuição social da TV Pública. **Com Ciência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=18&id=182>>. Acesso em: 10 out. 2015.

CARRATO, Ângela. **Uma história da TV Pública brasileira**. 2013. 286 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CARVALHO, Maria Paula. **Caravanas da Identidade**: por dentro da maior reportagem do Brasil e perto dos brasileiros. Porto Alegre: Sulina, 2010.

CERQUEIRA, Luiz Augusto. Qualidade Jornalística: ensaio para uma matriz de indicadores. **Série Debates CI** (Unesco), v.6, 2010.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Indicadores da Qualidade no Jornalismo: políticas, padrões e preocupações de jornais e revistas brasileiros. **Série Debates CI** (Unesco), v. 3, 2010.

CONSEIL SUPÉRIUS DE L'AUDIOVISUEL. Disponível em: <<http://www.csa.fr/>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

CONSELHO CURADOR DA EBCa. REVISTA DO CONSELHO CURADOR DA EBC. 1ª Edição. Disponível em: <http://issuu.com/03978/docs/revista_conselho_curador_v2>. Acesso em: 28 out. 2015.

CONSELHO CURADOR DA EBCb. REVISTA DO CONSELHO CURADOR DA EBC. 2ª Edição. Disponível em: <http://issuu.com/03978/docs/revista_conselho_curador_v2>. Acesso em: 28 out. 2015.

CONSELHO CURADOR DA EBCc. REVISTA DO CONSELHO CURADOR DA EBC. 3ª Edição. Disponível em: <http://issuu.com/03978/docs/revista_conselho_curador_v2>. Acesso em: 28 out. 2015.

CONSELHO CURADOR DA EBCd. REVISTA DO CONSELHO CURADOR DA EBC. 4ª Edição. Disponível em: <http://issuu.com/03978/docs/revista_conselho_curador_v2>. Acesso em: 28 out. 2015.

COUTINHO, Iluska (Org.). **A informação na TV Pública**. Florianópolis: Insular. 2013.

_____. **Dramaturgia do telejornalismo brasileiro**: a estrutura das notícias em rede nas emissoras de TV de Juiz de Fora - MG. Rio de Janeiro: Mauad-X, 2012.

_____. O jornalismo público como parâmetro regulador do audiovisual. In: **Revista do Conselho Curador da EBC**. v.4. Disponível em: <http://issuu.com/03978/docs/revista_conselho_curador_v2>. Acesso em: 19 nov. 2015.

_____; GOUVÊA, Allan. Narrativas internacionais nas emissoras de TV públicas: O distante tornado próximo nos noticiários noturnos da TV Brasil e da RTP1. XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação In: **Anais...** Intercom: Rio de Janeiro, 2015.

_____; QUEIROZ, Caio. Aproximações e distanciamentos dos discursos do manual de jornalismo da EBC e dos princípios editoriais das organizações Globo. XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. In: **Anais...** Intercom: Bauru, 2013.

CURADO, Olga. **A notícia na TV**: o dia a dia de quem faz telejornalismo. São Paulo: Alegro, 2002.

DOLEZEL, Lubomír. The Postmodern Challenge. In: _____. **Possible Worlds of Fiction and History**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2010, p.15-83.

DUARTE JÚNIOR, Antônio Marcos. Riscos: definições, tipos, medição e recomendações para seu gerenciamento em gestão de riscos e derivativos. In: LENGGRUBER, E.F.; LEAL, R. (Orgs.). **Gestão de riscos e derivativos**. São Paulo, SP: Editora Atlas, 2001.

EBC. **Somente a verdade**. Manual de Jornalismo da EBC. Brasília: EBC, 2013.

ERC – ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL. Disponível em: <<http://www.erc.pt>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

ERC – ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Relatório de Pluralismo Político-Partidário**. Disponível em: <<http://www.erc.pt/pt/estudos-e-publicacoes/relatorios-do-pluralismo-politico-partidario>>. Acesso em: 1 set. 2015.

ERC – ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL . **Relatório de Regulação da ERC**. Disponível em: <<http://www.erc.pt/pt/estudos-e-publicacoes/relatorios-de-regulacao>>. Acesso em: 2 set. 2015.

FACHEL, Flávio. **Dicas de #telejornalismo**. São Paulo, F. Fachel, 2011.

FEDERAL COMMUNICATIONS COMMISSION. Disponível em: <<https://www.fcc.gov>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

FERNÁNDEZ, Valerio. Por uma televisão pública para a América Latina. In: RÍCÓN, Omar (Org.). **Televisão pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: ILDEs/FES, 2002. p. 155-200.

FLECK, Ana. Entrevista realizada em 19 de março de 2015 em Brasília. Entrevistador: José Tarcísio Oliveira Filho.

FNDC. **Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação**. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/>>. Acesso em: 9 out.2015.

_____. **Lei da Mídia Democrática**. Disponível em: <www.paraexpressaraliberdade.org.br/projeto-de-lei>. Acesso em: 23 dez. 2015.

GLOBO. **Princípios editoriais das Organizações Globo**. Disponível em <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacoes-globo.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2015.

GOMES, Itania. Estabilidade em fluxo: uma análise cultural do Jornal Nacional, da Rede Globo. In: Itania Gomes. (Org.). **Análise de Telejornalismo: desafios teórico-metodológicos**. Salvador: EDUFBA, 2012, v. 1, p. 23-44.

_____. Quem o Jornal do SBT pensa que somos? Modos de endereçamento no telejornalismo show. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 26, ed, p.85-98, 2004.

_____. Questões de método na análise do telejornalismo: premissas, conceitos, operadores de análise. **E-Compós (Brasília)**, v. 8, p. 1-31, 2007.

_____. Telejornalismo de Qualidade. Pressupostos teórico-metodológicos para análise. **E-Compós**, Brasília, v.6, 2006.

GUERRA, Josenildo. Sistema de gestão da qualidade aplicado ao jornalismo: uma abordagem inicial. **Série Debates CI** (Unesco), v.5, 2010.

HERZOG, Vladimir. Considerações sobre a TV Cultura. In: MARKUN, Paulo. **Meu querido Vlado**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

JAKOBSKIND, Mario Augusto. Mídia pública precisa dar espaço à polêmica e ao contraditório. In: **Revista do Conselho Curador da EBC**, v.1. Disponível em: <http://issuu.com/03978/docs/revista_conselho_curador_v2>. Acesso em 28 dez. 2015.

JAMBEIRO, Othon. A regulação da TV no Brasil: 75 anos depois, o que temos? **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.13, n.24, p.85-104, 2008.

JESUS, Jemima; BARA, Gilze. As considerações do jornalista Vladimir Herzog para a TV Cultura em 1975. In: XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2012. **Anais...** Intercom: Ouro Preto, 2012.

JORNAL NACIONAL. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto. Jornalismo e polifonia: problematizações conceituais e metodológicas. XII Congresso da ALAIC. In.: **Anais...** ALAIC: Lima, 2014.

LEAL FILHO, Laurindo. A nova televisão brasileira. **Revista Adusp**, São Paulo, p.49-54, 2008.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. 4ª ed. São Paulo: Senac, 2005.

MARQUES, Joseti. Entrevista realizada em 18 de março de 2015 em Brasília. Entrevistador: José Tarcísio Oliveira Filho.

MATTOS, Sérgio. **Um perfil da TV Brasileira: 40 anos de história 1950/1990**. Salvador: A Tarde, 1990.

MAZZIOTTI, Nora. Os gêneros da televisão pública. In: RICÓN, Omar (Org.). **Televisão pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: ILDEs/FES, 2002. p. 201-232.

MENDONÇA, Kleber. Tramas Discursivas: apontamentos para a análise dos efeitos de sentido no telejornalismo brasileiro. In: Itânia Gomes. (Org.). **Análise de Telejornalismo: desafios teórico-metodológicos**. Salvador: Edufba, 2012. p. 259-284.

MUSSE, Christina Ferraz; PERNISA, Mila Barbosa. Telejornalismo e diversidade cultural: a TV Pública e a construção de identidades. In: 8º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **Anais...** São Luís: SBPJor, 2010.

OFCOM - The Office of Communications. Disponível em: <<http://www.ofcom.org.uk/>>. Acesso em: 2 set. 2015.

OLIVEIRA, Ana Paula. Hora da notícia: o telejornalismo como um instrumento de diálogo. 3º Encontro Regional Sudeste de História da Mídia. In: **Anais...** Rio de Janeiro: ALCAR, 2014.

OLIVEIRA FILHO, José Tarcísio; MEIRELLES, Allana; COUTINHO, Iluska. A conceituação de Interesse Público nos Anais dos Congressos Intercom Nacional. XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. In: **Anais...** São Paulo: Intercom, 2015.

OTONDO, Teresa Montero. TV Cultura: a diferença que importa. In: RICÓN, Omar (Org.). **Televisão pública: do consumidor ao cidadão.** São Paulo: ILDEs/FES, 2002, p. 267-202.

PASSARINHO, Sandra. A paixão da reportagem. In. KAPLAN, Sheila; REZENDE, Sidney (Orgs.). **Jornalismo eletrônico ao vivo.** Petrópolis: Vozes, 1994, p.83-94

PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na TV: manual de telejornalismo.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

PERUZZO, Cicília. Comunicação comunitária como direito. 7º Congresso Latinoamericano de investigadores de la Comunicación, 2004. In. **Anais...** São Paulo: ALAIC, 2004.

_____. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación.** São Paulo: ALAIC, n.3, p.18-41, 2005.

PETROBRÁS. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/perfil/>>. Acesso em: 29 maio 2014.

PONTUAL, Jorge. Reportagem e documentário em “Globo Repórter”. In. KAPLAN, Sheila; REZENDE, Sidney (Orgs.). **Jornalismo eletrônico ao vivo.** Petrópolis: Vozes, 1994. p.95-106.

PORTO, Maria Stela. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. **Sociologias,** Porto Alegre, n.8, p.152-171, 2002.

RAMOS, Murilo. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In: MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação.** Umesp: São Bernardo do Campo, 2005.

REPÓRTER BRASIL. Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil>>. Acesso em: 6 nov. 2015.

RODRIGUES, Marcus. **Qualidade de vida no trabalho: evolução e análise no nível gerencial.** Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

ROESCH, Sylvia. ISO 9000: caminho para a qualidade total? **Revista de Administração,** v. 29, n. 4, 1994.

ROTHBERG, Danilo. **Jornalismo público**: informação, cidadania e televisão. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SCORSIM, Ericson. O Processo de evolução do Estado, da Administração Pública e do Direito Administrativo. **Interesse Público (Impresso)**, v.42, p.127-144, 2007.

SIQUEIRA, Fabiana; VIZEU, Alfredo. Jornalismo em transformação: as escolhas dos formatos das notícias na TV. In: VIZEU, Alfredo; MELLO, Edna; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (Orgs.). **Telejornalismo em questão**, v.3. Florianópolis: Insular. 2014.

STANDARD AND POOR'S. Disponível em: <<http://www.standardandpoors.com/>>. Acesso em: 8 abr. 2014.

STROZI, Guilherme. O jornalismo participativo para o fortalecimento da comunicação pública na EBC. In: **Revista do Conselho Curador da EBC**, v.1. Disponível em: <http://issuu.com/03978/docs/revista_conselho_curador_v2>. Acesso em: 26 dez. 2015.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. V.1. Florianópolis: Insular. 2012.

TV BRASIL. Disponível em: <<http://www.tvbrasil.org.br/>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

UNESCO. **Indicadores de desenvolvimento da mídia**: marco para a avaliação do desenvolvimento dos meios de comunicação. Brasília: UNESCO, 2010.

VASCONCELOS, Anselmo. Qualidade de vida no trabalho: origem, evolução e perspectivas. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v.8, n.1, 2001.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

APÊNDICES

APÊNDICE A – REVISTAS DO CONSELHO CURADOR

REVISTA DO CONSELHO CURADOR – 1ª EDIÇÃO	ARQUIVO 1
REVISTA DO CONSELHO CURADOR – 2ª EDIÇÃO	ARQUIVO 2
REVISTA DO CONSELHO CURADOR – 3ª EDIÇÃO	ARQUIVO 3
REVISTA DO CONSELHO CURADOR – 4ª EDIÇÃO	ARQUIVO 4

APÊNDICE B – FICHAS DE ANÁLISE

FICHAS DE ANÁLISE – JORNAL NACIONAL EDIÇÃO DE 07/12/2015.	ARQUIVO 5
FICHAS DE ANÁLISE – JORNAL NACIONAL EDIÇÃO DE 08/12/2015.	ARQUIVO 6
FICHAS DE ANÁLISE – JORNAL NACIONAL EDIÇÃO DE 09/12/2015.	ARQUIVO 7
FICHAS DE ANÁLISE – JORNAL NACIONAL EDIÇÃO DE 10/12/2015.	ARQUIVO 8
FICHAS DE ANÁLISE – JORNAL NACIONAL EDIÇÃO DE 11/12/2015.	ARQUIVO 9
FICHAS DE ANÁLISE – JORNAL NACIONAL EDIÇÃO DE 12/12/2015.	ARQUIVO 10
FICHAS DE ANÁLISE – REPÓRTER BRASIL EDIÇÃO DE 07/12/2015.	ARQUIVO 11
FICHAS DE ANÁLISE – REPÓRTER BRASIL EDIÇÃO DE 08/12/2015.	ARQUIVO 12
FICHAS DE ANÁLISE – REPÓRTER BRASIL EDIÇÃO DE 09/12/2015.	ARQUIVO 13
FICHAS DE ANÁLISE – REPÓRTER BRASIL EDIÇÃO DE 10/12/2015.	ARQUIVO 14
FICHAS DE ANÁLISE – REPÓRTER BRASIL EDIÇÃO DE 11/12/2015.	ARQUIVO 15
FICHAS DE ANÁLISE – REPÓRTER BRASIL EDIÇÃO DE 12/12/2015.	ARQUIVO 16

APÊNDICE C – ENTREVISTAS

ENTREVISTA NEREIDE BEIRÃO – DIRETORA DE JORNALISMO DA EBC.	ARQUIVO 17
ENTREVISTA EURICO TAVARES – ASSESSOR DA DIREÇÃO DE JORNALISMO DA EBC.	ARQUIVO 18
ENTREVISTA JOSETI MARQUES – OUVIDORA DA EBC.	ARQUIVO 19
ENTREVISTA ANA FLECK – PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR DA EBC.	ARQUIVO 20
ENTREVISTA ANTÔNIO ACHILIS – EX-PRESIDENTE DA ABEPEC E DA REDE MINAS.	ARQUIVO 21

APÊNDICE D – OUTROS DOCUMENTOS

DOCUMENTOS ENVIADOS PARA O PROGRAMA GLOBO UNIVERSIDADE.	ARQUIVO 22
MANUAL DE JORNALISMO DA EBC: SOMENTE A VERDADE (2013).	ARQUIVO 23
PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO (2011).	ARQUIVO 24
VÍDEO OUTRO OLHAR “BACUA”.	ARQUIVO 25